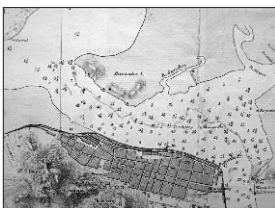


**PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL
(Etapas Prospecção, Monitoramento e Resgate)**

**OBRAS DE DRAGAGEM E DERROCAMENTO
NO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS/SP**

RELATÓRIO DE ANDAMENTO 6
Patrimônio Histórico e Cultural

Maio/2010



**PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO,
HISTÓRICO E CULTURAL**

(Etapas Prospecção, Monitoramento e Resgate)

**OBRAS DE DRAGAGEM E DERROCAMENTO NO
PORTO ORGANIZADO DE SANTOS/SP**

**RELATÓRIO DE ANDAMENTO 6 - Patrimônio Histórico e Cultural
Maio/2010**

REALIZAÇÃO

DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia SS Ltda.

Caixa Postal 822, Cotia/SP. CEP 06790-970

Fones: (11) 4169-4280 / 4169-9567. Email: arqueo@terra.com.br

Responsável: Dra. Erika Marion Robrahn-González

EMPREENDEDOR

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CODESP)

Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/n, Macuco, Santos/SP. CEP 11.015-900

Fone (13) 3234-7000

Responsável: Sr. José Roberto Correia Serra (Diretor-Presidente)

APOIO INSTITUCIONAL

UNICAMP – Núcleo de Estudos Estratégicos

Cidade Universitária Zeferino Vaz CEP 13.083-970

Campinas/SP. Fone: (19) 3788-7790

Responsável: Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari

EQUIPE

Coordenação Geral

L.D. Dra. Erika M. Robrahn-González
Arqueóloga, Antropóloga e Historiadora

Consultoria

Dr. Paulo De Blasis
Arqueólogo e Historiador

Gestão de Patrimônio Cultural

Ms. Leilane Lima
Arqueóloga

Planejamento

Dési Rodrigues Pereira
(Gestão de Projetos)

Patrimônio Arqueológico

Pedro Narciso
Arqueólogo

Ms. Rodrigo Torres
Arqueólogo

Ms. Marlon Borges Pestana
Arqueólogo

Cassiano Bervig
Arqueólogo

Jaqueline da Silva Belletti
Arqueóloga

Elaine Wanderley
Arqueóloga

Wender Alves de Souza
Técnico em Arqueologia

Thiago Gramuglia
Técnico em Arqueologia

Douglas de Moraes
Técnico em Arqueologia

Sandra Sanchez
Técnica em Arqueologia

Patrimônio Histórico e Cultural

Rodrigo Silva
Historiador

Carlos França de Oliveira
Historiador

Guilherme Galvez
Arquiteto

Sâmela Wutzke de Oliveira
Graduanda em História

Cléber Santos de Mendonça
Revisão de Texto

Arqueologia Subaquática

Dr. Francisco Sekiguchi de Carvalho Buchmann
Oceanógrafo, Doutor em Geociências
Mergulhador PADI # 0107258309; Mergulhador CMAS # 025/93

Daniel Sartor
Biólogo Marinho. Diver Supervisor PDIC # 099695

Eric Joelico Comin
Biólogo Marinho. Instrutor de Mergulho NAUI # 43511

Frederico Antonio Galli
Instrutor PADI Nº186690; Instrutor Trimix TDI # 10752

Eduardo Meurer
Mergulhador

Erick Cruz
Apoio de superfície

Newton Marone
Apoio de superfície

Geomorfologia e Geoprocessamento

Katiúcia de Sousa Silva
Geógrafa

Diogo Cruz Reggiani
Geógrafo

Francisco David Ferreira de Carvalho
Graduando em Geografia

Multimídia

Edir Sanches
Gestor de Multimídia

Eduardo Staudt
Graduando em Artes Visuais

Carlos Asanuma
Design Cultural

José Luiz de Magalhães Castro Neto
Técnico em Artes Gráficas

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. LEGISLAÇÃO INTERVENIENTE	14
3. OBJETIVOS	17
4. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO	18
4.1 Sinergia	18
4.2 Desenvolvimento	21
5. ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA	23
5.1 Abrangência Patrimonial	23
5.2 Abrangência espacial	26
5.3 Abrangência social	32
6. CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA	33
6.1 Síntese conceitual	33
6.2 Ciência aplicada e arqueologia pública	38
6.3 Gestão patrimonial e transdisciplinalidade	43
7. O CONTEXTO REGIONAL DE OCUPAÇÕES HUMANAS	47
7.1 O contexto arqueológico	54
7.2 O contexto histórico	72
8. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	164
8.1 Considerações Metodológicas	164
8.2 Patrimônio Imaterial	168
8.3 Patrimônio Edificado	170
8.4 Tipologias gerais das comunidades	204
8.5 Patrimônio Paisagístico	355
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTINUIDADE DA PESQUISA	364
10. BIBLIOGRAFIA	365

1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o Relatório de Andamento 6 do “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da obra de Dragagem e Derrocamento no Porto Organizado de Santos/SP, Etapa Prospecção, Monitoramento e Resgate”. Esta obra consiste na dragagem de aprofundamento do canal de navegação, bacias de evolução e dos berços de atracação e no derrocamento parcial das pedras de Teffé e Itapema, localizadas no canal da bacia de Santos, visando permitir o tráfego de navios com calado superior ao atual em vigor. Assim, o empreendimento abrange como **Área de Influência Direta (ADA)**:

- O canal de navegação, onde serão realizadas as ações de dragagem e derrocamento, compreendendo uma extensão de 27 km que se estende desde a barra até a região da Alemoa;
- As margens do Canal e uma faixa envoltória com largura de 500 metros;
- A área de deposição de materiais dragados, em mar aberto;

Como **Área de Influência Direta (AID)** define-se os municípios de Santos, Guarujá, Cubatão e São Vicente.

Já como **Área de Influência Indireta (AII)**, considera-se o contexto regional (Baixada Santista), incluindo o município Praia Grande, bem como, o contexto macro-regional (nacional e internacional) aplicáveis a cidades portuárias (**Figuras 1 e 2**).

No que se refere à abrangência científica, este Programa está baseado em duas frentes de atuação, a saber:

- Estudos arqueológicos, referente aos vestígios que materializem a ocupação humana pretérita na região;
- Estudos de patrimônio histórico/cultural em seus aspectos materiais (históricos, etno-históricos) e imateriais (fontes orais, mitologias, festividades e saberes) das comunidades envolvidas.

O Relatório de Andamento 1, encaminhado em janeiro/10, trouxe o detalhamento do Programa, em seus aspectos conceituais e operacionais,

além de um Plano de Trabalho especificando as ações a serem desenvolvidas, equipe de profissionais, materiais e equipamentos previstos, além de resultados a serem atingidos.

O Relatório de Andamento 2, encaminhado em fevereiro/10, trouxe ações que vêm sendo desenvolvidas na etapa de prospecção, incluindo o Zoneamento Arqueológico preditivo da Área Diretamente Afetada (ADA), tanto em ambiente terrestre como aquático. Este Zoneamento, realizado a partir de um conjunto de variáveis e informações, identifica e caracteriza porções de alto, médio e baixo potencial arqueológico para a ADA, bem como indica as ações cabíveis de pesquisa a serem realizadas em cada uma delas. Assim, o Zoneamento Arqueológico apresentado constitui ferramenta científica no planejamento e forma de tratamento para a ADA.

O Relatório de Andamento 3, encaminhado em março/10, trouxe a conclusão das prospecções realizadas na ADA, em ambiente terrestre. Para o ambiente aquático foram detalhadas as análises do Zoneamento Arqueológico com a inclusão de novos dados (incluindo as primeiras análises em métodos geofísicos), permitindo o refinamento dos estudos e resultando na definição de cenários de atuação para a continuidade da pesquisa, incluindo o desenvolvimento de varreduras de fundo (através de mergulho), bem como o detalhamento de testes geofísicos (através da aplicação de sonar de varredura lateral nas áreas de alto potencial arqueológico). Apresentou-se também neste Relatório 3 os resultados do início das ações de monitoramento realizado nas dragas que iniciaram as atividades nas porções de menor potencial arqueológico. O Relatório 3 trouxe ainda os primeiros resultados das prospecções de patrimônio histórico e cultural.

O Relatório de Andamento 4 trouxe o resultado das prospecções subaquáticas realizadas no trecho da Ponta dos Limões, localizado próximo à Barra do Canal de Santos. Esta área havia sido definida como de Alto Potencial Arqueológico Subaquático e, por conta disto, foram ali realizadas atividades de geofísica (sonar de varredura lateral). Como resultado desta atividade foram indicados 8 pontos-alvo com potencial arqueológico, passando-se então a realizar ações de mergulho em cada um deles. Como resultado deste conjunto de atividades, não foi identificada a presença de patrimônio arqueológico

subaquático na ADA do empreendimento, neste trecho abrangido pela Ponta dos Limões.

O Relatório de Andamento 5 trouxe as ações de prospecção subaquática realizadas da Barra do Canal de Santos até a proximidade do Forte de Itapema. Incluiu também a análise do resultado de testes geofísicos (sonar de varredura lateral) aplicado nas porções previamente definidas como de médio a alto potencial arqueológico, bem como, a realização de mergulhos nos 7 pontos-alvo indicados pelo sonar. Como resultado destes trabalhos foi localizado, em um dos pontos-alvo definidos, o naufrágio do vapor espanhol Verney, localizado na entrada do canal. Todos os demais pontos-alvo investigados deram resultado negativo.

No desenvolvimento dos trabalhos de campo, o registro de dados foi produzido em três suportes de mídia, a saber: o textual, o fotográfico e o videográfico. Objetivou-se, com isto, obter uma documentação capaz de refletir a amplitude do patrimônio estudado, que abrange bens de natureza material e imaterial, em ambiente terrestre como subaquático. No caso do patrimônio imaterial, certamente, o registro textual e fotográfico é limitador, em especial em manifestações como danças, cantos e conhecimentos tradicionais. Assim, buscou-se captar imagens que pudessem diagnosticar a diversidade patrimonial envolvida.

O resultado completo deste trabalho é apresentado na forma de uma Plataforma Multimídia em CD (**anexo**) que contém o conjunto de documentos produzidos pelo presente estudo (além da versão eletrônica deste relatório), destacando-se:

- Filmes de vídeo;
- Banco de imagens fotográficas;
- Cadastro de patrimônio histórico edificado;
- Cartografia da obra e cartografia científica;
- Informações curriculares da equipe, entre outros.

Em diversos momentos ao longo deste volume será feita, assim, referência ao CD, uma vez que constitui parte integrada e complementar. Cabe ressaltar que a disponibilização dos dados e obtidos ocorre ainda mediante a elaboração de SIG (Sistema de Informações Geográficas), viabilizando a

integração do programa com outros correlatos (Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, Plano Diretor Municipal, Gerenciamento Costeiro, etc.), com objetivo de reunir a colaboração da comunidade científica e local na produção de conhecimento e na democratização das informações.

Já este Relatório de Andamento 6 traz o resultado final dos estudos desenvolvidos no campo do Patrimônio Histórico e Cultural. O objetivo dos trabalhos, nesta fase, foi identificar a maior diversidade possível do patrimônio presente na área em questão. Portanto, os exemplares estudados não representam rigorosamente nem os mais conhecidos, nem os que já possuem proteção legal (nas três esferas do poder público), nem qualquer outro critério que implique em hierarquização dos mesmos. O critério empregado foi eminentemente aquele da diversidade ou, quando possível, o tratamento daqueles mais singulares e menos reconhecidos.

Isso carrega algumas implicações metodológicas e axiológicas: diversos exemplares do patrimônio que são largamente conhecidos aparecem aqui apenas citados, exatamente por considerar-se que possuem aparatos de proteção consolidados ou em vias de consolidação. Também se verá que os exemplares indicados espalham-se por toda a All do empreendimento, pois o objetivo foi possibilitar uma caracterização geral daquilo que se pode chamar de “universos culturais”, complexos formados por longos processos históricos.

Por esta mesma razão o registro de dados em campo foi produzido nos três suportes de mídia, a saber: o textual, o fotográfico e o videográfico. Objetivou-se, com isto, obter uma documentação capaz de refletir a amplitude do patrimônio estudado, que abrange bens de natureza material e imaterial. No caso do patrimônio imaterial, certamente, o registro textual e fotográfico é limitador, em especial em manifestações como danças, cantos e conhecimentos tradicionais. Assim, buscou-se captar imagens que pudessem diagnosticar a diversidade patrimonial envolvida.

O resultado completo deste trabalho é apresentado na forma de uma Plataforma Multimídia em CD (**anexo**) que contém o conjunto de documentos produzidos pelo presente estudo (além da versão eletrônica deste relatório), destacando-se:

- Filmes de vídeo;

- Banco de imagens fotográficas;
- Cadastro de patrimônio histórico edificado;
- Cartografia da obra e cartografia científica;
- Informações curriculares da equipe, entre outros.

Em diversos momentos ao longo deste volume será feita, assim, referência ao CD, uma vez que constitui parte integrada e complementar. Cabe ressaltar que a disponibilização dos dados obtidos ocorre ainda mediante a elaboração de SIG (Sistema de Informações Geográficas), viabilizando a integração do programa com outros correlatos (Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, Plano Diretor Municipal, Gerenciamento Costeiro etc.), com objetivo de reunir a colaboração da comunidade científica e local na produção de conhecimento e na democratização das informações.



Figura 1 - Localização regional do empreendimento.

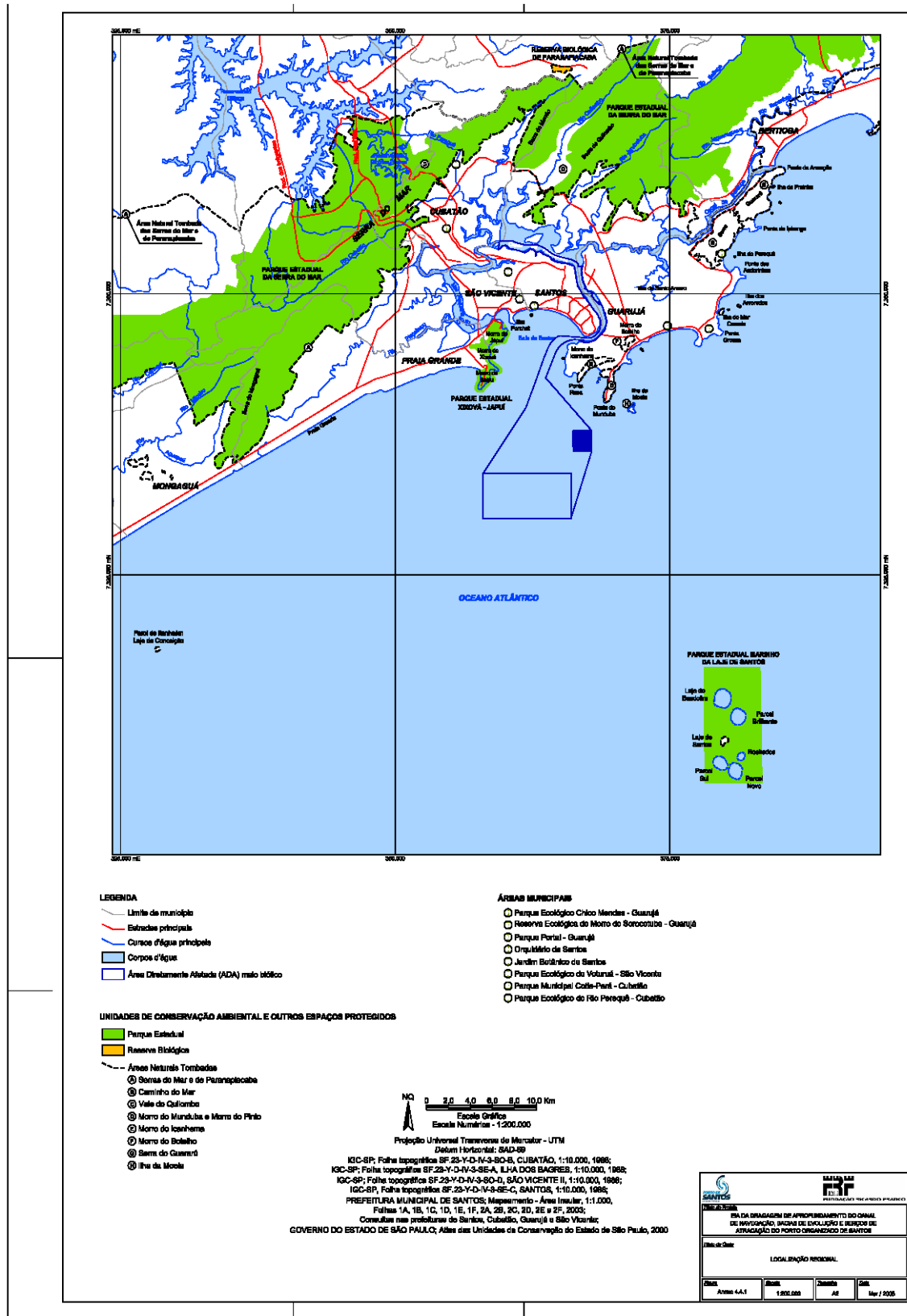


Figura 2 - Localização Regional do empreendimento – Municípios da AID e AII

2. LEGISLAÇÃO INTERVENIENTE

O presente Programa visa atender à legislação brasileira voltada ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, considerando:

- O Decreto-Lei n. 25 de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- A Lei n. 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional.
- A Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos e históricos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.
- A Portaria SPHAN/MinC n. 07, de 01.12.1988, que normatiza e regulamenta as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico e histórico nacional, bem como define o acompanhamento e aprovação dos trabalhos.
- A Portaria IPHAN/MinC n. 230, de 17.12.2002, que define o escopo e resultados esperados dos estudos a serem realizados nas diferentes fases de licenciamento ambiental, no que se refere ao patrimônio cultural brasileiro.
- Resolução SMA/SP – 34, de 27/08/03, que dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental.
- Decreto nº 3.551, de 04.08.00, que criou um registro de bens culturais de natureza imaterial.
- Lei 7.542/86 (modificada pela Lei 10.166/2000), que dispõe sobre os bens culturais subaquáticos.

O presente Programa considera, ainda, as leis do município de Santos referentes ao patrimônio histórico/ arqueológico, a saber:

- Lei Municipal n. 753, de 08.07.1991, que dispõe sobre o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (CONDEPASA), a quem compete a defesa e proteção do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, arquivístico, antropológico e genético do município;
- Lei Municipal n. 1594, de 26.05.1997, que altera a lei n. 753 e dá outras providências.

Em atendimento à Portaria SPHAN 07/88 e Portaria IPHAN 230/02, o presente Programa foi previamente avaliado e aprovado pelo IPHAN/MinC em seus aspectos técnicos, metodológicos e científicos, tendo recebido autorização de pesquisa através da Portaria n. 06, Anexo I/12, publicada no Diário Oficial da União em 14/09/2009 (em **Anexo**).



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
 DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
 CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA COORDENAÇÃO DE PESQUISA E LICENCIAMENTO
 ARQUEOLÓGICO

PORTARIA N.º 6, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009

O COORDENADOR DE PESQUISA E LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria DEPAM/ IPHAN nº 2, de 29 de junho de 2009, publicado no D.O.U., Seção 2, de 01.07.09 e de acordo com o disposto no inciso VIII do artigo 17, Anexo I do Decreto nº 6.844 de 07.05.09, na Lei nº 3.924, de 26.07.61 e na Portaria SPHAN nº 07, de 01.12.88 e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

- I -Expedir PERMISSÕES, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I a esta Portaria.
- II -Expedir AUTORIZAÇÕES, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II a esta Portaria.
- III -Expedir PRORROGAÇÃO DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, à instituição executora do projeto de pesquisa arqueológica relacionado no anexo IV a esta Portaria.
- IV -Expedir RENOVAÇÃO DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, à instituição executora do projeto de pesquisa arqueológica relacionado no anexo V a esta Portaria.
- V -Reconhecer os arqueólogos designados coordenadores dos trabalhos como fiéis depositários, durante a realização das etapas de campo, do eventual material arqueológico recolhido ou de estudo que lhes tenha sido confiado.
- VI -Determinar às Superintendências Regionais do IPHAN da área de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.
- VII -Condicionar a eficácia das presentes permissões, autorizações, renovações de permissão, prorrogações de permissões e renovações de autorizações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e final ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88.
- VIII -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

ANEXO I

12 - Processo IPHAN nº 01506.000860/2009-61

Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural das Obras de Dragagem e Derrocamento no Porto Organizado de Santos/SP

Arqueóloga Coordenadora: Erika Marion Robrahn-González

Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Estratégicos – Universidade Estadual de Campinas

Área de Abrangência: Municípios de Santos, Guarujá, Cubatão e São Vicente, no Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

3. OBJETIVOS

Os objetivos gerais deste Programa podem ser sintetizados em quatro grandes itens:

- a) Realizar as pesquisas de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do empreendimento, voltadas às etapas de prospecção, monitoramento e resgate, em atendimento ao escopo definido pelo Licenciamento Ambiental;
- b) Produzir conhecimento científico sobre a área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da história e da cultura nacional.
- c) Desenvolver trabalhos integrados com a comunidade no resgate e valorização de seu patrimônio histórico e cultural, contribuindo para o fortalecimento de seus aspectos identitários;
- d) Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a este patrimônio;

De uma perspectiva científica, este Programa tem como premissas:

- ✚ A identificação e caracterização das diversas culturas que ocuparam a região buscando, em especial, suas dimensões espaciais e cronológicas, assim como sua inserção em contextos arqueológicos e históricos de caráter macro-regional. Para tal finalidade, a abordagem envolve a identificação e inserção geográfica, ambiental e temporal dos sítios arqueológicos da região, assim como o resgate e estudo dos remanescentes de cultura material a eles associados, testemunhos de sociedades humanas que habitaram a região, em tempos passados.
- ✚ Este projeto considera como vestígio arqueológico todo e qualquer elemento que caracterize e/ou seja, indicador da presença humana na área, independente do período cronológico a que se relaciona e, também, a possíveis critérios subjetivos de valoração. Assim, não serão apenas tratados os sítios arqueológicos mais antigos (ou, então, aqueles relacionados à ocupação indígena pré-Colonial), mas também os vestígios históricos, relacionados às diferentes fases de formação da sociedade nacional.

4. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

4.1 Sinergia

O desenvolvimento de um Programa de Patrimônio Cultural para as obras de Dragagem e Derrocamento do Canal de Santos dentro do processo de licenciamento e execução de melhorias deste porto é conceituado e desenvolvido considerando-se que se encontra em andamento programa equivalente para a obra da Av. Perimetral Portuária em sua margem direita (MD), atualmente desenvolvendo a Etapa 2. - Programa de Gestão, já tendo sido realizadas as fases correspondentes ao Diagnóstico, Prospecção e Resgate.

Entre os objetivos do Programa de Gestão correspondente à obra da Av. Perimetral Portuária MD está a integração dos procedimentos e estratégias de tratamento referente ao Patrimônio Cultural a serem aplicados ou exigidos pela CODESP em outras obras que venha a desenvolver. O Projeto para as obras de dragagem e derrocamento do canal inclui-se diretamente neste contexto.

Trata-se, portanto, de desenvolver um novo projeto dentro dos mesmos conceitos adotados para o Programa em andamento, incorporando as experiências e resultados obtidos nas atividades e ações aqui estabelecidas, assim como o aproveitamento da sinergia correspondente.

Deve-se ressaltar que, embora abranjam áreas distintas da Bacia de Santos e possuam cronogramas próprios de execução, ambos os trabalhos recebem o mesmo tratamento conceitual e estratégico do Plano de Gestão em desenvolvimento, respeitadas as diferenças entre os trabalhos exclusivos em áreas secas (Av. Perimetral) e subaquáticas e secas (Dragagem e Derrocamento o Canal).

Por outro lado, um Programa de Patrimônio Cultural não pode ser concebido como um produto estanque. Ao contrário, sua elaboração pressupõe o conceito de melhoria continuada, tanto nos aspectos técnicos quanto nos negociais, permitindo ajustes permanentes para incorporar as evoluções e os aprofundamentos do conhecimento sobre a área e a região onde a obra ocorrerá. Isto é mais importante quando se considera a situação presente onde dois projetos, um em franco desenvolvimento e outro em processo de

implementação, ocorrem sobre um mesmo sistema de atividade, ou seja, o Sistema Portuário de Santos.

Assim este Programa está organizado de forma modular, permitindo o pronto atendimento a novas demandas, dentro de um procedimento integrado. O cronograma deslocado antecipado das atividades correspondentes à Av. Perimetral Portuária beneficia o desencadeamento das ações do Projeto para a Dragagem e Derrocamento do Canal, pois fornece informações complementares que permitem avaliar antecipadamente a correção da implementação das ações para a dragagem e sua tempestividade. Ou seja, permite ajustar, ao longo do processo, a estratégia de sua atuação visando tratamento aos patrimônios envolvidos, incluindo o patrimônio subaquático.

Assim como no Projeto da Av. Perimetral Portuária, a abrangência dos estudos do presente Programa é expressada nas três dimensões descritas, ou seja:

- Abrangência patrimonial, correspondente à diversidade de elementos envolvidos pelo Programa e reunidos no conceito mais amplo de “Patrimônio Cultural”;
- Abrangência espacial, referente à dimensão das áreas consideradas para os estudos, em nível internacional/nacional, regional, local; e
- Abrangência social, voltada à interação das comunidades e grupos sociais envolvidos com seu patrimônio cultural, dentro dos preceitos da Arqueologia Pública e da Ciência Aplicada.

Conforme detalhado mais adiante, no que se refere à Abrangência Patrimonial estão incluídos os elementos correspondentes ao Patrimônio Arqueológico, o Patrimônio Histórico Material, o Patrimônio Edificado, compreendendo todos os bens construídos, o Patrimônio Imaterial e o Patrimônio Paisagístico.

Na Abrangência Espacial do presente estudo, este projeto difere-se daquele no que corresponde à Área Diretamente Afetada (ADA). Além da área considerada para a dragagem e derrocamento propriamente dita, fazem parte da ADA as bordas do canal incluindo uma área envoltória de 500 metros de largura, a área correspondente ao bota-fora em mar aberto de disposição do

material dragado, além dos terrenos que serão objeto de outras intervenções pelas atividades da obra ou do empreendimento, tais como canteiros, atracadouros, acessos, apoio às obras, outros bota-foras, eventuais desvios de arruamento e de implantação de tubulações diversas, dentre outras.

Este Programa considera como Área de Influência Direta (AID) os municípios de Santos, Guarujá, Cubatão e São Vicente. Já como Área de Influência Indireta (AII), considera-se o contexto regional (Baixada Santista), incluindo o município Praia Grande, bem como, o contexto macro-regional (nacional e internacional) aplicáveis a cidades portuárias, o que leva a uma coincidência com a AII do projeto da Av. Perimetral Portuária.

Esta sobreposição parcial das áreas consideradas leva ao aproveitamento direto dos estudos patrimoniais realizados no âmbito do Projeto da Av. Perimetral Portuária para este Projeto de Dragagem e Derrocamento do Canal, com benefício da incorporação do conhecimento e da experiência adquiridos no primeiro projeto, promovendo tanto o melhor ajuste das proposições à realidade local como uma maior segurança na proposição e desenvolvimento das atividades e ações estabelecidas para este projeto.

Quanto à Abrangência Social, os estudos arqueológicos ampliaram-se no sentido de incluir em maior número dos grupos envolvidos, considerando a necessidade do fortalecimento dos vínculos entre as comunidades locais e seu passado, ampliando o interesse sobre o patrimônio e criando, desta forma, a sustentação necessária às atividades de preservação.

Assim, as ações desenvolvidas neste Projeto incorporam tanto os estudos e resultados obtidos para a Av. Perimetral Portuária, como aqueles correspondentes especificamente à obra de Dragagem e Derrocamento do Canal, objeto do presente Programa. Os procedimentos incorporam, igualmente, a abordagem científica, os objetivos, percepções e anseios das comunidades presentes na área estudada, em um processo dinâmico colaborativo e participativo.

4.2 Desenvolvimento

No que se refere aos procedimentos, cada um dos Programas tem o seu licenciamento independente, com processos autônomos, inclusive em razão dos cronogramas diferenciados. Porém, a aprovação do Programa correspondente à Av. Perimetral Portuária já introduziu um conhecimento prévio que permite tanto uma análise mais acurada dos documentos em análise, como uma maior facilidade no estabelecimento de eventuais ajustes a serem realizados, seja pelo órgão licenciador do patrimônio cultural, seja pelo órgão licenciador ambiental.

Em termos operacionais os passos gerais são os mesmos para as duas obras, a saber: Prospecção, Resgate, Educação Patrimonial e Monitoramento, compreendendo as macro-ações previstas pela Portaria Normativa do IPHAN. Vale salientar que os estudos de Diagnóstico foram desenvolvidos pelo arqueólogo José Luiz de Moraes, tendo recebido parecer favorável do IPHAN. Por outro lado, saliente-se que o objeto deste Programa corresponde às fases de Prospecção, Monitoramento e Resgate.

Cabe distinguir as distintas metodologias empregas em cada projeto, uma vez que no primeiro (Av. Perimetral Portuária) tem-se atividades somente em áreas de terra firme e, no projeto em tela, tanto terra firme (as bordas do canal e as comunidades envolvidas) como a parte aquática (o canal propriamente dito e a área de bota-fora em mar aberto).

Porém, merece destaque que o desenvolvimento anterior do Programa para a obra da Av. Perimetral Portuária, fornecendo informações sobre o existente e o acontecido nas áreas prospectadas, permite o estabelecimento de possibilidades sobre as novas áreas a serem estudadas. Os diferentes materiais identificados em um e outro projeto são complementares no conhecimento que se pode obter deles, reduzindo as vulnerabilidades e ampliando o conhecimento e atuação sobre o patrimônio cultural regional.

Outro ponto que merece destaque é o correspondente à Educação Patrimonial, desenvolvida na fase de Resgate. Sem dúvida, a implementação de mais um programa voltado para o patrimônio cultural na área da Bacia de Santos incrementa o interesse despertado pelo primeiro projeto, promovendo sua dinamização. A inevitável ampliação do escopo, a integração entre os

programas dos dois projetos, a ampliação do número de grupos envolvidos e sua diversidade, em conjunto, enriquecem as discussões e a possibilidade de real apropriação pelas comunidades envolvidas do conhecimento de sua história, contribuindo na promoção do avanço cultural e ampliando as condições para a sustentabilidade deste processo.

Finalmente, no que se refere aos monitoramentos, uma vez que eles ocorrem após ter-se concluído toda a cadeia de pesquisa (diagnóstico, prospecção e resgate), correspondem a uma atividade complementar e seu escopo está alinhado com as sensibilidades patrimoniais e sociais detectadas nas atividades anteriores. Assim, só será definido após a conclusão destas atividades, momento em que estará disponível um conjunto de informações, tanto técnicas como de procedimentos, muito mais rico e capaz de fornecer rumos precisos para essas ações e de eventuais complementações que se façam necessárias.

Adicionalmente, o acompanhamento das ações junto às comunidades locais, referente à parte de Patrimônio Cultural - novas demandas, dúvidas, atividades em curso de Educação Patrimonial – ocorrem em um ambiente bem mais conhecido pelos diversos atores envolvidos, promovendo maior fluidez das informações.

O monitoramento, em ambos os casos, tem a mesma abrangência (monitoria de obra + acompanhamento junto às comunidades nos aspectos culturais), embora os procedimentos possam variar. No caso da Dragagem e Derrocamento do Canal, o monitoramento será nas dragas propriamente ditas, em especial quando estiverem trabalhando em porções do canal que indicarem maior potencial arqueológico. No caso das porções com potencial, poderão ser realizadas prospecções subaquáticas para eventual tratamento de sítios submersos, de acordo com os resultados das análises e avaliações científicas cabíveis, bem como, de acordo com análises de risco desenvolvidas.

Ainda correspondente à monitoria, como está previsto derrocamento de blocos rochosos presentes no fundo do canal, serão vistoriados os edifícios históricos (em especial aqueles tombados) nas margens do Canal, anteriormente ao início das explosões, para permitir eventuais ações preventivas, assim como acompanhamento durante as explosões.

5. ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

A abrangência dos estudos desenvolvidos pelo presente Programa é expressada através de três dimensões:

- **Abrangência patrimonial**, referente à diversidade de elementos abrangidos pelo Programa, reunidos no conceito mais amplo de “Patrimônio Cultural”;
- **Abrangência espacial**, referente à dimensão das áreas consideradas para os estudos (ambiente físico), de acordo com a amplitude e abrangência das questões científicas envolvidas (abrangência internacional/nacional, regional, local);
- **Abrangência social**, voltada à interação das comunidades e grupos sociais envolvidos com seu patrimônio cultural, dentro dos preceitos da Arqueologia Pública e da Ciência Aplicada.

O texto que se segue detalha cada uma destas dimensões.

5.1 Abrangência Patrimonial

Para o desenvolvimento deste Programa de Gestão foram abrangidos os diferentes elementos que podem ser, genericamente, sintetizados na rubrica “Patrimônio Cultural”, sendo eles:

- **Patrimônio Arqueológico**, compreendendo os remanescentes físicos e locais na paisagem, referentes às diversas ocupações humanas que se desenvolveram na área pesquisada, ao longo do tempo.
- **Patrimônio Histórico Material**, compreendendo todos os elementos físicos e materiais, as “coisas” que compõem o dia a dia das comunidades como móveis domésticos, tralhas de cozinha, monjolos, artesanato, ferramentas de trabalho, imagens religiosas, entre outros.

- **Patrimônio Edificado**, compreendendo os bens construídos com significância histórica e/ou cultural. Não abrange apenas os edifícios que apresentam monumentalidade (como igrejas ou fortes), mas toda e qualquer construção que represente formas tradicionais de ocupação humana (trapiches, acampamentos de pescadores, entre outros).
- **Patrimônio Imaterial**, compreendendo os conhecimentos tradicionais e manifestações culturais da comunidade, incluindo festejos, cantos, artesanato, medicina popular, culinária tradicional, contos, danças, histórias e superstições, entre outros.
- **Patrimônio Paisagístico**, compreendendo aspectos referentes ao ambiente físico da área da Bacia de Santos, ao qual se sobrepõe uma Paisagem Cultural, constituindo um espaço socialmente concebido, percebido e transformado pelos diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na região, ao longo do tempo.

Somente através de um tratamento abrangendo o conjunto destes diferentes aspectos do que, em síntese, é aqui considerando como “Patrimônio Cultural”, é que se poderá dar conta da diversidade e complexidade do desenvolvimento histórico da Bacia de Santos. Por outro lado, a abordagem destes diferentes patrimônios parte de alguns princípios basilares no pensamento contemporâneo, no que se refere ao tratamento das questões patrimoniais culturais:

- ✚ democratizar as práticas para o reconhecimento e identificação do patrimônio cultural, observando as diversas possibilidades de visão e interpretação a respeito deste.
- ✚ ampliar as possibilidades morfológicas que norteiam o reconhecimento do patrimônio, respeitando as singularidades das experiências históricas de cada cultura e de cada grupo social.
- ✚ desenvolver práticas de identificação, proteção, recuperação e fomento dos patrimônios que sejam compartilhadas entre os grupos científicos e as comunidades, atuando de modo coordenado e solidário.

- ✚ compreender o patrimônio cultural como algo vivo e integrado às sociedades, como elementos fundamentais na manutenção da coesão social e da preservação das culturas.
- ✚ adotar o princípio de que somente com o envolvimento da sociedade, sobretudo das comunidades locais (inclusive atuando como parceiros e observadores dos demais atores sociais), é possível uma política patrimonial que seja durável e sustentável.

Para que isso seja real e eficaz, o patrimônio deve ser visto e incorporado como elemento componente das sociedades e não para além delas, com funções reconhecidas, como vetor de seu desenvolvimento e do bem estar coletivo

Assim, junto com a recorrente e indispensável observação da bibliografia referente aos aspectos gerais dos estudos de patrimônio e também daquela referente à área em questão, é indispensável a integração das comunidades presentes na região, a fim de que o trabalho incorpore a maneira como cada grupo social se relaciona com o patrimônio (ainda que não o nomeiem a priori assim) e o que cada grupo observa e reconhece como tal.

Essas relações dos atores sociais em relação ao patrimônio envolvem inúmeras dimensões, as quais refletem tensões e dinâmicas sociais mais amplas. Elas dizem respeito aos procedimentos de identificação, de incorporação, negação, preservação, destruição, promoção, recuperação ou esquecimento dos marcos históricos e culturais presentes na região ou que dependem das populações locais para se manterem vivos (tal como as manifestações culturais a exemplo de festejos, crenças, danças, cantos etc.). Exatamente por isso, cada item do patrimônio se envolve em tramas específicas das sociedades exigindo, portanto, tratamento diferenciado e singular.

5.2 Abrangência espacial

Localizado nos municípios de Santos e Guarujá, o Porto Organizado de Santos compreende as instalações portuárias e terrestres, existentes na margem direita do estuário formado pela ilhas de São Vicente e de Santo Amaro, desde a Ponta da Praia até a Alemoa e, na margem esquerda, desde a ilha do Barnabé até a embocadura do rio Santo Amaro, abrangendo todo o cais, docas, pontes píeres de atracação e de acostagem, armazéns, pátios, edificações em geral, vias internas de circulação rodoviária e ferroviária e, ainda, os terrenos ao longo dessas faixas marginais e em suas adjacências, pertencentes ou não à União, incorporados ou não ao patrimônio do Porto de Santos, ou sob sua guarda e responsabilidade.

No que se refere à obra de aprofundamento do canal de navegação do Porto de Santos, objeto do presente Programa, define-se como **Área de Diretamente Afetada (ADA)**:

- O canal de navegação, onde serão realizadas as ações de dragagem e derrocamento, compreendendo uma extensão de 27 km que se estende desde a barra até a região da Alemoa (**Figura 3**);
- As margens do Canal e uma faixa envoltória com largura de 500 metros;
- A área de deposição de materiais dragados, em mar aberto (**Figura 4**);
- Outras áreas de apoio necessárias, embora o projeto não preveja implantação de canteiros ou acessos.

Como **Área de Influência Direta (AID)** define-se os municípios de Santos, Guarujá, Cubatão e São Vicente (**Figura 5**).

Já como **Área de Influência Indireta (AII)**, considera-se o contexto regional (Baixada Santista), incluindo o município Praia Grande, bem como, o contexto macro-regional (nacional e internacional) aplicáveis a cidades portuárias.



Trecho 1:
Entrada do Canal da Barra até o
Entrepasto de Pesca: extensão de **12,8 km**

Trecho 2:
Entrepasto de Pesca até Torre Grande:
extensão de **6 km**

Trecho 3:
Torre Grande até a Alemoa:
extensão de **9,5 km**

Figura 3 – Área do Canal para Dragagem e Derrocamento

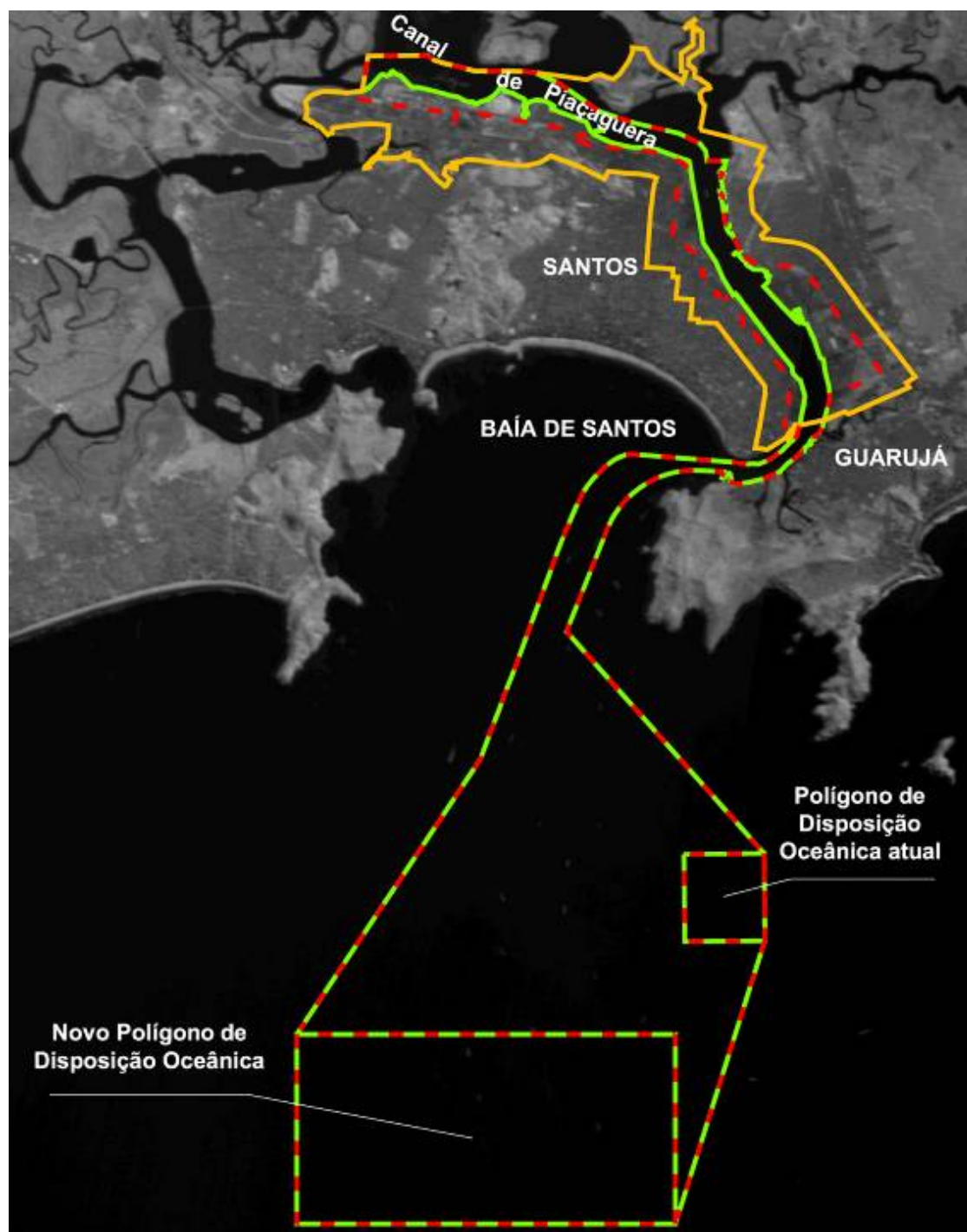


Figura 4 – Área Diretamente Afetada

A dragagem de aprofundamento consiste em aprofundar o canal de navegação e bacias de evolução do Porto até a profundidade de 15 metros, com largura mínima de 220 metros, desde a entrada do canal da barra até a Alemoa, conforme demonstra a **Figura 6**.

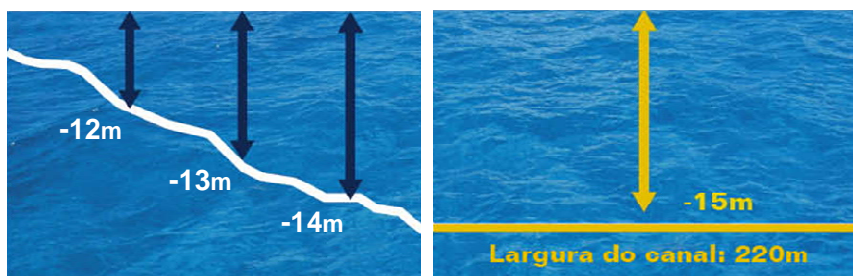


Figura 6: Dragagem de manutenção e o projeto de dragagem de aprofundamento

O volume que será dragado para o aprofundamento do Canal será de aproximadamente 9 milhões de metros cúbicos. Para a dragagem de aprofundamento dos berços será de 3 milhões de metros cúbicos, totalizando 12 milhões de metros cúbicos.

Para a execução da dragagem de aprofundamento será necessário o derrocamento das pedras de Teffé e de Itapema do fundo do canal de navegação. Nesses locais a profundidade do canal será de 16 metros, onde a estimativa de volume a ser derrocado nas pedras é de 33.362,62m³, sendo 8.422,45m³ na pedra de Itapema e 24.940,17 m³ na pedra de Teffé (**Figura 7**).

- Pedra de Teffé: constituindo 2 pedras, a de Teffé está localizada em frente aos armazéns 25 e 26, a uma distância de 50 m (primeira rocha) e 95m (segunda rocha) do cais. A cota acima do terreno é de 12,5, sua maior elevação.
- Pedra de Itapema: localizada mais ao norte da Pedra de Teffé, a 1.600m, com cota de profundidade -10m.



Figura 7 - Localização das Pedras de Teffé e Itapema

Já no que se refere à área de disposição oceânica de material dragado, trata-se do polígono retangular, medindo 4 km por 10 km totalizando 40 Km², localizada já em mar aberto, conforme demonstra a **Figura 8**.

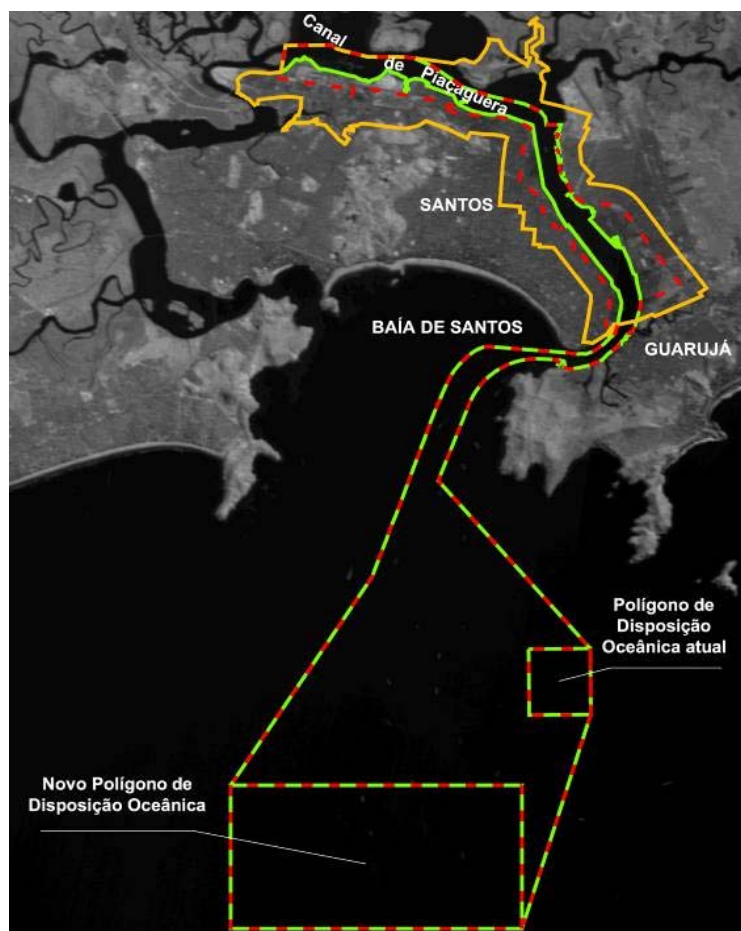
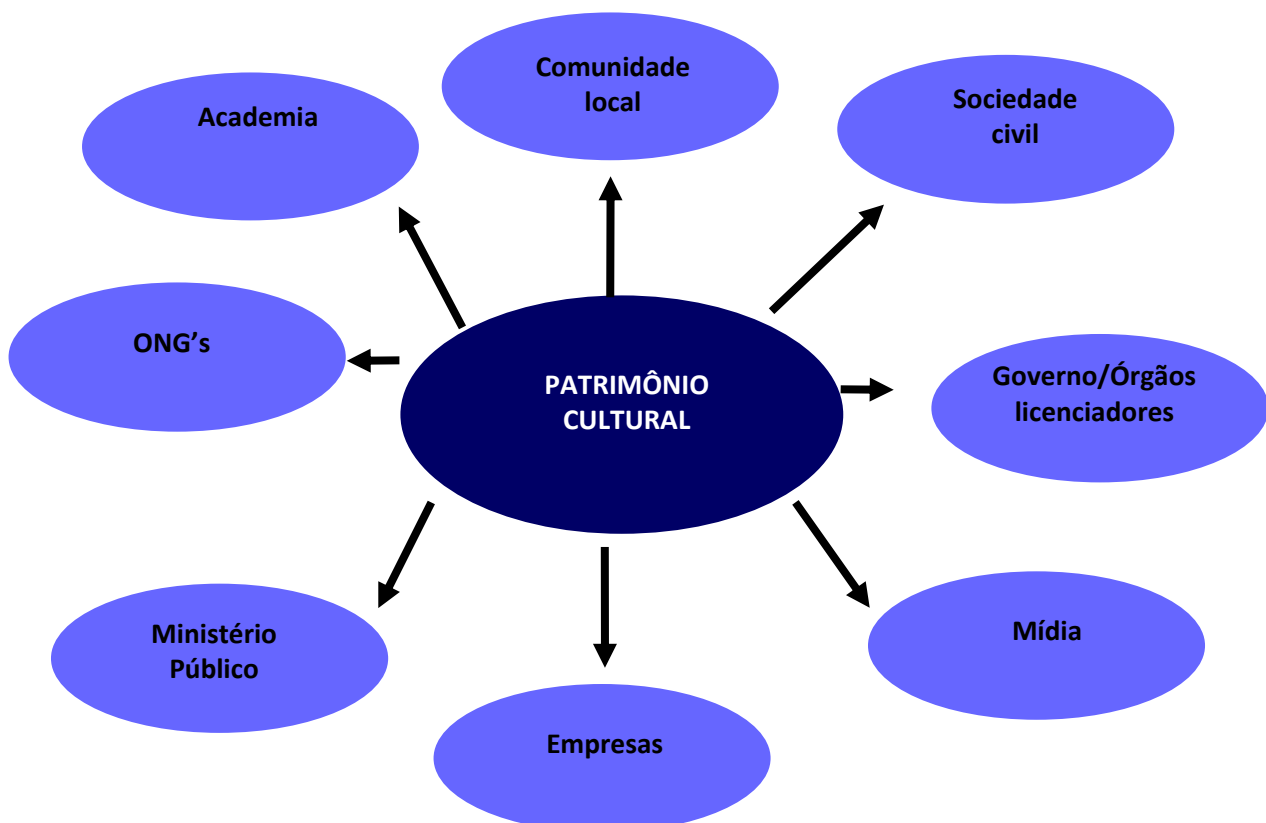


Figura 8 - Localização da área de disposição oceânica (bota-fora).

5.3 Abrangência social

Stakeholder, ou “parte interveniente” (ou ainda, interessada), diz respeito a todos os envolvidos em um processo. O alcance dos objetivos depende da participação de suas partes interessadas, e por isso é necessário assegurar que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores.

Ao longo do tempo a prática da Arqueologia se ampliou tanto em relação à sociedade, como também a grupos governamentais e não governamentais, abrindo um leque variado de stakeholders com os quais deve saber lidar. A figura abaixo sintetiza estas atuais partes intervenientes da prática arqueológica. O presente texto traz, assim, o lay-out de pesquisa definido através da abordagem científica, incorporando os objetivos, percepções e anseios da comunidade, em um processo dinâmico colaborativo e participativo. Dentre os stakeholders que estão sendo envolvidos no Programa, destacam-se as comunidades pescadoras relacionadas à Bacia de Santos e que se localizam na área de abrangência deste Programa, a saber. Conceiçãozinha, Ilha Diana, Monte Cabrão, Vila dos Pescadores e Sítio Cachoeira.



6. CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA

6.1 Síntese conceitual

Os tempos contemporâneos exigem novos posicionamentos das Ciências Sociais, em relação aos seus objetos de estudo. No caso da Arqueologia, já na década de 1980 a corrente pós-processualista alertava sobre sua responsabilidade ética sobre o passado. Estas mudanças levaram a Arqueologia a conquistar novos espaços, que ampliam seus horizontes de atuação, dando maior robustez e consistência ao seu papel social e, também, gerando novas interfaces de trabalho, ou determinando novas configurações àquelas já existentes.

Hoje, as mais recentes referências de preservação, que ampliam os conceitos e abrangência de patrimônio¹ ao agregar novos valores a serem preservados², também contribuem para a extensão da abrangência científica da Arqueologia. Não há como pensar na pesquisa arqueológica sem uma **perspectiva transdisciplinar** para o trato à preservação do patrimônio cultural, em seu *latu sensu*.

Dessa forma, as ações sociais da Arqueologia tornaram-se cada vez mais comuns, com os pesquisadores preocupados em tratar o relacionamento entre a pesquisa, o manejo de bens culturais e os grupos sociais envolvidos. Estas atitudes contribuem na medida em que há o fortalecimento de vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às atividades de preservação.

¹ A própria definição de patrimônio, presente na Constituição, artigo 216, retrata a abrangência deste conceito uma vez que o define como o conjunto de bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira: as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

² Sobre esses valores, "(...) o patrimônio cultural brasileiro não deve se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, mas devem incluir também manifestações culturais representativas para outros grupos que compõem a sociedade brasileira (...)" (LONDRES *Apud* SANTILLI, 2005, p. 77).

Nesse sentido, o arqueólogo tem um papel social a exercer, em seu significado mais amplo. De nada adianta pesquisas extremamente complexas e abrangentes, se a comunidade a que pertence este passado ou que, pelo menos, está indiretamente relacionada a ele, não participar das pesquisas e desconhecer os seus resultados. Assim, embora o passado tenha espaço na pesquisa científica do arqueólogo, o seu papel social leva a realizar ações que envolvem a compreensão do presente, visto como história contínua e não uma história do “outro”, e do futuro.

Neste enfoque, a Arqueologia contribui na busca da sociedade em descobrir a relação com o seu passado envolvendo inúmeras dimensões, as quais, muitas vezes, refletem tensões e dinâmicas sociais mais amplas. Elas dizem respeito aos procedimentos de identificação, incorporação, negação, preservação, destruição, promoção, recuperação ou esquecimento dos marcos históricos e culturais presentes na região, que dependem das populações locais para se manterem vivos. Isso quer dizer que cada item do patrimônio se envolve em tramas específicas das sociedades exigindo, portanto, tratamento diferenciado e singular.

Dessa forma, os diferentes patrimônios de uma determinada comunidade, bairro, região etc., envolvem a análise dos PROCESSOS CULTURAIS da sociedade, ou seja, suas histórias, tradições, manifestações, costumes etc. Como defende a UNESCO, é preciso conhecer mais profundamente o processo de produção desses bens culturais. É preciso compreender as práticas culturais, identificá-las, conhecer sua relação com a cidade, os lugares, o meio ambiente. É preciso conhecer os atores do processo cultural, seja no papel de produtores, de consumidores ou de gestores, pois somente na medida em que reconhecemos esses bens culturais enquanto pertencentes à nossa história e memória, é que garantimos sua valorização e proteção.

Neste longo caminho o arqueólogo, trabalhando com a comunidade, tem o papel de estimular o sentido de pertencimento às diversas histórias, aos variados passados, aos diferentes bens culturais, de forma a orientar as pessoas como gestoras de seu próprio futuro, visando não somente o desenvolvimento sustentável, mas também o desenvolvimento cultural da sociedade, independente de seu grupo social.

Eusébio Leal, um dos responsáveis pelo projeto de gestão pública desenvolvido no centro histórico de Havana que envolve amplo trabalho com as comunidades locais, em uma entrevista cedida ao jornal *Tribuna de La Habana*, relata que,

“Confesso-lhe que somos formados como intelectuais puros, como especialistas que, desde nossos gabinetes ou laboratórios, nos ocuparíamos, preferentemente, dos museus, monumentos e sítios arqueológicos (...). A vida, entretanto, nos levou a considerar – e hoje afirmamos rotundamente – que em nossos países, possuidores de um vasto legado patrimonial, é impossível atuar nos campos da preservação se isso não contempla uma vocação de desenvolvimento social e comunitário.

No que diz respeito às ações de desenvolvimento cultural, caso não diferente encontramos na cidade portuária de Santos. O entorno do porto, localizado na região central, abriga uma variedade de grupos sociais, especialmente de populações marginalizadas como trabalhadores informais, prostitutas, catadores de papelão, dependentes químicos etc. Assim, os valores culturais da região não estão apenas contidos nos edifícios históricos que a compõem, pois seus habitantes lhe conferem um caráter singular, uma vez que a paisagem urbana está indissolivelmente ligada à paisagem humana.

Dentro desta perspectiva, fundamentada na importância das ações de **Arqueologia Pública** desenvolvida com a comunidade, a Educação Patrimonial tem papel indispensável, já que a sua prática tem como foco transcender o esforço escolar regular e alcançar a sociedade em geral, no intuito de contribuir para o estreitamento de vínculos dos atores sociais com o seu patrimônio.

Finalmente, a conceituação teórica da pesquisa está apoiada no tratamento de Paisagens Culturais, voltada para a análise dos processos e formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. Dentre a polissemia que atualmente permeia o tema, paisagem é definida por Bertrand (*apud* CONTI 2003:59) como sendo “o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, em uma determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antropológicos, os quais, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem

dela um conjunto único e indissociável em perpétua evolução”. Sob esse aspecto, a paisagem deve ser entendida como um conjunto de elementos articulados em determinada porção do espaço, constituindo um fenômeno em constante processo de transformação, seja por fatores naturais ou culturais.

Por outro lado, a paisagem representa um espaço definido pela percepção do observador incorporando, portanto, uma série de perspectivas simbólicas. Tal percepção vincula simbolicamente o lugar e o observador refletindo, desta forma, não apenas as características físicas do lugar, mas, também, a *visão de mundo* do observador. Em seu artigo “*A Paisagem como fato cultural*”³, Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2002) bem abordou as questões de percepção e apropriação da paisagem. Segundo este autor “... *não há paisagem sem um observador. A percepção visual é, desta forma, uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem* (Meneses 2002:32).

Da mesma forma, a abordagem holística vai além da interdisciplinaridade, adotando o princípio da transdisciplinaridade, que visa à compreensão da realidade estabelecendo uma relação de complementaridade entre ciência e tradição. Como não podia deixar de ser a Arqueologia, situada na confluência das disciplinas humanas e naturais e, por isso mesmo, dotada de uma vocação intrínseca para a interdisciplinaridade, acabou por se constituir no campo ideal para a convergência de todas estas perspectivas.

Em síntese, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, muitas vezes apresenta várias assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada **Arqueologia da Paisagem**.

Nessa perspectiva, os estudos sobre o cenário de implantação do Porto de Santos e sua área envoltória buscam contar com o envolvimento da comunidade diretamente relacionada à área de pesquisa, sobretudo no reconhecimento e identificação dos vários elementos constituintes da

³ Este trabalho foi publicado na obra *Turismo e Paisagem* (2002) sob a organização de Eduardo Yázigi, reunindo uma série de artigos que tratam da relação paisagem/turismo.

paisagem, nos quais se incluem ainda componentes do patrimônio cultural imaterial.

Assim, o meio ambiente onde está inserido o Complexo Portuário de Santos também foi analisado a partir do enfoque ecossistêmico, segundo o qual existe um conjunto de relações mútuas entre os fatores de um meio ambiente e os seres vivos que nele se encontram, caracterizando um conjunto de interações entre os sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômicos que delinearão o cenário de implantação da área em estudo. Dessa maneira, a abordagem ecossistêmica encontra relação com a perspectiva holística, pois, ao invés do estudo individualizado de cada componente do sistema ambiental, procura tratar da interação entre estes componentes (Christofolletti 1999:45).

O entendimento do *design* da ocupação humana no âmbito do Porto de Santos também propiciou reconstituições ambientais e paisagísticas a partir da análise das formas de apropriação do meio ambiente físico-biótico em relação ao contexto sócio-cultural e econômico das comunidades correlatas à área de pesquisa. Foram considerados seus limites temporais e territoriais e realçada a convergência Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural.

Em resumo, as pesquisas objetivam propiciar uma melhor compreensão sobre a formação e evolução histórica da Bacia de Santos, enfocando as alterações na paisagem em função da ocupação do local e do conjunto de relações sociais, econômicas e culturais que delinearão e nortearão as características de apropriação do espaço naquela parte da Baixada Santista. E é neste contexto que se insere também, certamente, as obras em tela, que integra o conjunto de fatores relativos à dinâmica sócio-cultural regional.

6.2 Ciência aplicada e arqueologia pública

A continuidade do Plano de Gestão do Patrimônio Cultural da Obra de Dragagem e Derrocamento do Porto Organizado de Santos tem forte atuação no desenvolvimento de ações junto à comunidade. Por conta disto destaca-se, no texto abaixo, a conceituação teórica e metodológica dos trabalhos a serem realizados, constituindo as bases de sustentação científica no que se definiu como Arqueologia Pública.

* * *

À medida que a Arqueologia foi firmando-se enquanto disciplina (especialmente a partir do século XIX), o estudo e interpretação da história humana constitui domínio e atribuição de profissionais cientistas, em busca de um “passado objetivo real”. A própria terminologia cada vez mais técnica da Arqueologia, em boa parte adquirida através da conceituação teórica da *New Archaeology*, já no século XX, perpetua a mistificação da disciplina, e sua prática pressupõe uma crescente alienação junto ao público, fazendo crer que pouco há para ser aprendido com a participação da sociedade nas pesquisas.

Dos colecionadores de peças exóticas da Antiguidade aos dias atuais, a Arqueologia não foi apenas capaz de acumular um conhecimento respeitável sobre o passado humano; discutiu incansavelmente, também, sua responsabilidade ética sobre este passado, à medida que apontava novas e mais abrangentes perspectivas de abordar o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Essa iniciativa deveu-se à Arqueologia Pós-processualista que, a partir do início da década de 1980, alertava sobre os cuidados e responsabilidades referentes ao conteúdo das mensagens transmitidas sobre o passado, considerando as dimensões sociais e políticas envolvidas. Isto se aplicava tanto à divulgação científica quanto à divulgação voltada ao público em geral.

Observou-se assim uma crescente preocupação, no cenário internacional, com os aspectos públicos da Arqueologia, entendidos como as questões de planejamento econômico, ações sociais e políticas envolvidas na prática da disciplina. Com a fundação da WAC (*World Archaeological*

Congress) em 1986, a Arqueologia tem tratado de forma mais sistemática o relacionamento entre a pesquisa e manejo de bens culturais e os grupos sociais interessados. O surgimento da primeira publicação periódica sobre o tema, *Public Archaeology* (Londres, James & James), em 2000, assinala o amadurecimento das discussões estratégicas sobre o caráter público da disciplina e sua importância social.

Este movimento vem sendo internacionalmente denominado “Arqueologia Pública”, voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico e histórico. Os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas igualmente sobre as pessoas cuja herança histórica e cultural se relacionava a estes vestígios. Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às medidas de preservação.

No Brasil este momento apresenta uma cor especial. Isto se dá especialmente por conta da conjuntura social e política que atravessa, na qualidade de país em desenvolvimento rumo à era da globalização. À Arqueologia abrem-se preciosas oportunidades de ocupar espaços ainda vazios, voltados a uma abordagem mais abrangente e pluralista de nossa herança cultural.

Essa abordagem prescinde, todavia, de uma profunda mudança de postura com respeito ao nosso “objeto de estudo” e procedimentos de trabalho. Hoje entendemos não ser mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado “Ciência”, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas, novas abordagens, novas discussões. Valendo-me de uma imagem da nossa velha conhecida Teoria de Sistemas, o *turning point* da Arqueologia pode ser sintetizado em uma única palavra: sociedade. Temos, assim, uma mudança essencial de foco, onde a Arqueologia deixa de ser uma ciência com olhar voltado ao passado para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro.

A relação que a Arqueologia estabelece com as diferentes áreas de conhecimento – uma vez que é uma ciência verdadeiramente transdisciplinar, fruto da somatória de cada disciplina científica e humanista – é mais um dos fatores que faz com que muitas pessoas se sintam próximas a ela. Isto se aplica, por exemplo, ao caso da estabilidade e mudança ambiental: através do conhecimento da sucessão de experiências humanas ocorridas sobre um ecossistema, é possível refletir sobre alternativas de gestão e manejo, trazendo uma visão mais global e tangível ao tema.

Hoje, temos necessidade de sermos competentes num mundo multicultural, e a Arqueologia é capaz de proporcionar ferramentas que auxiliem a viver nesta sociedade crescentemente complexa, ensinando as pessoas sobre outras culturas e tempos, fornecendo-lhes ferramentas para melhor compreender a diversidade humana, ao expandir suas visões de mundo. Essa compreensão da diversidade leva à tolerância, que permite a inserção de diversos segmentos da sociedade, tornando todos os indivíduos sujeitos plenos de direitos e deveres: cidadãos. Assim, um dos benefícios públicos da Arqueologia é o mesmo que oferece a história e a ciência: a educação da cidadania.

De fato, não existe um público a considerar, mas vários. Devemos refletir sobre a maneira como nossa sociedade se posiciona com relação ao seu passado: Qual o passado que merece ser resgatado? Quais os mecanismos que a sociedade utiliza para registrar e perpetuar sua própria história? Em oposição às ciências naturais, a ciência social necessita ser, particularmente nestes tempos pós-modernos, pluralista em essência. A admissão de diferenças não põe em cheque a autoridade da disciplina. Ao contrário: o reconhecimento de que as idéias e interpretações são produto de condições históricas específicas amplia o debate e sua contribuição. Se desejamos obter uma compreensão do passado que abranja a complexidade e diversidade de suas mensagens possíveis, então precisamos reconhecer a existência de um público igualmente diverso, e aprender a lidar com ele. Para assim proceder mostra-se necessário reconhecer e respeitar todos os valores atribuídos à herança arqueológica, incluindo a científica.

Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitida ao público deve estar atrelado à história local, construindo um elo de percepção junto ao

público. Isso pode incluir objetos identificados no local, sítios ou vestígios mais conhecidos, dados sobre como os grupos humanos do passado viveram naquele mesmo espaço geográfico, entre tantos outros. Por outro lado a mensagem deve também conter dados sobre a importância deste patrimônio, o fato dele ser único e não renovável, e também o esforço e detalhamento da pesquisa científica necessária para construir o conhecimento, visando sensibilizar o público sobre sua valorização e necessidade de preservação.

No caso brasileiro, onde a sociedade nacional foi formada através de uma ruptura entre as ocupações indígenas que aqui se encontravam e o elemento europeu, mais tarde acrescido pela cultura africana, é freqüente a comunidade atual não reconhecer vínculos com o contexto arqueológico, embora tenha interesse pelo seu sentido exótico. Isso se agrava pelo fato de que até mesmo a construção da História do Brasil tenha sido tradicionalmente feita a partir de sua classe intelectual dominante, resultando em um baixo ou nulo reconhecimento da população em geral como sendo esta a “sua história”. O próprio currículo escolar não inclui uma efetiva história das minorias, apesar de sua participação fundamental na formação e desenvolvimento da sociedade nacional.

Considerando esse conjunto de aspectos, mostra-se essencial que a pesquisa arqueológica seja realizada em conjunto com os descendentes vivos da sociedade que criou ou herdou os vestígios estudados. Assim será possível conduzir os trabalhos a partir de uma perspectiva de “arqueologia democrática”, como define Faulkner (2000), que compreende a realização de trabalhos com base na comunidade, de forma não excludente e não hierárquica, e dedicado a um desenho de pesquisa que pressuponha interação entre os vestígios materiais, a metodologia de trabalho e a interpretação.

Trabalhando em conjunto com a comunidade o arqueólogo pode auxiliar na reconstrução de elementos tradicionais que se perderam através do tempo, bem como dar suporte a atividades como turismo, educação e identidade étnica, contribuindo para o manejo sustentável da cultura.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, “desenvolvimento sustentável” se tornou palavra-chave de um discurso político internacional voltado à qualidade de vida, conservação dos recursos naturais e

responsabilidade para gerações futuras. Apesar das discussões terem sido inicialmente voltadas às ciências naturais e análises de crescimento populacional, relaciona-se a uma discussão baseada na definição social, histórica e cultural do problema: a viabilidade de serem mantidas relações socialmente definidas entre a natureza e a comunidade durante longos períodos de tempo. Desta forma, o discurso sobre sustentabilidade é basicamente público e estreitamente vinculado a problemas como justiça social e regulamentação política.

Sustentabilidade ou não sustentabilidade corresponde a uma qualidade de condições e processos dentro de um *continuum* de condições e processos possíveis. Neste sentido, não se pode considerar a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social de forma isolada. Ao contrário, o foco deve recair na interação entre elas, buscando a viabilidade de suas relações durante longos períodos de tempo. Por outro lado, considerando a rápida transformação por que as sociedades passam atualmente, a sustentabilidade necessita ser concebida dentro de uma perspectiva dinâmica, e não baseada em estruturas estáticas.

Desta forma hoje a Arqueologia parte de um profundo conhecimento do presente para dar significado ao passado e perspectivas de futuro, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. O processo pós-Colonial e as informações tecnológicas disponíveis criaram um novo contexto no qual a Arqueologia deve atuar.

O envolvimento das comunidades locais na investigação e análise do passado tem sido denominado, na literatura, de “Arqueologia Colaborativa”, que prescinde do envolvimento e participação das comunidades na pesquisa, de forma não hierárquica e buscando abranger as diferentes formas possíveis de conhecimento e entendimento do passado, incluindo a científica. Assim, a pesquisa arqueológica deixa de ser feita para a comunidade, uma vez que passa a ser feita com a comunidade.

6.3 Gestão patrimonial e transdisciplinalidade

Atualmente os cientistas sociais têm questionado a plausibilidade e a utilidade de uma antropologia dos mundos contemporâneos (Augé, 1998; García Canclini, 2000). Trata-se de uma conjunção de fatos apontando para a construção de um objeto de estudo cada vez mais complexo, ora pelos processos de imbricação entre as distintas ciências sociais (que permite romper as fronteiras analíticas da especificação disciplinar), ora pela influência política direta que os estudos em ciências sociais vão adquirindo em nossas sociedades. Vale dizer que vamos exigindo uma renovação e uma nova ponderação do espaço teórico-metodológico à luz do que devemos esclarecer sobre os nós que temos percorrido no presente.

Neste ponto, o grande problema teórico surge quando são aplicadas visões descontextualizantes, localizantes e essencializantes sobre os fenômenos de estudo. Não obstante, os **processos de mudança e transformação cultural**, junto com os espectros diversos desde os quais esses processos são gestados, obrigam a pensar uma relação estrutural, ao mesmo tempo que conjuntural, na qual se possam gerar descrições consistentes sobre processos particulares, que do mesmo modo contribuam com visões interpretativas dispostas para a construção de teorias regionais. Esta “**estrutura da conjuntura**”, ou a síntese situacional entre a estrutura e o acontecimento, é uma realização prática das categorias culturais num contexto histórico específico, tal como se expressa na ação interessada dos agentes históricos, desenvolvendo-se em cada uma das particularidades (Sahlins, 1997; Le Goff, 1991). Ao ocorrer isto, as sociedades vão criando processos de construção de **identidade cultural**, o qual desemboca ao mesmo tempo numa cristalização daqueles processos na **história**. Com objetos de estudo dinâmicos é possível planejar pesquisas integradoras e visões teóricas mais complexas.

Por identidade cultural – dentro desta perspectiva – compreendemos aquele processo configurativo de práticas e manifestações culturais, presentes nos grupos humanos que procuram uma cristalização de transcendência ligada à sua permanência e reprodução. Não obstante, acreditamos que nunca se alcança um grau real de cristalização e in-mobilidade histórica, e que também

não existe um início fundador (ou mito de origem real e objetivo das culturas). As etnogêneses, nesse sentido, são sempre procedimentos construtivos, apesar de que nas mentes dos indivíduos a representação daqueles processos seja sempre mais estática e microscópica. Em consequência, o sistema de identidades sociais, ao trabalhar indistintamente nas estruturas sociais e no indivíduo, vai forjando um novo questionamento, ao assumir que as identidades são um processo constante e dinâmico de construção.

Aproximando-nos do nosso “objeto de estudo” surge a necessidade de definir alguns marcos de apoio, úteis para o início do diálogo teórico. Enfrentando este desafio e observando os atuais enfoques transdisciplinares para estudos de contingência, surge-nos um conceito possível de abarcar nossas necessidades específicas referentes à área de estudo. Tal conceito desenvolve-se a partir do uso de uma Antropologia da Paisagem, plausível de integrar tópicos de estudo ligados à ecologia (ou à etnoecologia), à interação das sociedades com os espaços territoriais (etnopolítica e territorialidade), às configurações simbólicas dos atores sobre seu entorno material e imaterial e, sobretudo, aos processos de apropriação da paisagem num sentido holístico e histórico, integrando tanto as estruturas sociais como culturais dos atores envolvidos.

A garantia de uma correta abordagem dos diversos assuntos envolvidos é indispensável para que se alcance a sustentabilidade do empreendimento, resultado dos cuidados aplicados na busca de sua qualidade social e ambiental. Inclui-se também neste diálogo transdisciplinar aspectos econômicos envolvidos com diretrizes dos municípios e uso do solo, com implicações diretas na preservação e no manejo do patrimônio arqueológico, incluindo:

- Intensidade das atividades econômicas nos entornos da obra;
- Estrutura de ocupação e tendências de concentração;
- Criação de indicadores de acompanhamento e avaliação de impactos econômicos, turismo e outros sobre o patrimônio cultural e arqueológico
- Medidas mitigadoras de impactos de origem econômica
- Atuação junto aos municípios em seus planos diretores e planos diretores de turismo

- Atuação junto ao Estado em seus programas regionais de desenvolvimento econômico, turismo e lazer, educação ambiental

Em síntese, será somente a visão transdisciplinar que os objetivos do presente Programa de Gestão poderão ser alcançados em sua essência, correspondendo, portanto, sua perspectiva e conceituação teórica básica.

Efetivamente, a evolução do desenvolvimento dos estudos ambientais, desde a emissão da Resolução CONAMA N° 01/86, tem sido muito grande e vem exigindo novas posturas dos empreendedores para o enfrentamento dos vários temas tratados por esses estudos.

Além da visão holística e multidisciplinar necessária para o tratamento técnico das questões ambientais, há que se considerar todos os demais aspectos envolvidos, tais como os estudos e os diversos processos de licenciamento, bem como os entendimentos com as entidades governamentais locais e regionais face ao novo pólo de desenvolvimento e, de forma ampla, com a sociedade.

A garantia de uma correta abordagem dos diversos assuntos envolvidos é indispensável para que se alcance a sustentabilidade do empreendimento, resultado dos cuidados aplicados na busca de sua qualidade social e ambiental.

O uso dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente necessita a utilização das melhores práticas que justifiquem as demandas sociais e econômicas envolvidas. Isto resulta na necessidade crescente da implantação de empreendimentos de infra-estrutura em todo território brasileiro, de forma a socializar seus benefícios.

O conjunto das ações necessárias para a efetiva realização e operação de um empreendimento, sua organização, a correção ecológica e social de seus objetivos, a integração entre os diversos planos e programas promovendo uma efetiva sinergia entre eles é, atualmente, englobado sob a forma de Manejo Ambiental, operacionalizada através de Programas de Gestão. Dentro deste contexto, o presente Programa de Gestão de Patrimônio Cultural visa abranger o patrimônio presente na área de abrangência da obra de dragagem e derrocamento do Canal de Santos.

Assim, na sua formulação, o Programa leva em consideração os estudos já realizados e aqueles em desenvolvimento; as licenças ambientais obtidas e suas condições de validade; os parâmetros legais vigentes e aplicáveis ao empreendimento; e as diversas demandas surgidas ao longo da implementação e operação do empreendimento, organizados sob uma visão holística.

7. O CONTEXTO REGIONAL DE OCUPAÇÕES HUMANAS

Para a análise dos contextos de ocupação humana da região do empreendimento foram elaborados quadros que sintetizam o conhecimento arqueológico produzido até hoje, os quais destacam as principais características das sociedades indígenas que, em diversos momentos da história, interagiram naquele espaço.

Conforme apresentado abaixo, os dados disponíveis estão relacionados a pesquisas desenvolvidas em determinadas porções da região abrangida pelo presente Programa. Por isso mesmo o texto lança mão, em diferentes momentos, de dados disponíveis para uma região bem mais ampla, envolvendo a Baixada Santista como um todo. A partir deste conjunto de informações é possível elaborar um quadro regional de ocupações humanas onde a área do empreendimento se insere e, a partir dele, realizar uma análise científica do significado dos patrimônios efetivamente presentes dentro da área do Projeto em tela, a partir dos resultados obtidos com os trabalhos de campo.

Como parte das análises voltadas à sistematização dos dados documentais disponíveis foi realizado, inicialmente, um levantamento no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), disponibilizado pelo IPHAN /MinC em seu site www.iphan.gov.br. Para tanto, foram pesquisados os municípios abrangidos por este estudo, a saber, Santos, Guarujá, Cubatão e São Vicente, com objetivo de obter um contexto de ocupação para a conformação paisagística de Santos.

Além da pesquisa no site do IPHAN, foram também considerados os dados obtidos pela bibliografia, resultando em uma listagem de sítios arqueológicos, conforme apresenta a **Tabela 1**.

Esta tabela traz mais de 27 sítios arqueológicos pesquisados na região, entre arqueológicos e históricos. A grande maioria deles (20 sítios) se localizam no município de Santos, havendo ainda 6 em Cubatão e 1 no Guarujá. Nenhum sítio em São Vicente foi ainda cadastrado no CVSA/IPHAN (conforme **Figura 9**).

Certamente este número não corresponde ao total de sítios ali presentes, mas apenas ao estágio atual das pesquisas desenvolvidas, conforme texto que se segue.

Tabela 1 – Listagem de sítios arqueológicos cadastrados, AID e AII.

Nome do Sítio	Localização	Tipo	Vestígios arqueológicos	Pesquisador/ Instituição	Coordenadas
Casarão do Comendador Ferreira Neto	Santos	Histórico	Vestígios de edificação	Eliete Pythagoras Britto Maximino/IPARQ - Instituto de Pesquisa em Arqueologia / UNISANTOS	
Engenho do São Jorge dos Erasmos	Santos	Histórico	Vestígios de edificação com ocorrência de material malacológico e cerâmico, etc.	Margarida Davina Andreatta/Museu Paulista/USP	361523/7350949
Casa da Frontaria Azulejada	Santos	Histórico	Vestígio de edificação	Eliete Pythagoras Britto Maximino/IPARQ - Instituto de Pesquisa em Arqueologia / UNISANTOS	483039/7353144
Mosteiro de São Bento	Santos	Histórico	Sítio histórico, superficial, apresentando cacos diversos	Eliete Pythagoras Britto Maximino/IPARQ - Instituto de Pesquisa em Arqueologia / UNISANTOS	
Porto do Valongo	Santos	Histórico	Vestígios de edificação	Eliete Pythagoras Britto Maximino/IPARQ - Instituto de Pesquisa em Arqueologia / UNISANTOS	483039/7353144
Casarão do Valongo	Santos	Histórico	Vestígios de edificação	Central Regional de Pesquisas Arqueológicas - Mapeamento Arqueológico do Centro Histórico Expandido de Santos	364366/7325707
Cemitério Igreja Irmandade dos Homens Pretos	Santos	Histórico		Central Regional de Pesquisas Arqueológicas - Monitoramento Arqueológico da Ampliação da Linha do Bonde Turístico de Santos	364589/7352458
Igreja da Misericórdia	Santos	Histórico	Vestígios de edificação	NUPEC-Monitoramento	364786/7352512

					Arqueológico da Ampliação da Linha do Bonde Turístico de Santos	
Largo Senador Vergueiro	Santos	Histórico			Central Regional de Pesquisas Arqueológicas - Mapeamento Arqueológico do Centro Histórico Expandido de Santos	364555/7352766
Pavilhão dos Tuberculosos	Santos	Histórico			NUPEC - Monitoramento Arqueológico das Obras de Revitalização do Teatro Guarany - Santos/SP.	364407/7352144
Quilombo do Jabaquara	Santos	Histórico			Central Regional de Pesquisas Arqueológicas - Mapeamento Arqueológico do Centro Histórico Expandido de Santos	363653/7351862
Sambaqui da Ilha Diana	Santos	Pré-histórico	Fragmentos de ossos humanos em meio a conchas moídas e raras ocorrências líticas		Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 0366 899 / 7354605
Sambaqui Ilhota do Chiquinho	Santos	Pré-histórico			Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 0367575 / 7354964
Sambaqui EMBRAPORT 1	Santos	Pré-histórico	Foram encontrados ostras com lucinas ocasionais, poucos artefatos polidos e escassos vestígios ósseos		Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 0366561 / 7354697
Sambaqui dos Ingleses	Santos	Pré-histórico	O pacote arqueológico apresenta-se por ostras e berbigões		Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23 K 0367392 / 7354321.

Sambaqui Morro Alto	Santos	Pré-histórico	Identificados sepultamentos humanos e também lascas e artefatos polidos	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 0373062 / 7353681
Sambaqui Monte Cabrão	Santos	Pré-histórico	Os vestígios encontrados foram conchas, artefatos polidos, ossos de pequenos mamíferos e humanos (fêmur)	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 0370816 / 7354158.
Sambaqui do Sandi	Santos	Pré-histórico	Diminuta quantidade de artefatos líticos, poucos artefatos ósseos e alguma fauna	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 0365993 / 7354044
Sítio da Barca	Santos	Pré-histórico	Fragmentos de cerâmicas e fragmentos de ostras	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	7350993,310 / 365929,438
Sítio CODESP	Santos	Multicomponencial (pré-histórico e histórico)	Fragmentos de cerâmicas e fragmentos de ostras	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	7352674840/ 365000865
Sítio Engenho Itabatinga	Santos	Histórico	Estrutura de um antigo engenho que apresenta-se em taipa, coberto por telhas do tipo capa e canal sobre vigas originais de madeira lavrada	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23 K 0368714 / 7355800
Sítio Sandi 2	Santos	Sambaqui	Sedimentos de coloração negra e imensas conchas univalves, algumas bivalves e, sobretudo, conchas decimétricas (ostras), a maioria das quais fragmentada.	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 036 58 63 / 735 58 89

Sítio Sandi 3	Santos	Histórico	Estruturas de pedra próximas a uma gamboa	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 036 58 99 / 735 58 70
Sítio Neves	Santos	Histórico	Fragmentos de telha capa e canal, algumas pedras de granito de média dimensão e, também, um fragmento de cerâmica comum, neobrasileira.	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 036 30 91 / 735 59 65
Sítio Pedreiras	Santos	Sambaqui	Solo formado por sedimentos de coloração negra, entremeado por grande quantidade de grandes conchas univalves, algumas bivalves e, sobretudo, conchas decimétricas (ostras)	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 036 12 55 / 735 65 34
Complexo Construtivo do sítio Santa Rita	Santos	Histórico	Complexo construtivo e arquitetônico denominado Sítio Nossa Senhora das Neves.	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 036 39 10 / 735 62 28
Ruínas da Ilha Barnabé	Santos	Histórico	Existem referências a estruturas construtivas nesta ilha (ruínas), de um provável engenho do século XVIII	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	
Área de Interesse Histórico Neves	Santos	Histórico	Estrada que percorre toda a encosta, dentro da Mata Atlântica e passa junto ao sítio Neves.	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 036 30 73 / 735 59 62
Área de Interesse Histórico Casa de Pedra	Santos	Histórico	Pequeno conjunto arqueológico, denominado "Casa de Pedra" formado por uma casa, um muro de contenção, um píer e	Erika Marion Robrahn-González, Paulo Antônio Dantas de Blasis - DOCUMENTO Ltda.	23K 036 37 52 / 735 60 34

			alicerces em pedra de estrutura indeterminada.		
Calçada do Lorena	Cubatão	Histórico	Trajetó histórico de subida da Serra do Mar	Paulo E. Zanettini	
Cosipa 1	Cubatão	Sambaqui	Sepultamentos, material lítico, conchas, estruturas de combustão	Caio Del Rio Garcia, Dorath Pinto Uchôa, MAE/USP	
Cosipa 2	Cubatão	Sambaqui	Sepultamentos, material lítico, conchas, estruturas de combustão	Caio Del Rio Garcia, Dorath Pinto Uchôa, MAE/USP	
Cosipa 3	Cubatão	Sambaqui	Sepultamentos, material lítico, conchas, estruturas de combustão	Caio Del Rio Garcia, Dorath Pinto Uchôa, MAE/USP	
Cosipa 4	Cubatão	Sambaqui	Sepultamentos, material lítico, conchas, estruturas de combustão	Caio Del Rio Garcia, Dorath Pinto Uchôa, MAE/USP	
Cosipa 5	Cubatão	Sambaqui	Sepultamentos, material lítico, conchas, estruturas de combustão	Caio Del Rio Garcia, Dorath Pinto Uchôa, MAE/USP	
Armação de óleo de baleia de Bertiooga	Guarujá	Histórico	edificação (alvenaria em pedra e tijolos), cuja função era industrializar o óleo de baleia. Tombado pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT.	Marizilda Couto Campos	

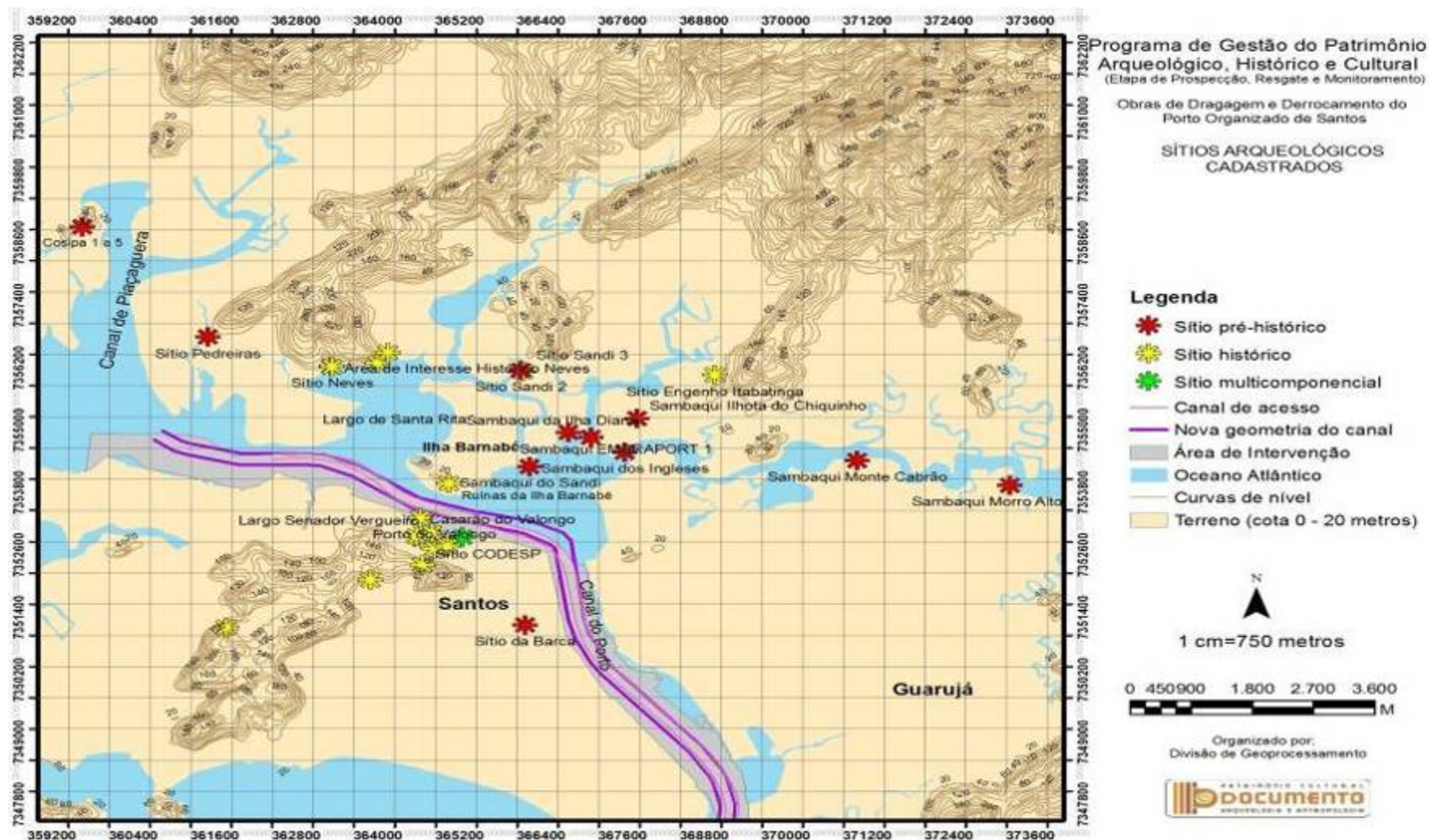


Figura 9 - Mapa de sítios arqueológicos cadastrados na AID e AII.

7.1 O contexto arqueológico

Os vestígios arqueológicos pré-Colônias até o momento mais antigos conhecidos para a região da baixada Santista são formados por sítios do tipo sambaqui (Uchoa e Garcia 1986, Uchoa 1981/82, Uchoa *et alii* 1989, Lima 1999/2000). Alguns deles foram datados, indicando uma ocupação humana entre 4.400 e 1.180 anos atrás.

De fato, os sambaquis estão presentes ao longo de toda a faixa costeira que se estende desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, apresentando uma cronologia ininterrupta de aproximadamente 6.000 anos, estendendo-se entre 7.000 e 1.000 anos atrás. Estes sítios se caracterizam por formarem grandes amontoados de conchas em lentes superpostas, constituindo uma plataforma topograficamente distinta do substrato geológico, que pode alcançar uma extensão de mais de 100 metros e altura de 30 metros.

Alguns deles são menos espessos e com menor quantidade de vestígios, tendo sido denominados de “acampamentos conchíferos”, provavelmente relacionados ao final do período de ocupação destes grupos no litoral (Barros Barreto 1988).

A presença, em vários sambaquis, de enterramentos humanos indica o uso do local enquanto cemitério. Os enterramentos ocorrem sempre por inumação direta, simples ou múltipla, muitas vezes acompanhados por algum mobiliário funerário. Todavia, a presença de vestígios relacionados a diversas atividades do cotidiano (como estruturas de cabanas, fogueiras, áreas de elaboração de artefatos, entre outros) indica que, em vários casos, os sambaquis teriam correspondido a locais de múltiplas atividades.

As indústrias apresentam instrumentos líticos lascados tipologicamente pouco variados, constituídos basicamente por lascas utilizadas como facas, talhadeiras, machados, bigornas e pesos de rede. Já a indústria lítica polida apresenta artefatos de grande requinte tecno-morfológico, incluindo verdadeiras esculturas zoomorfas e antropomorfas. É freqüente, ainda, a utilização de conchas, ossos e dentes de animais na confecção de instrumentos como pontas projéteis, agulhas, anzóis e furadores, bem como na

confeção de adornos (colares e pingentes diversos) (Prous 1992, Schmitz 1984 a e b).

A recorrência destes elementos sugere um mesmo padrão cultural entre as populações que ocuparam os sambaquis. Mas esta questão permanece em aberto, uma vez que as variações regionais e cronológicas não foram tratadas de forma sistemática. Estudos recentes têm procurado avançar nesta discussão, tanto através da pesquisa intensiva de alguns sítios selecionados (estudos intra-sítio) como através da comparação de sambaquis localizados em uma mesma área (estudos inter-sítios) (Gaspar *et alii* 1999; Lima *et alii* 1999, entre outros).

Quanto ao padrão de subsistência apresentado pelos grupos sambaqueiros, estaria baseada na pesca (incluindo pesca de alto mar) e na coleta, complementada pela caça e, em menor escala, pela cata de mariscos. De fato, o grande volume de conchas de mariscos presente nos sambaquis não corresponderiam a restos de comida que foram sendo acumulados ao longo dos anos, mas sim a “elementos construtivos” disponíveis no ambiente marinho, a partir dos quais foram sendo erguidos os sítios (Gaspar *et alii* 1999, Figuti 1999)

Embora os sambaquis ocorram em grande parte da faixa costeira do sul/sudeste brasileiro (havendo ainda algumas áreas de ocorrência no nordeste), sua distribuição não se dá de forma contínua. Ao contrário, aparecem concentrados em áreas geralmente menos expostas ao mar aberto, em baías com ambientes de Mangue. Exemplos clássicos são o sul de São Paulo (Cananéia e Ilha Comprida), o norte do Paraná (baías de Paranaguá, Antonina e Laranjeiras) e a baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Em cada uma destas áreas são conhecidos mais de 100 sítios sambaqui (Uchoa 1978/79/80; Posse 1978; Figuti 1999). A baía de Santos apresenta, portanto, as condições ambientais características para abrigar uma ocupação sambaqueira mais intensiva.

Estes sítios são conhecidos (ou reconhecidos) desde as primeiras incursões dos europeus no litoral brasileiro, tendo sido explorados exaustivamente para extração de material construtivo, até bem recentemente. Devido ao fato de se concentrarem em regiões lagunares e baías que foram,

desde o início da colonização portuguesa, foco da implantação dos primeiros núcleos urbanos (Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Vicente e Santos, Laguna, entre outros), foram explorados à exaustão, encontrando-se praticamente extintos em algumas destas áreas, inclusive na Baixada Santista, área focal deste estudo.

Sobre a região da Baixada Santista os estudos desenvolvidos não são tantos, mas são importantes. Foram estudados, em maior ou menor detalhe, apenas alguns sambaquis, descritos abaixo, compreendendo um período de ocupação de cerca 3.500 anos. No entanto, é certo que existem (ou existiram) muitos outros sambaquis pela região. Alguns foram reportados por estudos de geólogos quaternaristas (Martin *et al.* 1984, Suguio 1993), mas nunca chegaram a receber cadastro arqueológico ou serem relacionados aos sítios já conhecidos. Cabe lembrar que muitos sambaquis foram destruídos desde o início do período Colonial, seja devido à utilização destes depósitos de conchas para fabricação de cal (que recobriu grande parte das ruas e calçamentos dos núcleos urbanos antigos), seja em função dos enormes aterramentos realizados na baía por conta das instalações portuárias e industriais a partir do final do século XIX, ou ainda mais recentemente, por conta da especulação imobiliária.

Os sambaquis estudados sistematicamente na Baixada Santista são poucos e, dos estudos anteriores aos anos 40, não há muito a se extrair. O destaque recai sobre os já citados Loefgren e Calixto, que fazem saber aos pesquisadores atuais o grande número de concheiros existentes na região. A primeira descrição mais cuidadosa provém do trabalho de Biocca, Hoge & Schreiber (1947), que realizaram escavações em dois sambaquis então ainda bem preservados, Maratuá e Mar Casado, sítios estes que seriam revisitados nas décadas seguintes, antes de seu completo desaparecimento.

Maratuá, sem dúvida, é um dos mais interessantes entre os sítios estudados na Baixada, implantado á margem esquerda de um pequeno córrego não longe do canal de Bertioga, semimergulhado no Mangue. Com cerca de quarenta metros de comprimento na porção central e uma altura entre 5 e 6 metros e morfologia nitidamente monticular, encontrava-se já bastante destruído por atividades de mineração quando começou a ser estudado, por

volta de 1954, por Joseph Empeaire, vindo a convite da Comissão de pré-História de São Paulo. Reportado preliminarmente no Encontro de Americanistas em São Paulo (Empeaire 1955), foi descrito de maneira bastante detalhada alguns anos depois e também, de maneira mais resumida, no célebre opúsculo de Paulo Duarte (1968:53-55), *O sambaqui visto através de alguns sambaquis*.

Segundo a excelente descrição que se encontra em Empeaire & Laming (1956), sua estrutura estratigráfica exibiu cinco pacotes principais. A primeira, uma camada húmica de espessura variável, exibiu uma mistura desorganizada de restos de ossos humanos, conchas e fauna, com alguma quantidade de objetos de metal (inclusive uma empunhadura de sabre em bronze) e cerâmicas diversas, inclusive louças; foi achada ainda uma moeda de 10 réis com a efígie de D. Pedro II, datada de 1863.

A segunda camada pouco se distingue da anterior, mas se torna mais espessa e homogênea, com sedimentos mais escuros, orgânicos, mais moluscos e bastante carvão, poucos vestígios líticos e sem estruturas aparentes. Juntamente com a camada acima, alcança quase um metro na porção central, mais alta, do sambaqui. Deste pacote dezenas de ossadas humanas já haviam sido removidas no processo de mineração, sendo a camada com mais sepultamentos do sítio.

Na terceira camada aspectos distintos aparecem, na forma de extensas lentes de carvão e cinzas, formando superfícies convexas mais ou menos extensas que se entrecruzam na porção central do sambaqui; conchas e líticos ocorrem de forma esparsa. Os autores (*op cit.* 48) argumentam que não se trata de fogos domésticos ou fundos de habitação, devido à ausência de estruturas e artefatos; trata-se de fogos extensos de matéria vegetal queimada com ausência de materiais lenhosos, de que restaram espessos pacotes de cinzas mais ou menos espessos. Foram encontrados aqui também vários artefatos sofisticados em osso e pedra, tais como agulhas, colares e pequenos machados com perfurações, estes últimos acompanhando um dos poucos sepultamentos encontrados bem na base do pacote.

A camada seguinte pouco difere da anterior, sendo dela separada por uma lente espessa de cinzas e objetos (ossos, pedras) calcinados que se prolonga

por toda a extensão do sítio, sugerindo um momento de interrupção em sua construção, seguido por uma retomada no processo construtivo. Melhor preservada que as camadas acima, repletas de conchas e carvão abundante, exibiam níveis concrecionados de onde provém a maior parte dos esqueletos exumados neste sítio, freqüentemente acompanhados por grandes pedras. Duarte (1968:57-58) chama a atenção para pedras grandes e chatas, queimadas, acompanhadas de restos de fauna, carvões e cinzas, interpretadas como fogões. Nesta camada, e na anterior, restos de fauna são abundantes, peixes e também mamíferos terrestres.

A partir desta camada as escavações não puderam prosseguir, pois a base do sambaqui, sob o nível das marés cheias, fazia água, deixando entrever um pacote mais ou menos espesso, de pelo menos dois metros de espessura, onde predominam conchas de ostra inteiras, formando como que uma plataforma sobre o sedimento escuro do Mangue. De fato, todo este sambaqui se encontrava tomado pela umidade, que deixava ossos e conchas, pedras inclusive, bastante friáveis. Embora não tenham conseguido alcançar a base do sítio e investigar seu substrato geológico, os autores acreditam que o sambaqui não se assentava sobre o Mangue, mas provavelmente sobre uma borda de sedimento arenoso sobre o qual o pacote basal de ostras conformaria uma plataforma inicial pra a construção do sambaqui. As descrições preciosas de Joseph Emperaire e Annette Laming possibilitam interessantes reflexões acerca do caráter construtivo deste sítio, que foram exploradas por Paulo Duarte (1968) e serão retomadas mais adiante neste estudo.

Outro sambaqui muito importante para a arqueologia da Baixada Santista é Mar Casado, situado a 300m da antiga estrada Guarujá-Bertioga (km 3,5), a 700 m da praia, à beira do ribeirão Perequê. Uma primeira descrição estratigráfica deste sítio aparece em Biocca, Hoge & Schreiber (no. 1, 1947), revelando sua estrutura em 4 grandes pacotes e dois sepultamentos na camada central, uma seqüência que seria melhor descrita a partir das escavações de 1961 e 1962, coordenadas por Paulo Duarte (1968:65-80)⁴.

⁴ Além de Mar Casado, três outros sítios são descritos por Biocca e colegas: um de menores proporções bastante próximo a este sambaqui (também citado, rapidamente, em Duarte 1968), outro junto ao canal de Bertioga, que parece corresponder a Buracão (ver mais adiante), e

Este sambaqui se encontra assentado sobre um terraço arenoso ao sopé de formações cristalinas situadas, hoje, a alguns quilômetros ao fundo da praia de Perequê, na ilha de Santo Amaro; no entanto, à época de sua construção, há quatro mil anos atrás, encontrar-se-ia na borda de uma das ilhas de um arquipélago existente na área (Ab'Saber 1965). Com cerca de 3,5 metros de altura em sua porção central e dimensões em torno de 30x25 m, era composto principalmente de ostras, mas uma variedade de outros moluscos também se encontrava presente, em menores proporções.

A estrutura estratigráfica era caracterizada, grosso modo, por quatro pacotes de sedimentos, todos (com exceção da camada húmica) repletos de conchas em decomposição e materiais misturados, com grande abundância de fauna, materiais líticos principalmente em rochas básicas (“lâminas de machado, grande quantidade de seixos, grandes e pequenos, pedras várias denunciando uso, fragmentos de rocha, grandes e pequenos, atípicos”) e vestígios faunísticos, objetos de osso (vários de bula timpânica de baleia, como os tortuais) e dentes trabalhados, e também restos humanos, freqüentemente desestruturados, estes últimos ausentes na camada húmica e na basal. Chama a atenção a presença de “abundantes ossos de baleia em toda a extensão do depósito, do cimo à base (e) crânios de boto, principalmente na camada inferior”. Após a camada superficial, húmica, bastante espessa, segue-se “uma primeira camada de conchas que se confundia, com freqüência, com acumulações de restos orgânicos: seguida de uma camada espessa de conchas decompostas de mistura com restos orgânicos e uma boa camada basal de conchas”, tudo isso assentado sobre um terraço arenoso e aplainado.

Segundo Guidon (1964), a camada orgânica inferior tinha cerca de (11x19 metros e cerca de um metro de espessura no flanco N/NW do sítio, com indústria abundante. Duarte destaca a presença dos tortuais, postulando aos grupos sambaquieiros a habilidade de tecer fibras vegetais. Destaca também, nas camadas médias do sambaqui, a presença de “dois fogões... de pedras grandes, ainda perfeitamente armados, com muito carvão e cinza, mas nenhum

outro ainda no sopé das elevações cristalinas da porção central da ilha; este último, com implantação análoga a Mar Casado e que aparentemente tinha proporções consideráveis, parece ter desaparecido completamente antes de ter sido estudado.

fundo de cabana ou qualquer vestígio de habitação no sambaqui”. Mais ainda: “O carvão e a cinza abundante não apenas nesses fogões, mas também em fogueiras extensas, com abundantíssimos resíduos alimentares, restos de peixe, crustáceos, tartarugas, mamíferos marinhos (baleia, boto), seláquios (várias espécies) alguns mamíferos terrestres, da anta ao rato, passando pela capivara, paca, cotia, porco-do-mato, veado, gambá”, e grande quantidade de dentes destes animais, trabalhados ou não. Esta camada espessa concentra vários sepultamentos que traziam rico acompanhamento funerário, incluindo coifas e colares de conchas, em especial do pequenino molusco *Olivella verreauxi*. Sobrepe-se à camada basal de ostras de 40 cm na borda noroeste do sítio, e dos outros lados encontrava-se margeada por um anel de ostras, tudo sobre a areia, com grande quantidade de fauna terrestre diversificada.

Na porção inferior da camada basal foram encontradas ossadas grandes de baleia e crânios de boto repousando sobre o solo arenoso e, cerca de 50 cm abaixo, um sepultamento bastante deteriorado, acompanhado de ocre e uma lâmina de machado pequena. Sondagens realizadas no solo arenoso revelaram uma espessura de cerca de 90 cm, encontrando-se abaixo o assim chamado manguito, sedimento de cor escura, bastante oxidado e concrecionado. Cabe observar que este sambaqui é o único, dentre os estudados na Baixada Santista, que se encontrava voltado para a praia quando foi construído, cerca de 4 mil anos atrás; de fato, Figuti (1992:66) observa também que é o único que exhibe “uma proporção importante de vestígios de bivalves de praia”. Guidon (1964) interpreta o sítio como acampamento, provavelmente com base na seqüência irregular de solo orgânico e conchas; cita, também, “estacas em plano” na camada orgânica superior, formando um semicírculo, interpretado como evidência de cabana. Mas informa a presença de quatro sepultamentos, um na base do sítio e três na camada de restos orgânicos.

Do sambaqui do Buracão pouco foi publicado. Sua melhor descrição foi feita por Luciana Pallestrini (1964; aparece também como o sambaqui S3 em Biocca et al 1947). Situava-se às margens do canal de Bertioga, sobre o qual formava um barranco, junto a um pequeno córrego, e apenas um terço dele restou após sua destruição pela construção da estrada Bertioga-Guarujá. Com

cerca de 200 m² de área, na parte remanescente restou apenas um pacote de 1,20 m de espessura. Sua vocação funerária parece ser indiscutível: são 43 sepultamentos em uma área escavada de 25m². Paulo Duarte (1968:79-80) descreve um sepultamento peculiar ali encontrado, junto ao qual havia um grande número de objetos refinados em osso e pedra que teriam sido depositados no interior de uma carapaça de tartaruga.

Sua estrutura estratigráfica exhibe uma camada de ostras pequenas, seguindo-se um pacote orgânico escuro (terra preta), fogueiras (cinzas), tudo sobre uma base irregular de ostras grandes depositada sobre a vertente onde afloram grandes matacões graníticos. A autora afirma, explicitamente, que a camada basal de conchas como que nivela a superfície irregular do terreno, criando uma plataforma aplainada. A camada preta rica em indústrias e restos faunísticos extrapola a área do sambaqui para os lados, mas dentro dele se encontra entre as camadas de conchas, que são mais espessas a noroeste, encontrando-se a sul e leste as “áreas de habitação” (solo escuro), ricas em restos alimentares e indústrias – e também sepulturas. A decapagem do sítio em superfícies amplas desenvolvida pela autora mostrou que as áreas de terra preta da base são menores, e as do topo são mais extensas e, eventualmente, extrapolam o concheiro, exibindo contigüidade e continuidade com a espessa camada de cinzas que aparece no meio do pacote. Uma observação importante é que as 43 sepulturas se encontravam na área nuclear do sambaqui (op. cit.:300). Pallestrini, ao contrário de Paulo Duarte (1968), considera que este sambaqui conjuga sepultura mais habitação, sendo assim “pré-neolítico”, não crendo que se trate de uma necrópole separada da habitação.

O sambaqui de Piaçaguera é um dos sítios mais bem descritos da Baixada Santista. Após alguns trabalhos preliminares (Pallestrini 1964), foi sistematicamente escavado por Dorath P. Uchoa e Caio Del Rio Garcia, e se encontra descrito principalmente em Uchôa (1973) e Garcia & Uchôa (1980). De dimensões medianas, este sambaqui (que já não mais existe) estava implantado na base de uma vertente do morro da Tapera, entre os rios Mogi e Quilombo, às margens de um antigo canal, distando, à época das escavações, realizadas nos anos 60, cerca de 100 metros do Manguezal. Já não se

encontrava intacto nessa ocasião, atravessado por uma estrada e parcialmente afetado por atividades de mineração.

Sua estrutura estratigráfica é descrita na forma de três grandes pacotes, ou camadas (Uchôa 1973:63-64). A camada superior, húmica, com cerca de 25 cm de espessura, é composta por sedimento escuro entremeado de conchas fragmentadas e outros vestígios mais ou menos desarticulados e em pouca quantidade. O pacote central (camada II), mais espesso (cerca de 95 cm), com sedimento “de cor marrom escuro, muito rico em restos de peixes e caranguejos, ostras de tamanho pequeno, predominando as conchas trituradas de *Mytella* e restos de fogueiras. Essa grande camada (ou pacote), onde se observou “grande número de enterramentos... (é) constituída... “de conchas de moluscos e restos de animais, e dispostas em camadas relativamente mal definidas e, por vezes, de maior ou menor espessura, separadas por leitos de carvão, contendo numerosas evidências de ocupação humana”. De fato aqui se concentram também, como se confirma mais adiante, a maior parte das indústrias lítica, óssea e conchífera encontradas no sítio, e o perfil que aparece em Garcia & Uchôa (1980:24) mostra, com clareza, uma seqüência de lentes amarelo claro (devido à grande quantidade de restos de peixe) ou com cinzas, dispostas de maneira mais ou menos concordante com a geometria convexa do pacote. Desta camada Garcia & Uchôa (1980:23) dizem que “apresentava finos estratos mal definidos e confusos, porém, perfeitamente perceptível o subparalelismo dos mesmos. Nessa camada estavam concentrados os enterramentos, nos níveis médios do depósito”. Por fim, a camada basal (III) do sambaqui (que se assenta sobre o sedimento argiloso, coluvial, do sopé da vertente), com cerca de 40 cm de espessura, é composta por um pacote homogêneo e espesso de valvas de ostras (*Crassostrea* sp.), de grande porte (decimétricas) na parte inferior e de menor tamanho na parte superior do pacote, restos ósseos de peixe e crustáceos, exibindo grandes áreas concrecionadas. Estruturas (funerárias, fogueiras) estão ausentes e os demais vestígios arqueológicos (faunísticos, indústrias, etc.) aparecem de maneira bastante rarefeita.

Ainda que, de um modo geral, a freqüência de *Crassostrea* seja predominante em todas as camadas do sítio, a presença do gênero *Mytella*,

Phacoides pectinatus e *Thais haemastoma* em quantidades nada desprezíveis também foi observada, sobretudo na camada II. Nesta camada restos ósseos de fauna também estão presentes, representados sobretudo por grande variedade de peixes e crustáceos, mas a fauna terrestre também comparece e também é bem variada, incluindo mamíferos diversos e aves. A indústria lítica presente no sítio é numerosa, incluindo as características lâminas de machado e grande quantidade de lascas, principalmente em quartzo e rochas básicas (Garcia & Cornides 1971). A indústria óssea é bastante sofisticada, com espátulas e outros implementos muito bem acabados (Uchoa & Garcia 1971), tendo sido descritos também vários artefatos produzidos em conchas de ostras e *Lucina*.

A forma monticular do sítio, característica dos sambaquis, aparece nitidamente na figura 32 em Garcia & Uchôa (1980:67), percebendo-se ali também que os sepultamentos se encontram concentrados na porção central do sítio, sendo outro fato apontado pelos autores a inexistência de covas. Também chamam a atenção para o fato de que a estrutura estratigráfica é bastante homogênea por todo o sambaqui, e que sua ocupação parece contínua, sem sinais de abandono. Esta observação importante é reforçada pela proximidade das datações, provenientes das camadas de topo e base. Ao final das escavações foram exumados 87 indivíduos (bem distribuídos em termos de sexo e idade) em uma área escavada de 119 m², uma quantidade considerável para um período de ocupação relativamente curto. Interessantemente, os mesmos autores sugerem, em diferentes passagens, a existência de um território mais amplo para o grupo, aludindo a espécies não encontradas nos arredores do sítio; assumindo que se trata de um grupo de grande mobilidade, referem-se que “ocupou anteriormente um ponto próximo às praias, para posteriormente deslocar-se para o interior do Mangue” (op. cit.:75).

Na década de 1990 foram escavados na Baixada Santista quatro dos cinco sítios denominados Cosipa, situados nas bordas leste e norte da ilha do Casqueirinho, a cerca de 1700 metros NNE de Piaçaguera. Escavados por Garcia & Uchôa (1986), foram mais bem descritos e estudados por Levy Figuti (1992). Apenas um deles, Cosipa 4, se encontrava intacto, e foi o sítio mais

trabalhado; três estavam seriamente danificados e um deles completamente destruído. Cosipa 1 que, apesar de semidestruído, ainda guardava um volume considerável, foi também bastante escavado, recebendo os demais intervenções de menor monta.

A estratigrafia destes sítios guarda semelhança com Piaçaguera. Em Cosipa 1, apesar de um tanto mexido, é possível perceber que, sob a camada húmica, encontrava-se um pacote espesso, acinzentado, predominantemente composto por restos fragmentados de *Mytella* e outros vestígios orgânicos. Abaixo deste pacote uma camada de ostras pequenas e outro de ostras grandes embasavam o sítio, assentado sobre sedimentos coluviais ricos em blocos e fragmentos rochosos de gnaiss. Os artefatos e adornos em osso típicos destes sítios apareceram com baixa frequência, produzidos sobre fauna variada, sendo poucos também os artefatos líticos (batedores, quebracoquinhos) sobre seixo. Cosipa 2 se encontrava já bastante destruído, com a estratigrafia bastante alterada; ainda assim, foi possível caracterizar sua morfologia de calota tipicamente sambaquióide, quase junto ao nível das águas do canal. Algumas pontas ósseas feitas em osso de ave, biterminadas, apareceram neste sítio, assim como uns poucos objetos líticos.

Cosipa 4 é o sítio mais bem conservado, tendo sido escavado por meio de trincheiras ortogonais e alguns cortes adicionais. Sua estrutura estratigráfica foi descrita em 6 camadas (Figuti 1992:136). A primeira, húmica e solta, é seguida por um pacote rico em mariscos e material orgânico, bem compacta. A camada acinzentada que se segue, espessa, rica em cinzas, mariscos e outros materiais orgânicos, exibe nuances lenticulares formadas por fogueiras com grande concentração de carvões. A camada seguinte é semelhante, mais marrom, assim como a seguinte, mais solta, com restos de caranguejos e cinzas. Por fim, na base da seqüência, aparece um pacote espesso e pouco compacto, formado predominantemente de ostras. Nas camadas centrais apareceram cinco sepultamentos em conexão anatômica, junto aos quais alguns artefatos e boa quantidade de ocre.

Os estudos de Figuti (1992) nestes sambaquis mostraram, pela primeira vez, como a pesca se encontra na base da subsistência dos grupos sambaqueiros, abalando a visão, até então predominante, de que os

sambaquieiros viviam, sobretudo, da coleta de moluscos. Aponta, também, a excelente adaptação destes grupos aos ambientes de Mangue, associação esta cara a outros pesquisadores mais recentes (Tenório..., Scheel-Ybert ...). Por fim, examinando os sítios da Baixada e suas datas, Figuti (1992:46) considera que os sítios que datam do Ótimo Climático (6 a 4 mil anos BP aproximadamente) *“sont nombreux et montrent un mode de vie assez spécialisé, ce qui signifie que la transição des cultures chasseurs-cueilleurs continentaux à celles des pêcheurs-cueilleurs a eu lieu au cours d’une période antérieure, plus probablement pendant la période de transição vers l’Optimum”*. Esta noção será retomada mais adiante.

Tem-se ainda o estudo realizado por Manoel González (2005) referente aos sambaquis da Baixada Santista, mas foi realizado com o acervo dos sítios anteriormente escavados. Estudou a presença de remanescentes de tubarões e raias nas coleções de vários dos sambaquis acima, sugerindo que os sambaquieiros dispunham de tecnologias sofisticadas e diversificadas de pesca, inclusive em mar aberto, possivelmente resultado de intensificação na pesca como estratégia de subsistência. Chama a atenção também para a grande familiaridade dos sambaquieiros com os ambientes costeiros e mesmo marítimos, assim como o uso de dentes e outras partes como adorno e acompanhamento funerário, sugerindo para estas espécies importante significado simbólico.

Em função dos estudos realizados para a implantação do terminal portuário da Embraport (ROBRAHN-GONZÁLEZ & DE BLASIS 2010), foram cadastrados sete sambaquis (**Figura 10**), tendo-se resgatado, através de escavações sistemáticas, dois deles (**Tabela 2**). Todos estão situados no lagamar da baía de Santos, com implantação bastante característica. Sua descrição é apresentada a seguir.

Tabela 2. Sambaquis cadastrados pelo projeto arqueológico Embraport. Os dois primeiros foram resgatados e escavados; os demais, apenas prospectados.

Sítio	Tipo	Localização (UTM)
Sandi	sambaqui	23K 0365993/7354044
Ilha Diana	sambaqui	23K 0366899/7354605
Embraport 1	sambaqui	23K 0366561/7354697
Inglese	sambaqui	23K 0367392/7354321
Morro Alto	sambaqui	23K 0373062/7353681
Monte Cabrão	sambaqui	23K 0370816/7354158
Ilhota do Chiquinho	sambaqui	23K 0367575/7354964

Quatro amostras de conchas de *Ostrea* destes foram datadas. Abaixo segue a **Tabela 3** com a descrição da proveniência dessas amostras e sua identificação laboratorial.

Tabela 3. Datações realizadas nos sítios estudados neste projeto.

Sítio	Proveniência	Amostra	Lab Id	Datação
Ilha Diana	T1.20, camada 2 40-50 cm	Ostrea	Beta	2080 +- 40
Inglese	sondagem 1, 110-120 cm	Ostrea	Beta	1440 +- 40
Embraport 1	sondagem 1, 50-60 cm	Ostrea	Beta	1460 +- 40
Sandi	Q 118W/108N, camada única	Ostrea	Beta	1370 +- 40

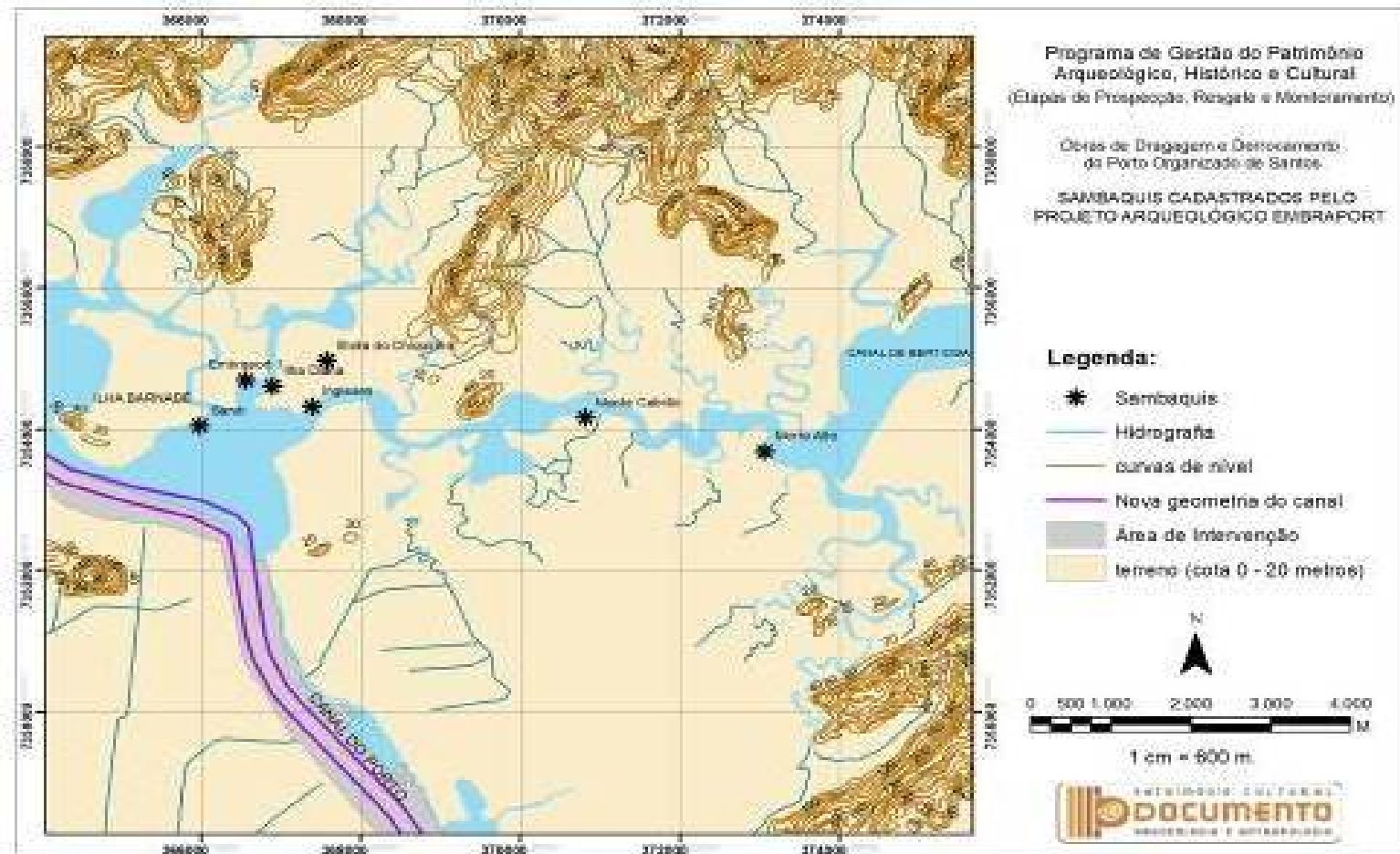


Figura 10 – Sambaquis identificados no projeto arqueológico EMBRAPORT

As amostras acima foram retiradas invariavelmente das camadas basais dos sítios citados, fornecendo, portanto, datações para o momento do início de sua construção. A discussão da cronologia destes sítios, juntamente com outras referências extraídas da bibliografia, encontra-se no próximo capítulo.

Se, de um lado, a origem dos grupos construtores de sambaquis permanece misteriosa, outro aspecto também pouco estudado se refere ao fim da era sambaqueira, que aparentemente desapareceu por volta de mil anos atrás, com a chegada de grupos agrícolas vindos do interior ou ao longo do litoral. Estas transformações culturais e demográficas, entretanto, parecem ter ocorrido muito antes no litoral norte do Brasil, onde vestígios cerâmicos em sambaquis litorâneos começam a aparecer regularmente na faixa de 5.500 anos aP aproximadamente, ou mesmo um pouco antes disso (Simões & Correa 1971). Roosevelt et al (1991) apresentam datações para a presença de cerâmica desde cerca de 8.000 anos em um sambaqui fluvial no baixo Amazonas, colocando assim interessantes perspectivas das relações entre as ocupações ribeirinhas e litorâneas da Amazônia e a dispersão da tecnologia cerâmica (e possivelmente da horticultura) pelo Brasil central e meridional.

Investigações recentes vêm trazendo novas perspectivas acerca dos padrões de subsistência e de assentamento dos grupos sambaqueiros. Análises zooarqueológicas (Figuti 1989, 1992 e 1993, Bandeira 1992, Figuti & Klökler 1996, por exemplo) demonstraram que a subsistência das populações sambaqueiras baseou-se, sobretudo, na pesca, mesmo desde as primeiras fases da ocupação do litoral. Além disso, a análise de isótopos na constituição óssea dos sambaqueiros de Santa Catarina evidenciou não apenas a predominância dos pescados na dieta, mas também sua permanência no litoral durante todo o ano, descartando assim argumentos a favor da mobilidade sazonal destes grupos (De Masi 2001). De outro lado, com base, sobretudo nas investigações antracológicas, alguns autores têm advogado uma importância cada vez maior para os produtos de origem vegetal, cultivados ou não (Tenório 1991, Wesolowski 2000, Scheel-Ybert 1998, 2000, 2001, Scheel-Ybert et al 2003), apontando que a horticultura, talvez ainda incipiente, parece ter tido um papel significativo na subsistência sambaqueira. Scheel-Ybert (2000, 2001) chama também a atenção para a associação conspícua, talvez fundamental, entre os assentamentos sambaqueiros e a ocorrência de

significativas formações de Mangue, inclusive em áreas onde hoje em dia tais formações vegetais se encontram extintas (Scheel-Ybert, Bianchini & DeBlasis, no prelo).

Gaspar (1991) apresentou uma primeira abordagem sistêmica de âmbito regional com sítios da Região dos Lagos, Rio de Janeiro, mostrando que os sambaquis só exibem sentido sociológico vistos em conjunto, não se podendo estudar estes sítios de maneira isolada. Kneip et al (1991, 1992), Gaspar (1994) e Gaspar & Barbosa (1995) apresentam novos dados e reflexões acerca da distribuição intra-sítio dos vestígios, áreas de atividade e funcionalidade, enquanto Gaspar & DeBlasis (1992), Afonso & DeBlasis (1994) e DeBlasis & Afonso (2000) focaram os processos formativos presentes nos sambaquis apontando a intencionalidade presente na construção destes sítios. Como se vê, a Baixada Santista esteve ausente nos estudos mais recentes acerca dos sambaquis brasileiros; a única exceção é o estudo de Figuti (1992, 1993) acerca dos sambaquis da Cosipa.

A análise da bibliografia acerca dos sambaquis brasileiros até os anos 1990 mostra alguns problemas, metodológicos e de enfoque. De caráter, sobretudo arqueográfico, mostra ênfase na tecnologia, subsistência e antropologia física, guardando um ranço evolucionista bastante forte, influenciada pelas perspectivas tradicionais e normativas de se fazer história cultural que, amplamente disseminadas desde os anos 1960, tiveram influência profunda e marcante na arqueologia brasileira (Barreto 2000). Assim, apesar de alguns avanços importantes, as abordagens desse período tendem a não levar em conta os aspectos sociais embutidos na formação dos sambaquis, nem adotam procedimentos sistemáticos para analisar os processos formativos que tiveram lugar na construção destes sítios. Os estudos de inserção ambiental dos sambaquis têm um viés fortemente ecológico, não raro determinista, baseado na distribuição regional dos recursos identificados no registro arqueológico, dando pouca atenção aos aspectos relacionados à organização social e territorialidade. São ainda incipientes os estudos sobre demografia, e aqueles que focalizam os padrões de subsistência quase sempre partem do pressuposto que os restos encontrados são indicadores diretos dos padrões de alimentação da população sambaqueira. Esta população, por sua

vez, é mencionada na literatura como "grupos de coletores de moluscos", "bandos com grande mobilidade" (mudando-se sempre que se esgotam os recursos locais disponíveis), etc.

A maioria das pesquisas não reconheceu que estas estruturas são intencionalmente construídas, com importantes funções no âmbito dos sistemas de assentamento regionais, subestimando evidências de uma maior estabilidade locacional e uma maior complexidade social e demográfica das sociedades que deixaram esses grandes *mounds* como testemunho de sua existência. Assim, neste estudo se vai tentar uma sistematização dos dados referentes aos sambaquis da Baixada tendo em vista sua contextualização em termos de uma perspectiva sistêmica e integrada, procurando constituir um quadro analítico que, mesmo eivado de lacunas, estabeleça algumas relações e aponte o grande potencial da área para a pesquisa de sambaquis.

Além da ocupação indígena relacionada aos grupos construtores de sambaquis, a baixada Santista apresenta vestígios que reportam a uma segunda ocupação pré-colonial da região. Estes vestígios são constituídos por uma indústria cerâmica que ocorre tanto em sítios a céu aberto como na superfície de alguns sambaquis. Foram identificados em Peruíbe (Pereira Jr. 1965), no sítio Jairê, em Iguape, datado de 1360 a 1559 dC (Krone 1914; Simons 1964) e na baía de Guaratuba (Bigarella 1951).

Características desta cerâmica remetem a o que, na Arqueologia Brasileira, é denominado de *tradição Tupiguarani*. Por outro lado, relatos de cronistas do século XVI confirmam que o litoral era ocupado por diferentes grupos indígenas do tronco lingüístico Tupi-Guarani (Sousa 1927; Staden 1974). Como exemplos destes trabalhos podemos citar a gravura seiscentista do holandês Spilbergen (Reis, 2000: 193), que aponta a existência de indígenas em uma porção central da Ilha de Santo Amaro, ao sul ou sudeste da, então, Villa de Santos; ou a gravura do relato de Hans Staden de 1557 (1974: 72), que mostra um combate entre os Tupiniquin da ilha de Enguaguaçu (atual ilha de São Vicente) contra os Tupinambá do litoral norte.

O conjunto destes dados permite uma associação étnica entre os vestígios arqueológicos presentes na área cerca de 200 anos antes da chegada do colonizador europeu, com os grupos indígenas então contatados.

O eixo da colonização europeia Baixada Santista-Planalto foi implantado, assim, a partir de uma rede de caminhos fluviais e terrestres desenhada séculos atrás, seguindo um traçado de ocupação Tupi que integrava os dois ambientes e que permitiam uma exploração intensa e ininterrupta de seus recursos naturais (ROBRAHN-GONZÁLEZ 2001). Um dos caminhos mais conhecidos é o Peabiru, que inclusive é objeto de um trabalho recente em cartografia histórica (GONÇALVES 1998). De fato, só posteriormente a transposição da serra se tornou um grande problema para os europeus recém chegados ao país (Monteiro, 1994: 123), principalmente considerando a natureza diversa que os deslocamentos assumiram com o passar da história Colonial.

Alguns sítios arqueológicos relativos a este período de contato foram pesquisados no litoral, como o sítio Itaguá, em Ubatuba, e o sítio Mineração, em Iguape (UCHÔA *et alii* 1984; SCATAMACCHIA & UCHOA 1993). Neles foram encontrados elementos de cultura material europeia (artefatos metálicos, contas de vidro) e vestígios cerâmicos indígenas que indicam a associação de características culturais exógenas. Outro importante estudo sobre a interação do elemento indígena com o colonizador europeu se desenvolveu em Peruíbe, com as escavações e musealização das ruínas do Abarebebê (UCHÔA, 1999: 129-147).

7.2 O contexto histórico

7.2.1 Histórico de ocupação do entorno do Estuário de Santos

Introdução

Situada inicialmente no litoral, a colonização das terras que mais tarde formariam, *grosso modo*, a Capitania e depois Província de São Paulo logo se mostrou ineficiente em sua feição costeira. Se nos primeiros anos a lavoura canieira prosperou em terras vicentinas já na metade do século XVI, com o surgimento da produção açucareira nordestina – de melhor qualidade e mais próxima do mercado consumidor europeu –, a economia de São Vicente mostrou-se frágil e circunscrita à dura configuração natural de seu litoral. Em primeiro lugar, o estreitamento da banda costeira – na altura de São Vicente e Santos, a distância entre o mar e o pé da serra não chega aos 15 quilômetros – restringia o povoamento a faixas apertadas e muito próximas ao oceano. Tal condição diferia muito dos litorais baiano ou carioca, por exemplo, que são formadas por largas planícies. Em segundo, além de estreito, o litoral vicentino apresentava outros empecilhos, como terrenos baixos, pantanosos e repletos de Mangues (MORSE, 1970).

Além de impróprios para a agricultura, essas áreas eram insalubres em demasia, configurando-se num ambiente hostil à implementação da atividade colonizadora (PRADO JR., 1972). Como notou Pasquale Petrone (PETRONE, 1965: 29), o baixo “espaço agrícola potencial” do litoral santista representava para os padrões de exploração dos primeiros tempos da colonização uma verdadeira barreira para a consolidação da empresa colonizadora. Na medida em que a economia Colonial se valeu, pelo menos até o século XVIII, de atividades agrícolas de caráter extensivo, predatório e com baixo grau de re-investimento, a itinerância e a busca por novas porções de terra foram constantes entre os colonos. No caso do litoral santista, que além de ser estreito, era composto por brejos, manguezais e vertentes íngremes de morros, a atividade colonizadora esbarrou nas insuficiências naturais do meio. Isso não significa afirmar, contudo, que o meio determinou a ação colonizadora na

região; ele apenas balizou a ação do colono, mostrando-lhe as possibilidades e potencialidades de outras áreas, como foi o caso do planalto paulista (PRADO JR., 1972; MONTEIRO, 1995).

Com a fundação da cidade de São Paulo (1554) e o alastramento da atividade colonizadora no planalto, Santos passou a desempenhar no contexto da América portuguesa um papel eminentemente portuário, servindo como uma espécie de porta de entrada e saída para os colonos. Embora outras localidades paulistas também tivessem seus portos – como São Sebastião e Iguape –, a proximidade com São Paulo fez do porto santista o principal centro de escoamento da produção advinda daquela localidade e de outras próximas.

Minimizada durante o século XVII, quando outros portos ganharam projeção na economia paulista, Santos recuperou sua importância a partir de meados do XVIII, com o desenvolvimento da lavoura canavieira no planalto de São Paulo, e especialmente na segunda metade do século XIX, em virtude do vertiginoso crescimento da cafeicultura no Oeste Paulista (ANDRADE, 1989). A fundação, em 1867, da *The São Paulo Railway*, logo conhecida como Santos-Jundiaí, marcaria profundamente a cidade de Santos e seu porto. A inserção cada vez maior da economia paulista no mercado internacional demandou alterações significativas na estrutura portuária santista, que aos poucos foi se modernizando junto com a cidade.

7.2.2 Ocupação da margem direita do Estuário de Santos

O povoamento da Área Insular de Santos entre o século XVI e o final do XIX.

Em 1530, com o fito de promover uma política de colonização efetiva na América, o rei de Portugal Dom João III organizou uma expedição para o Novo Mundo. A esquadra de cinco embarcações, comandada por Martim Afonso de Sousa, contava com quatrocentos colonos e tripulantes tinha uma três tarefas básicas: combater os traficantes franceses, adentrar pelo Rio da Prata em busca de metais preciosos e, por fim, estabelecer núcleos de povoamento no litoral para assegurar o poderio luso na região.

Durante cerca de dois anos Martim Afonso percorreu o litoral brasileiro, fundando a primeira vila da América portuguesa: São Vicente, em 1532. A Ilha de São Vicente, contudo, já era conhecida dos portugueses, uma vez que a primeira expedição com caráter explorador naquelas imediações havia sido feita em 1502, sob a direção de Gonçalo Coelho, que teve como parada a região hoje conhecida como Ponta da Praia.

Finalizada a instalação da Vila de São Vicente na Ilha do Gahayó, a expedição de Martim Afonso de Souza passou a ampliar sua presença na região. Domingos Pires e Pascoal Fernandes apossaram-se da porção Enguaguaçu, a uma légua da vila, no fim da praia do Tararé (Itararé), onde construíram um casebre para moradia e um oratório de São Jerônimo, primeiro padroeiro do lugar.

Em 1534 já haviam aportado por ali Luís Góes, mestre Bartolomeu Gonçalves e os irmãos Adorno, figuras de proa no desbravamento da região. Outros que ali se fixaram à foz do córrego São Jerônimo, local de um porto canoeiro que de uso particular, que se estendeu para uso comum.

A ordenação jurídica das terras ocupadas e trabalhadas iniciou-se em 1539, quando no dia 1º de setembro foi concedida a sesmaria do Enguaguaçu aos seus povoadores, data simbólica do início da povoação. As terras junto ao rio Jarabatyba (ou Jurubatuba) – que também incluíam a Ilha Pequena ou Barnabé – já haviam sido concedidas, em 1536, a Brás Cubas, por Martim Afonso de Souza, por meio de sua mulher e procuradora Ana Pimentel. Brás Cubas, que passou a residir na região por volta de 1540, iniciou o plantio de cana-de-açúcar e outros gêneros de primeira necessidade. Pouco antes disso o casal Luis Góes e Catarina de Aguillar já haviam mandado construir na região do Enguaguaçu uma capela em louvor à Santa Catarina de Alexandria, posteriormente conhecida como Outeiro de Santa Catarina.

Com a intenção de se instalar mais próximo à Vila de São Vicente, Brás Cubas adquiriu, em 1542, parte das terras de Domingos Pires e, em 1546, outra parte de Pascoal Fernandes. Nessa área próxima ao Outeiro de Santa Catarina e imediações, Brás Cubas construiu sua residência e fundou, a 1º de novembro de 1543, a Irmandade para edificação do Hospital da Santa Casa de

Misericórdia de Todos Santos. Na mesma época e região os padres jesuítas construíram o Colégio São Miguel.

Ao verificar que o local em que se fixara era mais protegido para o transporte de cargas de São Vicente, Brás Cubas logrou em obter a transferência do porto vicentino – situado na Barra Grande, atual Ponta da Praia – para o Enguaguaçu, no lagamar interno, defronte ao Outeiro. A região possuía mananciais de águas potáveis, facilidades de comunicação e circulação com áreas vizinhas e maior proximidade das vias que atingiam ao planalto. Nessa ocasião o povoado recebeu a primeira denominação em língua portuguesa: Porto da Vila São Vicente ou, também, Porto de São Vicente. Por conta do desenvolvimento da Santa Casa, entretanto, o povoado logo passou a ser conhecido como Porto de Santos e, mais tarde, Santos. Pequenos sítios se alocaram naquelas imediações a fim de desenvolver a agricultura de gêneros de primeira necessidade e a pesca para consumo próprio. Assim, aos poucos o povoado de Santos se desenvolvia. Uma provisão de 1544 assinada por Ana Pimentel nomeou Brás Cubas Capitão-mor da Capitânia de São Vicente, que proclamou, definitivamente, a independência de Santos de São Vicente, conferindo-lhe foros de Vila a 1º de Novembro de 1546.

Inicialmente o ancoradouro santista teve uma função dupla: quer atendia às naus e caravelas que chegavam do velho continente quer servia às embarcações de moradores da região, que se locomoviam por meio de canoas. Dadas suas qualidades portuárias significativas – estuário profundo, resguardado pela ilha fronteira de Santo Amaro e de simples acesso, e situado não muito longe do principal núcleo urbano da região –, o porto de Santos não tardou em firmar sua preeminência ante os outros portos de São Paulo, tais como os de São Sebastião e Ubatuba, na banda norte do litoral paulista. Mas apesar do crescimento em importância do porto santista – um pouco ofuscada, é verdade, no século XVII –, a cidade de Santos não se alterou significativamente durante o período Colonial. À área originalmente ocupada pelo Outeiro e imediações foi incorporada a faixa de terras que, grosso modo, vai até onde hoje conhecemos como praça Rio Branco. Em 1714, de acordo com a *Planta da Vila de Santos e seu Porto*, havia nesse bloco de terra um cais geral, um atracado para navios, a Igreja Matriz, o Convento de São Francisco,

o Convento do Carmo, o Convento dos Padres da Companhia de Jesus a Santa Casa da Misericórdia, o Forte de Santos, um quartel para os soldados do forte, uma bateria de canhões, dentre outras edificações, talvez particulares. Fora desse eixo havia apenas o Convento de São Bento (1650), situado no morro homônimo. De acordo com a planta *A Villa de Santos no anno da independência: tentativa de reconstituição topográfica segundo os documentos da época*, a cidade de Santos já contava, em 1822, com cerca de vinte ruas, dentre elas as do Rosário, Santa Catarina, Setentrional, do Quartel, Josefina, Direita, do Campo, Santo Antonio, da Praia, São Bento, Antonina, da Alfândega, do Inferno e da Misericórdia, além de algumas travessas.

O alastramento das lavouras de café na segunda metade do século XIX – desde o vale do Paraíba, passando por Campinas, até e alcançar o Oeste Paulista –, ao trazer consigo uma alta potencialidade econômica, impôs à Província de São Paulo uma alteração sensível em sua infra-estrutura viária, notadamente entre as áreas produtoras e o porto de Santos. Se por um lado a estrada de ferro surgia como a maior inovação tecnológica no ramo dos meios de transporte terrestres do século XIX, por outro, pensando-se na expansão vertiginosa lavoura cafeeira, a ferrovia mostrava-se como a solução viária mais rápida e eficiente. Ademais, os lucros auferidos com a valorização do café no mercado internacional viabilizavam a importação do maquinário necessário para a implantação das ferrovias.

Constituindo o primeiro trecho ferroviário da Província de São Paulo, a *São Paulo Railway* (depois denominada Santos-Jundiaí), inaugurada em 1867, desempenhou por mais de meio século a função de “funil” da produção do planalto paulista, principalmente após o surgimento de outras ferrovias em terras planaltinas, tais como a *Ituana*, *Mojiana*, *Paulista* e *Sorocabana*. A ferrovia alterou o tecido urbano de Santos, uma vez que, ao associar-se ao porto, ela consolidou a condição de pólo comercial importador/exportador da cidade. Por essa época novas áreas de povoamento surgiram, como a Alemoa e o Saboó, áreas próximas ao Valongo, já em direção a Cubatão.

O transporte das mercadorias que chegavam a Santos pela linha férrea ficava a cargo de carroças, que as levavam aos trapiches ou pontões situados ao longo da praia, compondo assim o porto da cidade. Os trapiches eram

armazéns que se ligavam ao estuário por meio de precárias pontes de madeira que possibilitavam a carga e descarga das embarcações que ali aportavam. Em 1880 havia cerca de 10 trapiches, ao passo que nove anos mais tarde esse número saltou para 23. Os mais conhecidos eram os da Alfândega, Arsenal, 11 de Junho, Praia, Consulado, Capela, Sal, Banca e da Estrada de Ferro. Já os pontões constituíam locais em terra de onde saíam os barcos para realizarem operações de transbordo nas ocasiões em que houvesse a superlotação nas pontes e trapiches do porto. Nesse sentido, os navios que não conseguiam vaga nos atracadouros tinham a possibilidade de se abastecer sem a necessidade de esperar por longos períodos (GONÇALVES; NUNES, 2008).

No terceiro quartel do século XIX ainda inexistia, portanto, um porto com instalações apropriadas para dar conta às crescentes exportações. Embora já em 13 de outubro de 1869 o Decreto Imperial nº 1746 autorizara o governo a construir docas e armazéns para carga, descarga e conservação das mercadorias no porto de Santos, as obras não obtiveram o êxito esperado. Com o aumento do comércio na região, a modernização portuária tornou-se uma questão de primeira ordem. Em 1880 foi criada a *The City of Santos Improvement Co. Ltd.*, empresa que incorporou a Companhia Melhoramentos de Santos e passou a prestar serviços de água, iluminação e transporta de passageiros e cargas, vindo a se tornar um marco da modernização da prestação de serviços na cidade (BELLINTANI, 2003).

Apenas em 1886, entretanto, é que foi realizada a concorrência pública que se cristalizaria na construção do um novo porto. Dois anos depois foi publicado o Decreto nº 9.979, o qual autorizou a concessão que permitiria levar adiante as obras de melhoramento do porto. O grupo de empreendedores responsável pela execução das obras era composto por José Pinto de Oliveira, Cândido Gafrée e Eduardo Guinle. Era o início do que mais tarde ganharia o nome de Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos e, depois, de Companhia Docas de Santos.

A Companhia de Docas remodelou o porto em etapas. O primeiro trecho do novo cais foi inaugurado em 1892, contando com uma extensão de 260m. Sete meses depois foi aberto o primeiro armazém e, no ano seguinte, entregues mais 400m de cais. Ainda em 1893 foi estabelecida a ligação dos

trilhos da Santos-Jundiaí com a estrutura ferroviária interna do porto. A modernização do cais ampliou-o. Agora ele estendia-se do Valongo ao Paquetá. O bairro do Valongo, originalmente composto por residências de alto padrão, cedeu espaço para grandes armazéns de estocagem de café. A Companhia de Docas estabeleceu, ainda, uma linha de bonde de para uso exclusivo de seus funcionários, atravessando a Vila Macuco.

Em fins do século XIX a cidade de Santos não era mais a mesma. O centro inicial contava com uma estrutura urbana muito mais complexa do que de outrora. A *Planta de Santos feita por Jules Martin, em 1878* nos indica a presença de hotéis, consulados, correios, lojas, chafarizes, uma linha de bonde, pequenas fábricas, uma central de telégrafo, um teatro e dois cemitérios. A região do Valongo ficou cada vez mais sufocada pela ampliação do porto. O Paquetá – que até então tinha como eixo central o cemitério, inaugurado na década de 1850 – alargou-se para todos os lados, ocorrendo o mesmo com Vila Nova e parte da Vila Mathias.

A ocupação da Área Insular de Santos no século XX

Com o início de projeto de modernização do porto, em fins do século XIX, imensos aterros foram feitos para a construção do novo cais, a exemplo da região do Paquetá. Entre a Ponta do Camarão (atualmente Escritório do Tráfego da C.D.S.) e os Outeirinhos (antiga chácara que pertenceu à família dos Andradas), a margem do canal descrevia um tipo de parábola, com vértice situado nas proximidades do Hospital do Isolamento (hoje Centro de Saúde) que se comunicava com o mar por meio de um ancoradouro. Na intitulada *Planta Geral da cidade e arredores de Santos, mostrando projeto de arruamento para servir de base ao traçado das ruas e praças no desenvolvimento futuro da cidade*, provavelmente elaborada em torno do ano de 1900, é possível observar o quanto se projetava avançar em direção ao mar.

Em cima desse golfo soterrado os técnicos da Companhia Docas construiriam, ao longo das primeiras décadas do século XX, 12 armazéns externos, os prédios da Tecelagem e do Ministério da Agricultura, além de abrir

ao tráfego urbano as avenidas Álvaro Fontes, Dr. Carvalho de Mendonça, Princesa Isabel, Ulrico Mursa e Gaffrée e Guinle, bem como as ruas Chile, Uruguai, Antenor da Rocha Leite, Anhanguera, Osório de Almeida, Silvério de Souza, Guilherme Weinschenck, Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée. Em 1909, o porto de Santos já possuía mais de 4.720 metros de cais (HONORATO, 1996). Por meio das plantas *Estado Atual da cidade de Santos* e *Planta da Cidade de Santos, com Índice Comercial e Industrial*, respectivamente de 1921 e 1918, é possível diagnosticar sensíveis alterações na configuração do espaço nas imediações do Cemitério do Paquetá, que já contava com a Bacia do Mercado, a canalização do ribeirão dos Soldados e parte do novo cais como seus armazéns.

A região escolhida para a construção do novo mercado municipal também sofreu alterações significativas. A remodelação urbana da Vila Nova trouxe consigo um novo traçado de ruas que seriam implementadas no limite da região estuarina, chegando a avançar para dentro do mar. O novo mercado – logo conhecido como Mercado Municipal ou do Paquetá – foi inaugurado em 1902. Em 1906, quatro anos após a construção do novo mercado, estava criada a Bacia do Mercado, um local de grande importância para a vascularização do comércio de gêneros de primeira necessidade no litoral santista, e que aos poucos foi ganhando destaque como meio de transporte entre Santos e as cidades litorâneas vizinhas, especialmente Itapema, depois Distrito de Vicente de Carvalho, pertencente ao município do Guarujá. Com auxílio da *Planta e Projetos de Santos*, publicada sob a coordenação do engenheiro chefe da Comissão de Saneamento Saturnino de Brito, em 1910, é possível notar uma alteração significativa nas imediações do Cemitério do Paquetá, na Vila Nova. Além do Mercado Municipal e da Bacia do Mercado, a planta evidencia o surgimento de novas ruas para além do Cemitério do Paquetá, bem como a canalização e retificação do ribeirão dos Soldados e a instalação de armazéns pela Companhia de Docas em meio ao alastramento da zona portuária para a região.

A canalização do Ribeirão dos Soldados fixou um novo receptor de águas, em paralelo ao estuário, que seguia por trás dos morros e estendia-se do Jabaquara até a Bacia do Mercado, permitindo assim a drenagem dessa

nova área de ocupação da cidade de Santos. A Bacia do Mercado assistiu à ampliação de seu papel de ponto de circulação de pessoas no litoral santista. A partir do início do século XX, quando o Guarujá viu intensificar sua urbanização, o movimento de transporte de passageiros e mercadorias na ligação com a vizinha cidade de Santos, atravessando o Estuário do porto santista, ganhou força. As *catraias*, o meio de transporte marítimo mais popular entre Vicente de Carvalho e o centro de Santos consolidou-se como um dos meios de transporte coletivo mais peculiares da baixada santista. Atualmente cerca de 85.000 passageiros são transportados por semana entre Vicente de Carvalho e Santos (SOUZA, 1999).

Paralelamente, em meio às alterações sofridas pelo Paquetá e Vila Nova, outras áreas passaram a ser ocupadas ou alteradas. A Vila Mathias expandiu-se para o interior da Ilha de São Vicente, sentido Monte Serrat. No outro lado na Ilha, na face banhada pela Bahia de Santos, intensificou-se a ocupação da Ponta da Praia e da orla dos atuais bairros de Embaré, Aparecida, Boqueirão, Gonzaga e Pompéia, já na divisa com São Vicente. Depois da década de 1910 as áreas de Campo Grande, Marapé, Jabaquara e Vila Belmiro foram anexadas ao complexo urbano da cidade e, finalmente, na segunda metade do século XX as demais áreas tornaram-se regiões de moradia, porém respondendo a um crescimento profundamente desordenado (ARAUJO FILHO, 1967).

No entanto, o avanço da malha urbana da cidade de Santos e, conseqüentemente, as movimentações demográficas, sociais, econômicas e culturais das quais tratamos somente foram possíveis com o avanço dos serviços urbanos, a melhoria das condições sanitárias e a expansão da rede de transportes por bondes. Esses elementos foram o principal tema das discussões do poder público no final do século XIX e começo do XX na cidade, e apenas ao longo de anos de discussão os planos foram postos em ação, possibilitando o crescimento urbano da cidade de Santos.

A partir da década de 1940-1950, segmentos da classe média passaram a residir naqueles bairros considerados proletários – Campo Grande, Vila Belmiro e Vila Macuco e o entremeio das Avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias –, de modo a determinar uma migração das famílias de baixa renda

para outras localidades da ilha. As áreas de morros (Penha, Fontana e Nova Sintra) e de várzeas (Chico de Paula, Areia Branca e Matadouro) começaram a ser fracamente povoadas, tornando-se novos redutos do operariado santista (MELLO, 2008: 121). Sobre tal fenômeno notou Araújo Filho (1965: 48):

“Como se tornasse difícil a aquisição de terrenos na planície, em virtude da penetração da classe média em áreas até então nitidamente operárias (Campo Grande, Macuco, Marapé), e as áreas vazias ficassem a muita distância do centro comercial, houve uma como que invasão das áreas ainda desocupadas dos morros, agora em encostas voltadas para os bairros residenciais da planície, isto é, voltadas para os lados do mar, ou nos topos de alguns morros, mais propícios à moradia (...). Não só superlotaram certas áreas, como desmataram outras que não permitiam construções. E as conseqüências não se fizeram por esperar: os escorregamentos tornaram-se freqüentes, com as chuvas de verão, com graves prejuízos para os moradores, inclusive para os que habitam nos sopés dos morros atingidos”.

Enquanto bairros residenciais surgiam, outros de feição mais industrial também ganhavam corpo, como foi o caso do Saboó e da Alemoa.

A região do Saboó começou a ser ocupada por conta da construção do Cemitério Municipal da Philozophia (hoje da Filosofia ou simplesmente do Saboó), no final do século XIX, ao pé da ferrovia Santos-Jundiaí, do rio Saboó e do Morro São Bento. Aberto a 10 de abril de 1892, o cemitério compreendia apenas 7.000 m². Após a desapropriação da Chácara da Filosofia, o cemitério passou a contar, então, com 24.000 m². A inauguração da segunda parte ocorreu em 1896. A partir da *Planta Geral da cidade e arredores de Santos, mostrando projeto de arruamento para servir de base ao traçado das ruas e praças no desenvolvimento futuro da cidade*, provavelmente elaborada no fim do século XIX, pode se observar a presença do cemitério e o projeto de arruamentos para a região.

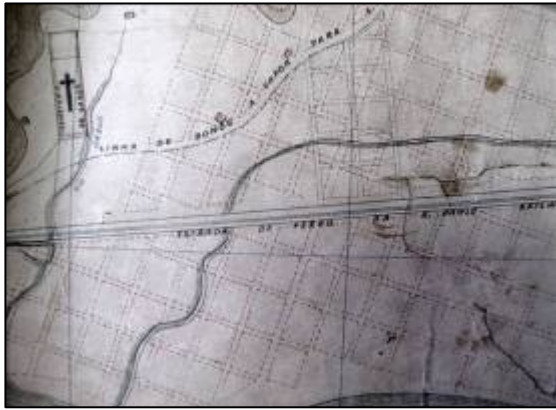
Na mesma época da abertura do cemitério entrou em funcionamento, na região do Saboó, no caminho para São Vicente, um matadouro municipal, construído por Luiz Pinto de Amorim e Jacob Emmerich. Erguido de acordo com os preceitos da época, o matadouro dispunha de Mangueira com

capacidade para cerca de 50 bois, compartimento de seringa, sala de sangria, tiragem de couro e esquartejamento, dois grandes fogões com tachos para limpeza das vísceras, dependências para administração e outras. Os animais, quando chegados ao matadouro, eram postos para descansar no Voturuá e na Av. Antonio Emmerich (AZEVEDO, 1972).

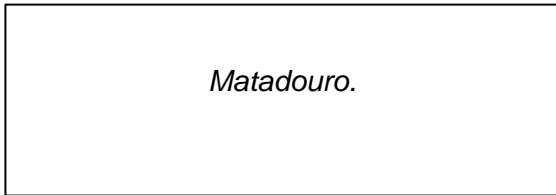
As atividades do matadouro foram extintas pela prefeitura em 1916. O local, no entanto, permaneceu como ponto de referência por muitos anos para as populações da região. Em uma planta de 1930, organizada pela Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, o matadouro ainda aparece referenciado na região do Saboó.

Com o crescimento do porto e da demanda por novas áreas de armazenamento, o bairro do Saboó tornou-se, aos poucos, um misto de bairro residencial e industrial, característica que permanece até os dias de hoje. Poucos são os resquícios dos primeiros momentos de ocupação do bairro, além do traçado das ruas, do cemitério e de alguns galpões (*Prancha 1*).

Prancha 1 – Saboó, Matadouro e Galpão Saboó



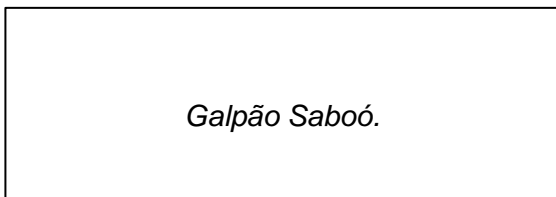
Saboó final XIX.



Matadouro.



Matadouro.



Galpão Saboó.



Galpão Saboó.

Ao lado do Saboó, em direção a Cubatão, encontra-se o bairro da Alemoa. Originalmente conhecida como “Allamoá”, a região que mais tarde serviria de depósito para líquidos inflamáveis começou a ser ocupada ainda em fins do século XIX. Para ligar a Alemoa ao cais, assentou-se uma linha férrea, que terminada teria cerca de 3 km (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1896: 59). Em 1897, concluída a implantação dos trilhos e o aterro na região, foi iniciada a construção de armazéns para líquidos inflamáveis, os quais seriam ligados por um novo desvio a uma nova estação da São Paulo Railway (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1897-1899: 09). Em 1898 estava concluído um armazém de inflamáveis, outro de dinamite, e as casas dos guardas e dos trabalhadores.

Em 1902 foi feito o asfaltamento nos armazéns de inflamáveis; forrou-se o teto com tábuas finas e substituiu-se a cobertura por telhas francesas. Todos os edifícios foram caiados e pintados; nos depósitos foram aplicados pára-raios (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1900-1902: 58). Por meio da *Planta da cidade de Santos e seus arredores, levantada pela Comissão de Saneamento em 1903, coordenada pelo Engenheiro José Pereira Rebouças* é possível notar, além da linha férrea e de um pequeno cais, o projeto de arruamentos para a região da Alemoa:

Em 1904, com os melhoramentos já existentes, os armazéns inflamáveis e explosivos achavam-se em bom estado, segundo relatório da Diretoria da Companhia Docas de Santos (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1903-1905: 34).

Ao que parece, a estrutura urbana da região da Alemoa pouco mudou durante as duas primeiras décadas do século XX (**Prancha 2**), como sugere uma planta da cidade de Santos de 1920. É possível notar, entretanto, projetos de arruamentos para além da linha férrea, sentido interior da Ilha de São Vicente:

Nos anos quarenta a região já era conhecida como Vila Industrial da Alemoa. Contava com poucas ruas, menos de dez, mas já indicava seu crescimento no sentido de Cubatão, na atual região da Vila Casqueiro. A partir da *Planta Geral do Cais*, produzida pela Companhia Docas em 1942, é consegue-se vislumbrar um pouco desse movimento:

Nos anos cinquenta o complexo da Alemoa sofreu sucessivos incrementos. Em 1957, foram construídos 4 tanques – OC-5, OC-6, OC-7 e OC-8 – de 22.500 m³ cada um, destinados ao recebimento de petróleo bruto (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1958: 50). No ano seguinte concluiu-se a segunda etapa do novo calçamento da Alemoa, bem como de novas linhas férreas. Ainda em 1958, foram encomendados aparelhos para a defesa contra incêndios para os tanques da Alemoa e Saboó (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1958: 42). Tais instalações só foram concluídas em meados dos anos sessenta. Em 1959, iniciou-se a construção de uma casa de bombas para o recalque de óleo combustível a fim de apressar o carregamento dos navios (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1959: 43). Tal crescimento pode ser observado pela planta *Brasil-Costa Sul. Porto de Santos. Levantamento efetuado pela Marinha do Brasil em 1959*:

A infra-estrutura do parque da Alemoa continuou a crescer nos anos sessenta e setenta (**Prancha 3**). Em 1966, foi concluída a construção de dois edifícios fechados para armazéns e três galpões abertos para inflamáveis (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, s/d: 57). Em fins dos anos setenta, a Alemoa era um bairro eminentemente industrial, composto de galpões e reservatórios para fertilizantes. O traçado de suas ruas denunciava o caráter do bairro, que a essa época já se alongara até o limite com o município de Cubatão:

Nos anos oitenta o Terminal da Alemoa dispunha de um *pier* com 631 metros de comprimento, quinze tanques para depósito de produtos a granel e dois galpões para inflamáveis embalados. Duas linhas de dutos interligavam esse terminal com o da Ilha Barnabé. Por essa época, o jornal *A Tribuna* publicou um artigo se referindo ao esvaziamento demográfico da Alemoa e do seu perfil eminentemente industrial:

“Em meados da década de 20, moravam na Alemoa umas 200 famílias: todos se conheciam, freqüentavam o saudoso Alemoa Futebol Clube e participavam de baillinhos nos fins de semana. Os vizinhos estavam sempre dispostos a ajudar uns aos outros, ninguém ficava esquecido em horas de apuro e não se temia roubos ou violências. Mas, tudo se acabou com a abertura da Via Anchieta, que expulsou a quase totalidade das famílias.”

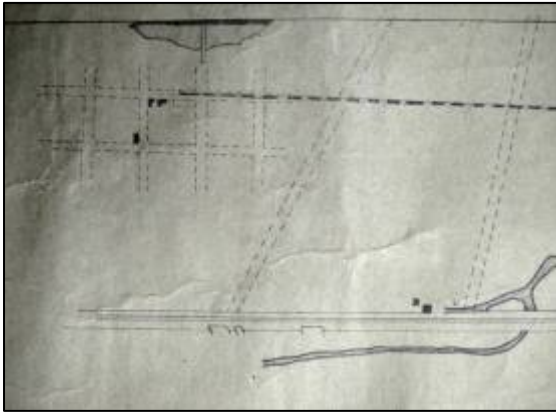
Trata-se de um dos maiores bairros de Santos, mas, por ser uma zona industrial, vivem lá pouco mais de 2.100 pessoas, a maioria concentrada no Jardim Piratininga, núcleo de 230 casas populares financiadas pelo BNH.

Os espaços verdes restantes desaparecem aos poucos para dar lugar a novas empresas e o já comum trânsito de caminhões pelas ruas só tende a aumentar. Enquanto cresce o número de bares onde motoristas e operários conversam e tomam pinga, aumenta a quantidade de homens, mulheres e crianças que diariamente reviram o lixão da Prodesan e catam restos para não morrer de fome.

Quem conheceu a Alemoa daqueles tempos se admira de vê-la crescer e se consolidar como um bairro industrial. No porto onde fundeavam barcos de pescadores, estão atracados navios carregados de produtos químicos e, nas ruas, o trânsito de caminhões é bem maior que o de pessoas ou automóveis”
(A TRIBUNA, 25/11/1982).

Muito pouco restou da antiga infra-estrutura da Alemoa. O desenvolvimento do porto e aquisição de novas tecnologias solapou os antigos galpões, armazéns e outros resquícios dos primeiros tempos da Alemoa (**Prancha 4**). Em alguns pontos do bairro é possível encontrar edificações mais antigas, como este galpão, da primeira metade do século XX, situado na empresa Intertek.

Prancha 2 – Alemoa



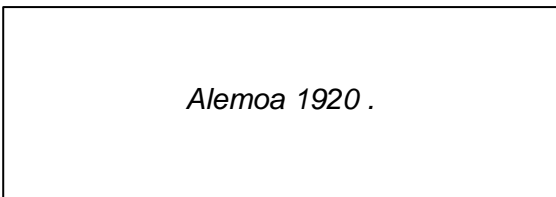
Alemoa 1903.



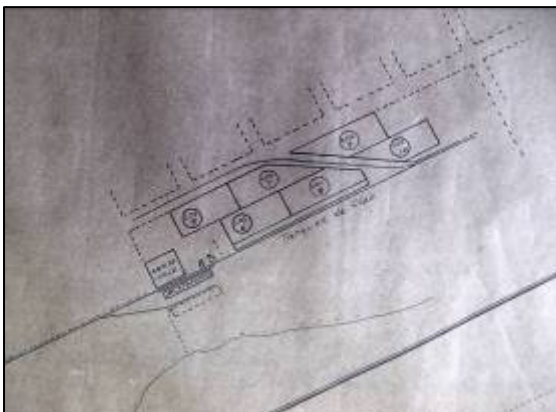
Alemoa 1920.



Alemoa 1920.



Alemoa 1920 .



Alemoa 1942.

Prancha 3 - Alemoa



Alemoa 1959.



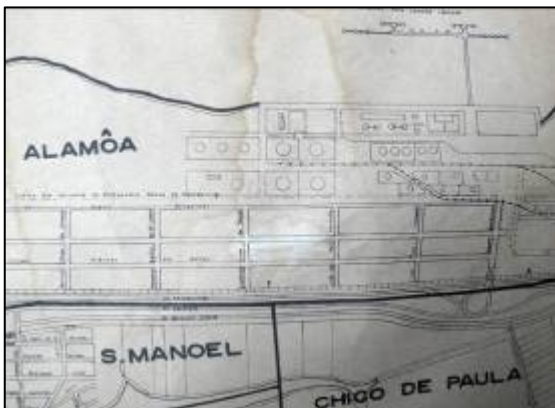
Alemoa 1959.



Alemoa 1978.



Alemoa 1959.



Alemoa 1978.

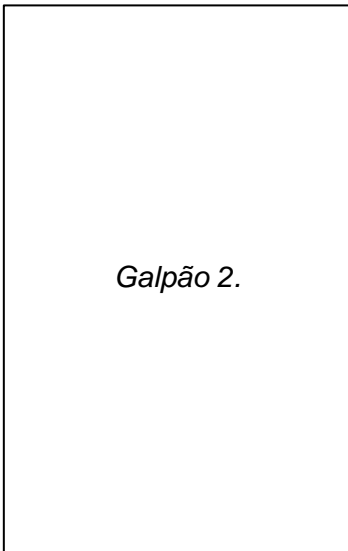


Alemoa 1978.

Prancha 4 - Galpão



Galpão 1.



Galpão 2.



Galpão 3.

Observações complementares sobre a ocupação da Área Insular de Santos

Embora o processo de ocupação da Área Insular de Santos seja relativamente conhecido e estudado, o mesmo não se pode dizer sobre o uso do Estuário Santista, dimensão que só poderá ser efetivamente compreendida por meio de pesquisa documental específica. De qualquer forma, se tomarmos a evolução urbana e portuária da Área Insular de Santos como um vetor de entendimento sobre a utilização do Estuário santista, podemos pensar a questão, diacronicamente, em alguns momentos (**Figuras 11 a 17**):

1) século XVI até meados do século XIX: período caracterizado por um provável uso mais restrito das áreas do canal que vão do Paquetá, passando por Vila Nova, Mathias, Estuário e Macuco, à Ponta da Praia, uma vez que tal faixa de terra não havia sido sistematicamente ocupada até então. Por outro lado – e aqui reside um fator importante –, é provável que as águas do canal que vão do antigo porto (região do Outeiro de Santa Catarina e Alfândega), passando entre a Alemoa/Saboó e os largos de Santa Rita e do Canéu até Cubatão, fossem muito mais freqüentadas nesse período pré-ferrovia Santos-Jundiaí (1867) do que posteriormente, quando a ligação comercial planalto/litoral foi monopolizada pelo tráfego de trens. Vale lembrar que, tendo como ponto de partida o litoral, uma das vertentes mais utilizadas do chamado Caminho do Mar era percorrida inicialmente por meio de canoas, que varavam o largo do Canéu a fim de atingir, um quilometro acima da barra, o porto de Santa Cruz ou Armadias, em Cubatão. Além disso, o “aterrado de Cubatão” – espécie de estrada com 13 km de extensão que ligava esta localidade a Santos e que extirpou o uso de canoas para o trecho – só foi concluído no final da década de 1820. Nos anos 1840, a construção da Estrada da Maioridade (depois Estrada do Vergueiro), ligando o planalto paulista à baixada santista, consolidou um caminho eminentemente terrestre entre São Paulo e Santos.

2) Final do século XIX até a primeira metade do século XX: período caracterizado por uma significativa ampliação da área do porto de Santos e da malha urbana da cidade, que ocupou toda a orla da Ilha de São Vicente. Os sucessivos aterros de áreas do Paquetá, Vila Nova e Mathias e Macuco fizeram com que essa região do canal fosse mais freqüentada por

embarcações. A expansão do porto para o Valongo, Sobobó e Alemoa aumentou, também, o tráfego de embarcações nessa parte do canal. Com o crescimento das cidades da Baixada Santista nesse período, o canal também serviu como importante fonte de renda para inúmeras famílias de pescadores de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá. É dessa época o surgimento de comunidades de pescadores como as de Ilha Diana, Conceiçãozinha e Sítio Cachoeira.

3) Meados do século XX até os dias de hoje: período caracterizado pela intensificação de uso de todas as áreas do Estuário Santista, exceto do recorte que vai da Alemoa à Cosipa (fundada em 1953), em Cubatão. A gradativa poluição dessa parte do canal de Santos afastou os pescadores, que passaram a pescar em outras áreas, especialmente no canal de Bertioga. De alguns anos para cá a despoluição do canal tem trazido de volta pescadores para essa área do canal, embora em menor número que outrora, devido à baixa piscosidade de suas águas e às restrições legais sobre a atividade pesqueira.



Figura 11 – Evolução urbana de Santos – Área de fundação



Figura 12 – Evolução Urbana de Santos – Área de ocupação Colonial

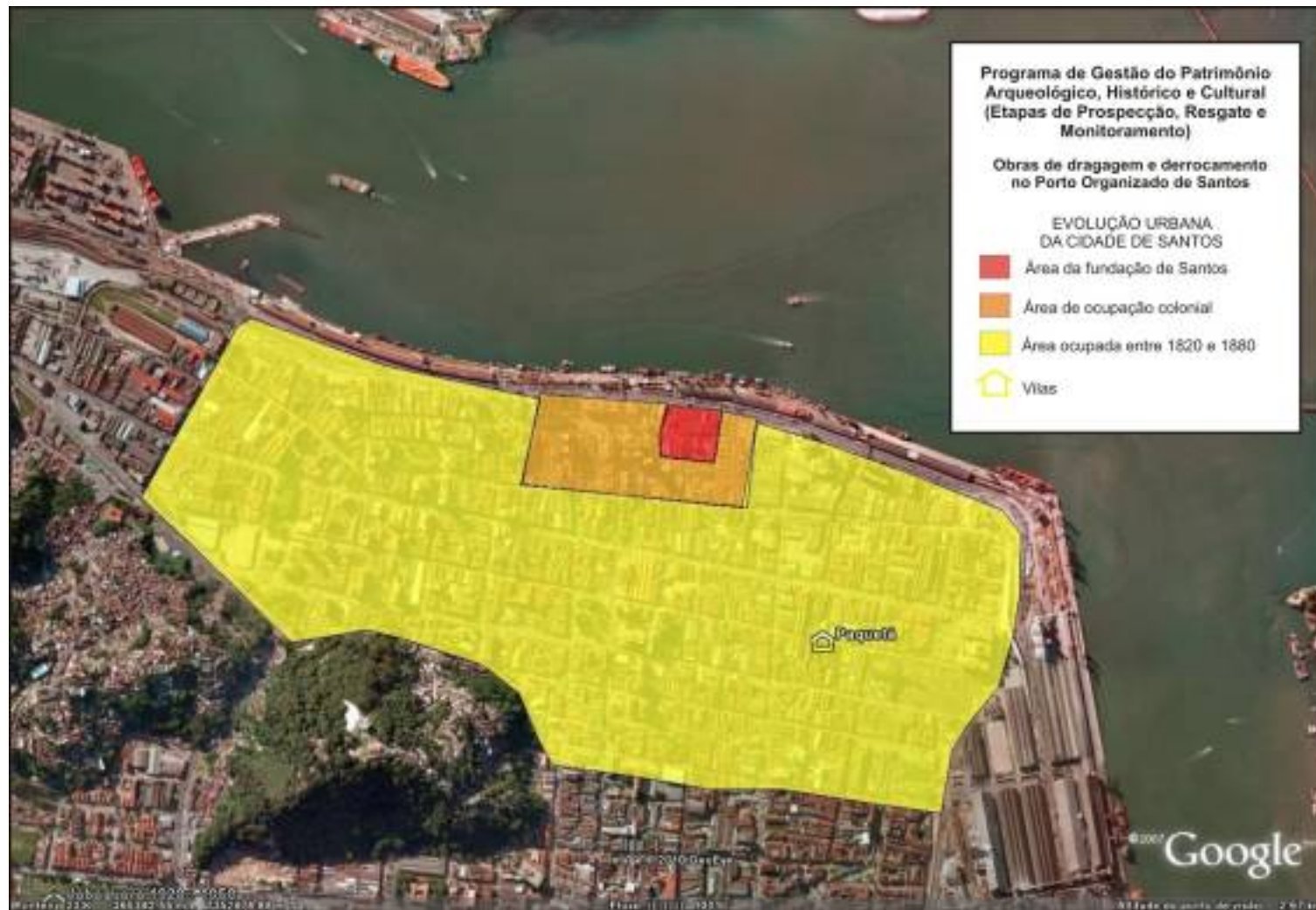


Figura 13 – Evolução Urbana de Santos – Área ocupada entre 1820 e 1880



Figura 14 – Evolução Urbana de Santos – área ocupada entre 1881 e 1910



Figura 15 – Evolução Urbana de Santos – Área ocupada entre 1910 e 1960

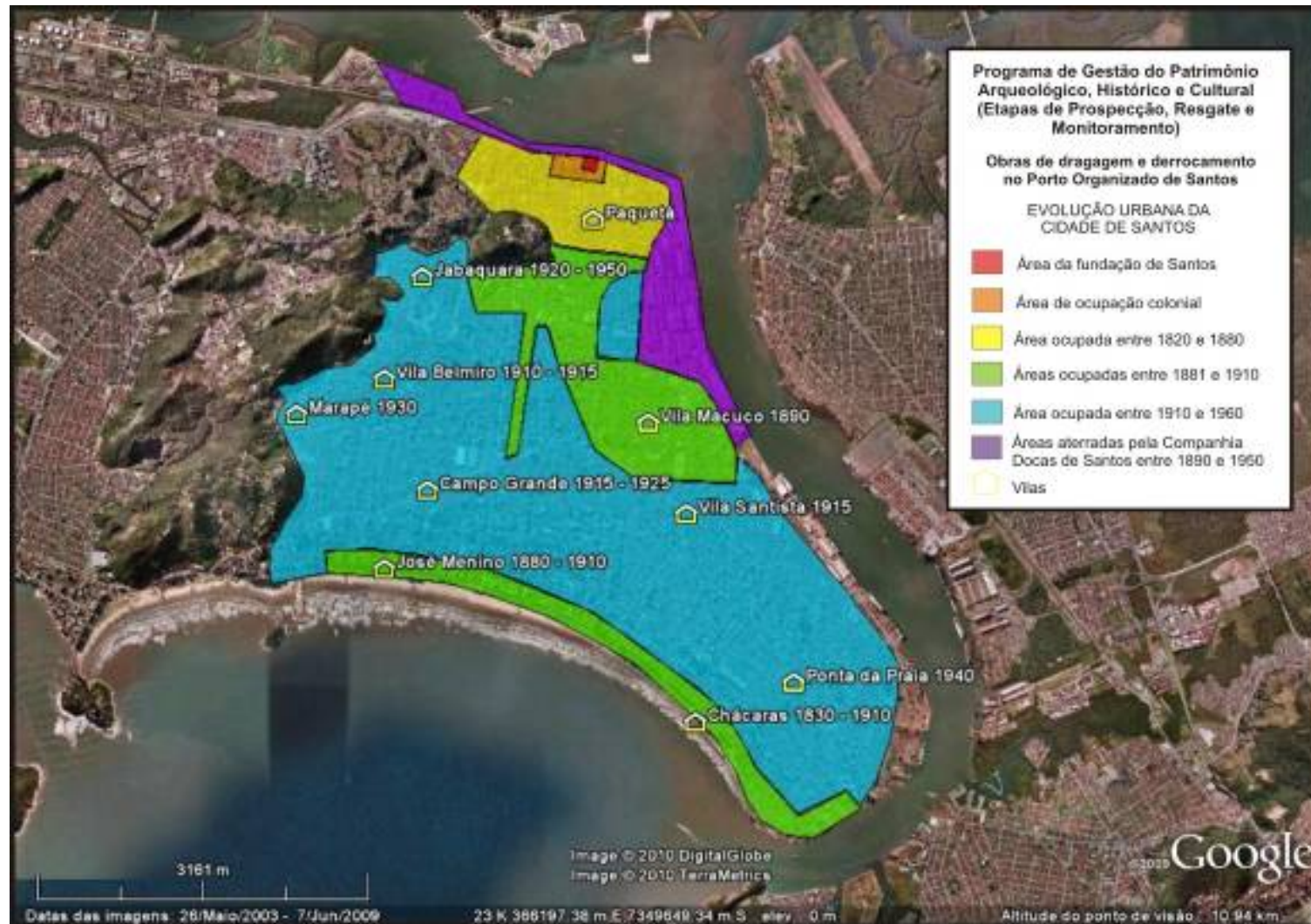


Figura 16 – Evolução Urbana de Santos – áreas aterradas pela Companhia Docas de Santos entre 1890 - 1950



Figura 17 – Evolução urbana de Santos - Áreas ocupadas no final do século XIX e em meados do século XX, margem direita.

7.2.3 Ocupação da Margem Esquerda do Estuário de Santos

Área Continental de Santos

A área continental do município de Santos possui 231,6 km², dos quais 206 km² fazem parte do Parque Estadual da Serra do Mar. Quase seis vezes maior do que a parte insular da cidade, e contando com aproximadamente 4 mil moradores, a área continental faz limite com os municípios de Cubatão, Guarujá e Bertioga e, no alto da Serra do Mar, com Santo André e Mogi das Cruzes. Até 1999 a área era dividida em três bairros: Ilha Diana, Caruara e Monte Cabirão. Após a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo da Região (n.º 359 / 99), a área foi repartida em nove seções, formando bairros regularizados num total de 25 km². Além dos já existentes, a área passou a contar com os bairros Quilombo, Nossa Senhora das Neves, Barnabé, Guarapá, Trindade, Cabuçu-Caeté e Iriri.

Ainda que pouco habitada e, à primeira vista, de povoamento recente, a região atualmente composta pelas Ilhas Barnabé, dos Bagres e Diana, pelos Largos do Caneú e das Neves, pelos canais de Santos, Piaçaguera e Bertioga fazem parte do lento processo de ocupação do litoral santista que, desde o século XVI, teve na fixação de uma zona portuária seu ponto nevrálgico e na manutenção do Caminho do Mar uma constante mobilização humana no sentido de garantir uma ligação entre o planalto e a costa paulistas.

Certamente a transposição da Serra do Mar era a etapa mais crítica e perigosa do caminho que ligava o litoral ao planalto, sobretudo à vila de São Paulo. Recorrentemente esse caminho foi retratado, tanto na literatura como na iconografia, como lugar de padecimento dos europeus: indígenas, animais selvagens, mosquitos em quantidade inacreditável além da própria inclinação do terreno, o que obrigava em certos trechos os viajantes a andarem quase que de gatinhas, agarrando-se a ramos e troncos pelo caminho. Com o desenvolvimento das vilas no planalto e o aumento do fluxo de pessoas a partir do porto de Santos, aqueles viajantes de maiores posses passaram a fazer o caminho em cadeirinhas ou redes transportadas por indígenas e, muito mais raramente, escravos.

Embora a subida da serra fosse o trecho mais difícil da ligação entre planalto e litoral, as vias de comunicação litorâneas constituíam uma parte importante do percurso, tanto pelo fato de ser o ponto de partida para São Paulo como pela sua proximidade do porto de Santos.

É difícil precisar a genealogia dos caminhos antigos referentes ao litoral santista. No entanto, é possível observar que, certamente mais restrita no início da colonização, a malha viária da Baixada Santista dinamizou-se ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Na ilha de São Vicente, os principais caminhos eram: a) *caminho entre São Vicente e a atual ponta da Praia*: este caminho aproveitava as praias que surgem desde Itararé até o Embaré, o que mantinha, de certa forma, o velho caminho existente durante a expedição de Martim Afonso; b) *Caminho de Santos a São Vicente* ou *Caminho Velho*: estrada que contornava pelo norte e oeste a zona montanhosa do centro da ilha e que servia ao Engenho de São Jorge dos Erasmos; c) *Caminho de Santos para São Vicente, caminho da Vila para a Praia* ou *caminho novo*: partindo de Santos, esse caminho contornava a zona montanhosa central pelo leste e sudeste, atingindo a praia de Itararé e depois São Vicente; d) *Caminho de Santos para a atual ponta da Praia*: constituído em zigue-zague, esse caminho se afastava da costa com o intuito de evitar os brejos e manguezais; e) *Caminho dos Barreiros*: tendo como ponto de partida São Vicente, esse caminho atingia o largo dos Barreiros seguindo a margem esquerda do estuário de São Vicente; f) *Caminho para Cubatão*: iniciando-se em São Vicente, o caminho se articulava com Santos via Caminho velho, buscando evitar brejos e manguezais por meio de um trajeto que seguia próximo aos morros, a oeste da Baixada (PETRONE, 1965: 93-94).

Tomados em conjunto, os caminhos do litoral santista se articulavam em torno de um sistema de circulação vicinal, onde o aproveitamento das vias aquáticas se dava em numero muito maior que as terrestres, excetuando-se, obviamente, dentro da ilha de São Vicente. Os principais eixos desse sistema articulavam, destarte, Santos-Cubatão, Santos-Bertioga e São Vicente-Itanhaém.

Localizado ao pé da Serra, Cubatão desempenhava a função de um de pedágio e de armazenagem dos produtos planaltinos. Em 1713, o controle do

contrato da passagem de Cubatão ficou sob o domínio dos jesuítas do Colégio de São Paulo, que ali fundaram uma extensa fazenda para o abastecimento dos viajantes. Embora tal contrato não permitisse que os jesuítas angariassem recursos significativos – uma vez que a arrecadação regular não passava de 1% do valor de cada carga (MONTEIRO, 1995: 122-123) –, a presença da Companhia de Jesus na passagem de Cubatão forneceu aos inacianos um importante instrumento de poder na região. Em 1714, a administração metropolitana ordenou que os direitos de passagem fossem incorporados ao fisco da Coroa, o que de fato só ocorreu em 1743, rendendo cerca de 200\$000 para a Fazenda Real (MENDES, 1994). Após a expulsão dos jesuítas da América portuguesa, em 1759, o porto de Cubatão ainda manteve sua importância estratégica para a economia da região, ficando sob o controle do governo da Capitania. Afinal, antes mesmo da construção do aterrado, era por Cubatão que se embarcava para o porto de Santos todas as mercadorias oriundas do planalto. A partir de 1778, os contratos passaram a serem arrematados por particulares e com a validade de três anos.

Uma das primeiras rotas utilizadas pelos colonizadores portugueses para percorrer a região do Estuário de Santos e adjacências – onde atualmente encontramos as Ilhas Barnabé, Diana e dos Bagres, os Largos do Canéu e Santa Rita, além das vilas Quilombo, Casqueiro e Monte Cabirão – foi o chamado *Caminho do Padre José*. Como a maioria das rotas da época que conectavam o litoral ao planalto, o Caminho do Padre José baseou-se em trilhas indígenas pré-cabralinas, notadamente numa re-interpretação do Caminho do Perequê. Equivocadamente atribuído ao Padre Anchieta, talvez pelo fato do jesuíta tê-lo utilizado com frequência, o Caminho do Padre José ligava São Paulo a São Vicente, tendo sido aberto provavelmente entre 1555 e 1560.

Tendo como ponto de partida o litoral, o caminho era percorrido inicialmente por meio de canoas, que varavam o Largo do Canéu, a fim de atingir, um quilômetro acima da barra, o porto de Santa Cruz ou Armadias. Já na Serra de Paranapiacaba e a oeste do rio Perequê, atingia-se o vale do rio das Pedras e a Garganta do Tutinga. Alcançado o planalto, o viajante utilizava

uma rota fluvial composta pelos rios Pequeno, Grande, Jurubatuba e Pinheiros (MENDES, 1994; WENDEL, 1952).

Fundamentais para o acesso ao planalto, os rios também desempenhavam importante papel no deslocamento humano dentro da região do Estuário de Santos, quer pela abrangência quer pelo traçado estratégico de suas águas. O Rio do Quilombo, por exemplo, começa na Serra do Mar – na área fronteira entre Santos e Mogi das Cruzes – e deságua no Largo do Canéu. Seu nome advém de um quilombo de escravos fugidos que existiu nas proximidades do leito do rio no final do século XVIII e início do XIX. Partindo da mesma serra, o Rio Jurubatuba banha a porção noroeste da Ilha Barnabé, desaguando no Largo de Santa Rita, junto ao Canal de Piaçaguera. O Rio Sandi, que envolve a Ilha Barnabé, inicia seu trajeto na área continental e segue em paralelo aos rios Jurubatuba e Diana, desaguando no Estuário. O Rio Diana, por sua vez, o qual envolve a Ilha Diana, deságua no Estuário, junto ao canal de Bertioga. O Rio Piaçaguera, que emprestou seu nome ao bairro homônimo de Cubatão, nasce na região de Paranapiacaba, na Serra do Mar e desemboca no Largo do Enguaguaçu, contíguo ao do Caneú. O rio Casqueiro, que atualmente forma o canal de Santos até a área da Cosipa, banhava a Ilha dos Bagres e a Alemoa.

Dada à facilidade de locomoção pela região, a presença colonizadora portuguesa logo se fez presente. O atual Morro das Neves, que é banhado pelo Largo de Santa Rita, na entrada do Rio Jurubatuba, era conhecido no século XVI como Sítio das Neves. No local o colono Pero de Góis instalou, em 1532, o sítio “Madre de Deus”, entregue a seu irmão Luiz de Góis, que por seu turno fundou, em 1546, o Engenho da Madre de Deus, considerado um dos primeiros da baixada santista. A toponímia Nossa Senhora das Neves surgiu por volta de 1702, quando dona Ambrósia de Aguiar – filha de Custódio de Aguiar –, juntamente com suas irmãs Ana e Catarina fundaram a Capela da Santa, deixando sob a responsabilidade do Capitão Francisco e do reverendo Cristóvão de Aguiar Daltro. Mais tarde, já em 1817, em meio ao governo de D. João VI, o sítio das Neves figurou no levantamento geral das terras do município de Santos, aparecendo como patrimônio da Capela e administrado pelo capitão José Francisco de Menezes, que o mantinha com oito escravos.

Instituído como um dos bairros da Área Continental de Santos, o sítio das Neves permaneceu com uma ocupação rarefeita ao longo do século XX. Em outubro de 1982, o jornal santista *A Tribuna* relatou, ainda de que forma um tanto romantizada, a situação do local:

“Em uma ilha de mata exuberante e muitos recantos pitorescos, um homem vive sozinho há 29 anos. A ilha é a das Neves, um morro encravado no Estuário de Santos, que marca a entrada do Rio Jurubatuba. O homem, Leonel Diogo Nunes, o Nelinho, 59 anos de idade, pele curtida e rosto estampando a tranqüilidade de quem vive em contato com a natureza, livre do barulho e da violência do mundo civilizado. Nunca ficou doente e o único remédio que toma é "um aperitivozinho, um café, de vez em quando". No mais, sobrevive graças ao que existe à volta: os peixes, os frutos. Um dos seus maiores prazeres é levar o visitante para conhecer melhor o seu mundo: a cachoeira de águas claras, as casas que antigos moradores deixaram para trás, as seculares ruínas da Igreja de Nossa Senhora das Neves” (A TRIBUNA, 28/10/1982).

O bairro do Quilombo, que atualmente conta com cerca de 50 famílias residentes junto à encosta da Serra do Mar, também fazia parte da sesmaria doada por Martim Afonso de Souza, em 1532, a Pero de Góis. No local foi construído um engenho de cana-de-açúcar, conhecido como Engenho dos Gayas ou dos Largachas – hoje como engenho do Rio Quilombo –, bem como um cemitério (SANTOS, 1937). Posteriormente, virou local de moradia para escravos. Embora não se conheça o período exato da construção de tal engenho, ainda persistem ruínas remanescentes do mesmo, as quais foram tombadas pelo CONDEPHAAT, em 1974. É possível que tenha havido outros engenhos nas imediações do rio Quilombo, uma vez que a existência de um cemitério sugere uma aglomeração populacional não tão desprezível.

A Ilha Barnabé, que desde o início da década de 1930 funciona como depósito de produtos químicos e combustíveis, também foi alvo da colonização portuguesa ainda no século XVI. Antes mesmo da chegada de Martim Afonso de Souza, em 1532, a Ilha Barnabé já havia sido retratada no mapa XIV do *Yslario* de Alonso de Santa Cruz, capitão da Armada de Sebastião Caboto, italiano que percorreu o litoral santista entre 1526 e 1530. Na carta o povoado

de São Vicente está simbolicamente reproduzido na área que corresponde à atual ilha Barnabé.

Trabalhando como guia da expedição de Martim Afonso de Souza, Henrique Montes, conhecedor da região, ambicionou para si a Ilha, até então conhecida pelos portugueses como Ilha Pequena. Conseguiu do donatário a doação da ilha e de algumas terras vizinhas de Jurubatuba. Mas, como observa Santos (1937: 135), a ocupação da Ilha Barnabé foi interrompida em 1534, com a morte de Henrique Montes, nos conflitos ocorridos em Iguape:

“Em 1534, com a guerra havida entre a gente de Iguape, onde moravam então os portugueses que haviam sido seus senhores e que haviam acompanhado o bacharel em sua retirada ordenada pelo rei, e os colonizadores de São Vicente, aqueles, como desforço natural à atitude traidora de Henrique Montes, invadiram a região vicentina, matando-o, e encerrando assim a primeira parte da história da São Vicente civilizada”.

Em 25 e setembro de 1536, cerca de dois anos após a morte de Henrique Montes, Braz Cubas obteve de Martim Afonso de Souza a doação da Ilha Pequena e das terras de Jurubatuba. Primeiramente encarregou seu pai – João Pires Cubas – de repovoar a Ilha; em 1540 o próprio Braz Cubas aportou na Ilha Pequena. Com a morte de Braz Cubas, a Ilha passou para seu filho Pedro e, posteriormente, aos padres carmelitas. Por essa época o local já era nomeado de Ilha de Braz Cubas ou ilha dos Padres.

No século XIX, o santista Francisco Vaz Carvalhaes, que possuía o título de Comendador Barnabé, adquiriu a ilha que acabou levando o nome de sua comanda: Ilha Barnabé. Naquela época o local também era conhecido como Ilha do Carvalhaes.

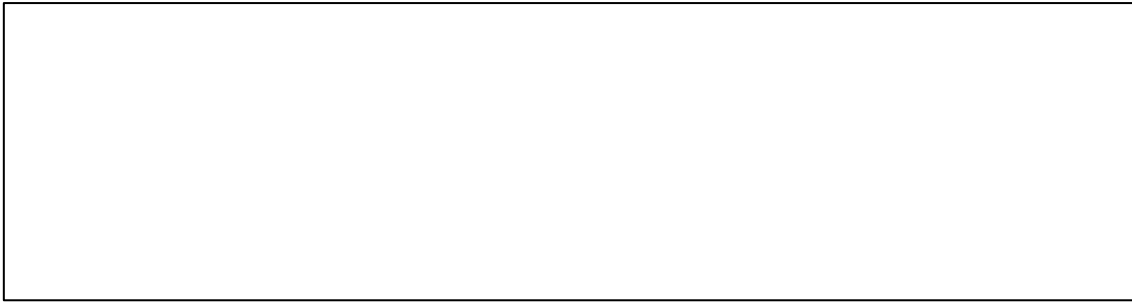
Em seu testamento, de 1892, Carvalhaes doou parcela de suas possessões à administração santista (a Câmara Municipal de Santos só foi instaurada em 1908). Três anos depois, em 17 de fevereiro de 1911, o município deu permissão ao Clube de Regatas Vasco da Gama utilizar parte da área da ilha para a prática do remo. Mais tarde os terrenos foram permutados com a empresa Guinle & Irmãos, que viria a se tornar a Companhia Docas de Santos, atualmente Codesp.

Ao que parece a Ilha Barnabé permaneceu como um local composto de pequenos sítios e currais até o final da década de 1920, quando o local foi transformado em depósito de produtos químicos e combustíveis. Observando o mapa *South America – East Coast Brazil. Santos Harbour*, produção inglesa de 1913, é possível notar a presença de algumas edificações no sul da ilha (**Prancha 5**).

Em meio à escassez documental no que se refere à Ilha Barnabé, uma fonte de grande importância encontra-se no Museu do Porto de Santos. Trata-se de um manuscrito de 21 de março de 1929, intitulado *Despesas feitas com a aquisição da Ilha Barnabé e respectivas benfeitorias*, que indica os beneficiários resultantes da compra da Ilha Barnabé pela Companhia Docas de Santos. A partir dele é possível recompor, ainda que minimamente, o perfil de ocupação da Ilha Barnabé antes da instalação do terminal de líquidos.

De acordo com o referido documento, foram adquiridos pela Companhia Docas de Santos os seguintes itens: porções de terra (160.969 m² de Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes e 73.660 m² de Gabriela Nogueira da Silveira Lobo e outros); casas de madeira cobertas com telha ou zinco (cerca de 50); casas de madeira sobre pilares (cerca de 10); chalés de madeira (um); casas de pau-a-pique cobertas com telha ou zinco (cerca de 15); casas de alvenaria (cerca de 5); casas de alvenaria e madeira (menos de 5); galpões e barracões de zinco (menos de 5); além de um rancho, uma garagem e um pequeno cais. O montante gasto pela Companhia Docas de Santos foi de 2020:065, 400 réis.

Prancha 5 – Ilha de Barnabé



Detalhe da Ilha de Barnabé da planta Santos Harbour 1913.

A presença na Ilha Barnabé de casas de diferentes tipologias construtivas, galpões, barracões, um rancho e um cais sugere uma ocupação muito mais ampla e plural do que se costuma considerar para o local no início do século XX. Embora ainda fosse uma ocupação sem grande adensamento demográfico, se comparada à área continental de Santos, é inegável que antes da instalação do terminal de líquidos a ilha apresentava uma estrutura social, com famílias, propriedades e vínculos com a Ilha de São Vicente.

Entre os nomes dos beneficiários com a aquisição da Ilha Barnabé pela Companhia Docas encontram-se, além da Câmara Municipal de Santos, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e do Clube de Regatas Vasco da Gama, os de: Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes, Gabriela Nogueira da Silveira Lobo; Manoel Rodrigues Romão; José Pereira; Ernesto Enrique Ferrão, Luiz Madeira, Tertuliano Belém, João Paulino Santana, João Gomes Brazão, Vicente Lazzarini, Domingos Barboza do Amaral, Donato Caselli, João Franzon, Antônio Lima, José Maria Bio, David Antonio Rosa, Geraldo Alves Porto, Alberto Pereira, Francisco Pichirillo, Francisco Gonçalves, Carmen Ortega, Martiniano Serra, Mariano Ruiz, Maria Laurindo Santana, Luiz Laurindo Santana, Manoel André de Souza, Francisco José Fernandes, Rosa de Freitas, Oscar Goulart, Pilar Vilche, Eurico Cardoso de Almeida, Mathilde Blund, Manoel Francisco Cardoso, Manoel Oliveira Cecílio, Joaquim Gualtieri, Luiz Antonio, Antonio José Marques, Manoel Nunes Ribeiro, Francisco Garcia, Raanulpho Antonio Marques, João Badures, Joaquim R. Ferrreira, Antonio Pinto Chaves, Liberato Monteiro, Antonio Bruno de Palma, Nicolau Vilches, José Antônio Bio, Domingos Soares, Nicolau Rijo, Maria Savedra Perdigão, Gregório Regalado, Isidoro Regalado, Miguel Salazar, Manoel da Costa, Joaquim Maria Monteiro, Ignez Castanha, Antonio Bio, Olgario Raymundo de Souza, Augusto Monteiro Batalha e os herdeiros de Demetrio Gurga.

Ainda em 1929, a Companhia Docas produziu a *Planta da Ilha Barnabé indicando as propriedades e benfeitorias adquiridas*, a qual mostrava a disposição da ocupação na ilha na época de sua aquisição. A partir dela dá para constatar a presença de edificações distribuídas por toda a ilha, especialmente na face voltada para a zona portuária de Santos (**Pranchas 6 e 7**).

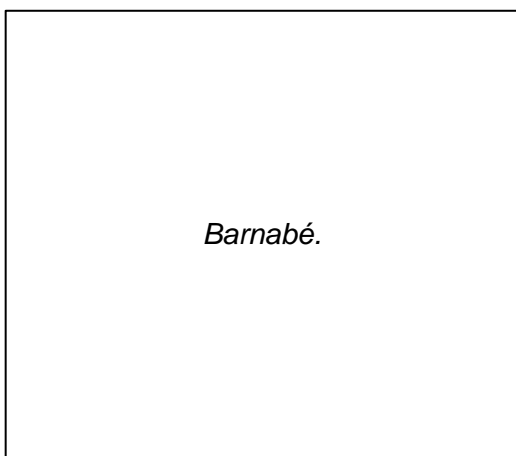
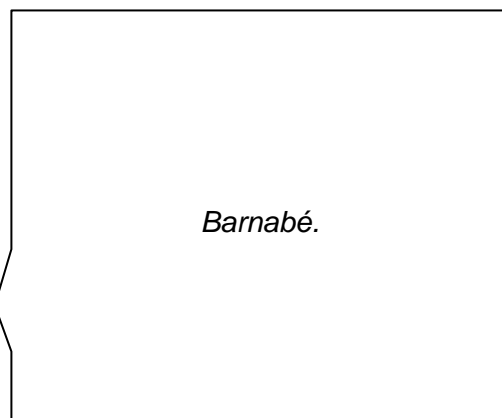
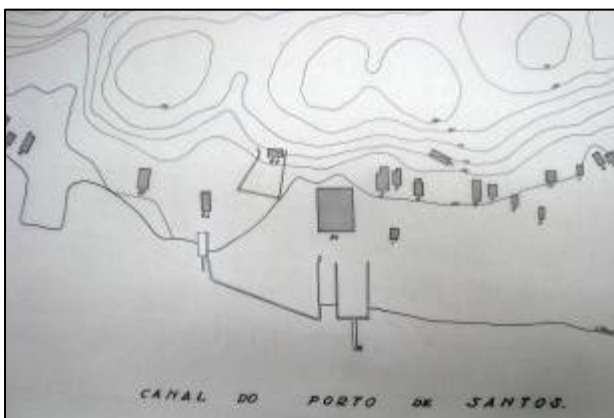
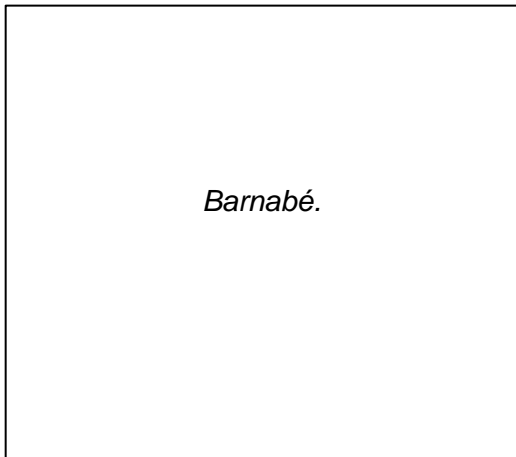
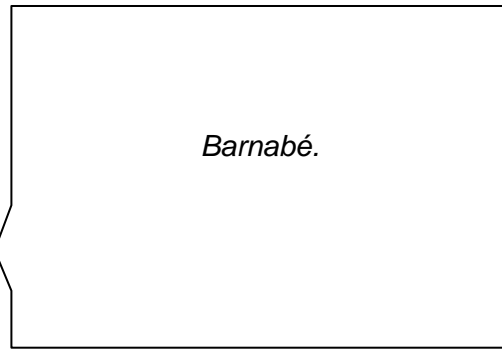
A utilização da Ilha Barnabé para depósito de produtos químicos e combustíveis foi discutida a fundo pela Companhia Docas de Santos. As alternativas eram basicamente duas: prolongar o cais para o interior da Bahia, além da foz do Saboó, permanecendo na margem da cidade; ou abandonar essa margem, passando para a fronteira, desde a ilha de Barnabé até a curva da entrada do canal. Na primeira das possibilidades as vantagens eram as seguintes: evitar a travessia do canal de Santos e do da Bertioga, que teriam, fatalmente, que ser transpostos no caso da segunda alternativa; e estabelecer um menor transporte entre a via férrea e o cais. A segunda opção permitiria aproveitar terrenos de melhor qualidade, não obrigar grande aumento na área do porto e estabelecer áreas para a manobra dos vapores (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1927: 62-63)

A Ilha Barnabé passou a ser utilizada como terminal de líquidos e combustíveis em 21.01.30. Com a planta *Ampliação da rede de esgoto de águas pluviais na Ilha Barnabé*, elaborada pela Companhia de Docas de Santos em 1944, nota-se a presença de diversos tanques e reservatórios.

A Ilha Barnabé passou por diversos melhoramentos ao longo do tempo. Em 1956 foi aberto o canal de navegação ligando os rios Sandi e Diana, junto à Ilha, a fim de suprimir um trecho submerso do futuro oleoduto Concençõzinha-Alemao. (1956: 38). No ano seguinte foi erguido o tanque BE-1, de 22,35m de diâmetro e 12,19 de altura, e construído dois blocos de ancoragem para aumentar a linha de atração (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1958: 49-50). Dois anos depois foi concluído um tanque metálico para o armazenamento de benzol (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, 1960: 43). Em foi concluído um vestiário, junto à oficina de carpintaria e uma instalação sanitária na plataforma do tanque BE-1.

Atualmente a Ilha detém o maior volume de produtos químicos do Brasil em uma mesma área, com cerca de 170 milhões de litros. Nela se operam as empresas Vopak Brasterminais, Odjjell Terminail Ganel Química Ltda., Potenza Terminais e Argemil (MENGHINI; CUNHA-LIGNON; COELHO JÚNIOR; SCHAEFFER-NOVELLI, 2007).

Prancha 6 – Barnabé



Não obstante sejam poucos os registros históricos referentes à Ilha dos Bagres, é provável que já fosse conhecida pelos portugueses desde o início da ocupação regional. Conhecida então como Ilha dos Bagrinhos, em virtude da sua grande quantidade de bagres– fenômeno que ainda ocorre durante o verão –, a atual Ilha dos Bagres ficava na rota de passagem dos que saíam do porto de Santos na direção do Largo do Canéu, via Rio Casqueiro. Ainda assim, a Ilha não chegou a passar por um processo de ocupação significativo. No mapa *South America – East Coast Brazil. Santos Harbour* há a indicação de apenas um curral na Ilha dos Bagres. Já na carta *Brasil-Costa Sul. Porto de Santos. Levantamento efetuado pela Marinha do Brasil, de 1959*, não consta indicação de ocupação humana (**Prancha 8**). O mesmo ocorre na carta *Santos, Estado de São Paulo*, produzida pelo Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, em 1972.

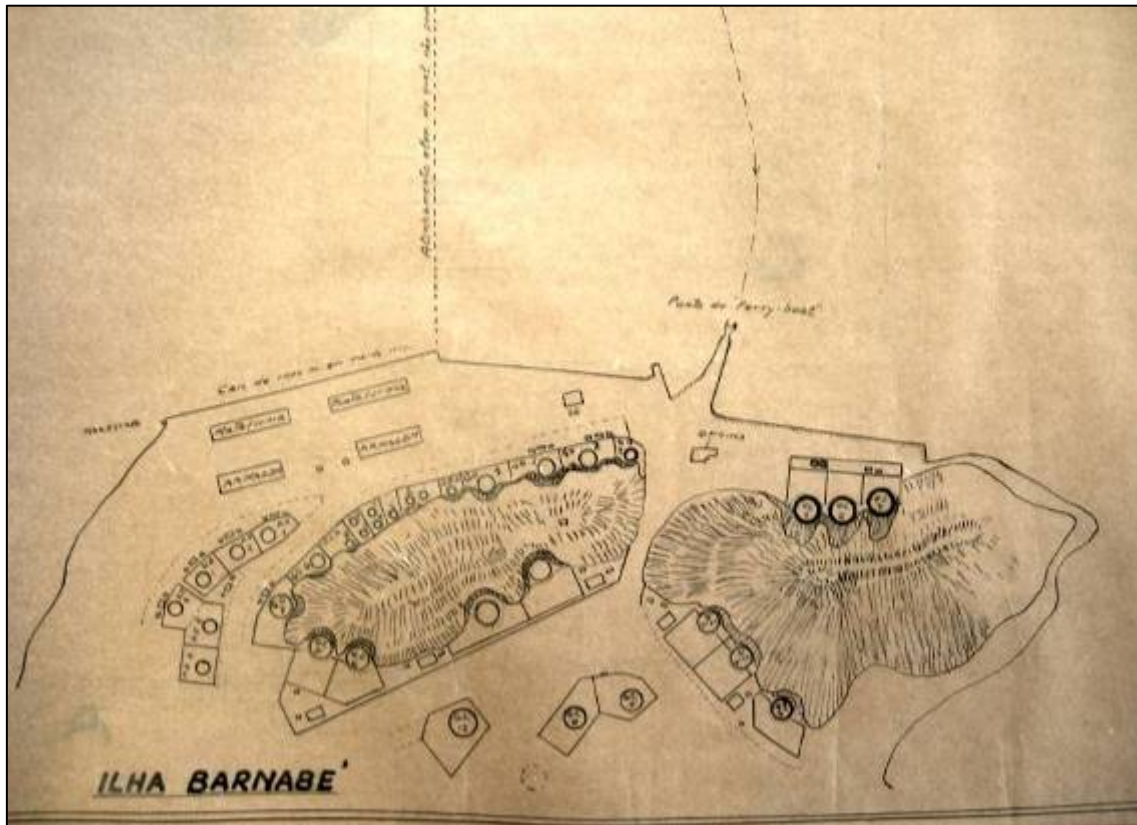
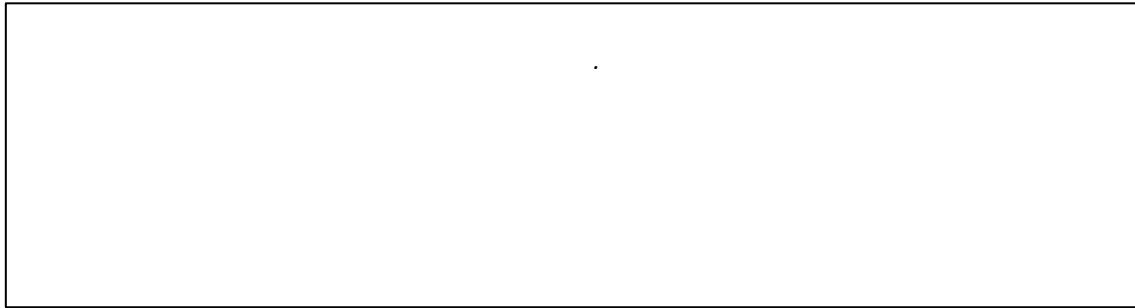
A área ocupada pelas Ilhas Barnabé e dos Bagres foi objeto de análise do engenheiro, arquiteto e político Francisco Prestes Maia, nos final dos anos 40. Em seu *Plano Regional de Santos* (MAIA, 1950), estudo direcionado para o desenvolvimento da baixada santista, Prestes Maia elaborou um Plano Ferroviário Regional o qual enumerava as modificações necessárias para a região do Estuário de Santos. A idéia era integrar espacialmente a zona portuária de Santos a fim de dinamizá-la economicamente:

"A bitola larga terá nova linha de aderência, provavelmente pelo Vale do Quilombo. A antiga São Paulo Railway dividir-se-á em dois trechos: o São Paulo-Jundiaí entregue à Paulista, e o São Paulo-Santos entregue a um consórcio Paulista-Central. (...) A linha de aderência ligar-se-ia a estas duas estradas, formando um triângulo: Capital-Mogi-Garganta (nota: garganta superior do Quilombo). Descida a serra, irá de um lado a Santos (Saboó) pela Ilha dos Bagres ou pela Barnabé, de outro lado prosseguirá pelo continente, até penetrar na Ilha de Santo Amaro, na altura do Monte Cabirão. Nesta ilha servirá o porto e terá estação terminal comum com a bitola estreita, mais ou menos onde hoje se acham os dois morros do Itapema".

Prestes Maia não chegou a viabilizar o Plano Regional, mas o porto elaborou o Plano Diretor de 1951 prevendo mudanças nos terminais de granel líquidos e acarretando nas instalações portuárias, concluindo a ligação entre o

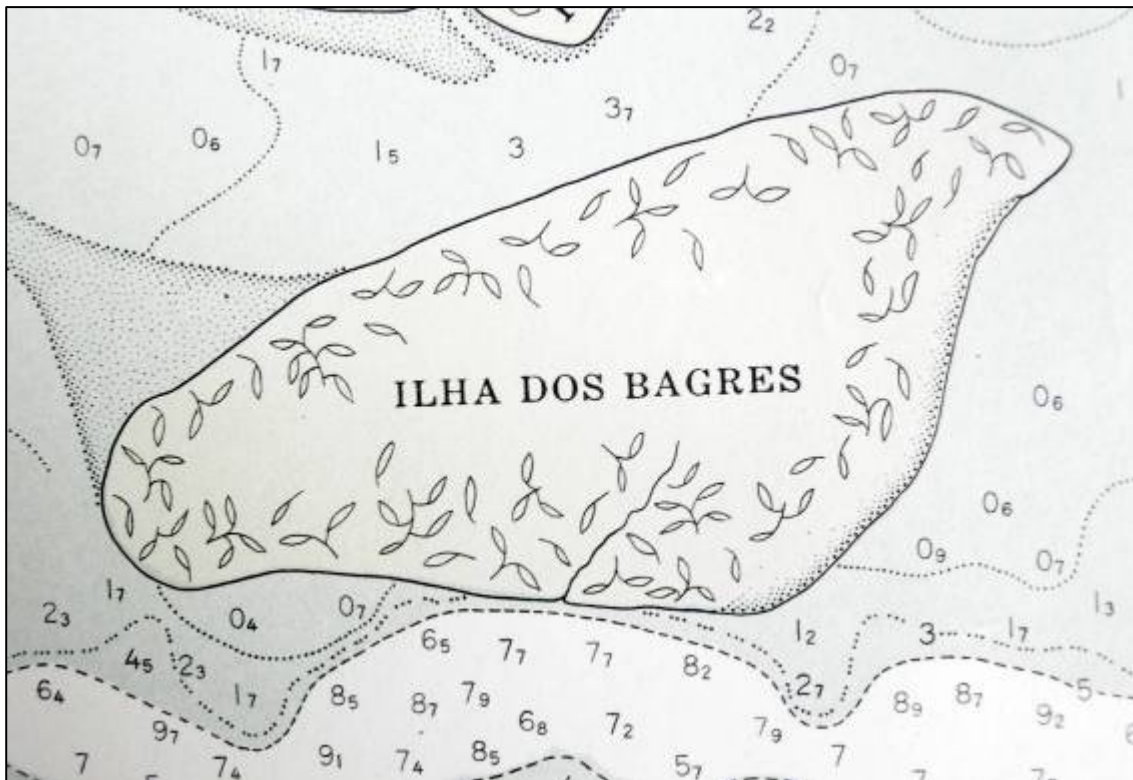
Saboó, Alemoa e Ilha Barnabé. Tal planejamento possibilitou a implementação do pólo industrial de Cubatão (NUNES; GONÇALVES, 2008: 52).

Prancha 7 – Ilha de Barnabé



Detalhe da Ilha Barnabé da Planta Geral do Cais de 1942.

Prancha 8 – Ilha dos Bagres



Detalhe da Ilha da Planta do porto de Santos de 1959.



Detalhe da Ilha dos Bagres da Planta do porto de Santos de 1971.

Os “bairros de pescadores” da Área Continental de Santos: Caruara, Monte Cabrão, Iriri, Cabuçu Caeté, Trindade, Guarapa e Barnabé (Ilha Diana)

As comunidades que compõem a Área Continental de Santos se caracterizam por serem pequenas aglomerações humanas esparsas nas áreas de braços de rio do estuário santista. Se por um lado há bairros consolidados como Barnabé (Ilha Diana), Monte Cabrão e Caruara, há diversas famílias que moram isoladas nos morros, na margem de rios e na beira de estradas. Seus habitantes vivem da pesca, da venda de frutas – sobretudo da banana –, do comércio local, da construção civil e de empregos vinculados à indústria santista e cubatense.

O bairro santista de Caruara situa-se na beira do canal da Bertioiga, próximo a este município. Afirma-se que o povoado surgiu por volta da década de 1950, a partir do loteamento da antiga fazenda Caruara, formada por 142 chácaras. O aniversário da localidade é comemorado oficialmente do dia 25 de setembro, de acordo com a Lei Municipal nº 2.078 de 2002.

Em entrevista concedida para o jornal *A Tribuna* no início dos anos oitenta, Gregório, morador de Caruara desde os anos cinqüenta, afirmou que quando mudou para aquelas paragens a maior parte das famílias vivia da pesca e do cultivo da banana. Gregório lembrou-se da existência de um alambique e de uma olaria.

A partir dos anos sessenta Caruara passou a receber novos fluxos populacionais. Na época em que foi feita a reportagem, Caruara, com seus mais de 700.000 m², contava com cerca de 300 moradias. No início da década de oitenta havia apenas quatro vias oficiais: a Av. Alonso Soares e as ruas Xavantes, Caramuru e Tamoio. Até os anos sessenta, a maior parte das edificações eram chalés, típicos da Baixada Santista na primeira metade do século XX. As primeiras casas de alvenaria de Caruara começaram a ser construídas em meados da década de 1960, sobretudo após a iniciativa do morador Emiry Felício em fazer blocos manuais.

O número atual de moradores do bairro é incerto. Em 2006 a prefeitura de Santos estimava cerca de 3.500 moradores. Ao mesmo tempo em que elogiam o local – especialmente a abundância de mata e águas – os

moradores apontam para a necessidade de melhorias referentes à infraestrutura urbana (transportes, serviços etc.). Rubens Marques dos Santos, morador do bairro há mais de 30 anos, notou as mudanças sofridas por Caruara nos últimos anos:

“O Caruara, antigamente, era apenas um povoado. Depois que construíram a Rio-Santos, o bairro cresceu bastante (...) Existiam, no máximo, umas dez [casas]” (EXPRESSO POPULAR, 25/09/2008).

A questão do saneamento básico é premente para Caruara. A Sabesp informa pela sua assessoria de imprensa que tem um projeto para sanar com as valas de esgoto a céu aberto. Estão sendo projetadas 550 ligações com 12 mil metros de rede coletora e cinco estações elevatórias. No momento estão sendo elaborados os relatórios ambientais para licenciamento da rede. A Prefeitura, por seu turno, acena com um Plano de Regularização Sustentável, via Secretaria de Planejamento, que será enviado ao Cidade Legal, de concessão de escrituras, do Governo do Estado, além de um levantamento social (A TRIBUNA, 15/02/2010).

Ao lado de Caruara está situado outro bairro da Área Continental de Santos: o Cabuçu-Caeté. Fixado às margens da Rodovia Rio-Santos, o bairro é conhecido entre os santistas por seus atrativos naturais (córregos, cachoeiras, fauna e flora da mata atlântica), os quais são explorados por empresas de turismo que fazem ali trilhas ecológicas.

A denominação Cabuçu-Caeté remete a uma fazenda homônima que existiu na região e que supostamente serviu de abrigo à Companhia de Jesus, que ali montara um posto de catequese para os índios. Nas primeiras décadas do século XX a região foi ocupada por grandes plantações de bananas, cuja produção era transportada por vagonetes até as proximidades do Rio Cabuçu, e dali, por meio de barcos, até o Mercado Municipal de Santos. A diminuição no preço da banana e as pragas que atingiram as plantações fizeram com que a fazenda passasse a servir como lenheiro, sobretudo em meio à dificuldade de obtenção de combustível no país, durante a Segunda Guerra Mundial.

Próximo de Caruara e Cabuçu-Caeté encontra-se o bairro de Iriri, que conta com a área de 1.278.322, 47 m². Embora não haja registros concretos, presume-se que a região tenha sido desbravada no final do século XIX, quando da proliferação das plantações de banana na Área continental de Santos. Ainda assim, a população local permaneceu rarefeita. Em 2000, Iriri possuía menos de 30 habitantes. Os principais pontos histórico-culturais do bairro são: Cachoeira do Iriri, Fazenda Iriri e Sítio Iriri.

Situado às margens do canal de Bertioga, o bairro de Monte Cabrão possui cerca de 600 habitantes que residem em uma área de 631, 5 mil m². A origem do nome remonta ao monte com topo arredondado, ao redor do qual nasceu o povoado. Embora não haja registros comprobatórios, afirma-se que uma das primeiras famílias a morar no Monte Cabrão foi a do imigrante nórdico Jacob Jensen, que fixou residência no local por volta de 1899 e 1900. É muito provável, todavia, que a região já fosse área de passagem desde os primórdios da colonização portuguesa, no século XVI. Em 16 de outubro de 2003, por meio na Lei nº 2.146, instituiu-se o dia 23 de julho como Dia Oficial de Monte Cabrão. Nesta data ocorrem festejos em comemoração à antiga vila de pescadores.

No início dos anos 80, uma equipe do jornal *A Tribuna* visitou Monte Cabrão e assinalou que o local possuía menos de vinte residências, um estaleiro e garagens para barcos:

(...) Ali, cerca de 100 pessoas vivem quase esquecidas do mundo. Poucos santistas sabem da existência de Monte Cabrão, e muito menos que pertence a Santos. Mas o lugar é habitado há muitos anos e, em outros tempos, se distinguia como mais um núcleo de pescadores artesanais do nosso litoral. Hoje em dia, embora já exista a estrada Piaçagüera-Guarujá ligando o lugarejo à chamada civilização, o número de moradores diminuiu: as águas não oferecem mais peixes como antigamente e poucos conseguem sobreviver da pesca. Tanto que restaram apenas cinco pescadores. Os demais chefes de família preferiram trocar a rotina de água, sal e sol por um salário no final do mês (A TRIBUNA, 10/03/1983).

Segundo Nelson Celestino, 53, nascido em Monte Cabrão e que por mais de vinte anos foi pescador, o atual bairro era bem diferente em meados dos anos 60. As casas eram poucas e nelas moravam famílias de pescadores, que utilizavam o canal de Bertiooga para a pesca pelo fato de residirem na sua margem. O pescado era vendido, sobretudo, em Santos e no Guarujá.

O mesmo Seu Nelson afirma que, atualmente, os pescadores de ofício não constituem grande maioria em Monte Cabrão. Muitos deixaram de pescar para ocupar atividades ligadas ao comércio e à indústria. Ainda assim, a quantidade de pessoas que pescam para complementar a alimentação e por diversão ainda é grande. O local tem se tornado, também, ponto de encontro para turistas que vão pescar na região.

Localizado na foz do Rio Diana, próximo ao Monte Cabrão, o bairro Ilha Diana é considerado como exemplo de um “povoado caiçara”. Sua origem remonta aos anos 40, quando famílias que moravam na área hoje ocupada pela Base Aérea de Santos foram removidas para o local onde atualmente está fixado o bairro. Em reportagem feita na região no início dos anos 80, o jornal *A Tribuna* assinalou algumas das características da Ilha Diana:

(...) O núcleo (...) abriga 23 moradias, todas voltadas para o rio. Há uma única de alvenaria, três de madeira e tijolo. As demais são de madeira, mas feitas e pintadinhas. Não faltam jardins e vasos ornamentando as fachadas. Em uma das casas, até um velho vaso sanitário foi transformado em floreira.

O arruamento é inteiramente espontâneo e ninguém reclama da falta de asfalto: o pessoal gosta de sentir a terra sob os pés e o cheiro bom que toma conta do ar quando a chuva cai, depois de um dia de muito sol.

Vendas, bazares, mercearias? Não há nada disso na Ilha Diana. Os botecos da dona Dina, da Xirley e da Geny são os únicos estabelecimentos comerciais. Pequenos, estoques reduzidos, só garantem a cachaça boa para espantar o frio. Para abastecer a casa de alimentos, produtos de limpeza e coisas do tipo, o jeito é seguir para Santos ou Vicente de Carvalho.

Nesses barzinhos os homens se reúnem para trocar um dedo de prosa, tocar pandeiro, violão e ver se a voz agüenta umas horas de cantoria. Melhor diversão que essa, só o futebol proporciona.

Quando o glorioso Esporte Clube Diana joga, não falta gente para torcer e vibrar com os lances decisivos do Eugênio e do Eduardo Hipólito, dois dos

melhores jogadores. O time é o grande orgulho da ilha e dificilmente decepciona. Dia desses, venceu o visitante Rua Quarta por 1x0 e conquistou um troféu: até hoje os craques comemoram o feito” (A TRIBUNA, 28/10/1982).

O bairro, atualmente, possui cerca de 50 famílias, totalizando menos de 300 habitantes. Parte significativa de seus habitantes, como João Rodrigues Pereira Neves, 51, vive da pesca. De acordo com Seu João, todavia, os mais jovens vêm menos interesse na pesca, o que resulta na busca por outras opções de sobrevivência.

Uma das principais atrações dos moradores da Ilha Diana é a festa do Senhor Bom Jesus de Ilha Diana, que acontece no dia 6 de agosto de cada ano. Segundo depoimentos orais, a história do padroeiro teve início com os primeiros moradores da ilha, naturais da cidade de Iguape. A imagem do Bom Jesus do Iguape foi confeccionada em Portugal por encomenda de um senhor de engenho pernambucano, o qual teve sua embarcação atacada e destruída por piratas. A imagem foi encontrada na Praia de Una por índios guaranis. Conta-se ainda que a imagem ficou muito pesada, só voltando ao peso normal depois que os índios direcionaram sua face para o município de Iguape. O fato chegou ao conhecimento dos pescadores que conduziram a imagem em uma rede até a Barra do Ribeira, depois para a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves e por fim para Iguape. Uma réplica da imagem encontra-se na igreja da Ilha Diana.

Além dos já citados, a Área Continental de Santos conta com os bairros de Trindade e Gurarapa, que possuem características similares aos demais. Uma das principais atrações do bairro de Guarapa é a criação na Estância Diana, de búfalos da raça Murrah, que substituiu as plantações de banana na fazenda.

Observações complementares sobre a Área Continental de Santos

Comparada à Área Insular (Ilha de São Vicente), a Área Continental de Santos foi sempre menos habitada e, conseqüentemente, parcamente estudada. A maioria dos estudos referentes à sociedade santista se refere ao núcleo urbano original de Santos e, sobretudo, à evolução do porto. Deste

modo, a proeminência da questão portuária ofuscou as demais áreas envoltórias, fazendo com que historiadores e outros estudiosos preterissem a margem esquerda do canal de Santos, que figura na bibliografia como uma área de importância reduzida, caracterizada pelos seus manguezais insalubres e despovoados.

Sabemos genericamente que, embora de forma rarefeita, essa região foi ocupada desde o século XVI por pequenos fazendeiros, sitiantes e pescadores. Entretanto, não há registros de nenhuma aglomeração urbana destacada, tampouco de um complexo econômico de algum relevo desde a chegada dos primeiros colonizadores. Excetuando o caso do engenho do rio Quilombo, onde índios sugerem um maior adensamento populacional para os séculos XVIII e XIX, é provável que a Área Insular de Santos nunca tenha sido palco privilegiado de ocupação humana, especialmente após a implementação do terminal de Líquidos na Ilha Barnabé, que tornou a vida na região mais restrita e perigosa. Conseqüentemente, o uso do canal de Santos por seus habitantes não deve ter se alterado muito com o tempo. É crível que ele tenha sido utilizado para o deslocamento (eixo Cubatão-Santos-Guarujá-Bertioga) e para a pesca.

O povoamento da Ilha de Santo Amaro: Guarujá e Vicente de Carvalho

O início do processo de ocupação da atual Ilha de Santo Amaro – originalmente denominada pelos nativos indígenas de Guaíbe ou Guaibê – esteve intimamente associado à fixação dos portugueses no litoral vicentino ao longo do século XVI. Doada a Pero Lopes de Souza, em 1534, pelo rei de Portugal D.João III, para que fosse colonizada, a Ilha de Guaibê não contava com as mesmas condições topográficas da Ilha de São Vicente. O relevo montanhoso e de difícil acesso constituía um empecilho à ocupação humana, que se fez num ritmo bem menos acelerado do que na Ilha de São Vicente. Enquanto esta apresentava diversas rotas de locomoção, a Ilha de Santo Amaro contava com apenas um caminho realmente significativo, o Caminho da Bertioga. Com início na Fortaleza da Barra Grande, esse caminho trilhava a ilha pelo lado do mar, seguindo pelas praias e atravessando morros, em

direção às localidades do litoral norte. A partir de São Vicente, atravessava o estuário até atingir a atual região do Boqueirão da Praia Grande. Deste ponto, o trajeto seguia pela praia, chegando a Conceição de Itanhaém, depois Peruíbe e Iguape (PETRONE, 1965:94).

Ainda assim algumas medidas foram tomadas pelo colonizador português com o fito de assegurar a posse e desenvolvimento da Ilha. Em 1540 José Adorno coordenou a construção da Fortaleza da Barra Grande, a primeira da Ilha. A partir de 1545, com a construção das Capelas de Nossa Senhora da Apresentação e de Santo Amaro, o local passou a se chamar Ilha de Santo Amaro. Com a capela, a Ilha recebeu grupos jesuítas que ali se instalaram para promover a catequese dos grupos indígenas. Na mesma época, fortes e fortalezas foram dispostos no território da Ilha, com o intuito de defenderem o litoral.

O problema da fortificação constituiu um dos elementos mais significativos do movimento inicial de ocupação da Ilha de Santo Amaro. Dado que o fluxo de colonos para a Ilha foi relativamente pequeno até a segunda metade do século XIX, fortes e fortalezas tornaram-se as estruturas capazes de manter a poderio português na região. É provável que a primeira construção desse tipo construída na Ilha tenha sido o Forte da Barra Grande, próximo à Capela de Santo Amaro, após a invasão do pirata inglês Edward Fenton, no final do século XVI, e das sucessivas investidas indígenas. No início do século XVII foi conferido ao forte o uso de presídio político, ocasião em que se erigiu uma capela sob a responsabilidade de José Rodrigues, mestre de campo e governador da Praça de Santos. No local da primeira edificação João Massé construiu outra, em 1723, quando foi governador da província o capitão-general Rodrigo César de Meneses. O forte passou por reformas e permaneceu funcionando até 1911, quando foi desativada em definitivo. Conhecida também como Forte de Santo Amaro, a edificação foi tombada pelo IPHAN em 1964 e 1980 pelo CONDEPHAAT.

Outra importante edificação de defesa foi a Fortaleza de Itapema, erguida na margem oriental do estuário santista – atual Vicente de Carvalho, que ao longo do tempo recebeu várias denominações, tais como Forte do Pinhão, Fortaleza Santa Cruz de Itapema ou Vera Cruz do Itapema. Existem

controvérsias sobre a data da construção da fortaleza. De um lado historiadores afirmam que ela foi construída no século XVI; outros acreditam que ela foi levantada no século seguinte. O fato é que a iconografia disponível sobre a fortaleza data de a partir do século XVII. O projeto da edificação que ainda existe foi projetada pelo brigadeiro Silva Paes no século XVIII, sofrendo diversas reformas. Esta é uma planta do forte de 1714:

Após a Independência e a consolidação do Estado nacional brasileiro o edifício perdeu sua função estratégica e, aos poucos, foi sendo desarmado. Em julho de julho de 1883 um incêndio o destruiu quase que por completo. Já no início do século XX, em decorrência da localização privilegiada da fortaleza, esta foi confiada à Alfândega pela Intendência Geral da Guerra, passando a funcionar ali o Posto Fiscal da Alfândega. Para tanto foi construída uma torre destinada a receber os holofotes do Posto Fiscal, que atingiam todo o porto, desde a Base Aérea até a saída pelo canal da Bertioga. Um pouco antes, em 1898, passara a funcionar ao lado da fortaleza o Clube Internacional de Regatas. Na fotografia abaixo, do início do século XX, é possível observar o forte de Itapema e, à sua direita, o Clube Internacional de Regatas.

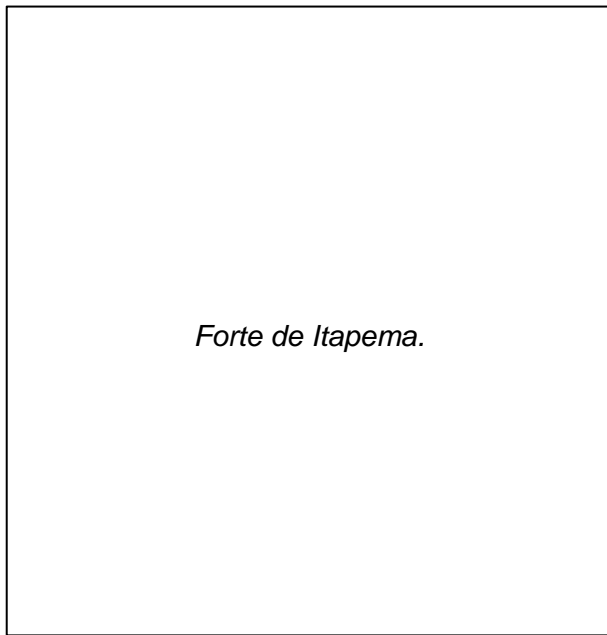
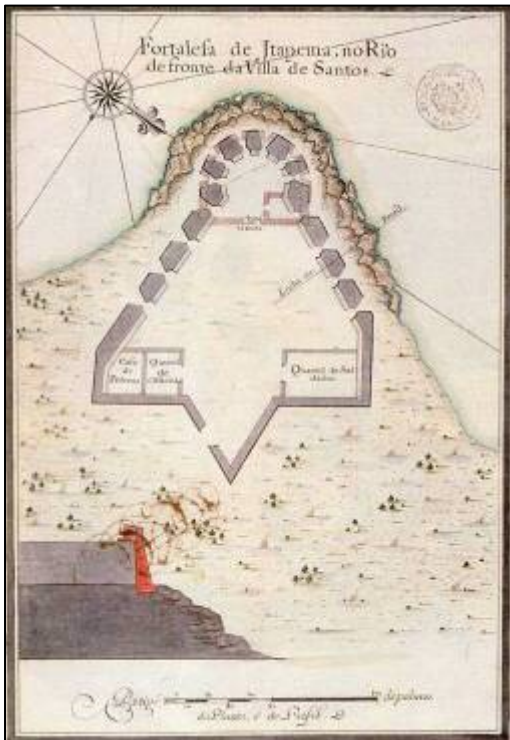
Em 30 de abril de 1982 a fortaleza de Itapema foi tombada pelo CONDEPHAAT.

Entre fins do século XIX e início do XX, Benedito Calixto retratou a Ilha de São Vicente a partir de Itapema. É possível notar traços de ocupação no entorno do forte (*vide Prancha 9*).

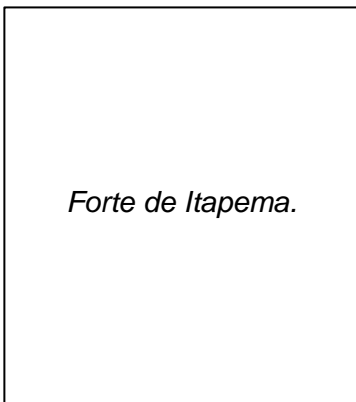
Ao norte de Itapema, um outro núcleo de ocupação se desenvolveu no início do século XX: o Bairro da Bocaina, originalmente uma vila de pescadores. Em 1914, o jornal *A Tribuna* noticiou que, em visita ao bairro, o prefeito da cidade de Santos Carlos Luiz de Affonseca observou a simplicidade das famílias que ali residiam e apontou para a necessidade de melhoras na configuração do local (*A TRIBUNA*, 06/02/1914):

(...) O 121i. Carlos Luiz de Affonseca, prefeito municipal, acompanhado do 121i. Dr. Francisco T. Silveira Telles, diretor das Obras Municipais, visitou ontem o bairro da Bocaina, a fim de verificar quais os melhoramentos que no momento poderão, com vantagem para os moradores, ser levados a efeito pela Prefeitura.

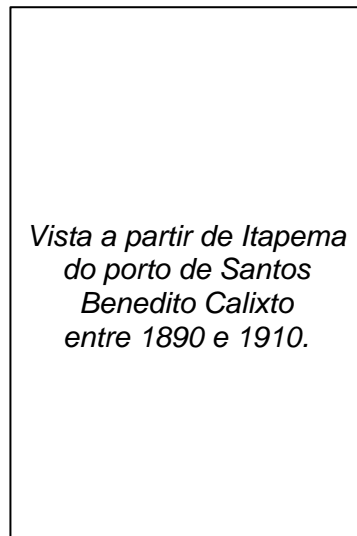
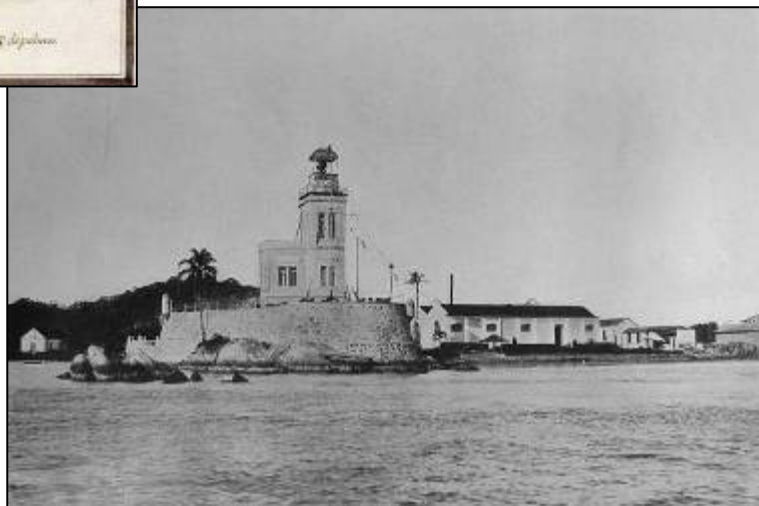
Prancha 9 – Forte de Itapema



Forte de Itapema.



Forte de Itapema.



*Vista a partir de Itapema do porto de Santos
Benedito Calixto
entre 1890 e 1910.*

Desde logo, o 123i. Prefeito notou a necessidade imprescindível do abastecimento d'água, para o suprimento da qual lutam os habitantes da Bocaina com dificuldades enormes.

Os que não vêm buscá-la à cidade, ali compram a 200 réis cada uma lata (das de querosene), avaliando-se por aí qual o preço por que fica o comércio d'água no bairro.

O 123i. Prefeito oportunamente submeterá à apreciação da Câmara o que julgar conveniente a respeito, alvitando os meios que lhe parecerem exeqüíveis, de resultados práticos e proveitosos.

Notou mais s. exa. A necessidade de serem reparados alguns pontilhões e construídos outros (...).

Segundo a mesma reportagem, o bairro da Bocaina possuía, naquela ocasião, cerca de 400 casas. A configuração espacial do bairro neste período pode ser constatada por meio de uma planta, de 1920, organizada pela *Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Santos*:

Por volta da década de 1930, as regiões de Itapema e da Bocaina ainda não apresentavam uma ocupação adensada, se comparada com a margem direita do estuário santista, como sugere a *Planta da cidade de Santos, Praças e Largos em Santos*. Esta indica a presença do forte de Itapema, da estação de barcas (ponto de parada do transporte feito entre a Bacia do Mercado, em Santos, e a Ilha de Santo Amaro), de uma linha de bondes elétricos para o centro de Guarujá e da linha de transmissão da Usina de Itatinga.

Por meio da planta *Brasil-Costa Sul. Porto de Santos. Levantamento efetuado pela Marinha do Brasil*, de 1959, é possível observar que Vicente de Carvalho já apresentava o cais de petroleiros, na região da Conceiçãozinha, bem como uma via que ligava o centro de Guarujá ao bairro de Itapema. Este já contava com diversos quarteirões e com a Base Aérea de Santos, que se encontrava em pleno funcionamento desde 1922.

Ao sul de Itapema encontra-se outro bairro de ocupação tradicional. Situado entre as empresas Cargill, Cutrale e Dow Química, o atual bairro da Conceiçãozinha, pertencente ao Distrito de Vicente de Carvalho, Guarujá, ainda possui suas ruas de terra. A rede de esgoto é precária, embora haja luz elétrica e água potável. A configuração da orla do bairro é de vegetação de

manguezais, degradados tanto pelo efeito de substâncias químicas lançadas pelas empresas instaladas no estuário quanto pelo esgoto e lixo doméstico e dos navios oriundos das cheias.

No período Colonial, a região da Conceiçãozinha já era percorrida pelos portugueses pelos menos desde o século XVIII, que ali fundaram uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Embora não haja registros contundentes, é muito provável que a maior parte das populações que se fixou em Conceiçãozinha o fez em fins do século XIX. O jornal *A Tribuna*, de 14/07/2002, afirma que há indícios de ocupação da área desde 1898. De acordo com Esther Karwinsky, a influência do português e indígena foi marcante na região, que também recebeu paranaenses, os quais se instalaram nas praias do Perequê, Santa Cruz dos Navegantes, Conceiçãozinha, e Praia do Tombo. Aos elementos dessa primeira onda migratória foram se juntar, nas décadas de 124cinquenta, sessenta, setenta e oitenta, famílias advindas do norte e nordeste brasileiro, especialmente da Bahia, Paraíba, Sergipe e Pernambuco.

Até a década de 1950, boa parte das comunidades caiçaras do Estuário de Santos, a exemplo da Conceiçãozinha, permaneceu seguindo os mesmos parâmetros de outrora. A atividade econômica dos habitantes da Conceiçãozinha foi estruturada, desde o início, na pesca, na coleta de crustáceos nas áreas de Mangue e no cultivo da banana. Mas com a implantação de meios de transportes mais avançados (rodovias), o desenvolvimento do Porto de Santos e a expansão industrial do Pólo Petroquímico de Cubatão, muitas das famílias de caiçaras, que viviam em um sistema de vida distinto da lógica do capital, viram-se inseridos dentro de processo de crescimento demográfico e consumo que pôs em risco sua própria sobrevivência.

A vida dos moradores da pequena comunidade mudou significativamente com a implantação do Terminal de Fertilizantes da Conceiçãozinha, inaugurado em 15 dezembro de 1971 (COMPANHIA DOCAS DE SANTOS, s/d: 20-21). Destinado para a movimentação de fertilizantes a granel, o terminal em pouco tempo se tornou o maior do gênero do país, podendo operar com dois navios ao mesmo tempo. Na época, o principal

fertilizante desembarcado ali era o fosfato de cálcio, seguido por diversos tipos de cloreto de potássio, sulfato de amônia, superfosfato de cálcio triplo, sulfato de amônia e enxofre. A maior parte desses elementos advinha da costa oeste dos Estados, e desembarcavam em Santos com maior intensidade entre os meses de julho e novembro. Menos de dez anos depois de entrar, o terminal já demandava algumas ampliações:

(...) O Terminal de Fertilizantes de Conceiçãozinha, inaugurado no final de 1971, com apenas dois armazéns, é hoje o maior terminal exclusivo recebedor de adubos a granel do Brasil: provavelmente o maior da América Latina e, conseqüentemente, um dos maiores do mundo. Localizado na margem esquerda do estuário, ele pode operar com dois navios simultaneamente, descarregando quatro produtos diferentes.

Atualmente, quase 80 por cento dos adubos e fertilizantes importados pelo porto santista são desembarcados no terminal de Conceiçãozinha. Sua capacidade nominal é de 180 mil toneladas, sendo operadas diariamente, em cada píer de atracação, entre quatro e cinco mil toneladas, registrando-se em novembro do ano passado o recorde de desembarque, de quase oito mil toneladas em um único dia.

Existe um projeto, em estudos na Portobrás, para a construção de mais um ponto de atracação, conforme informou o engenheiro da Companhia Docas, José Armando Pereira. Ele disse que isso viria permitir a eliminação de alguns pontos de desembarque (dos novos existentes na margem direita), proporcionando maior descongestionamento do porto e melhor aproveitamento da capacidade do terminal (A TRIBUNA, 25/09/1977).

Hoje, conhecido como TEFER, o terminal, com capacidade de armazenar 35 mil Toneladas de granel diretamente dos navios, por meio de esteiras transportadoras que funcionam 24 horas por dia, hoje descarrega 700 mil toneladas/ano. No período de 1993 a 1996 e 1996 a 1998 esse número chegou a atingir 1 milhão de toneladas/ano.

Prancha 10 – Bocaina, Vicente de Carvalho e Base Aérea



Bocaina.

Bocaina.



Vicente de Carvalho 1930.



Vicente de Carvalho 1959 .



Base Aérea, final década de 1930.

Nas últimas décadas, o artesanato tem se tornado uma importante fonte de renda para a população da Conceiçãozinha. Moradores aliam a renda ganha com a pesca e cultivo com a venda de cestos para transporte de camarão – geralmente retangulares, com cerca de dois palmos de largura por três de comprimento e um palmo e meio de profundidade –, balaios (com mais ou menos três palmos de profundidade também para transporte de camarão e outros peixes); chapéis, peneiras (para feijão, café, milho), cestos redondos e rasos (para frutas) e abajures. Vendem, também armadilhas para a pesca como o Covo (tipo de cesto por onde peixe entra e na saída não consegue sair, pois tem uma pequena porta que abre somente pra entrar) e o Jequi, (tipo de labirinto onde os peixes entram e se prendem e não conseguem sair).

Contíguo ao TEFER localiza-se o TECON, o Terminal de Contêineres de Santos, cuja origem está na expansão acelerada do uso do contêiner como modalidade de transporte. Projetado pela Portobrás, o local começou a ser construído em 1976. O projeto original sofreu constantes mudanças em decorrência das peculiaridades do terreno, de modo que a obra foi inaugurada apenas em 30 de agosto de 1981.

Ao ser entregue à navegação comercial, o Tecon contava com uma área de 3.500 m² e cais de 510 m de extensão, preparado para receber embarcações com até 13,50 m de calado. A infra-estrutura do complexo contava com dois armazéns para esvaziamento de sofres com 6.300 m², um armazém para enchimento e esvaziamento com 9.000 m², ambos servidos por linha férrea e um pátio para depósito de contêineres de 30.000 m². O conjunto era completado por dois edifícios para escritórios de 6.324 m²; prédios para a guarda portuária; corpo de bombeiros; pronto-socorro; oficina de reparos e ponte de inspeção para controle de entrada e saída de contêineres do pátio, além de dois reservatórios de água com capacidade para 5,8 milhões de litros. Para os contêineres frigoríferos, havia 210 tomadas de 400 volts.

A implantação dos terminais de fertilizantes e de contêineres alterou radicalmente a fisionomia da faixa de terras hoje abarcada pelo Distrito de Vicente de Carvalho (**Pranchas 10 e 11**). Se antes a ocupação da região se restringia às bordas da margem esquerda do canal de Santos, a partir dos anos setenta ela se alastrou para o interior da Ilha de Santo Amaro, recebendo

populações de diversas áreas do Brasil. Além disso, já na década de 1950, com o desabamento de algumas áreas de morros em Santos, muitas famílias refugiaram-se no bairro de Paecará, ocasionando a expansão populacional do Distrito. Com a divisão de loteamentos ao longo da Via Santos Dumont, principal rota em direção a Guarujá, houve então o desenvolvimento populacional de Vicente de Carvalho.

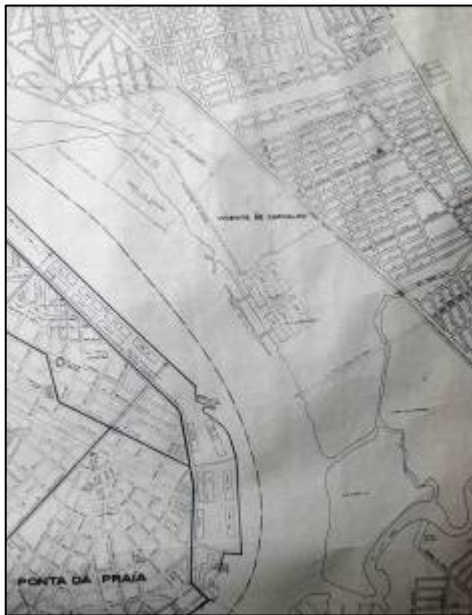
Por meio de planta produzida para servir o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Prefeitura Municipal de Santos, de 1978, é possível diagnosticar, além dois terminais, a explosão urbana de Vicente de Carvalho, que já havia se tornado Distrito de Guarujá em 1953.

A Avenida Tiago Ferreira é o centro comercial do Distrito, e conta com mais de quatrocentos estabelecimentos. Seu trecho final desemboca na estação das barcas e catraias por onde circulam, diariamente, cerca de vinte mil pessoas entre as duas margens do estuário. A cada ano, no dia 6 de abril, a comunidade do Distrito comemora o seu aniversário com diversas atividades culturais, que inclui a colocação de flores no busto do poeta Vicente de Carvalho e outras realizações na Praça 14 Bis. Com mais de 130 mil habitantes, o Distrito detém mais de 50% da população do Guarujá.

Apesar do crescimento desordenado dos últimos anos, Vicente de Carvalho mantém alguns aspectos da sua antiga feição (**Prancha 12**). Nas proximidades da orla da margem esquerda do estuário é possível encontrar exemplares de antigas edificações de madeira, as chamadas “palafitas”. Muitas estão descaracterizadas, mas ainda assim remontam à períodos em que a região era majoritariamente composta por famílias de pescadores:

Outro elemento que remonta aos padrões de ocupação da região da primeira metade do século XX são as colônias de pescadores situadas na beira do canal de Santos (**Prancha 13**). A colônia Z-3 ou Floriano Peixoto, situada à Rua Itapema, ao lado do terminal de barcas de Vicente de Carvalho, serve de para os pescadores guardarem suas embarcações e equipamentos de pesca.

Prancha 11 – Vicente de Carvalho



Vicente de Carvalho 1978.

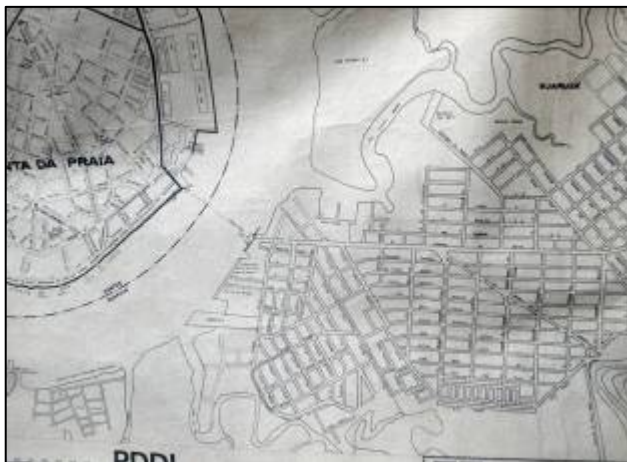


Vicente de Carvalho 1978.



Vicente de Carvalho 1978.

Vicente de Carvalho 1978.

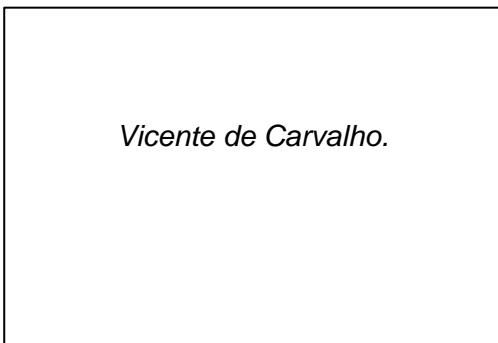


Vicente de Carvalho 1978.

Prancha 12 – Vicente de Carvalho



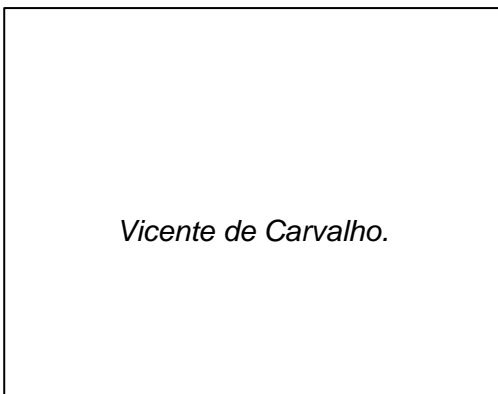
Vicente de Carvalho.



Vicente de Carvalho.



Vicente de Carvalho.



Vicente de Carvalho.



Prancha 13 – Colônia



Colônia.

Colônia.



Colônia.

Ocupação de outras áreas da Ilha de Santo Amaro

Mais afastado do canal de Santos, junto à Ponta da Armação da Ilha de Santo Amaro (em frente à Bertioga), foi erguido por ordem de Tomé de Souza, em 1552, o Forte de São Felipe ou de São Luiz – ou ainda da Pedra, como é conhecido popularmente. Próximo ao forte de São João da Barra de Bertioga, o de São Felipe abrigou, no século XVI, o artilheiro alemão Hans Staden. Reformado em 1765 e rearmado em 1798, serviu durante muito tempo como armação de baleias.

Em 1765, ano em que a cidade de São Paulo foi reerguida à condição de sede da Capitania, a Ilha de Santo Amaro contava com cerca de 536 moradores. Com o objetivo de dinamizar a região havia sido criada, anos antes, a Armação das Baleias (1966-1830), no canal de Bertioga, mas o quadro de rarefação populacional não se alterou. Ao longo do século XVIII houve uma intensa disputa entre os herdeiros de Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza pela posse das terras da Ilha de Santo Amaro, querela que só arrefeceram 1773, quando o marquês de Pombal anexou as capitanias hereditárias aos bens do governo português.

O processo de ocupação da face voltada para o Atlântico da Ilha de Santo Amaro ganhou impulso somente a partir de 1892 com a criação da Companhia Prado Chaves, que ali fincou a Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro, estruturada para fundar a Vila Balneária de Guarujá. Na época foram implementados um hotel, uma igreja, um cassino e 46 residências desmontáveis, tudo feito com material importado dos Estados Unidos. Uma ferrovia passou a ligar o estuário santista à nova Vila. Duas barcas viabilizavam o transporte de passageiros da estação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, na região do Valongo, em Santos, ao atracadouro do Balneário, em Itapema (hoje Vicente de Carvalho). A Vila Balneária teve sua inauguração oficializada em 2 de setembro de 1893 pelo Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão. A partir daí a região se transformou num dos destinos mais procurados para os banhistas paulistas.

Por Lei Estadual nº 1871, de 26 de outubro de 1922, a Vila Balneária foi elevada a Distrito de Guarujá, com subordinação ao Município de Santos. A

elevação de Guarujá ao estatuto de Município de Santos ocorreu pouco mais de uma década depois, em 19 de junho de 1934, por Decreto-lei nº 6501. Por muitos anos o Município de Guarujá permaneceu formado apenas pelo Distrito Sede, até que em dezembro de 1953, por força da lei nº 2456, criou-se o Distrito de Vicente de Carvalho (antiga Itapema).

Observações complementares sobre a Ilha de Santo Amaro.

Apesar da importância que o Município de Guarujá detém no cenário turístico do litoral paulista, não há estudos sistemáticos sobre o processo inicial de ocupação da Ilha de Santo Amaro. O estabelecimento da Vila Balneária, em fins do século XIX, acentuou o desenvolvimento da área voltada para o oceano, o que pode ser notado pelo seguinte dado: apenas na década de 1950 que Vicente de Carvalho foi elevado à condição de Distrito de Guarujá. Além do mais, a localização privilegiada da Ilha de São Vicente com relação ao planalto paulista parece ter inibido a ocupação efetiva da Ilha de Santo Amaro, cuja situação geográfica era menos favorável para tal ligação. Assim, pouco se conhece sobre a história de Vicente de Carvalho e outras áreas do município que dão para o Estuário de Santos.

É provável que o padrão de ocupação tenha sido similar ao que ocorreu na Ilhas de Barnabé e dos Bagres, bem como nos Largos do Canéu e de Santa Rita. Mas também é possível, por outro lado, que as fortificações da Barra Grande e de Itapema tenham proporcionado uma outra morfologia de ocupação nessa faixa da margem esquerda do estuário santista, quem sabe mais direcionada para práticas militares e defesa do território. Isso configuraria, conseqüentemente, uma outra dimensão de outro uso do canal o que exigiria um plano de pesquisa muito mais extenso do que o que cabe no escopo dos atuais trabalhos. Para uma visualização dos centros de ocupação histórica da margem esquerda, vide **Figuras 18 a 25**.



Figura 18 – Ocupação histórica na margem esquerda – até século XVIII



Figura 19 - Áreas de ocupação na margem esquerda – até 1954



Figura 20 - Área de ocupação na margem esquerda – segunda metade do século XX

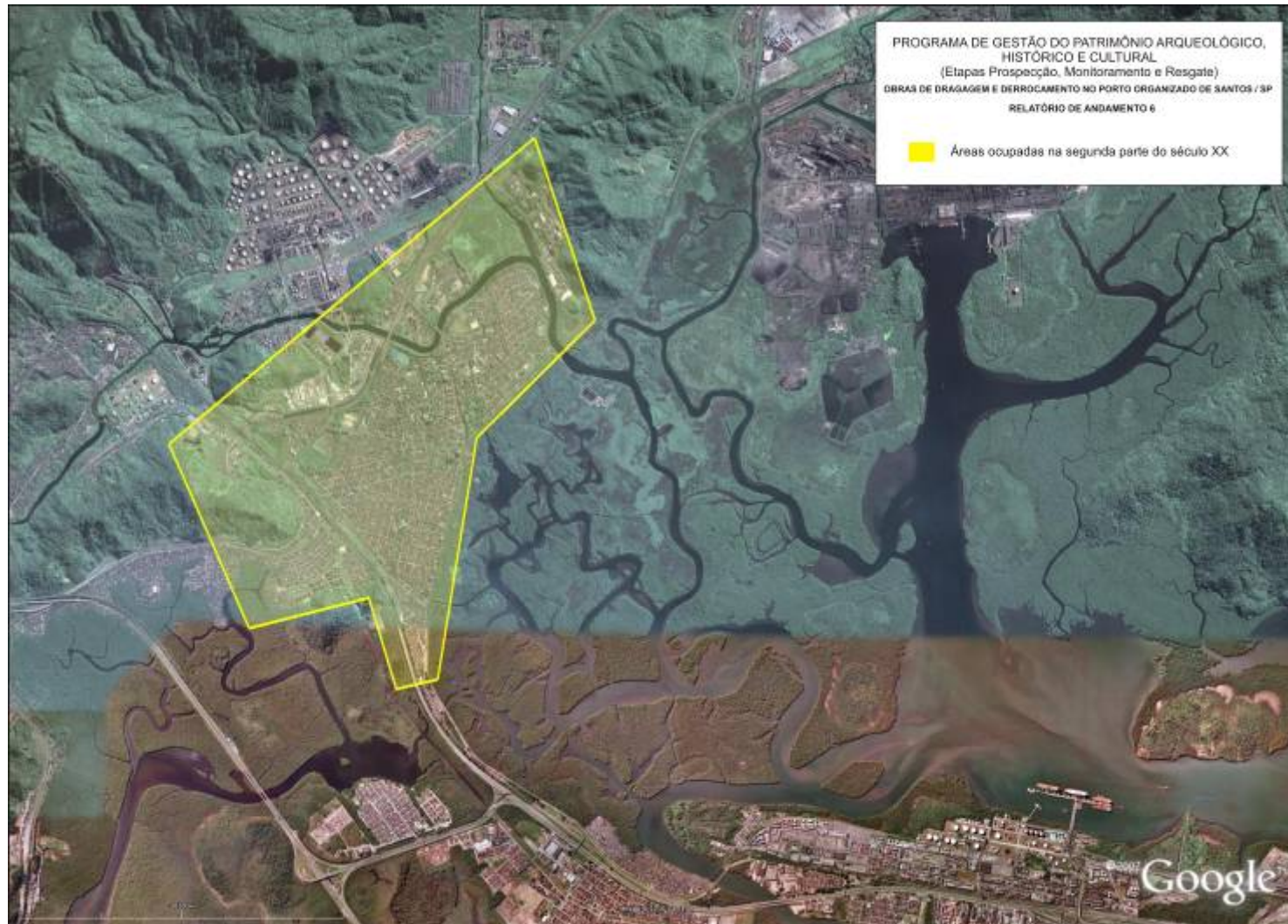


Figura 21 - Área de ocupação na margem esquerda - segunda metade do século XX



Figura 22 – Área de ocupação na margem esquerda - Visão Macro

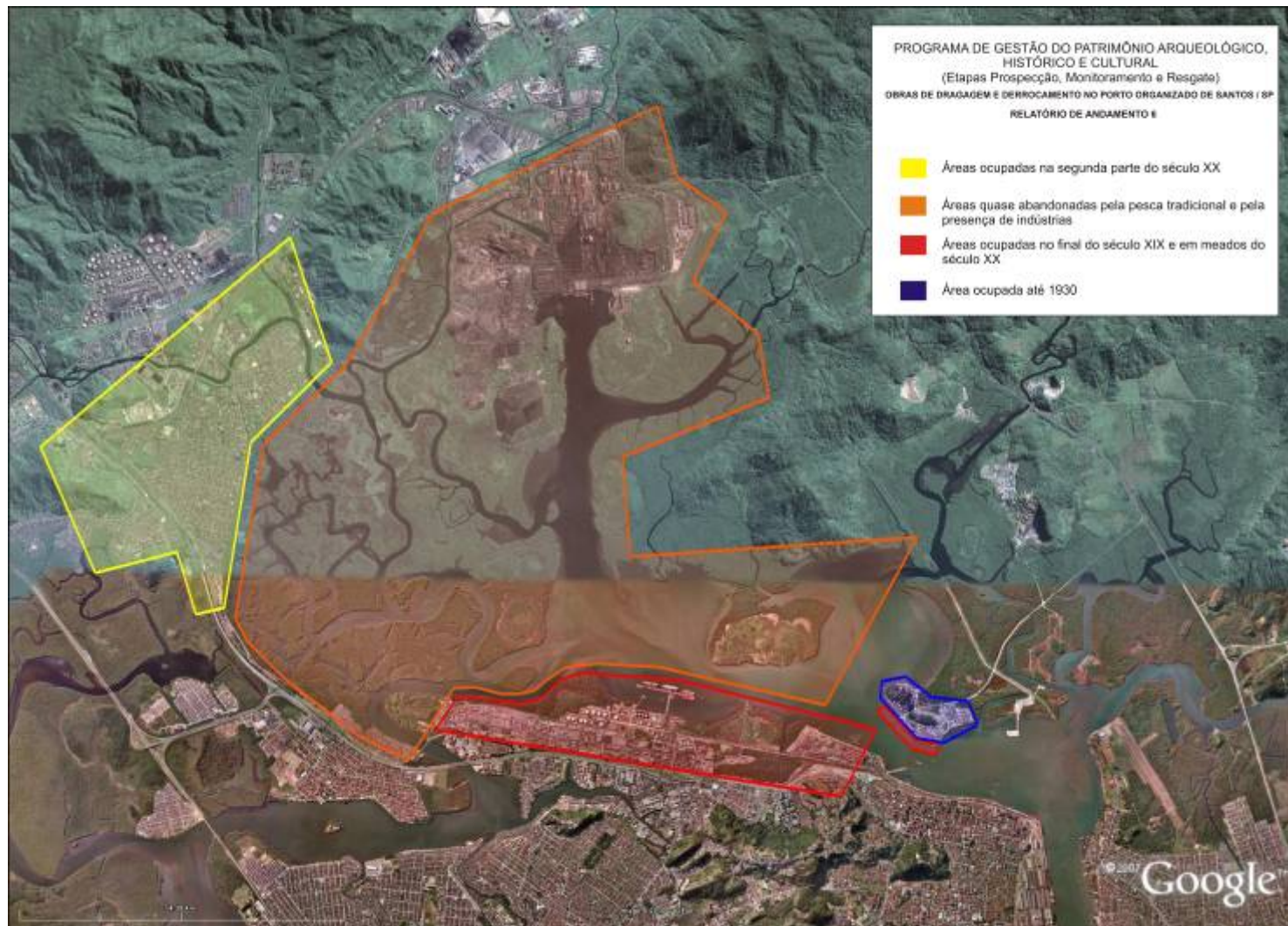


Figura 23 - Área de ocupação em Santos - Áreas de abandono da pesca tradicional



Figura 24 - Áreas de ocupação nas margens esquerda e direita - visão macro das áreas do canal



Figura 25 – Área de ocupação nas margens esquerda e direita - Ilhas Barnabé e Alemoa

7.2.4 Patrimônio edificado e paisagístico

Como produto do conjunto de análises e levantamentos bibliográficos e documentais realizados, foi feita uma sistematização das referências de patrimônio edificado presente tanto na AID (faixa de 500 metros de largura em volta da baía de Santos) como na ADA do empreendimento.

A **Tabela 4** traz a listagem dos edifícios e bens construtivos ainda presentes na AID, com 31 itens compreendendo igrejas, cemitérios, fortes, casarões, igrejas, fortes, monumentos, teatros e bens paisagísticos.

Já a **Tabela 5** traz a listagem do patrimônio não mais presente na área, o cadastrado através da documentação histórica, reunindo 43 itens. Descatam-se, aqui, 14 trapiches, datados entre o século XIX e primeira metade do XX. Todos eles se localizavam, todavia, na margem direita da baía, tendo sido desativados e removidos por conta das obras de modernização do Porto de Santos, com seus diversos aterros e obras. Portanto, considera-se baixa/nula a possibilidade de existirem remanescentes ainda passíveis de pesquisa.

Finalmente, a **Figura 26** traz a localização dos bens edificados ainda existentes na área. A Fortaleza de Itapema constitui o único exemplar edificado presente na ADA. Conforme mencionado anteriormente, ocupa a ponta de um maciço rochoso que estará sendo derrocado em sua parte subaquática. Portanto, merecerá uma série de estudos, controles, ações preventivas e de monitoramento desenvolvidos tanto pela equipe deste Programa como pelo corpo técnico de engenharia das obras de derrocamento.

Tabela 4 – Patrimônio edificado ainda existente na área do Estuário de Santos (margens direita e esquerda, faixa de 500 metros)

PATRIMÔNIO	TIPO	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS
ARMAZÉM	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Armazém da primeira década do século XX. Localização: bairro da Alemoa, dentro da empresa Intertek.
ARMAZÉM	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Armazém da primeira década do século XX. Localização: bairro do Saboó.
ASSOCIAÇÃO JAPONESA DE SANTOS	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: R. Paraná, nº 129. Tombado pelo CONDEPASA, resolução nº 01/2008.
ATRACADOURO DE BARCOS "PORTINHO"	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: bairro de Caruara.
BOLSA OFICIAL DO CAFÉ	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	A Bolsa do Café foi criada pela Lei Estadual nº 1416, de 14/7/1914, para atender ao grande movimento comercial do café na cidade de Santos, em função da expansão ferroviária e do escoamento do produto para o exterior através do seu porto. Até 1929, as atividades na Bolsa de Santos foram intensas mas, acompanhando a crise mundial, entrou em declínio, culminando com o seu fechamento em 1937. Projetado pela Companhia Construtora de Santos, sob a direção do engenheiro Roberto Simonsen, o edifício, em estilo eclético, foi concluído em 1922. Na construção empregou-se o mármore de Carrara no piso, vitrais coloridos e painéis pintados por Benedito Calixto. Localização: Rua Quinze de Novembro, esquina com a Rua Frei Gaspar. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00421/74 Tomb.: Res 36 de 22/9/81 D.O.: 23/9/81 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 157, p. 34, s.d. Fonte: CONDEPHAAT

CAPELA SANTA CATARINA DE ALEXANDRIA	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: bairro de Caruara.
CAPELA DO MONTE SERRAT	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Monte Serrat. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 17, folha 4, Proc. 44947/92-51, Resolução SC 01/93 de 31/08/93.
CASA DE CÂMARA E CADEIA	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	A cidade de Santos foi fundada, em 1543, por Brás Cubas, em terras de sesmarias doadas a Martim Afonso de Souza por D. João III, no local conhecido como Porto de São Vicente. Foi elevada à categoria de cidade em 26/1/1839. Neste mesmo ano iniciou-se a construção da Casa de Câmara e Cadeia que foi concluída apenas trinta anos depois, devido a contratempos em decorrência das guerras do Uruguai e Paraguai. Em 1869, instalou-se no edifício a Câmara de Santos, lá funcionando por 25 anos e, um ano depois, no pavimento térreo, a cadeia, com oito prisões. Isolada na quadra, sua construção, em pedra e cal, é assobradada na parte frontal e térrea nos fundos. A sua planta se desenvolve em torno de um pátio interno e é simétrica em relação ao seu eixo longitudinal. Fazem parte do tombamento a praça fronteira e o arvoredo ao redor. Localização: Praça dos Andradas, s/n. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00360/73 Tomb.: ex-officio em 11/12/74. Tombado pelo IPHAN em 12/5/59 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 90, p. 10, 12/12/1974
CASA COM FRONTARIA AZULEJADA	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	O sobrado foi construído em 1865 para abrigar a Casa de Comércio Ferreira Netto e Companhia, além de servir como residência e armazém. Com planta em forma de "U", a sua construção é em pedra, os pisos e forros em madeira e as paredes internas do tipo francesa. A elevação principal, de influência neoclássica, foi inteiramente azulejada por Luís Antônio da Silva Guimarães, sócio do comendador Ferreira Netto. Somente a fachada do edifício foi restaurada,

			<p>encontrando-se o seu interior, sem cobertura. Localização: Rua do Comércio, 94, 96 e 98. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 22046/82 Tomb.: ex-officio em 12/5/82. Tombado pelo IPHAN em 3/5/73 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 220, p. 62, 19/1/1987. Fonte: Condephaat</p>
CASA DO TREM BÉLICO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	<p>A Casa do Trem foi construída em 1734, data constante em seu frontispício. Tinha por objetivo a guarda de material bélico utilizado pelos fortes para a defesa do Porto de Santos e da Capitania. No final do século XIX, o uso do edifício foi substituído pelo de escola e, em 1948, passou a sediar o Tiro de Guerra. Atualmente é utilizado para fins sociais. Edificada em dois pavimentos, o acesso ao superior se dá através de uma escada lateral externa, com o patamar de chegada protegido por uma pequena cobertura de três águas. Um pequeno beiral, do tipo beira-saveira, finaliza a cobertura em quatro águas, com telhas do tipo capa e canal. Sua construção é em pedra e cal, técnica usual no litoral. Localização: Rua do Tiro, 11, esquina com a Rua Visconde do Rio Branco. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00293/73 Tomb.: ex-officio em 1/12/80 Tomb.: Iphan em 19/2/40 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 142, p. 26, 29/5/1981.</p>
CASARÃO DO VALONGO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	<p>Em meados do século XIX, o comendador Ferreira Netto construiu próximo à Estação Ferroviária, o edifício conhecido como Casarão do Valongo. A edificação, dois blocos com três pavimentos interligados por um corpo central, foi erguida em etapas: na primeira, em 1867, construiu-se o bloco voltado para a Rua Tuiuti; na segunda, o bloco voltado para a Rua do Comércio, concluído pelo sócio do comendador, Luís Guimarães, em 1872. No início do século XX, nele se instalaram a prefeitura e a Câmara Municipal. Atualmente pouco resta da edificação, em razão de incêndios que a acometeram no início da década de</p>

			1980 e em 1994. Localização: Largo Marquês de Monte Alegre, s/n. Tombado pelo CONDEPHAAT.. Processo: 00429/74 Tomb.: Res. 4 de 03/02/83 D.O.: 04/02/83 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 209, p. 57, 9/2/1983.
CATEDRAL DE SANTOS	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Praça Patriarca, s/n.
CEMITÉRIO DO SABOÓ	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	A região do Saboó começou a ser ocupada por conta da construção do Cemitério Municipal da Philozophia (hoje da Filosofia ou simplesmente do Saboó), no final do século XIX, ao pé da ferrovia Santos-Jundiaí, do rio Saboó e do Morro São Bento. Aberto a 10 de abril de 1892, o cemitério compreendia apenas 7.000 m ² . Após a desapropriação da Chácara da Filosofia, o cemitério passou a contar, então, com 24.000 m ² . A inauguração da segunda parte ocorreu em 1896. Localização: Rua Pio XII, Saboó.
CEMITÉRIO DO PAQUETÁ, ABRANGENDO O PORTAL MONUMENTAL COM INSCRIÇÃO EM LATIM; TRAÇADO DA CIRCULAÇÃO INTERNA; CAPELA DO SANTO CRISTO COM PEÇAS SACRAS E OS TÚMULOS: CEMITÉRIO DOS ESTRANGEIROS EM SANTOS, ANA FRANCO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: R. Dr. Cóchrane s/n.º. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 27, folhas 5 e 6, Proc. 46253/95-55, Resolução SC 01/98 de 06/05/98

MAYLASKY, CARLOTA PATUSCA GUIMARÃES, FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS, HENRIQUE ARMANDO DE AZEVEDO, JOSÉ SERAFIM CARDOSO, MANOEL JOAQUIM FERREIRA NETO, MARIA CARLOTA PORCHAT DE ASSIS, MARIA PIEDADE DE SOUZA E COSTA, RODOLPHO M. GUIMARÃES, SILVINO ALVES CORREA, THOMAZ ANTONIO DE AZEVEDO, VICENTE AUGUSTO DE CARVALHO, ERNESTO CÂNDIDO GOMES, JAZIGO DA FAMÍLIA MACUCO BORGES, ANTÔNIO DA SILVA AZEVEDO JÚNIOR, ANTÔNIO BIAS DA COSTA BUENO, JOSÉ DOMINGUES MARTINS, JOAQUIM			
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

XAVIER DA SILVEIRA, JOSÉ OLÍMPIO LIMA, BENEDITO CALIXTO DE JESUS, CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS TAVARES, JOÃO GALEÃO CARVALHAL, JOSÉ MARTINS FONTES, DR. ALAMIR MARTINS, JÚLIO RIBEIRO.			
CONJUNTO DE OBRAS DO PLANO DE SANEAMENTO DA BAIXADA SANTISTA DE AUTORIA DO ENGENHEIRO FRANCISCO SATURNINO RODRIGUES DE BRITO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	A obra de Saneamento da Baixada Santista de Saturnino de Brito, inaugurada em 25 de abril de 1912, consistia na construção de canais para drenar o solo, direcionando as águas pluviais para o mar, juntamente com um sistema de descarga e tratamento dos despejos, que, por meio da Ponte Pênsil, em São Vicente, também parte integrante do seu plano, eram direcionados para o emissário de Itaipu. Baseado nos conceitos de Camilo Sitte, prevendo a ordenação estética da paisagem, através de um sofisticado desenho viário, com avenidas arborizadas, praças e jardins públicos, o plano marca de modo decisivo a estrutura urbana de Santos e São Vicente, até os dias atuais. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 40224/00 Tomb.: Res. SC 23 de 16/06/06 D.O.: 21/06/06
CONJUNTO DE SANTO ANTÔNIO DO VALONGO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Na primeira metade do século 17, a área do Valongo foi escolhida para a implantação do Convento da Ordem dos Franciscanos, acrescido, no século 18, da Igreja de Santo Antônio do Valongo, em alvenaria de pedra, um dos raros

			exemplares da arquitetura deste período, em estilo barroco. Com esta construção, parte do Convento foi demolida, embora ainda se conservem o claustro e inúmeras dependências. O tombamento incidiu sobre a Igreja de Santo Antônio do Valongo e anexos conventuais, Capela e demais instalações da atual Ordem Franciscana Secular. Localização: Largo Marquês de Monte Alegre, 13. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 22391/82 Tomb.: Res. SC 44 de 28/9/95 D.O.: 28/10/95 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 318, p. 80, 31/1/1996
CONJUNTO MERCADO MUNICIPAL DE SANTOS E BACIA DO MERCADO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	<p>O Mercado Municipal ou do Paquetá foi inaugurado em 1902, em substituição ao mercado provisório. Na década de 1940, o prédio do Mercado Municipal foi replanejado, sendo reconstruído em 1947 e ampliado em 1955. Passou a receber um pavilhão de pescado e um segundo andar</p> <p>A Bacia do Mercado foi uma obra com vistas a contribuir para a racionalização e modernização da estrutura portuária – o que gerava reflexos nos outros trechos do porto, aumentando o espaço para embarcações de maior porte – e, simultaneamente, voltada para o aprimoramento da infra-estrutura mercantil de Santos com suas localidades vizinhas.</p> <p>Em 1906, quatro anos após a construção do novo mercado, estava criada a Bacia do Mercado, um local de grande importância para a vascularização do comércio de gêneros de primeira necessidade no litoral santista, e que aos poucos foi ganhando destaque como meio de transporte entre Santos e as cidades litorâneas vizinhas, especialmente Itapema, depois Distrito de Vicente de Carvalho, pertencente ao município do Guarujá.</p> <p>Localização: Praça Iguatemi Martins.</p>
EDIFÍCIO REMANESCENTE DO PARQUE	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Praça Rotary n.º 01. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 22, folha 4, Proc. 48930/93-81, Resolução SC 01/94 de 30/09/94.

BALNEÁRIO			
EDIFÍCIO DO ANTIGO BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO E PASSEIO FRONTEIRIÇO EM TESSELAS	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: R. XV de Novembro n.º 103 a 109. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 26, folha 5, Proc. 14110/95-48, Resolução SC 03/97 de 20/05/97.
ESCOLA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU "DONA ESCOLÁSTICA ROSA"	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Av. Bartolomeu de Gusmão n.º 111. Tombada pelo CONDEPASA. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 15, folha 3, Proc. 34436/91-02, Resolução SC 02/92 de 25/01/92.
EDIFÍCIO DENOMINADO "HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES"	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: R. Silva Jardim n.º 93/95. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 29, folha 6, Proc. 70214/97-21, Resolução SC 03/98 de 02/12/98.
EDIFÍCIO DA ALFÂNDEGA	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	A consolidação do prédio atual da Receita Federal de Santos inicia-se com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, quando na ocasião, a Alfândega ocupou o Colégio S. Miguel o antigo Colégio dos Jesuítas. Abrigou também um quartel militar que alojou entre de 1804 a 1830 a Santa Casa de Misericórdia. O antigo prédio do Colégio dos Jesuítas foi demolido em 1877 e um novo prédio é inaugurado em 1880 exclusivamente para seu funcionamento. Em 1934 o atual prédio é construído pela Companhia Docas de Santos (CDS). Em 1969, a Alfândega de Santos passou a se chamar Delegacia da Receita Federal. Este prédio é a principal unidade aduaneira do Brasil, é responsável pelo controle fiscal de quase um quarto de todas as mercadorias que entram e saem do País Suas rígidas linhas clássicas com influência art-deco, revestido de granito no térreo e massa raspada nos outros quatro pavimentos, com mais de 90

			janelas, torna-o um dos edifícios mais imponentes de Santos, merecendo destaque os vitrais de várias janelas e do domo do segundo andar, onde dominam as Armas da República. Localização: R. da Alfândega, 195.
EDIFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL SANTOS	DA DE Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	A Associação Comercial de Santos fundada em 1870, é considerada a mais antiga entidade de classe do Estado de São Paulo e uma das primeiras do Brasil. Foi formada durante o ciclo cafeeiro quando Santos detinha um papel de destaque na economia cafeeira exigindo a criação de uma entidade que organizasse os interesses e reivindicações do comércio em plena expansão. O prédio atual, de 1924, possui um importante acervo com publicações e documentações do período do Ciclo do Café em Santos e no Brasil e telas de Benedito Calixto. Compõe num dos mais majestosos edifícios do Centro Histórico de Santos, em bom estado de conservação.
EDIFÍCIO DA PRESIDÊNCIA CODESP	DA DA Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Av. Rodrigues Alves.
EDIFÍCIO DA EMEF. RURAL DO MONTE CABRÃO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Construída em palafita, originalmente constituiu ponto de apoio da Codesp no canal da Bertioga. Posteriormente transformou-se em escola do bairro. Localização: bairro de monte Cabrão.
IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Em meados do século XVIII. A igreja apresenta portada e frontão curvilíneos, com óculo central e três janelas na altura do coro. Internamente, são destaques uma pia de granito, de 1710, e as pinturas de Benedito Calixto. Havia ainda um retábulo, da segunda metade do século XVIII, entalhado em madeira, no altar-mor, que foi totalmente destruído por um incêndio em 1941. A torre sineira central, com revestimentos tanto em cantaria quanto em azulejos, em quatro pavimentos, separa os frontispícios das igrejas da Ordem Terceira e da Ordem Primeira. As duas possuem características semelhantes, embora a da Ordem

			Primeira seja um pouco maior. Localização: Praça da República. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00358/73 Tomb.: ex-officio em 9/9/81. Tombado pelo IPHAN em 9/5/40 e 24/3/41 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 110, p. 15, 11/10/1975.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Rua Amador Bueno n.º 188. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 37, folha 7, Proc. 81965/2005-28, Resolução SC 04/2005 de 15/09/2005.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Rua da Constituição n.º 278. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 31, folha 6, Proc. 36238/2004-06, Resolução SC 01/2004 de 13/12/2004.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Av. Conselheiro Nébias n.º 361. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 32, folha 6, Proc. 36215/2004-01, Resolução SC 02/2004 de 13/12/2004.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Av. Conselheiro Nébias n.º 488. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 34, folha 6, Proc. 51635/2003-82, Resolução SC 01/2005 de 02/06/2005.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Av. Conselheiro Nébias n.º 586. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 35, folha 7, Proc. 36228/2004-44, Resolução SC 02/2005 de 30/06/2005.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Av. Conselheiro Nébias n.º 689. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 36, folha 7, Proc. 53209/2005-27, Resolução SC 03/2005 de 25/08/2005.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Rua Amador Bueno n.º 188. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 37, folha 7, Proc. 81965/2005-28, Resolução SC 04/2005 de 15/09/2005.

IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Rua Vergueiro Steidel n.º 57. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 38, folha 7, Proc. 85261/2004-16, Resolução SC 05/2005 de 20/10/2005.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Av. Conselheiro Nébias n.º 680. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 39, folha 7, Proc. 36230/2004-96, Resolução SC 06/2005 de 01/12/2005.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Conselheiro Nébias n.º 686. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 40, folha 7, Proc. 36232/2004-11, Resolução SC 07/2005 de 01/12/2005.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Av. Conselheiro Nébias n.º 771. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 41, folha 7, Proc. 36241/2004-11, Resolução SC 01/2007 de 04/10/2007.
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Rua Euclides Da Cunha n.º 247. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 44, Proc. n.º 6069/2005-34, Resolução SC 04/2007 de 20/12/2007
IMÓVEL	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Avenida Conselheiro Nébias n.º 184. Tombado pelo CONDEPASA. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 45, Proc. n.º 36195/2004-97, Resolução SC 01/2008 de 16/05/2008.
IMÓVEL SEDE DA SOCIEDADE VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Rua Euclides da Cunha n.º 241. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 49, Proc. n.º 111302/2004-82, Resolução SC 05/2008 de 18/12/2008.
FAZENDA CABUÇU	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localizada às margens da Rodovia Rio-Santos e propriedade

			<p>particular do grupo Sete Lagoas, a fazenda teve grande importância histórica na época do Brasil Colonial. Segundo o historiador Francisco Martins dos Santos, a Fazenda Cabuçu teria abrigado uma aldeia de catequese, fundada pelos padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, dedicado à conversão de indígenas.</p> <p>Durante o século XX, a fazenda foi utilizada economicamente para a extração de madeira, pela necessidade de combustível durante a Segunda Guerra Mundial. Nas décadas de 50 e 60, a região foi ocupada por grandes plantações de banana. Todo produto colhido era transportado em vagonetes do Decauville, até o Rio Cabuçu, onde a banana era embarcada em direção, a maioria das vezes, ao Mercado Municipal. Atualmente não está sendo utilizada com fins lucrativos.</p>
RUÍNAS ENGENHO ERASMOS	DO DOS Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	<p>Trata-se do primeiro engenho de açúcar construído no Brasil por iniciativa de Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, juntamente com Jan Van Hielst, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves, que constituíam a Sociedade Armadores do Trato. Em 1533, o Engenho do Governador, como era denominado, iniciou suas atividades e, entre 1557 e 1603, passou a pertencer à firma Erasmo Schetz e Filhos, de Antuérpia, ocasião em que seu nome foi mudado para São Jorge dos Erasmos. Desde 1958, por doação, pertence à Universidade de São Paulo. Um grande incêndio, ocorrido no início do século XVII, destruiu boa parte das suas instalações. O partido arquitetônico era de modelo açoriano, do tipo real, com a utilização de plataformas sucessivas para vencer as diferenças de nível, acesso alpendrado e todas as instalações dispostas sob um mesmo teto. Localização: Morro do Marapé - Bairro da Candelária. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00362/73 Tomb.: ex-officio em 11/12/74. Tomb.ado pelo IPHAN em 2/7/63 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 89, p. 10, 11/12/1974.</p>

RUÍNAS DO ANTIGO TEATRO GUARANI	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Localização: Praça dos Andradas esquina com a Rua Amador Bueno. Tombado pelo CONDEPASA. Livro tombo 01, inscrição 16, folha 3, Proc. 13244/90-64, Resolução SC 03/92 de 25/01/92..
FORTALEZA DE ITAPEMA, FAROL E ANEXO	Arquitetônico/Cultural	Vicente de Carvalho (Guarujá)/SP	As primeiras referências à Fortaleza de Itapema datam de 1660, tendo recebido diferentes denominações ao longo de sua história, entre elas, Forte do Pinhão e Fortaleza Santa Cruz de Itapema ou Vera Cruz do Itapema. A atual foi projetada pelo brigadeiro Silva Paes no século XVIII e sofreu diversas reformas no decorrer do tempo. Teve como prováveis responsáveis pela obra os descendentes de Jorge Ferreira que, por sua vez, era genro de João Ramalho, proprietário das terras em que se localiza o imóvel. Como é típico na arquitetura dos fortes, uma muralha em pedra envolve toda a área, criando um grande pátio, no qual se encontra uma pequena construção em que se guardavam carretas e outros equipamentos, além do mirante. Em pontos estratégicos da muralha, localizam-se as guaritas. Localização: Margem esquerda do canal de Santos. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 20139/76 Tomb.: Res. 21 de 30/4/82 D.O.: 5/5/82 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 172, p. 40, 25/5/1982.
FORTE DA BARRA GRANDE	Arquitetônico/Cultural	Guarujá/SP	Por volta de 1580, iniciava-se a construção do Forte da Barra Grande, objetivando a defesa da área contra os ataques constantes dos índios e piratas. A Ilha de Santo Amaro já contava, por esta época, com uma pequena povoação, em terras de propriedade de Jorge Ferreira, obtidas através de sesmarias concedidas por Martim Afonso de Souza. No início do século XVII foi dado ao forte o uso de presídio político, ocasião em que se construiu uma capela cujas obras estiveram a cargo de José Rodrigues, mestre de campo e governador da Praça de Santos. No local da primitiva edificação, João Massé construiu outra, em 1723, quando foi governador da província o capitão-general

			Rodrigo César de Meneses. Passou por reformas e esteve funcionando até 1911, quando foi desativada. Posteriormente, suas baterias foram removidas e instaladas no Forte de Itaipu, na Barra Grande, transformando-se em depósito para a guarda de materiais diversos, entre os quais, a pólvora. Foi restaurado pelo Iphan e reaberto ao público em 1999. Localização: Extremo sul da Ilha de Santo Amaro Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00346/73 Tomb.: ex-officio em 5/5/80 Tomb.: Iphan em 23/4/64 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 19, p. 2, 27/4/1971
SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-3 (FLORIANO PEIXOTO)	Arquitetônico/Cultural	Vicente de Carvalho (Guarujá)/ SP	Localização: r. Itapema, n.15.
TERMINAL DE BARCAS	Arquitetônico/Cultural	Vicente de Carvalho (Guarujá)/ SP	Em 1906, quatro anos após a construção do novo mercado de Santos, estava criada a Bacia do Mercado, um local de grande importância para a vascularização do comércio de gêneros de primeira necessidade no litoral santista, e que aos poucos foi ganhando destaque como meio de transporte entre Santos e as cidades litorâneas vizinhas, especialmente Itapema, depois Distrito de Vicente de Carvalho, pertencente ao município do Guarujá. A partir do início do século XX, quando o Guarujá viu intensificar sua urbanização, o movimento de transporte de passageiros e mercadorias na ligação com a vizinha cidade de Santos, atravessando o Estuário do porto santista, ganhou força. As <i>catraias</i> , o meio de transporte marítimo mais popular entre Vicente de Carvalho e o centro de Santos consolidou-se como um dos meios de transporte coletivo mais peculiares da baixada santista.
BASE AÉREA DE SANTOS	Arquitetônico/Cultural	Vicente de Carvalho (Guarujá) / SP	Situada na margem esquerda do canal de Santos, foi construída na década de 1920.

MIRANTE CABUÇU CAETÊ	Arquitetônico/Cultural	Santos/SP	Mirante situado a 2 km da Fazenda Cabuçu, no bairro Cabuçu-Caetê. O acesso ao local se dá por uma trilha em aclive, de 1.200 metros, e permite a observação dos ecossistemas da mata pluvial de encosta, manguezais, o canal de Bertiooga e a área urbana de Santos.
VALE DO QUILOMBO	Paisagístico/Lazer	Santos/SP	O Vale do Rio Quilombo, com seus 66,7 km ² , localiza-se no município de Santos. Geograficamente, é ladeado pelos vales dos Rios Mogi e Jurubatuba. Situado no centro intermediário da região de intensas atividades econômicas e elevadas taxas de concentração populacional, apresenta um privilegiado posicionamento. Nesta região, o vale é a única área ainda recoberta por vegetação nativa na quase totalidade de sua bacia hidrográfica. Isso se deve, em grande medida, à barreira natural de seus espigões que, separando-o da vizinha e agonizante Bacia do Rio Mogi, o resguarda dos efeitos devastadores da poluição atmosférica e hídrica oriunda do complexo industrial de Cubatão. A área tombada situa-se abaixo da cota altimétrica de 100 m e se estende até o traçado atual da rodovia, entre as coordenadas UTM 7.366,00-7.360,50 kmN e 368,00-362,00 kmE. Localização: Km 66 da Estrada Piaçaguera - Guarujá ou km 8 da Estrada Cubatão-Guarujá. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 25050/87 Tomb.: Res. SC 60 de 22/10/88 D.O.: 26/10/88 Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 20, pp. 305 e 306, 8/6/1989.
CACHOEIRA DO IRIRI	Paisagístico/Lazer	Santos/SP	Localização: bairro do Iriri.
MORRO DAS NEVES	Paisagístico/Lazer	Santos/SP	Morro situado nas proximidades do Largo de Santa Rita, na área continental de Santos.
MONTE CABRÃO	Paisagístico/ Lazer	Santos/SP	Monte que dá nome ao atual Bairro de Monte Cabrão. O bairro está situado na base do monte.

Tabela 5 - Itens de cultura material não mais existentes na área do Estuário de Santos (margens direita e esquerda):

PATRIMÔNIO	TIPO	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS
Trapiche da Rua Xavier da Silveira	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche Belmarço	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, situado na região do Paquetá. Funcionou até a expansão do cais para aquela região, no final do século XIX e início do XX. Ficava defronte à Rua Dr. Cóchrane.
Trapiche Paquetá	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, situado na região do Paquetá. Funcionou até a expansão do cais para aquela região, no final do século XIX e início do XX. O trapiche foi alugado ao Clube Internacional de Regatas para a guarda de barcos. Posteriormente transferiu-se para o trapiche São Paulo (na Rua João Otavio, 13, onde ficou até fevereiro de 1900).
Trapiche Brasil	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, demolido em 1899. Situado na curva do Paquetá, próximo ao prédio do antigo Tráfego da CDS - Companhia Docas de Santos.
Trapiche da Alfândega	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche do Arsenal	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche 11 de Junho	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche da Praia	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche do Consulado	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.

Trapiche da Capela	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche do Sal	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche da Banca	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche da Estrada de Ferro	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX, antes da instalação do porto organizado, em 1892.
Trapiche da Cia. Nacional de Navegação a Vapor	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Trapiche de final do século XIX . Situado na rua Xavier da Silveira, 34 e 36
Ponte da Alfândega	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Pertencente à Alfândega.
Ponte Alexandre Jeremias da Silva	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situada na rua da Praia.
Ponte da Mesa provincial	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situada na Praia do Consulado.
Ponte da empresa Souza Queiroz & Vergueiro	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Século XIX. Defronte à rua do Sal (hoje José Ricardo).
Pontes Lebre Irmão & Pereira e Fidélis Nepomuceno Prates.	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Século XIX. Próximas à ponte Souza Queiroz & Vergueiro.
Ponte da empresa Carlos Budich & Cia.	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Próxima à Praia do Consulado.
Prancha João Fernandes Gabiso	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situada no começo da Rua 11 de junho.
Prancha de Luiz Venâncio Rocha	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situada na Rua Xavier da Silveira.
Porto do Consulado	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Porto que funcionava em frente à Rua do Consulado (atual Frei

			Gaspar), no século XVIII. Em linhas gerais, o porto era uma tosca ponte à beira da qual havia um barracão onde funcionava a alfândega e onde estava instalada a “mesa do consulado”. Nela os comandantes de navios eram obrigados a prestar declarações aos respectivos cônsules em países estrangeiros.
Porto do Bispo	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Porto que funcionava na altura do atual Largo Marquês de Monte Alegre, no Valongo, durante o século XVIII. Era formado por um conjunto de trapiches que alcançava a área do atual Largo Marquês de Monte Alegre, freqüentemente invadida pela água nas altas da maré. Recebeu esse nome em homenagem ao 4º bispo de São Paulo, que ali desembarcou em 1797 e permaneceu na cidade por um mês.
Igreja Matriz	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Presente na <i>Planta da Vila de Santos e seu Porto</i> , de 1714. Atual região central de Santos.
Convento de São Francisco	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Presente na <i>Planta da Vila de Santos e seu Porto</i> , de 1714. Atual região central de Santos.
Convento do Carmo	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Presente na <i>Planta da Vila de Santos e seu Porto</i> , de 1714. Atual região central de Santos.
Convento dos Padres da Companhia de Jesus	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Presente na <i>Planta da Vila de Santos e seu Porto</i> , de 1714. Atual região central de Santos.
Santa Casa da Misericórdia	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Presente na <i>Planta da Vila de Santos e seu Porto</i> , de 1714. Atual região central de Santos.
Forte de Santos	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Presente na <i>Planta da Vila de Santos e seu Porto</i> , de 1714. Atual região central de Santos.
Consulado Americano	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situado atrás do Pátio dos Gusmões, na rua da Praia;
Consulado Italiano	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situado no quarteirão entre as ruas Santo Antônio e da Praia, nas imediações do Pátio dos Gusmões.
Consulado Belga	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situado no quarteirão entre as ruas Santo

			Antônio e da Praia, nas imediações do Pateo dos Gusmões.
Consulado Inglês	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situado em frente ao Consulado Belga.
Consulado Alemão	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situado na rua Santo Antonio, próxima à Praça dos Andradas.
Igreja Jesus Maria José	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Século XIX. Situada no Pátio dos Gusmões, próxima à Estação de Trem de Santos.
Casa de campo de Barnabé	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Século XIX, Situada na parte alta da Ilha Barnabé. Aparece na Planta antiga da Cidade e Município de Santos, que pertenceu a uma ordem religiosa, s/d, provavelmente da primeira metade do século XIX.
Chácara Americana	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final século XIX. Situada na rua Áurea, atual General Câmara, próxima ao Cemitério do Paquetá.
Fábrica de Cal	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situada na rua João Otávio, bairro do Paquetá.
Hospital Português	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situada na rua João Otávio, bairro do Paquetá.
Olaria	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	Final do século XIX. Situada na beira do rio Jurubatuba, ao pé do Morro nas Neves. Aparece no mapa “Canal e Porto de Santos”, produzido pela Companhia de Docas, provavelmente entre 1881 e 1882.
Sítio Madre de Deus e Capela de Nossa Senhora das Neves	Arquitetônico/Cultural	Santos/ SP	O atual Morro das Neves, que é banhado pelo Largo de Santa Rita, na entrada do Rio Jurubatuba, era conhecido no século XVI como Sítio das Neves. No local o colono Pero de Góis instalou, em 1532, o sítio “Madre de Deus”, entregue a seu irmão Luiz de Góis, que por seu turno fundou, em 1546, o Engenho da Madre de Deus, considerado um dos primeiros da baixada santista. A toponímia Nossa Senhora das Neves surgiu por volta de 1702, quando dona Ambrósia de Aguiar – filha de Custódio de Aguiar –, juntamente com suas irmãs Ana e Catarina fundaram a Capela da Santa, deixando sob a responsabilidade do Capitão Francisco

			e do reverendo Cristóvão de Aguiar Daltro. Mais tarde, já em 1817, em meio ao governo de D. João VI, o sítio das Neves figurou no levantamento geral das terras do município de Santos, aparecendo como patrimônio da Capela e administrado pelo capitão José Francisco de Menezes, que o mantinha com oito escravos.
Estação Ferroviária de Itapema	Arquitetônico/Cultural	Vicente de Carvalho (Guarujá) / SP	Pertencente à Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro. A história da Tramway do Guarujá se confunde com a própria história da cidade. Construída em 1893 para levar a alta sociedade paulista para suas casas de veraneio recém-construídas na praia de Pitangueiras, no Guarujá, a linha da Cia. Balneária da Ilha de Santo Amaro ligava o porto de Santos, via balsa, até a estação inicial de Itapema, e daí seguia para a estação final, em Pitangueiras. A propriedade da linha mudou de mãos várias vezes, até se tornar estatal, em 1927. Em 1925, com a eletrificação da linha, bondes elétricos passaram a circular com as locomotivas a vapor. A linha seguiu funcionando ininterruptamente até a sua desativação, em 1956. Os bondes foram transferidos para a E. F. Campos de Jordão, onde trabalham até hoje, e uma de suas locomotivas está exposta na Avenida Leomil, em Pitangueiras, no Guarujá.

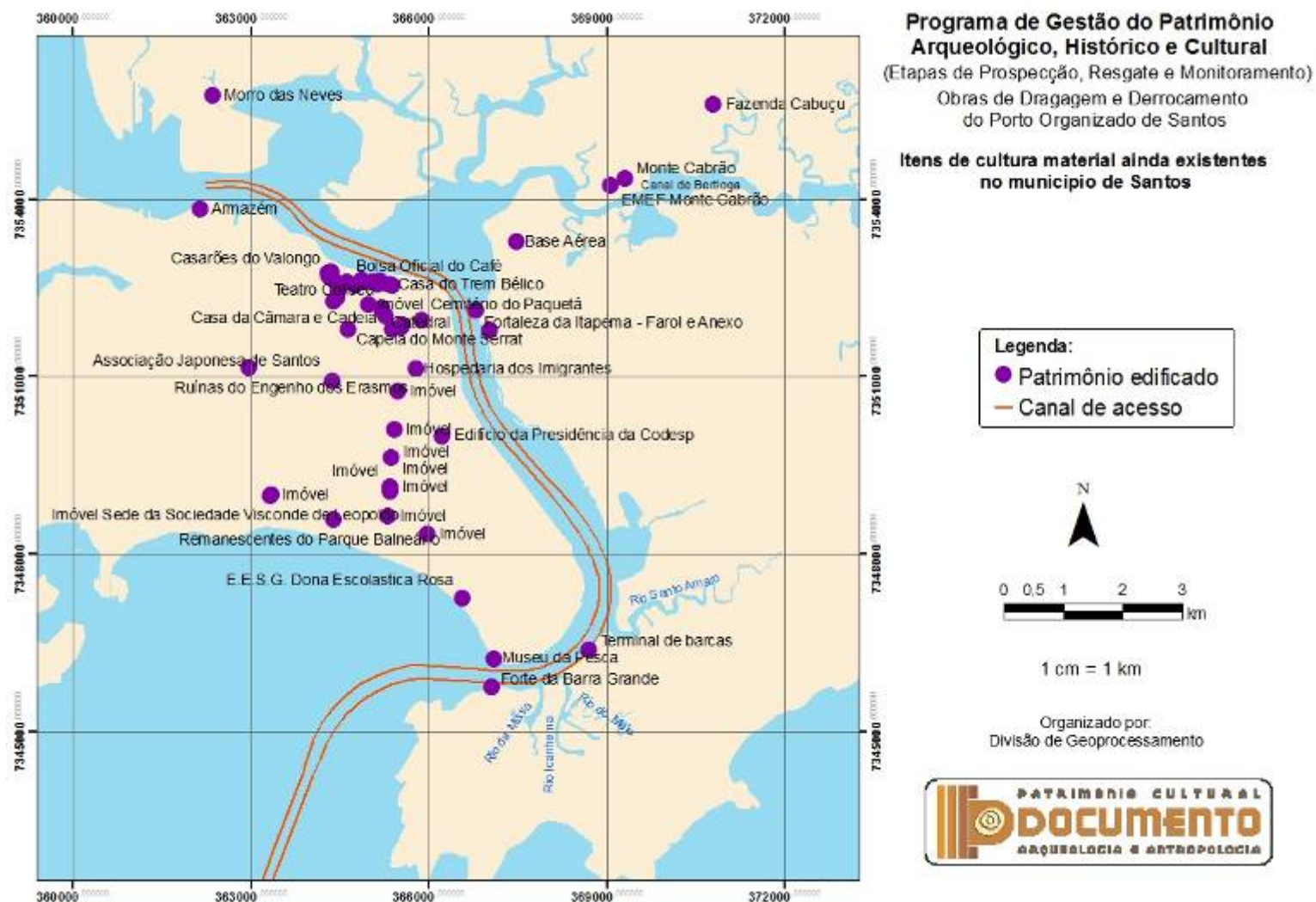


Figura 26 – Itens de cultura material ainda existentes em Santos

8. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

8.1 Considerações Metodológicas

Buscando documentar a diversidade de manifestações culturais materiais e imateriais na área de pesquisa optou-se por realizar, como já indicado anteriormente, registros em diversos suportes: o textual, o fotográfico e o videográfico, fornecido no CD Multimídia que acompanha o presente Relatório. Também aqui se estabeleceu um princípio metodológico norteador.

O patrimônio cultural, ou ainda, aquilo que é axiologicamente determinado como relevante para uma sociedade ou para uma cultura, que as compõem - e que é fundamental para sua existência - possui diversas formas de se manifestar no mundo. Ainda persiste em determinados campos de atividade e em determinados grupos a classificação conservadora do patrimônio, marcada por dois grupos taxonômicos: de um lado a divisão entre patrimônio material e imaterial e, de outro, a divisão entre patrimônio histórico e cultural. Como é perceptível, essa classificação carrega severas complicações para a compreensão mais refinada disso que se chama aqui de “patrimônio”. Separar a “materialidade” da “imaterialidade” é, a rigor, absolutamente impossível. A materialidade é o vetor pelo qual a espécie humana produz e se reproduz no mundo, sem ela simplesmente não há existência. Até mesmo a prática mais distante do universo material, como a constituição das línguas do mundo, não prescinde da materialidade, por isso que existem exatamente para nomear o mundo. Como disse Câmara Cascudo “*não há imaterialidade sem materialidade*” (CASCUDO, 2004). Da mesma forma história e cultura são absolutamente indissociáveis: não há prática cultural que não possua historicidade, nem história que não seja culturalmente clivada. A cultura e a história não são “os quês”, mas “os comos” da humanidade. Exatamente por isso a presente classificação, embora se deva enquadrar nas categorias previstas pelos órgãos gestores do patrimônio, busca ser mais próxima da manifestação cotidiana do patrimônio, ou seja, carregando suas historicidades, suas inserções e papéis em complexos culturais, demonstrando seus aspectos materiais e imateriais.

Essa classificação, em grande medida, é em decorrência do fato de que, durante décadas, somente se considerou significativamente manifestações do patrimônio sob o formato de edificações e/ou objetos. Basta percorrer rapidamente com os olhos a lista daquilo que era considerado relevante, tanto pelos órgãos gestores do patrimônio no Brasil quanto na própria UNESCO (Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), para perceber a hegemonia do arquitetural sobre todo o restante.

Patrimônio é aquilo que se torna marco fundamental para uma cultura, para uma sociedade. Dizer que o patrimônio se remete às memórias, coletivas e individuais, de uma cultura ou sociedade é insuficiente, pois não somente o patrimônio tem essa função. Bem como os indivíduos as sociedades necessitam de constituir um corpo de memória, o qual não é estático, nem homogêneo, mas é de suma importância, pois é ele que garante a própria manutenção cotidiana da mesma. E nem tudo associado a esse universo de memória – como, por exemplo, o imaginário político de uma sociedade – é passível de ser interpretado como patrimônio.

Patrimônio está associado a processos específicos de memória, mesmo tratando-se de patrimônio ditos “naturais”. Efetivamente o que é significativo para uma cultura ou grupo social pode não ser para outro, pode inclusive ser incomodo, desconfortável. Mas, justamente por dialogar-se no universo da cultura, onde hierarquizações e valorações devem ser sempre calibradas dentro dos universos culturais dentro dos quais se processam e respeitando a pluralidade, estabelecer regras universais é sempre difícil.

Por isso a definição de patrimônio atualmente – ao menos na UNESCO – preza pela contemplação de itens, uma lista de dez, na qual é necessário se atender ao menos dois para que seja reconhecido (e vale lembrar que nem tudo aquilo que é culturalmente importante para uma sociedade deve, necessariamente, receber um tombamento ou um reconhecimento, posto que são ferramentas externas que possuem eficácias dentro de certas balizas). De qualquer modo, e nisso há um consenso, patrimônio é aquilo que é culturalmente relevante para um grupo social, que compõe sua memória (de diversas formas) e é marco para a existência, produção e reprodução do mesmo.

Toda materialidade exige sua imaterialidade e vice-versa. Mesmo um edifício, quando se torna passível de ser reconhecido como um patrimônio, o é por questões eminentemente simbólicas, por ser marco de um estilo, por ser marco de memória sobre um acontecimento, ou seja, por questões “intangíveis”.

Coleções de objetos ou obras de arte não são o conjunto de todos os objetos e obras de arte que se produziram num determinado tempo, mas somente aquilo que restou, que foi preservado por algum motivo, portanto, densamente impregnado de memórias e de outros processos sociais .

No sentido contrário ocorre o mesmo. É uma festa ou uma memória se remete a marcos materiais, a espaços. Numa prática religiosa há todo um universo material (objetos, espaços, materiais, gestos) que lhe dá suporte, da mesma forma em práticas alimentares, na ocupação do espaço, etc.

Portanto, trabalhar com o patrimônio – mesmo enquadrando-se nas classificações tradicionais que regem ainda boa parte dos órgãos gestores – requer consciência disso, e não somente por uma questão científica ou conceitual, mas porque isso implica radicalmente nas ações que são desenvolvidas em função e para o patrimônio. Ações que, diga-se de passagem, somente tem sentido se são ações sociais, ações para as sociedades, posto que são elas que dão suporte e existência ao patrimônio. Sem patrimônio as sociedades perdem parâmetros, estabelecem crises, mas sem sociedades o patrimônio simplesmente não existe.

Isso não implica em abolir qualquer possibilidade taxonômica do patrimônio, mas de equalizar melhor a sua compreensão. Diante disso retoma-se a questão do registro, problema que tem sido abordado pelas ciências sociais. O que parece inicialmente simples, registrar o patrimônio, em verdade traz uma série de complicadores que não podem ser imediatamente solucionados.

A produção de um registro sempre é parcial, trata-se de uma “representação” da realidade e jamais a realidade em si (a qual é irreproduzível). Entre a reprodução e a realidade há a figura do pesquisador (historiador, arqueólogo, cientista social, documentarista) que é aquele que constrói a representação. Sendo ela uma representação da realidade

construída pelo pesquisador ela é, obviamente, forjada pelos critérios seletivos do indivíduo. Mesmo evitando-se os riscos da banalização da relativização – traço marcante da pós-modernidade nas Ciências Sociais –, o que impossibilita qualquer forma de apreensão e compreensão da realidade, é necessário levar-se em conta o papel do produtor de representações.

Mesmo tomando como meta a objetividade no registro do patrimônio ainda há que se enfrentar a questão de que, se não é possível registrar tudo a respeito de um único exemplar do patrimônio, é necessário eleger os aspectos que são definidores e mais relevantes para cada uma das morfologias do mesmo. Ou seja, o que é mais relevante registrar num exemplar do patrimônio edificado? Ou em uma técnica tradicional de construção de moradias? Serão os mesmos aspectos, serão as mesmas técnicas de registro?

Embora a consolidação de uma discussão mais técnica e teórica sobre o registro do patrimônio esteja distante de ocorrer (com a exceção pontual do campo da antropologia visual, a qual parcialmente se ocupa da discussão sobre o registro das manifestações culturais) adotam-se aqui alguns princípios norteadores.

Nas manifestações estáticas do patrimônio (tais como o patrimônio edificado, as coleções de objetos históricos, obras de arte, sacra ou profana, etc.) optou-se pelo registro fotográfico, além das descrições textuais tradicionais. Os exemplares de natureza dinâmica (como as técnicas, as línguas e as linguagens, as festividades, as danças, as pessoas de notório saber, a história oral etc.) optou-se pelo registro videográfico.

8.2 Patrimônio Imaterial

Em relação ao patrimônio cultural de natureza imaterial, foi realizado um inventário amostral das referências culturais das comunidades privilegiando, sobretudo, testemunhos do “saber fazer” regional, em consonância com as diretrizes da UNESCO, que define o patrimônio cultural e imaterial como sendo o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, fruto da criação coletiva que emana de uma comunidade. Também aqui foram otimizados os levantamentos e conhecimentos obtidos na pesquisa da Av. Perimetral MD, aos quais são integrados os patrimônios imateriais obtidos a partir da delimitação geográfica da obra no Canal.

No contexto do patrimônio cultural imaterial alguns exemplares, mesmo sendo desconhecidos ou não reconhecidos pela população, são identificados e adequadamente registrados como áreas de significativa representatividade no âmbito dos modernos conceitos de Patrimônio Histórico Cultural. De fato a área estudada, quer por seus remanescentes culturais ou naturais, caracteriza-se por uma região com elevado potencial quando se pretende abordar as esferas do patrimônio ali existente.

Assim, os levantamentos são voltados para a identificação dos “saberes” e *modus vivendi* das comunidades locais, considerando especialmente os povoados e vilarejos que, de alguma forma, têm suas atividades econômicas, sociais e culturais relacionadas com a área de abrangência do Projeto.

Por outro lado, considerando que as comunidades atribuem valores a determinados cenários paisagísticos, procura-se ainda na esfera do patrimônio imaterial proceder ao registro de lugares que, para a população local, incorporem valor simbólico e/ou afetivo, constituindo referência cultural e valor agregado à sua identidade. Para tanto, durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com representantes da comunidade visando à integração dos conhecimentos.

Finalmente, através de um trabalho de história oral com as comunidades localizadas – ou atuantes – na área do empreendimento, com a produção de registros fotográficos e videográficos das mesmas (a respeito tanto das histórias pessoais quanto dos modos de fazer, técnicas etc.), busca-se

contribuir com a produção de conhecimento a respeito da constituição dessas comunidades de pescadores ao longo do tempo na região de Santos, lacuna que se mantém em aberto para o conhecimento da formação cultural da região.

Deste modo a manifestação contemporânea dessas comunidades poderá receber a compreensão que revela sua perspectiva histórica, ligando processos passados ao presente.

Apresenta-se a seguir uma descrição das comunidades caiçara presentes na área objeto deste estudo e indicadas pelo EIA do Projeto Dragagem (Conceiçãozinha, Ilha Diana, Monte Cabrão, Vila dos Pescadores, Sítio Cachoeira).

Os trabalhos de campo realizados pelo presente Programa levaram ao cadastro de outra comunidade tradicional, denominada “Comunidade da Praia do Góes”. Os resultados deste trabalho são apresentados na seqüência. Assim, para este caso, são apresentados materiais e análises mais detalhadas, incluindo depoimentos gravados e registrados na Plataforma Multimídia/CD, que acompanha este relatório.

8.3 Patrimônio Edificado

Nos estudos sobre o Patrimônio Histórico e Cultural foram realizados levantamentos para a identificação de exemplares do patrimônio edificado, material e imaterial, sobretudo procurando promover a integração dos componentes do Patrimônio Cultural com a comunidade diretamente envolvida na área de abrangência do empreendimento.

Em relação ao patrimônio histórico edificado, um dos principais objetivos é compreender e avaliar os processos de transformação do espaço ocorridos ao longo das margens do canal, desde o início da ocupação Colonial até a atualidade, com a constante modernização e alteração do traçado urbano impulsionado principalmente pelas ampliações do complexo portuário de Santos.

Considerando que esta atividade já foi realizada para o município de Santos, como parte das pesquisas em andamento na obra da Av. Perimetral Portuária MD, em um primeiro momento foram realizados levantamentos e estudos em cartas topográficas, imagens aéreas, iconografia e outras fontes documentais, possibilitando estabelecer um quadro diagnóstico sobre as sucessivas “manchas urbanas” do município de Guarujá e conseqüentes formas de uso e ocupação do solo, desde o período Colonial até a atualidade, com destaque para as diversas mudanças ocorridas na paisagem. Em seguida, o resultado de ambos os municípios (Santos e Guarujá) é integrado em uma análise consolidada, visando o estudo do entorno do Canal de Santos, onde as obras de Dragagem e Derrocamento deverão ocorrer.

Uma vez identificadas as diversas manchas urbanas associadas aos processos de uso, ocupação e transformação do espaço, são realizados trabalhos de campo voltados à identificação amostral de exemplares construtivos que possam testemunhar e fornecer informações significativas sobre as distintas formas de ocupação daquele espaço. O resultado previsto é inferir sobre os processos de transformação do espaço, tendo como foco de observação as variáveis dos partidos arquitetônicos existentes e as técnicas construtivas empregadas nos imóveis estudados.

Isto posto, cabe ressaltar que não são abordadas apenas edificações associadas ao conceito de “monumentalidade”, mas também construções que, mesmo rudimentares, sejam adaptadas aos materiais e necessidades locais, expressando o “saber fazer” das comunidades ali existentes.

Assim, apesar das intensas transformações ocorridas na região ao longo do tempo, existem ainda remanescentes construtivos e arquitetônicos testemunhando as várias formas de uso e ocupação do solo e adotando linhas arquitetônicas e técnicas construtivas que se tornaram raras face aos avanços da modernidade, incorporando os valores e o “saber fazer” local, razão pela qual se configuram como elementos do patrimônio cultural desta parte do estado de São Paulo.

Sob este aspecto, alguns imóveis foram aqui objeto de inventário, tendo por base o registro fotográfico, levantamento arquitetônico, elaboração de croquis, pesquisa documental e análise de cartas temáticas, de forma a obter dados aptos a fornecer um panorama sobre o quadro de ocupação ocorrido na região.

Por outro lado, os imóveis adquirem a merecida importância não só como estruturas construtivas e arquitetônicas refletindo os conceitos de uma época, mas, igualmente, dentro de uma visão global que procura entendê-lo não como algo isolado, intrínseco em si mesmo, mas como parte integrada de um todo, que se reflete a partir de um conjunto de relações harmônicas no contexto do que se convencionou chamar de “Paisagem Cultural”.

Dessa forma, a estratégia adotada para identificar os edifícios de interesse arquitetônico e/ou histórico na área de abrangência do projeto leva em consideração as características arquitetônicas, construtivas, históricas, as referências urbanísticas e paisagísticas e o fato de constituírem indicadores dos processos econômicos e da evolução e transformação do espaço, onde capelas, singelas casas de caiçaras, comunidades de pescadores, palafitas, etc., adquirem valor principalmente porque testemunham e refletem os saberes locais. Em suma, os trabalhos procuram considerar ainda as orientações obtidas a partir da realização do Congresso de Amsterdã, em 1975, representando os fundamentos para todas as intervenções urbanísticas, onde:

“...a preservação do patrimônio cultural é eminentemente assunto a ser tratado no âmbito do planejamento urbano, constituindo-lhe matéria básica, única forma

de assegurar soluções coerentes com a dimensão e amplitude do moderno conceito de bem cultural, não mais exclusivo às grandes manifestações do espírito humano, mas também aplicado às expressões da vida cotidiana e do fazer da coletividade.”

Além disso, como o empreendimento prevê uma intensa movimentação no canal de Santos e em suas margens, decorrente, sobretudo, das obras de dragagem e derrocamento, os exemplares do Patrimônio Histórico Edificado localizados na ADA e na AID do empreendimento, além de pré-inventariados, são objeto de monitoria durante o período em que forem realizadas as obras, visando prevenir possíveis danos físicos em suas estruturas, se for o caso.

Esta monitoria se aplicará, em especial, no Forte de Itapema (também denominado de Forte de Vera Cruz ou Forte de Santa Cruz), tombado pelo CONDEPHAAT em 1982. Foi construído na segunda metade do século XVI e edificado sobre o maciço rochoso de Itapema (que será parcialmente derrocado em sua parte submersa), considerando os possíveis impactos que possam ocorrer. Cabe salientar que o empreendedor já contratou empresa especializada que confeccionou Laudo Técnico de risco, bem como, definiu o uso de tecnologias preventivas de obra especialmente por conta do Farol de Itapema, e todas estas iniciativas são avaliadas pelo presente Programa e consideradas nas análises cabíveis.

Assim, a pesquisa na Micro-Região 1, 2 e 3 resultou na identificação dos bens edificados listados na **Tabelas 6 e 7**.

Tabela 6 - Inventário de bens edificados na ADA.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Armazém 1	Valongo Santos	23K 0364433 7352885	Final Século XIX	18	5D	Um dos primeiros armazéns do Porto Organizado de Santos.
	Armazém 2	Valongo Santos	23K 0364565 7352825	Final Século XIX	18	5D	Um dos primeiros armazéns do Porto Organizado de Santos.
	Armazém 3	Valongo Santos	23K 0364774 7352748	Final Século XIX	18	5D	Um dos primeiros armazéns do Porto Organizado de Santos.



Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Armazém 4	Valongo Santos	23K 0364886 7352719	Final Século XIX	18	5D	Um dos primeiros armazéns do Porto Organizado de Santos.
	Estação Ferroviária	Valongo Santos	23K 0364347 7352810	Final Século XIX	18	5D	Localização: Largo Marquês de Monte Alegre s/n.º. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 21, folha 4, Proc. 44949/92-86, Resolução SC 5/93 de 31/08/93.


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Conjunto Religioso de Santo Antônio do Valongo	Valongo Largo Marquês de Monte Alegre, 13. Santos	23K 0364303 7352784	Primeira metade Século XVII	18	5D	Na primeira metade do século XVII, a área do Valongo foi escolhida para a implantação do Convento da Ordem dos Franciscanos, acrescido, no século XVIII, da Igreja de Santo Antônio do Valongo, em alvenaria de pedra, um dos raros exemplares da arquitetura deste período, em estilo barroco. Com esta construção, parte do Convento foi demolida, embora ainda se conservem o claustro e inúmeras dependências. O tombamento incidiu sobre a Igreja de Santo Antônio do Valongo e anexos conventuais, Capela e demais instalações da atual Ordem Franciscana Secular. Localização: Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 22391/82 Tomb.: Res. SC 44 de 28/9/95 D.O.: 28/10/95. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 318, p. 80, 31/1/1996


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Casarões do Valongo	Valongo Santos	23K 0364355 7352777	Meados Século XIX	18	5D	<p>Em meados do século XIX, o comendador Ferreira Netto construiu, próximo à Estação Ferroviária, o edifício conhecido como Casarão do Valongo. A edificação, dois blocos com três pavimentos interligados por um corpo central, foi erguida em etapas: na primeira, em 1867, construiu-se o bloco voltado para a Rua Tuiuti; na segunda, o bloco voltado para a Rua do Comércio, concluído pelo sócio do comendador, Luís Guimarães, em 1872. No início do século XX, nele se instalaram a prefeitura e a Câmara Municipal. Atualmente pouco resta da edificação, em razão de incêndios que a acometeram no início da década de 1980 e em 1994. Localização: Largo Marquês de Monte Alegre, s/n. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00429/74 Tomb.: Res. 4 de 03/02/83 D.O.: 04/02/83 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 209, p. 57, 9/2/1983.</p>


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Casa com frontaria Azulejada	Valongo Santos	23K 0364450 7352689	1865	18	5D	<p>O sobrado foi construído em 1865 para abrigar a Casa de Comércio Ferreira Netto e Companhia, além de servir como residência e armazém. Com planta em forma de “U”, a sua construção é em pedra, os pisos e forros em madeira e as paredes internas do tipo francesa. A elevação principal, de influência neoclássica, foi inteiramente azulejada por Luís Antônio da Silva Guimarães, sócio do comendador Ferreira Netto. Somente a fachada do edifício foi restaurada, encontrando-se o seu interior, sem cobertura.</p> <p>Localização: Rua do Comércio, 94, 96 e 98. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 22046/82 Tomb.: ex-officio em 12/5/82. Tombado pelo IPHAN em 3/5/73 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 220, p. 62, 19/1/1987. Fonte: Condephaat</p>


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Bolsa Oficial do Café	Valongo Santos	23K 0364672 7352722	1914	18	5D	<p>A Bolsa do Café foi criada pela Lei Estadual no 1416, de 14/7/1914, para atender ao grande movimento comercial do café na cidade de Santos, em função da expansão ferroviária e do escoamento do produto para o exterior através do seu porto. Até 1929, as atividades na Bolsa de Santos foram intensas mas, acompanhando a crise mundial, entrou em declínio, culminando com o seu fechamento em 1937. Projetado pela Companhia Construtora de Santos, sob a direção do engenheiro Roberto Simonsen, o edifício, em estilo eclético, foi concluído em 1922. Na construção empregou-se o mármore de Carrara no piso, vitrais coloridos e painéis pintados por Benedito Calixto. Localização: Rua Quinze de Novembro, esquina com a Rua Frei Gaspar. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00421/74 Tomb.: Res 36 de 22/9/81 D.O.: 23/9/81</p> <p>Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 157, p. 34, s.d. Fonte: CONDEPHAAT</p>

Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
-	Edifício do Antigo Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e Passeio Fronteiriço em Tesselas	Valongo Santos	-	-	18	5D	Localização: R. XV de Novembro n.º 103 a 109. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 26, folha 5, Proc. 14110/95-48, Resolução SC 03/97 de 20/05/97.



Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Igreja do Carmo	Valongo Santos	23K 0364987 7352618	Meados Século XVIII	18	5D	Construída em meados do século XVIII. A igreja apresenta portada e frontão curvilíneos, com óculo central e três janelas na altura do coro. Internamente, são destaques uma pia de granito, de 1710, e as pinturas de Benedito Calixto. Havia ainda um retábulo, da segunda metade do século XVIII, entalhado em madeira, no altar-mor, que foi totalmente destruído por um incêndio em 1941. A torre sineira central, com revestimentos tanto em cantaria quanto em azulejos, em quatro pavimentos, separa os frontispícios das igrejas da Ordem Terceira e da Ordem Primeira. As duas possuem características semelhantes, embora a da Ordem Primeira seja um pouco maior. Localização: Praça da República. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00358/73 Tomb.: ex-officio em 9/9/81. Tombado pelo IPHAN em 9/5/40 e 24/3/41 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 110, p. 15, 11/10/1975.
	Pantheon dos Andradas	Valongo Santos	23K 0364968 7352634	–	18	5D	Localização: Barão do Rio Branco n.º 16. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 20, folha 4, Proc. 44955/92-89, Resolução SC 4/93 de 31/08/93


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Monumento a Brás Cubas	Valongo Santos	23K 0365190 7352604	Século XX	18	5D	Localização: Praça da República. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 24, folha 5, Proc. 11328/96-77, Resolução SC 01/97 de 20/05/97.
	Alfândega e calçada	Valongo Santos	23K 0365202 7352619	Meados Século XX	18	5D	Edifício da Alfândega e entorno em Calçada Portuguesa, construído pela antiga Companhia Docas de Santos, tendo sido ofertado à Receita Federal.
	Casa das Caldeiras	Av. Perimetral Santos	23K 0365675 7352619	Século XX	18	5D	–


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Casa do Trem Bélico	Santos	23K 0365362 7352584	1734	18	5D	<p>A Casa do Trem foi construída em 1734, data constante em seu frontispício. Tinha por objetivo a guarda de material bélico utilizado pelos fortes para a defesa do Porto de Santos e da Capitania. No final do século XIX, o uso do edifício foi substituído pelo de escola e, em 1948, passou a sediar o Tiro de Guerra. Atualmente é utilizado para fins sociais. Edificada em dois pavimentos, o acesso ao superior se dá através de uma escada lateral externa, com o patamar de chegada protegido por uma pequena cobertura de três águas. Um pequeno beiral, do tipo beira-saveira, finaliza a cobertura em quatro águas, com telhas do tipo capa e canal. Sua construção é em pedra e cal, técnica usual no litoral. Localização: Rua do Tiro, 11, esquina com a Rua Visconde do Rio Branco. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 00293/73 Tomb.: ex-officio em 1/12/80 Tomb.: Iphan em 19/2/40. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 142, p. 26, 29/5/1981.</p>


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Outeiro de Sta. Catarina	Santos	23K 0365457 7352550	1543 ?	18	5D	<p>O Outeiro de Santa Catarina foi doado pelo capitão-mor Antônio de Oliveira a Pascoal Fernandes e Domingos Pires que, posteriormente, venderam a Brás Cubas que pretendia construir um ancoradouro. Neste local, a partir de 1543, inicia-se o desenvolvimento da povoação de Santos. Por volta de 1880, sobre as rochas remanescentes do antigo outeiro, o médico italiano João Éboli mandou construir um prédio que lhe serviria de residência. Trata-se de uma casa urbana em estilo medieval, lembrando um castelo, com um pavimento elevado, sobre dois mais simples utilizados como depósitos. Destaca-se nesta construção, em alvenaria de tijolos, o terraço externo localizado na altura do pavimento superior, apoiado sobre abóbadas de berço. Localização: Rua Visconde do Rio Branco, 48. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 24317/85 Tomb.: Res. 07 de 9/4/86 D.O.: 10/4/86 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 250, p. 66, 22/1/1987.</p>




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Cemitério do Paquetá	Paquetá Santos	23K 0365860 7352016	Século XIX	–	4D	Localização: R. Dr. Cóchrane s/n.º. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 27, folhas 5 e 6, Proc. 46253/95-55, Resolução SC 01/98 de 06/05/98
	Estação Elevatória	Av. Perimetral Santos	23K 0366162 7352302	1908	–	4D	Uma das diversas estações elevatórias construídas dentro do Plano de Saneamento da Santos, realizado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito.
	DIROP	Av. Perimetral Santos	23K 0366212 7352366	–	17	4D	Edifício da DIROP, centro de operações do Porto de Santos.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Armazém VIII	Av. Perimetral Santos	23K 0366144 7352009	1º quartel Século XX	17	4D	Armazém VIII, recuperado ao abrigo do Projeto “Plano de Gestão de Patrimônio Cultural / Diagnóstico de Situação e Valoração Científica do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos” em 2008 e 2009.
	Ministério da Agricultura	Av. Perimetral Santos	23K 0366097 7351925	1º quartel Século XX	17	4D	Demolido parcialmente ao abrigo do Projeto “Plano de Gestão de Patrimônio Cultural / Diagnóstico de Situação e Valoração Científica do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos” em 2009.
	Armazém XVIII	Av. Perimetral Santos	23K 0366071 7351853	1º quartel Século XX	17	4D	Demolido parcialmente ao abrigo do Projeto “Plano de Gestão de Patrimônio Cultural / Diagnóstico de Situação e Valoração Científica do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos” em 2009.


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Canal do Mercado	Av. Perimetral Santos	23K 0366031 7351852	1912	17	4D	A obra de Saneamento da Baixada Santista de Saturnino de Brito, inaugurada em 25 de abril de 1912, consistia na construção de canais para drenar o solo, direcionando as águas pluviais para o mar, juntamente com um sistema de descarga e tratamento dos despejos, que, por meio da Ponte Pênsil, em São Vicente, também parte integrante do seu plano, eram direcionados para o emissário de Itaipu. Baseado nos conceitos de Camilo Sitte, prevendo a ordenação estética da paisagem, através de um sofisticado desenho viário, com avenidas arborizadas, praças e jardins públicos, o plano marca de modo decisivo a estrutura urbana de Santos e São Vicente, até os dias atuais. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 40224/00 Tomb.: Res. SC 23 de 16/06/06 D.O.: 21/06/06


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Bacia do Mercado	Santos	23K 0365965 7351736	1906	–	4D	Em 1906, quatro anos após a construção do novo mercado de Santos, estava criada a Bacia do Mercado, um local de grande importância para a vascularização do comércio de gêneros de primeira necessidade no litoral santista, e que aos poucos foi ganhando destaque como meio de transporte entre Santos e as cidades litorâneas vizinhas, especialmente Itapema, depois Distrito de Vicente de Carvalho, pertencente ao município do Guarujá. A partir do início do século XX, quando o Guarujá viu intensificar sua urbanização, o movimento de transporte de passageiros e mercadorias na ligação com a vizinha cidade de Santos, atravessando o Estuário do porto santista, ganhou força. As catraias, o meio de transporte marítimo mais popular entre Vicente de Carvalho e o centro de Santos consolidou-se como um dos meios de transporte coletivo mais peculiares da baixada santista.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Mercado	Santos	–	1902	–	4D	–
	Hospedaria dos Imigrantes	Santos	23K 0365868 7351181	?	–	–	Localização: R. Silva Jardim n.º 93/95. Tombado pelo CONDEPASA. Livro Tombo 01, inscrição 29, folha 6, Proc. 70214/97-21, Resolução SC 03/98 de 02/12/98.
	Trevo da Santa	Av. Perimetral Santos	23K 0366489 7350621	Século XX	15	3D	Monumento em honra à padroeira dos portuários, Nossa Senhora de Fátima.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	CONCAIS	Av. Perimetral Santos	23K 0366712 7350381	Século XX	15	3D	Antigo Armazém Frigorífico do Porto de Santos, hoje Terminal de Passageiros de Navios de cruzeiro e Shopping.
	CODESP Presidência	CODESP Santos	23K 0366728 7350026	1ª metade Século XX	15	3D	Edifícios da CODESP.
	CODESP Carpintaria	CODESP Santos	23K 0366897 7350191	1ª metade Século XX	15	3D	Edifícios da CODESP.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	CODESP Garagem	CODESP Santos	23K 0366705 7350114	1ª metade Século XX	15	3D	Edifícios da CODESP.
	CODESP Casa de Força	CODESP Santos	23K 0366705 7350213	1ª metade Século XX	15	3D	Edifícios da CODESP.
	CODESP Oficinas	CODESP Santos	23K 0366703 7350086	1ª metade Século XX	15	3D	Edifícios da CODESP.



Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	CODESP Oficina de Manutenção Civil	CODESP Santos	23K 0366620 7350096	1ª metade Século XX	15	3D	Edifícios da CODESP.
—	CODESP Gate 25	CODESP Santos	23K 0366709 7350274	1ª metade Século XX	15	3D	Edifícios da CODESP.
	Museu do Porto	CODESP Santos	23K 0366566 7350024	Século XX	15	3D	Conjunto de 3 edifícios, sendo que num deles funciona o Museu do Porto. Foram durante boa parte da Companhia Docas de Santos, habitação do Diretor e do Engenheiro Chefe do Porto de Santos.


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Canal do Macuco	Av. Perimetral Santos	–	1912	17	4D	A obra de Saneamento da Baixada Santista de Saturnino de Brito, inaugurada em 25 de abril de 1912, consistia na construção de canais para drenar o solo, direcionando as águas pluviais para o mar, juntamente com um sistema de descarga e tratamento dos despejos, que, por meio da Ponte Pênsil, em São Vicente, também parte integrante do seu plano, eram direcionados para o emissário de Itaipu. Baseado nos conceitos de Camilo Sitte, prevendo a ordenação estética da paisagem, através de um sofisticado desenho viário, com avenidas arborizadas, praças e jardins públicos, o plano marca de modo decisivo a estrutura urbana de Santos e São Vicente, até os dias atuais. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 40224/00 Tomb.: Res. SC 23 de 16/06/06 D.O.: 21/06/06
–	Capela de Nossa Senhora dos Navegantes	Ponta da Praia Santos	23K 0367838 7346320	?	13	1D	–




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Mureta da Orla da Praia	Ponta da Praia Santos	23K 0366937 7346565 23K 0367495 7346143	1ª metade Século XX	13	1D	Mureta ornamental na Orla da Praia, demarcando o final da praia e enseada da Baía de Santos e o início do Canal do Porto. O seu estado de conservação é precário, exigindo obras de restauro e consolidação imediatas, bem como proteção contra futuro derrocamento parcial ou total por conta dos trabalhos de Dragagem do Canal do Porto.
	Deck dos Pescadores	Ponta da Praia Santos	23K 0367101 7346261	1ª metade Século XX	13	1D	Trapiche para pescadores amadores, localizado na entrada do Canal do Porto.
	Monumento Luso-Brasileiro	Ponta da Praia Santos	23k 0367035 7346314	1960	–	1D	À memória do Infante Dom Henrique, no V centenário da sua morte. A comunidade Luso-Brasileira de Santos e São Vicente.


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Museu da Pesca	Ponta da Praia Santos	23K 0367140 7346271	Século XVII a Século XX	13	1D	Implantado no sítio do antigo Forte Augusto, também conhecido como Forte da Estacada, da Trincheira e do Castro, o edifício do Museu de Pesca, construído entre 1907 e 1909 sob a supervisão do capitão-tenente Garcês Palha, serviu originalmente para abrigar a Escola de Aprendizes-Marinheiros. Em 1931, a escola foi desativada por determinação do governo provisório e, no ano seguinte, utilizado pelo Instituto de Pesca Marítima. O edifício, de propriedade da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, construído em alvenaria de tijolos, sobre fundação em alvenaria de pedra e cal e abobadilhas em concreto ciclópico, possui dois pavimentos, cobertos com telhas de Marselha. O piso é em assoalho, sobre barroteamento de madeira no térreo e, no superior, sobre perfis metálicos, com exceção ao hall de entrada, em mármore. O imóvel sofreu intervenções em 1974 e 1988. Em 1996, as obras de restauração foram retomadas, encontrando-se, no momento, em fase de conclusão. Localização: Avenida Bartolomeu Gusmão, 192. Tombado pelo CONDEPHAAT. Processo: 25628/87 Tomb.: Res. SC-40 de 2/4/98 D.O.: 7/4/98 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 321, p. 81, 26/8/1998.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Antiga ponte da linha férrea sobre o rio Saboó	Alemoa Santos	23K 0362763 7353178	1ª metade Século XX	58	6D	Antigo trecho de ferrovia sobre o rio Saboó, desativada e em péssimo estado de conservação.
	Postes de luz da Ilha Barnabé	Ilha Barnabé Santos	23K 0364213 7354043 23K 0364183 7354076 23K 0369160 7354105 23K 0369160 7354105	Meados Século XX	63	10E	Quatro postes de iluminação elétrica implantados possivelmente na década de 40 do século XX, na época de instalação dos terminais de containers líquidos na Ilha Barnabé.
	Oficina Mecânica	Ilha Barnabé Santos	23K 0364383 7353829	1ª metade Século XX	63	10E	Um dos edifícios mais antigos na área portuária da Ilha Barnabé, ainda hoje existentes.



Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Trapiche na Ponta do Forte	Santa Cruz dos Navegantes Guarujá	23K 0367164 7345760	Século XX	7	1E	Trapiche em concreto, junto ao Forte da Barra.
	Chafariz	Santa Cruz dos Navegantes Guarujá	23K 0367562 7345643	1953	7	1E	Localizado na Praça “Benjamim Gonçalves de Freitas”. Conhecido como chafariz “Dona Noquinha”, fonte essa que segundo a placa de fundação data de 31-05-1953, sendo doado à comunidade de Santa Cruz dos Navegantes pelos irmãos Rafael e Modesto Roma.
	Casa tradicional caiçara	Santa Cruz dos Navegantes Guarujá	23K 0367563 7345630	Século XX	7	1E	Única cada tradicional caiçara, identificada em Santa Cruz dos Navegantes. Construída em madeira, apresenta cobertura de duas águas e varanda na fachada. Seria palafítica, porém o porão foi fechado.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Amontoados de marisco da favela	Santa Cruz dos Navegantes Guarujá	–	Século XX	8	–	Tais concentrações de mariscos, segundo alguns moradores locais são provenientes de restos alimentares e são depositados no local com o intuito de se aterrar o Mangue.
	Capela Nossa Senhora da Aparecida	Conceiçãozinha Guarujá	23K 0369397 7347920	Década 80 Século XX	–	–	Capela edificada pela Associação de Moradores locais da comunidade caiçara de Conceiçãozinha.
	Casa tradicional caiçara	Conceiçãozinha Guarujá	23K 0369431 7348002	Século XX	–	–	Única casa tradicional caiçara, identificada em Conceiçãozinha. Construída em madeira, apresenta-se hoje muito alterada, tendo sido parcialmente preservada e incorporada no interior de uma casa maior em alvenaria, realizada, entretanto. Propriedade do Sr. Newton Gonçalves.


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Antigo Estaleiro da Prainha	Prainha Vicente de Carvalho Guarujá	23K 0367015 7351262	Século XX	21	7E	Ruínas de um antigo estaleiro, observando-se hoje apenas os resquícios de colunas de concreto localizadas dentro da água do canal.

Tabela 7 - Inventário de bens edificados na AID



Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Descrição
	Casa caiçara em madeira	Praia do Góes Guarujá	23K 0366271 7345231	Século XX Anterior a 1959	4	Casa em madeira, com uma água apenas e varanda na frente. O anexo nas traseiras, a cobertura da varanda em brasilite e a cerca daquela em alvenaria são posteriores. Por estar mais afastada da praia, não apresenta palafita. Foi adquirida a um pescador pelo Sr. Vasco Câmara e aqui funcionou a Sociedade Melhoramentos e Amigos da Praia do Góes. Hoje habitam nela o seu filho e esposa, Leo e Sônia Câmara.
	Casa caiçara em madeira	Praia do Góes Guarujá	-	Século XX	4	Casa em madeira, com quatro águas e pequena varanda.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Descrição
	Casa caiçara em madeira	Praia do Góes Guarujá	-	Século XX	4	Casa em madeira, com quatro águas e varanda em toda a fachada. Mantém a palafita.
	Casa caiçara em madeira	Praia do Góes Guarujá	-	Século XX	4	Casa em madeira, com quatro águas. Mantém a palafita.
	Trapiche em madeira	Praia do Góes Guarujá	23K 0366423 7345362	Século XX Último quartel	4	Trapiche em madeira para acesso às embarcações de transporte de passageiros ou não residentes. Foi construído sobre o antigo trapiche de cimento, visível na imagem, o qual foi afundando gradualmente com o tempo.



Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Descrição
	Caixa de água	Praia do Góes Guarujá	23K 0366267 7345159	Século XX Década 60	4	Antiga caixa de água, tendo sido o primeiro reservatório de abastecimento de água da comunidade de pescadores da Praia do Góes. Foi a primeira obra de beneficiamento da comunidade, realizada pela Sociedade Melhoramentos e Amigos da Praia do Góes.
	Capela das Areias	Praia do Góes Guarujá	23K 0366227 7345371	Século XX Último quartel	4	Nova “capela” ou oratório dedicado a Nossa Sra. da Aparecida.
	Clube de Pesca de Santos	Ilha das Palmas Guarujá	23K 0365290 7344220	Século XX	10	Ilha das Palmas, onde funciona o Clube de Pesca de Santos. O acesso é restrito a membros, sendo necessário solicitar autorização à direção a quem não o for.






Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Capela Nossa Senhora Aparecida	Ponta da Praia Santos	-	Século XX	13	1D	
	Capela de Nossa Senhora Aparecida	Santa Cruz dos Navegantes Guarujá	23K 0366976 7345585	Século XX	-	-	Pequeno oratório localizado na estrada que dá acesso à comunidade de Santa Cruz dos Navegantes.
	Prédios Históricos da Base Aérea	Base Aérea de Santos Guarujá	-	Década 20 Século XX	24	8E	Situada na margem esquerda do canal de Santos, foi construída na década de 1920.

Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Vila da base aérea	Base Aérea de Santos Guarujá	-	Década 20 Século XX	24	8E	Situada na margem esquerda do canal de Santos, foi construída na década de 1920.
	Capela de São Pedro Pescador	Monte Cabrão Santos	23K 0369230 7354042	Século XX	-	-	Capela localizada na Vila de Monte Cabrão, de arquitetura popular, em alvenaria, com frontão em concreto e telhado em duas águas.

8.4 Tipologias gerais das comunidades

8.4.1 O crescimento e desenvolvimento urbano

Inicialmente nomeada Vila de Santos e depois elevada à categoria de Cidade em 1839, a atual Cidade de Santos teve um crescimento populacional considerável partindo do canal devido ao aumento da movimentação e ampliação do Porto. Esse crescimento acarretou diversos problemas, como uma grande epidemia de febre amarela em 1889, que dizimou setecentas pessoas. Santos sofria constantemente com as doenças e com os alagamentos. A falta de saneamento básico era um problema. Para sanar tais problemas, duas obras foram fundamentais: o Porto Organizado, inaugurado em 1892, e o Saneamento de Santos, que é o responsável pelo fim das doenças e insalubridade de Santos. O projeto do engenheiro Saturnino de Brito teve o triplo mérito de drenar as planícies alagadas com os canais de drenagem, de preservar a memória histórica do Centro e de ordenar a ocupação urbana da Ilha de São Vicente com um plano de ruas.

Por conta disso o porto de Santos foi crescendo populacionalmente por comunidades ligadas à pesca e plantio, entre outras atividades, bem como pela própria mão de obra do porto. Esse tipo de crescimento ocorre também às margens das ferrovias e rodovias que davam acesso ao porto.

Parte das moradias eram cedidas pelas próprias empresas, que construía as casas para os trabalhadores. O restante da ocupação se deu com a vinda de familiares e pessoas que vinham atrás de trabalho, ampliando o número de casas. A implantação inicial dessas casas eram livre, em terrenos conjuntos, sem divisas, do tipo “chácara”. Com o tempo os terrenos foram loteados e divididos entre os moradores.

As tipologias construtivas eram variadas, dependendo do lugar onde eram implantadas. Se mais próximas ao canal, construía-se sobre palafitas; se um pouco mais distante do mesmo, usavam-se as semi-palafitas. Essas eram as duas tipologias mais usadas na época, mas com o passar do tempo foram sofrendo modificações e adaptações. O aparecimento de novas tecnologias deixou-se de usar materiais do próprio local e passou-se a usar material

industrializado. As edificações mais antigas foram sofrendo alterações, substituindo partes construídas com material de baixa resistência e alta manutenção por materiais de alta resistência e fácil manutenção, como as telhas e os tijolos de barro.

Dentre as tipologias usadas na época, uma das principais era a construção de madeira, elevada do solo do tipo semi-palafita sobre uma base de pedra encimada e com a u fundação mais profunda também de pedra. Esse tipo de construção era muito usado na época das ocupações destas áreas, suas fundações, feitas de alvenaria de pedra irregular com argamassa de barro e cal eram executadas em formas de madeira que excediam alguns centímetros acima do solo preparado. Logo acima das fundações de pedra erguiam-se então as bases de apoio, feitas em pedra ou tijolos de barro e que serviam de sustentação para o madeiramento principal das casas.

Neste madeiramento principal eram fixadas todas as outras madeiras da estrutura secundária, e também as vedações e o piso. Junto às bases sobem os pilares de madeira que dão sustentação ao telhado, geralmente de duas águas. Seguem-se as terças, caibros e ripas, sobrepostas por telha francesa ou de fibrocimento (não originais).

As vedações, sendo paredes externas, eram feitas de madeira tipo macho/fêmea, onde uma tábuas de madeira se encaixa na outra ou, então, com o mesmo princípio onde, ao invés de encaixe, seguia-se com uma ripa menor pregada entre as duas maiores dando fixação e vedação necessária (mata junta). Com o passar do tempo essas madeiras de vedação iam apodrecendo e sendo substituídas por outras, principalmente nas áreas molhadas, que compreendem a cozinha e o banheiro. Como a substituição nessas áreas era muito comum, muitas das casas substituíram a madeira por alvenaria de blocos.

Além desse tipo de construção existiam também as palafitas, usadas especialmente por pescadores devido à localização de suas casas, mais próximas ao mar. Esse sistema construtivo é apropriado para regiões alagadiças, com uma estrutura assentada sobre pilotis de madeira. Tem pouca durabilidade por causa da biodeterioração, o que gera um horizonte de uso útil de 20 a 30 anos.

8.4.2 Comunidades caiçara

Durante os trabalhos de campo a equipe procurou documentar aspectos do cotidiano das comunidades caiçara localizadas na baía de Santos, sendo elas:

- ❖ Praia do Góes;
- ❖ Santa Cruz dos Navegantes;
- ❖ Conceiçãozinha;
- ❖ Monte Cabrão;
- ❖ Sítio Cachoeira;
- ❖ Ilha Diana.

Nas páginas que seguem apresenta-se a caracterização das mesmas, com base nos depoimentos recolhidos.

Conceiçãozinha

Localizada em Vicente de Carvalho, Distrito do Município de Guarujá, próximo ao rio Santo Amaro (**Figura 27**). Essa comunidade encontra-se delimitada geograficamente por terminais de carga e descarga. Com o início das instalações das indústrias, às margens do estuário, na década de 60, a antiga vila de pescadores foi cada vez mais sendo delimitada em sua área. A Prefeitura do Guarujá contabilizou uma população residente de 4.536 habitantes, mas esse número é bem diferente do estimado por moradores, que acreditam que existam cerca de 2.800 famílias, totalizando quase 10 mil moradores, sendo a maioria em condições de pobreza. E situação agravada com invasões existe cerca de cento e setenta (170) pescadores com o sustento de suas famílias com o produto da pesca retirado do estuário, poucos moradores com colocação no complexo industrial ou no porto, sendo que a maioria vive de subemprego e/ou trabalhos avulsos não qualificados.



Figura 27 - Vista parcial do sítio Conceiçãozinha - Fonte: EIA do empreendimento.

Ilha Diana

Localizada na Foz do Rio Diana, na Área Continental de Santos, o bairro Ilha Diana é um exemplo de povoado caiçara (**Figura 28**). A grande parte dos habitantes é descendente de cinco (05) antigas famílias de pescadores que ali se estabeleceram após a construção da Base Aérea de Santos, na década de 40, antigo local que habitavam. A comunidade da ilha Diana, pequena ilha fluvial no estuário, persiste como um dos poucos núcleos de pescadores de toda Baixada Santista, onde a dificuldade de acesso permitiu a sobrevivência das atividades pesqueiras artesanais até o momento com pouca influência externa.

O último censo realizado na vila no ano de 2003, levantou uma população relativamente estável constituída de sessenta e cinco (65) famílias e aproximadamente duzentos e cinco (205) habitantes. Cerca de metade das famílias têm seus chefes trabalhando na pesca como parte da sua subsistência paralelamente a outra atividade, como pequenos comércios (bares) e pequeno viveiro para a manutenção do camarão vivo, comercializado principalmente nos finais de semana, para os turistas de pesca náutica. Considerando a mesma base de informação que está sendo utilizada neste diagnóstico, a Ilha Diana corresponde ao setor censitário 608, sendo que em 2000 possuía 100 domicílios permanentes, com uma população de 393 habitantes. Segundo estudos, em 2003 a população dessa comunidade era de cerca de 200 habitantes.



Figura 28 - Vista parcial da Ilha Diana - Fonte: EIA do empreendimento.

Monte Cabrão

O Monte Cabrão integra a Área Continental de Santos com aproximadamente seiscentos (600) residentes em uma dimensão de 631, 5 mil metros quadrados (**Figura 29**).

A população do bairro atualmente é formada por pessoas oriundas do nordeste do Brasil, com a pesca e pequeno comércio voltado para a comunidade local. Em 1980 havia oitenta (80) habitantes e, em 1993 a população subiu para duzentos (220). Segundo os dados do setor censitário relativos a Monte Cabrão, o setor 607, essa comunidade tinha em 2000 um total de 33 domicílios permanentes, uma população de 122 pessoas. Segundo estudos, em 2003, a população desta comunidade alcançava 220 habitantes.



Figura 29 - Vista parcial de Monte Cabrão - Fonte: EIA do empreendimento.

Vila dos Pescadores

Localizada no município de Cubatão, o aglomerado urbano denominado como “Vila dos Pescadores” foi inicialmente ocupado como uma pequena vila de pescadores artesanais e “catadores” de siri, que se estabeleceram próximo ao local de trabalho (rio e Mangue) e à faixa de domínio da antiga Rede

Ferrovária Federal – RFFSA, onde havia algumas residências destinadas a seus funcionários, em meados dos anos de 1960 (**Figura 30**).

Atualmente residem ali cerca de 10.000 moradores, basicamente jovens trabalhadores pouco qualificados e com baixas remunerações. No restante da Vila, que engloba a maioria das moradias (aproximadamente 60% dos domicílios), as construções são sobre palafitas (com tamanho médio de 30 m²), onde o acesso é feito através de “pinguelas” instáveis e sob as quais se acumulam resíduos domésticos e dejetos de esgoto.

Em termos de setores censitários de Cubatão, conforme a informação do IBGE, a Vila possuía em 2000 um total de 2306 domicílios permanentes, com uma população de 8340 habitantes.



Figura 30 - Vista parcial da Vila dos Pescadores - Fonte: EIA do empreendimento.

Sítio Cachoeira

Localizada na área adjacente à entrada da barra do Canal de Bertioga, região da Serra do Guararu (denominação da extensão norte da ilha de Santo Amaro), na vertente voltada para o canal, encontra-se uma comunidade tradicional com a mesma denominação (**Figura 31**). A existência dessa comunidade remonta a 1874, segundo os moradores. Pesquisa efetuada duas décadas atrás mostrou que apenas alguns pescadores mais velhos dedicavam-

se à pesca do peixe e do camarão, enquanto que os mais novos faziam a coleta de ostras com equipamentos de mergulho ao longo do canal.

Atualmente a atividade pesqueira diminuiu significativamente e apenas alguns velhos moradores sobrevivendo da pesca e da coleta do marisco de Mangue, enquanto os novos descendentes trabalham como empregados no setor de serviços.

A comunidade do Sítio Cachoeira corresponde ao setor censitário 213 e em 2000 possuía um total 313 domicílios permanentes e 8 coletivos, com uma população total de 1150 habitantes. Estima-se ainda que 30% dos que se dedicam à pesca na região não sejam ligados às colônias. Segundo o Instituto de Pesca, cerca de 600 pescadores pescam no interior do estuário.



Figura 31 - Vista parcial do Sítio Cachoeira - Fonte: EIA do empreendimento.

A comunidade da Praia do Góes

Durante os trabalhos de campo deu-se início à documentação dos usos e costumes tradicionais do cotidiano da comunidade de pescadores da Praia do Góes ou do Góis, como hoje é denominada, entrevistando alguns dos seus moradores locais (**Pranchas 14 e 15**).

A população desta pequena enseada localizada na ponta Ocidental da Ilha de Santo Amaro, município do Guarujá, não excede hoje as 150 pessoas. Apesar de se encontrar ao lado do Guarujá e à vista da cidade de Santos, a Praia do Góes e seus habitantes mantêm ainda hoje uma calma e paz difíceis de encontrar nos núcleos habitacionais da região. Para isso foram e são ainda hoje decisivas as encostas do morro da Sangava e da Ponta da Barra que formam um anfiteatro natural que domina a enseada e o pequeno vilarejo a seus pés. A ausência de estradas e o acesso exclusivo por barco ou por trilhas pedestres ao longo das encostas complementam o cenário de “isolamento” da população local, que mantêm assim características únicas que importa preservar e valorizar da forma que ainda hoje subsiste. De ressaltar, que quando questionados sobre a questão dos acessos, os moradores foram unânimes ao afirmar que não pretendem ter qualquer outro tipo de via de comunicação terrestre que não as existentes, a qual, na sua perspectiva, traria mais malefícios do que benefícios.

- O espaço físico da Praia do Góes

A Praia do Góes, apesar de ser uma enseada natural da Ilha de Santo Amaro, foi conhecida durante vários anos como Ilha dos Pescadores devido ao seu isolamento natural. Esse topônimo denota o tipo e o modo de vida da comunidade que ali se instalou ao longo dos tempos.

Vários entrevistados comentaram que o avanço do mar sobre o areal da praia tem aumentado com o passar do tempo nos últimos 40 anos. Até a década de 1960 a praia avançava cerca de 20 m sobre a linha de costa atual.

Prancha 14 – Comunidade da Praia do Góes e trabalhos colaborativos.



Entrevista à Presidente da Associação de Moradores da Praia do Góes, a dona Andreia Barbosa do Prado.

Entrevista a um grupo de pescadores locais (Marcos e Fábio) na Praia do Góes, enquanto realizavam os reparos na sua "Chatinha".



Entrevista à Sra. Sónia Câmara, moradora local.

Entrevista ao Sr. Leo Câmara, profundo conhecedor da comunidade e filho mais novo de Vasco Câmara que foi o fundador da "Sociedade Melhoramentos e Amigos da Praia do Góes".



Prancha 15 – Documentos antigos disponibilizado pela Comunidade



Foto da família do Sr. Vasco Câmara, fundador da "Sociedade Melhoramentos e Amigos da Praia do Góes", o qual veio morar para o local em 1959. Observa-se a sua moradia, comprada a um pescador local, conservando na época a varanda com cerca de madeira.

Foto da liturgia celebrada no oratório de sapé dedicado a Nossa Senhora de Aparecida, na década de 60 do século XX, o qual foi obra da Sociedade criada pelo Sr. Vasco Câmara.



Recibo da década de 60 do século XX, passado a Ruth Câmara, esposa do fundador, pela sua contribuição para uma campanha de auxílio.

Correio Militar da Guerra Constitucional de 1932, escrito pelo Sr. Vasco Câmara à sua esposa Ruth, durante o período em que combateu, tendo-se dado como voluntário.



Certidão de Nascimento Portuguesa do sr. Vasco Câmara, nascido em 1905 na cidade do Funchal (Ilha da Madeira, Portugal), o qual com cerca de 18 anos foi viver para Santos.

De acordo com o entendimento local, a retirada de sedimentos no canal de navegação leva a consecutivos deslizamentos dos sedimentos contíguos fora daquele, arrastando gradualmente tudo o que está no seu entorno. Também as grandes e constantes marolas provocadas por navios de grande porte têm prejudicado a praia, erodindo a mesma. Um exemplo visível que documenta este fato são os atuais trapiches que dão serventia ao povoado. De acordo com a comunidade, o trapiche novo foi feito sobre um trapiche mais antigo em cimento, o qual está hoje ao nível do solo, mas que há cerca de 20 anos atrás, um dos habitantes locais, com 1,90 m de altura, passava por baixo do mesmo.

- As embarcações

Na comunidade as embarcações mais comuns e populares são a Barquinha, Bote ou “Chatinha”, que são feitas em madeira apresentando pequenas dimensões e um fundo chato, existindo hoje alguns exemplares na comunidade ainda em utilização. Outra embarcação tradicional é a canoa monóxila, de que hoje não existem mais exemplares na Praia do Góes.

A primeira embarcação era e ainda é utilizada, sobretudo para a caça do polvo e coleta de camarão Sete Barbas, mas também para pescar com rede. Há já vários anos que utiliza propulsão a motor, sendo também empregada para a travessia de passageiros e carga entre vários pontos do canal. Para o camarão branco a embarcação é maior e de outro tipo, pois necessita sustentar a rede mais pesada e maior.

Após 6 meses de utilização, a “Chatinha” é retirada da água durante cerca de 3 dias para dar manutenção do motor, casco, pintura, voltando após isso à água por mais 6 meses. Nesse momento o costado é pintado com esmalte sintético ou outra tinta, sendo que o casco é pintado com a denominada “tinta envenenada”, uma tinta especial para afastar as pragas aquáticas. Antes da pintura os orifícios e rachaduras da madeira são calafetados com estopa e massa corrida por cima, deixando-se secar durante um dia. No dia seguinte lixa-se e pinta-se a embarcação (***Prancha 16***).

Esta ação acontece porque, ao final de 6 meses, o efeito da tinta envenenada desaparece, permitindo o surgimento de “buzano”, nome dado a uma espécie de cupim do mar que fura a madeira, além da craca que começa a acumular-se no casco, danificando-o. Durante esses dias de manutenção os pescadores não saem para pescar. Se a manutenção for bem feita e de forma periódica, uma embarcação deste tipo dura cerca de 15 anos.

As “chatinhas” praticamente já não são fabricadas, havendo um pequeno estaleiro no povoado vizinho de Santa Cruz dos Navegantes, onde ainda se produzem algumas.

- As técnicas artesanais de pesca

Habitantes com 30 a 40 anos recordam que à data da sua infância todas as famílias da comunidade tinham o seu barco de pesca artesanal e que era comum a pesca ser realizada em conjunto. O ofício era ensinado de pais para filhos e, hoje, a maioria dos mais novos já não aprendem mais, pois os próprios pais não vêem futuro na pesca artesanal. Até 15 anos atrás ainda era comum observar mulheres ajudando na faina da pesca, algo que hoje não acontece. Ajudavam a puxar as redes e a selecionar a tainha, de acordo com a sua dimensão, poupando as mais jovens de forma a manter o estoque natural dos cardumes locais.

Hoje, de acordo com as referências obtidas, apenas uma pessoa da comunidade se dedica por completo à pesca. A grande maioria tem uma renda fixa num outro trabalho, sendo que, muitos complementam a mesma mantendo paralelamente o ofício de pescador, por vezes apenas como complemento de subsistência familiar, sem fins comerciais.

Até há cerca de 30 anos atrás, como ainda pode ser observado em fotografias da época, a área central da praia era coberta por Jundu (mato rasteiro), onde os pescadores colocavam as redes para secar e para consertos. As redes utilizadas tinham 8 a 9 mm de espessura, sendo as antigas feitas com fio grosso feito de juta, tingido através de uma infusão feita com substância de casca de madeira retirada da Mata Atlântica.

Uma das técnicas tradicionais de pesca desta comunidade, para além das utilizadas na coleta de marisco e pesca artesanal da população caiçara da Baixada Santista, era a pesca da tainha na própria enseada da praia. Como foi explicado pela comunidade, uma embarcação (canoa monóxila) saía junto a uma das margens e encostas da pequena baía, sempre de acordo com a direção do cardume (cabeça do peixe), de forma a ir contra o mesmo. Essa embarcação contornava por fora o cardume, largando uma rede amarrada a uma corda, cujas pontas ficavam no ponto de partida e no ponto final do trajeto, sendo essa ponta transportada até aí pela embarcação. No topo de uma das encostas, um vigia usando um apito ou um berrante observava o cardume de tainhas na água outrora límpida da enseada, o qual nada próximo à superfície. Uma vez posicionado o cardume na rede, o vigia, ou “espia”, como popularmente era designado, fazia soar o berrante avisando a comunidade para puxar as duas pontas da corda, arrastando a rede e o cardume com ela. A par dessa ação várias canoas menores, equipadas de entrepara (pequeno mastro ao centro em bambu ao qual era amarrada uma rede, sendo aberta de forma triangular), ficavam no lado de fora da rede, para ajudarem a segurar as bóias da mesma em cortiça. A entrada para na pequena embarcação servia para amparar as tainhas que saltavam para fora da rede, caindo essas de novo dentro da mesma ou dentro da embarcação.

- O pescado tradicional

Para além de peixe, de onde se destacavam a tainha, os pescadores da praia costumavam caçar polvo e coletar marisco junto ao costão rochoso, já em parte oceânica, entre o Morro do Sangava e a Ponta Rasa. Já em relação ao camarão, as espécies mais procuradas pela comunidade local eram e ainda são o Sete Barbas e o Branco.

Esta polivalência de recursos permitia não apenas diversificar a renda familiar como, também, complementar a atividade econômica, uma vez que nem todas as épocas do ano era possível a coleta do camarão. Assim, o defeso do camarão (período de reprodução no qual é proibido a coleta) iniciava-se a 1 de Março até 31 de Maio, durante 3 meses. Por outro lado, o defeso do

caranguejo ocorre entre Novembro e Janeiro, e o do marisco de Setembro a Novembro. Dessa forma permite-se uma pesca rotativa.

Atualmente os pescadores registrados como pescadores profissionais na colônia (tipo de sindicato da categoria) recebem indenização do Governo para não pescar o camarão. Porém, apenas recebem essa ajuda de custo quem tem uma carteira de pescador profissional que o habilita como tal. De acordo com a comunidade, é fácil obter a licença, porém, um dos requisitos é não poder trabalhar registrado noutra forma de trabalho.

O camarão está cada vez mais longe dos locais tradicionais de coleta do mesmo. Nas áreas onde ainda abunda, apenas chegam aqueles pescadores que têm barcos maiores e pescam de forma quase industrial. Os pescadores artesanais não só não conseguem competir, como vêem os seus locais de pesca tradicionais, sem ictiofauna.

O polvo está numa situação pior. De acordo com um pescador, há cerca de 6 anos atrás ainda havia bastante. Entre a Ponta do Sangava a ilha dos Palmas pescava-se 50 a 60 kg num dia. Hoje, da Ponta do Sangava até a Ponta Grossa conseguem-se 4 a 5 kg no máximo. Os pescadores atribuem a culpa aos barcos maiores, denominados como “Sardinheiros”, os quais largam 5000 a 10000 potes ao largo não permitindo a passagem do polvo e a desova junto ao costão (costeira), de forma a renovar a espécie.

Com a tainha aconteceu algo semelhante, pois os cardumes são capturados em grande número no Sul e quando chegam à área da Baixada Santista, surgem em número muito reduzido. A Corvina e a Pescada, dois peixes outrora comuns, começaram também a escassear, a par do Robalo.

Outro tipo de molusco comum há cerca de 40 anos atrás na região, e que desapareceu por completo do local, foi o Berbigão e a Ostra.

Hoje em dia, os vários interlocutores da comunidade local são unânimes ao afirmar que devido ao aumento da poluição local já quase não existem mais e os cardumes de peixe são menos de metade do que era comum existir.

Prancha 16 – Embarcações



Aspecto geral de uma "Chatinha" tradicional da Praia do Góes, durante o período de manutenção da mesma.

Trabalhos de manutenção (calafetagem) de uma "Chatinha" tradicional da Praia do Góes.



Rede de pesca em juta estendida sobre o Jundu (mato rasteiro) e estacaria que existia ao centro da Praia do Góes (foto da década de 60 do século XX).

Exemplar muito degradado de canoa monóxila como as que eram utilizadas pela comunidade caiçara da Praia do Góes, até há cerca de 40 anos atrás. Este exemplar encontra-se na Colônia de Pescadores junto ao Forte de Itapema (Guarujá, SP).



Ficha de Patrimônio Imaterial

Projeto	Dragagem de Aprofundamento do Canal de Navegação, Bacias de Evolução e Berços de Atracação do Porto Organizado de Santos / SP		
Nome do Entrevistado	Marcos Morais Alves / Fábio Wemdel	Idade	40
Especialização	Pescadores / Carregadores		
Investigador	Pedro Narciso / Eduardo Staudt		

Localização			
Estado	São Paulo	Segmento	4
Município / Local	Guarujá / Praia do Góes		
Coordenada UTM Datum SA69	23K 0366299 / 7345316		

Elementos Patrimoniais Detectados								
GPS	Item Patrimonial	Elementos patrimoniais ⁵						Inédito
		AT	AS	PHE	PHM	PI	PPC	
-	Chatinhas				X			?
23K 0366465 7345365	Fortim da Praia do Góes	X		X				Não
Frente ao Aquário de Santos	"Galeão" antigo		X					?
Canal do Porto	Vapor Verny ou Verney		X					?

Entrevista
<p>Durante os trabalhos de campo foram entrevistados alguns elementos da comunidade de pescadores da Praia do Góes, pela equipe de arqueologia de forma a questionar-se sobre o seu conhecimento acerca de vestígios arqueológicos e outros elementos patrimoniais na região.</p> <p>O seu depoimento foi filmado em vídeo.</p>

⁵ AT (Arqueológico Terrestre), AS (Arqueológico Subaquático), PHE (Patrimônio Histórico Edificado), PHM (Patrimônio Histórico Móvel), PI (Patrimônio Imaterial) e PPC (Patrimônio Paisagístico Cultural).

- O patrimônio edificado da Praia do Góes

Cercada por morros cobertos pela Mata Atlântica, com 250 metros de extensão, era habitada antigamente por pescadores, mas atualmente somente por moradores que usam o local como dormitório e trabalham em Santos ou Guarujá. Fica localizada na Baixada Santista, que se destaca por ser a mais urbanizada das sub-unidades do litoral paulista.

Quem visita o Góis surpreende-se com a persistência de certos traços em sua paisagem, perfeitamente distintos das áreas adjacentes, aos quais se misturam outros, típicos de periferia urbana. Através de visitação e levantamento fotográfico, percebe-se a manutenção das chácaras de moradores, com suas residências originais, com apenas algumas modificações e adaptações. Atualmente a arquitetura do local consiste em residências em semi-palafitas, feitas de madeira, em terreno conjunto, características originais de sua ocupação no início do século XX, mas com algumas atualmente isoladas em lotes, possuindo também casas novas de alvenaria de blocos, que substituíram as antigas, por falta de manutenção ou pelo simples fato do crescimento e ocupação de áreas menos valorizadas. Essa dualidade, que denota o esforço de uma adaptação e que se faz necessária para a própria sobrevivência do Góes, pode ser explicada, não só por uma série de fatores de ordem cultural, como, também, por outros, decorrentes das condições geográficas do sítio e da posição vantajosa que esse núcleo ocupa em relação a Santos.

Dentre as tipologias usadas na época, uma das principais eram as construções de madeira, elevadas do solo do tipo semi-palafita, que eram feitas sobre uma base de pedra encimadas a uma fundação mais profunda também de pedra. Esse tipo de construção era muito usado na época das ocupações destas áreas, suas fundações, feitas de alvenaria de pedra irregular com argamassa de barro e de cal eram executadas em formas de madeira que excediam alguns centímetros acima do solo preparado. Logo acima das fundações de pedra erguiam-se então as bases de apoio, feitas em pedra ou tijolos de barro e que serviam de sustentação para o madeiramento principal das casas.

Neste madeiramento principal eram fixadas todas as outras madeiras da estrutura secundária, e também as vedações e o piso. Junto às bases, sobem os pilares de madeira que dão sustentação ao telhado, geralmente de duas águas. Seguem-se as terças, caibros e ripas, e telha francesa ou de fibrocimento (não originais).

As vedações, sendo paredes externas, eram feitas de madeira tipo macho/fêmea, onde uma tabua de madeira se encaixa na outra ou então com o mesmo princípio onde, ao invés de encaixe, seguia-se com uma ripa menor pregada entre as duas maiores que dava a fixação e vedação necessárias (mata junta). Com o passar do tempo, essas madeiras de vedação iam apodrecendo e sendo substituídas por outras, principalmente nas áreas molhadas, que compreendem a cozinha e o banheiro. Como a substituição nessas áreas era muito comum, devido ao contato constante com a umidade, muitas das casas substituíram a vedação de madeira por alvenaria de blocos.

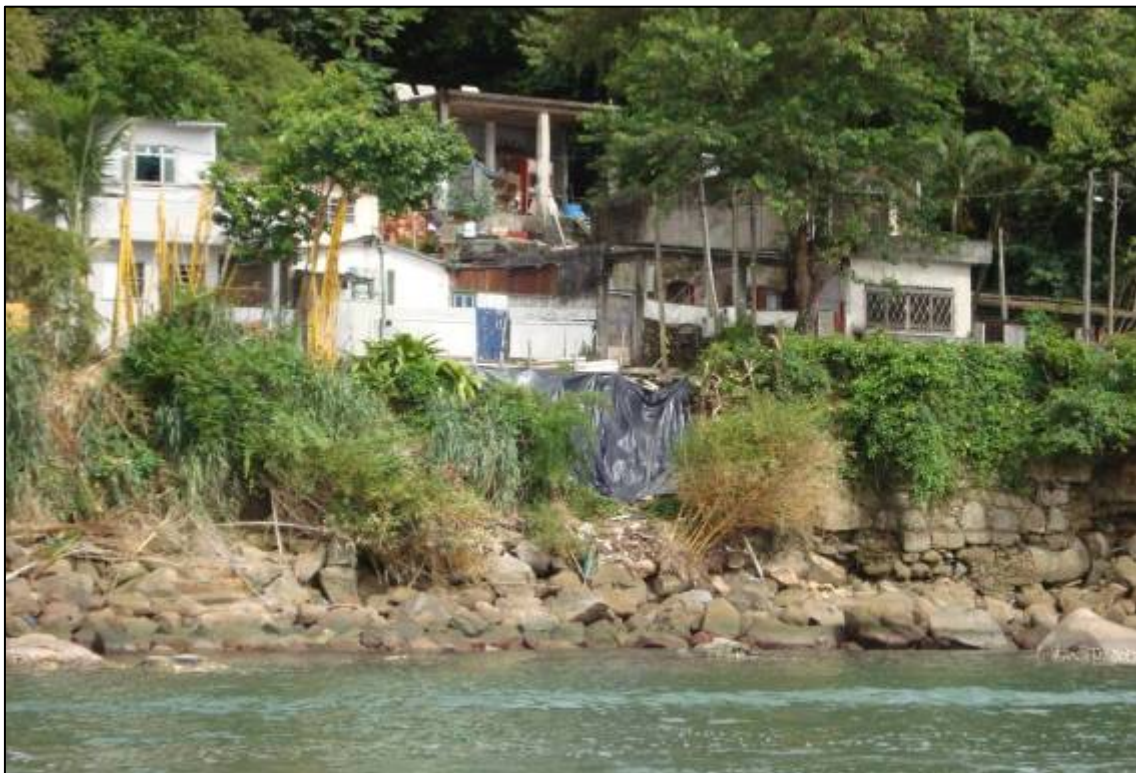
Com o passar dos tempos, a infraestrutura urbana começa a aparecer e acaba a necessidade de se elevar as casas do solo, os terrenos são agora todos aterrados e a água que antes invadia os quintais das casas já não chega mais.

Desta maneira as casas agora têm fundações feitas de concreto armado, com baldrames e colunas também de concreto e vedações externas e internas de tijolos de barro ou tijolos de concreto. As coberturas continuam sendo construídas praticamente da mesma maneira, com madeiramento e telhas de barro, a não ser aquelas, que agora possuem mais de um pavimento, onde se tem o uso de lajes pré-moldadas. O surgimento de novas tecnologias fez com que as pessoas que moravam à beira do canal, estradas, linhas de trem ou córregos, se mudassem para mais próximo aos centros urbanos, deixando as áreas menos favorecidas. As áreas marginais tornam-se então periferias, onde os menos favorecidos se locam e usam da mesma tecnologia de antigamente, mas agora por falta de condições, pois a tecnologia trouxe benefícios, mas trouxe custos mais elevados também.

Prancha 17 - Aspectos gerais, Praia de Góes



Vista da chegada à Praia do Góes.



Pós ocupação, desordenada, da costeira rochosa.

Praia do Góes
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 01
	Endereço	Praia do Góes
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 366245,51 / 7345240

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos					
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Lateral
Técnica Construtiva		Pedra, madeira e tijolo de barro			

Revestimento: Argamassa de areia e cal.

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Amarela	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista geral.

Praia do Góes
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 02
	Endereço	Praia do Góes
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 366247,65 / 7345203

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Pedra, madeira e tijolo de barro				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Azul

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4		
Telha	Francesa		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Frontal.

Praia do Góes
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 03
	Endereço	Praia do Góes
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 366248,25 / 7345257

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos					
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Posterior	Jardim	Frontal / Lateral
Técnica Construtiva		Pedra, madeira e tijolo de barro			

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Látex / Verde

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos	Batentes	

Cobertura:

Nº. de águas	5	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista geral.

Praia do Góes
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 04
	Endereço	Praia do Góes
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 366302,91 / 7345200

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Lateral	Jardim	Central
Técnica Construtiva	Pedra, madeira e tijolo de barro				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
a	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Marrom	Caixilhos	Batentes	

Cobertura:

Nº. de águas	4 e 2	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista da casa principal.



Vista do quintal central com construção anexa.



Detalhe da ampliação (área molhada).

Praia do Góes
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Imóvel: Capela das Areias
	Endereço	Praia do Góes
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 366165,32 / 7345323

Período Estimado das Construções: Século XX – Segunda Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada		Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Pedra e tijolo de barro				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Cal Branco

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas			Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Praia do Góes Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 05
	Endereço	Praia do Góes
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 366310,62 / 7345264

Período Estimado das Construções: Século XX – Segunda Metade

Tipologia de Ocupação: Sobrado

Número de Pavimentos	2				
Recuos		Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Frontal
Técnica Construtiva	Tijolo Baiano, tijolo de concreto				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos: Cinza

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Marrom	Caixilhos	Batentes	

Cobertura: Laje pré fabricada

Nº. de águas		
Telha		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



A comunidade de Santa Cruz dos Navegantes

A população desta enseada, localizada junto à Ponta do Forte, na área Ocidental da Ilha de Santo Amaro, município do Guarujá, chega hoje a vários milhares de pessoas. Apesar de se encontrar ao lado da comunidade da Praia do Góes, separadas unicamente por um morro, esta comunidade encontra-se um diversa da comunidade original, que se manteve até há 40 anos, quando a comunidade vivia isolada. Viviam no local cerca de 10 famílias e todas tinham como forma de sustento a pesca artesanal. Existiam por volta de 30 pescadores. Atualmente existem cerca de 400 pescadores artesanais, ou mais um pouco até (**Prancha 18**).

A presença de estrada, o espaço disponível e o local privilegiado e abrigado, logo após o início do Canal do Porto, contribuíram para a vinda de um grande número de famílias exógenas que procuravam trabalho na Baixada Santista na década de 70, 80 e 90, essencialmente.

- O espaço físico

A comunidade encontra-se delimitada pelo Morro e Ponta do Forte a Oeste, o Canal do Porto a Norte, o rio Icanhema a Leste e o rio da Missa a Sul. De acordo com as informações recolhidas, a praia de Santa Cruz dos Navegantes, designada como Praia da Pouca Farinha, tinha águas cristalinas até os anos 70 do século XX, sendo comum as pessoas atravessarem a nado dali para Santos e vice-versa. Alguns moradores mais antigos recordam-se de ver botos nadando no Canal do Porto.

Vários entrevistados afirmaram que o areal da praia da Pouca Farinha estendia-se até cerca de 400 m à frente do atual nos anos 70 do século XX. A areia era abundante, fina e branca. No local onde os barcos hoje atracam existiam casas de pescadores palafíticas em madeira, sendo o canal muito mais estreito.

- A história local

Os mais velhos comentam que até 1953 não existia água potável na comunidade, tendo chegado somente em 1953 com a construção do chafariz público, onde os populares tomavam até banho. Até então as famílias iam buscar a água no morro mais próximo, onde havia uma nascente, carregando a água em vasilhas na cabeça.

A escola da comunidade funcionava no Forte da Barra. A professora, Dona. Josefina, era transportada num barco a remos vinda de Santos e a escola manteve-se ali até a década de 1960.

Na comunidade existia o Sr. Barnabé, proprietário de algumas embarcações que utilizava para atravessar pessoas e não cobrava nada. Este senhor foi tão importante que a praça principal se chamava Praça Barnabé, e não Praça do Mercado, como é hoje conhecida. A catraia para fazer a travessia foi implantada na década de 70 do século XX.

Até finais dos anos de 1970 toda a comunidade se conhecia. Porém, na década de 1980 começaram a chegar muitas famílias do Nordeste para trabalhar nas indústrias locais e na construção civil, instalando-se de forma desordenada, de acordo com os entrevistados.

O símbolo da comunidade é o Chafariz, mandado edificar em 1953 por Dona Noquinha e por Modesto Roma, que foi Presidente do Santos Futebol Clube. A água que o abastecia vinha da Nobara. O chafariz foi recuperado em 2006, mas hoje o seu espaço encontra-se degradado e vandalizado, requerendo ações de conservação urgentes.

- O ofício da pesca artesanal e as embarcações

A profissão era e ainda é hoje passada de pai para filho, sendo comum os mesmos começarem a trabalhar aos 9 anos de idade, ajudando no sustento familiar. A rotina diária compreende sair de madrugada para o mar, por vezes às 2 ou 3 horas da manhã, ficando até às 18:00 em alguns dias, sem vir a terra nesse período. Quando a pesca está fraca, voltam mais cedo para casa.

Os barcos artesanais, denominados botes, podem ter até 9,80 m de comprimento. Normalmente dispõem apenas de um toldo (*torda*) em madeira para proteger do sol. Estes são utilizados em alto mar.

São feitos inteiramente em madeira e são construídos na comunidade, por vezes pelos próprios pescadores. Segundo informações, um homem sozinho leva cerca de 8 meses para construir um bote. Além dos botes também existem as chatinhas, utilizadas para capturar mexilhão na costeira da rocha durante o defeso do camarão. Um tipo de barco que já não existe mais na comunidade é o de fundo redondo, utilizado para apanhar peixe.

As canoas monóxilas eram utilizadas na costeira, área natural do costão rochoso entre a Ponta do Sangava e a Ponta Grossa, sendo que também já não existem mais.

- As técnicas artesanais de pesca

A pesca à linha é bastante utilizada na comunidade para a pesca da Garopa. O processo de pesca do camarão, no bote, é feito da seguinte forma:

1. Abre os *Trongones* (ferros laterais) que permitem sustentar os *aparelhos* (redes), um de cada lado, amarrados pelos cabos;
2. Passar sobre os locais do camarão com o bote;
3. Recolher a rede, com ajuda do guincho ou manualmente.

. Este tipo de técnica artesanal apenas permite saber a quantidade do pescado quando iça as redes. Utiliza-se o *Trainete*, que é um tipo de sonda manual (um ferro) docoloca no aparelho para ter uma idéia aproximada da carga capturada. Assim, quando se puxa o trainete e ele vem com 7 a 10 caroços de camarão, sabe-se que a rede está com 5 a 6 kg de camarão.

Outra técnica que se utilizava era a pesca de arrasto, feita com 2 barcos artesanais puxando o *Aparelho* (rede de arrasto), a qual já não se utiliza.

Na pesca de cerco, também inexistente hoje em dia, eram utilizadas as canoas monóxilas para puxar a rede. Numa das canoas iam 3 homens e, na outra, apenas 2. O cerco era armado na costeira entre as pedras, ficando preso por cabos às rochas.

- As áreas de pesca

O conhecimento das melhores áreas de pesca passa de pai para filho e também pela experiência ganha durante o ofício.

Segundo os moradores, as áreas melhores são na Barra, desde o Forte de Itaipu até ao Farol da Moela.

- O pescado tradicional

Os principais pescados da comunidade são: o Camarão 7 Barbas (típico de água salgada), a Corvina e a Pescada. O caranguejo é mais coletado no mangue e pelas comunidades de Ilha Diana e Monte Cabrão, havendo poucos que se dedicam a esse ofício em Santa Cruz dos Navegantes.

Há algumas décadas atrás o peixe era tanto que, por vezes, tinham que abrir o cerco para soltar uma parte, de acordo com os entrevistados. Não existia tanta demanda por peixe e não havia gelo para conservar o mesmo.

Antigamente existia um Entrepasto, em Santos, localizado entre a balsa de automóveis e a ponte dos práticos, onde todos os pescadores podiam levar o seu peixe e vender diretamente ao público. Existiam no local trapiches de madeira para as embarcações acederem, mas hoje o local foi aterrado e os pescadores vendem aos intermediários, não dispondo mais de bancas de venda próprias.

Num bom dia de pesca um pescador artesanal consegue 40 a 50 kg de camarão, porém o normal é fazer 30 a 35 kg.

Prancha 18 – Comunidade Santa Cruz dos Navegantes



Entrevista ao Sr. Orlando Coelho da Silva, morador local com 82 anos.

Botes de pesca artesanal. Entrevista ao Sr. Brás Roberto dos Santos (Neca), pescador artesanal, proprietário e construtor do bote.



Única casa de tipologia caiçara identificada em Santa Cruz dos Navegantes, encontrando-se em mau estado de conservação.

Chafariz ofertado à comunidade por Dona Noquinha, em 1953.



- O patrimônio edificado de Santa Cruz dos Navegantes

Conhecida também como Praia da Pouca Farinha, a praia possui 750 metros de extensão e fica a sudoeste da Ilha de Santo Amaro. O acesso é feito pela estrada Santa Cruz dos Navegantes, em Guarujá, ou por barcos que partem da Ponte dos Práticos, em Santos.

O núcleo é uma ocupação iniciada em torno do forte de Santo Amaro, construído ao lado em 1584 pelos espanhóis para defender a costa de piratas, cedido ao Circulo Militar em 1956, e retomado pela União em 1969. Foi ocupado no final dos anos 30 a beira-mar, com casas de concreto e de madeira que ainda hoje cresce com construções clandestinas, com pescadores e pequenas plantações. As edificações originais, sobre palafitas, quase não existem mais, sobrando apenas duas que se encontram no trecho de praia, hoje ocupada quase que completamente por marinas e casas de alvenaria, e algumas que mantêm a característica original, localizadas no mangue.

Restam agora poucos remanescentes do original do início do século XX. Onde se viam casas sobre palafitas hoje se vê o Clube de Regatas Saldanha da Gama, Marinas e Náuticas, casas de alvenaria e piers. As primeiras ocupações da comunidade foram feitas por construções de madeira, elevadas do solo do tipo semi-palafita sobre uma base de pedra encimadas a uma fundação mais profunda também de pedra. Esse tipo de construção era muito usado na época da ocupação desta área. Suas fundações, feitas de alvenaria de pedra irregular com argamassa de barro e cal, eram executadas em formas de madeira que excediam alguns centímetros acima do solo preparado. Logo acima das fundações de pedra erguiam-se então as bases de apoio, feitas em pedra ou tijolos de barro e que serviam de sustentação para o madeiramento principal das casas.

Neste madeiramento principal eram fixadas todas as outras madeiras da estrutura secundária e também as vedações e o piso. Junto às bases sobem os pilares de madeira que dão sustentação ao telhado, geralmente de duas águas. Seguem-se as terças, caibros, ripas e telha francesa ou de fibrocimento (não originais).

As vedações, sendo paredes externas, eram feitas de madeira tipo macho/fêmea, onde uma tábuia de madeira se encaixa na outra ou então, ao invés de encaixe, seguia-se com uma ripa menor pregada entre as duas maiores que dava a fixação e vedação necessárias (mata junta). Com o passar do tempo essas madeiras de vedação iam apodrecendo e sendo substituídas por outras, principalmente nas áreas molhadas, que compreendem a cozinha e o banheiro. Como a substituição nessas áreas era muito comum, muitas das casas substituíram a madeira por alvenaria de blocos.

Além desse tipo de construção existiam também as palafitas que margeavam o canal criado ao fundo da comunidade, chamado Rio da Pouca Saúde, usadas por pescadores devido ao fácil acesso ao canal. Esse tipo consiste em um sistema construtivo leve para regiões alagadiças, cuja estrutura se assenta sobre pilotis de madeira. Tem pouca durabilidade por causa da biodeterioração, o que gera um horizonte de uso útil de 20 a 30 anos.

“A Palafita é uma tipologia vernácula erguida mediante técnicas e materiais tradicionais, madeira, bambu, palha, e outras. No Brasil usam-se as espécies de Maçaranduba (*Manikara sp.*), Ipê (*Tabebuia spp.*), Itaúba (*Mezilaurus itauba*), Castanha Sapucaia (*Lecythis pisonis*), sobre as quais se efetua a montagem da habitação propriamente dita”, Beraldo apud Metello et al, 2005.

Prancha 19 – Aspectos gerais, Praia Santa Cruz dos Navegantes



Praia da Santa Cruz dos Navegantes (Pouca Farinha) vista do canal.



Praia da Santa Cruz dos Navegantes (Pouca Farinha) vista do canal..

Santa Cruz dos Navegantes
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 01
	Endereço	Rua Antonio da Silva Melo
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 367303,07 / 7345533

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira				

Revestimento:

Pintura / Cor predominante: Látex / Azul e Branca

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Azul e Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista geral



*Detalhe da
vedação em
madeira
(mata junta).*

Santa Cruz dos Navegantes
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

Imóvel	Casa 02 (Palafitas)
Endereço	Orla
Município	Santos / Guarujá
Implantação	Urbana
Arquitetura	Urbana / Palafita
Coordenadas	23K 0367363,36 / 7345588

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira				

Revestimento: Inexistente

Pintura / Cor predominante: Inexistente

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

B	Janela	B	Parede
B	Porta	C	Condição Higiênica
B	Fachada	B	Cobertura
B	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	1 e 2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Frontal.



*Vista Posterior
das casas
sobre palafitas.
Tipologia Solta.*

Santa Cruz dos Navegantes
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 03
	Endereço	Rua Benedito Garcia de Moura
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana / Pós Moderna
	Coordenadas	23K 0367363,41 / 7345440

Período Estimado das Construções: Século XXI – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Assobradada

Número de Pavimentos	3				
Recuos	Miolo de quadra	Entrada	Frontal	Jardim	
Técnica Construtiva	Tijolo Baiano / Bloco de Concreto				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	PVC / Alumínio		Bandeira	
Janelas	PVC / Alumínio		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura: Platibanda / Laje Pré moldada

Nº. de águas		
Telha		

Presença de Modenatura:

Pérgola / Revestimento em pedra portuguesa			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista frontal, detalhe de nova tipologia.



Detalhe pérgola e revestimento em pedra.

A comunidade de Conceiçãozinha

A população desta área, hoje encaixada entre grandes indústrias locais e um extenso terminal e containers, está localizada na margem do Canal do Porto, na área Noroeste da Ilha de Santo Amaro, município do Guarujá (**Prancha 20**).

Hoje a comunidade tem cerca de 6 mil pessoas e encontra-se diversa da comunidade original que se manteve até cerca de 1973, quando existiam cerca de 50 famílias somente, todas elas dedicadas à pesca artesanal. Atualmente não existem mais pescadores artesanais que vivam da pesca de forma integral. Todos têm um trabalho paralelo ou fazem serviços diversos alternativos, mantendo, porém, o rendimento das suas atividades de pesca, que continua a ser o maior.

A presença de estrada, o amplo espaço disponível e a instalação de diversas indústrias na sua envolvente e um novo terminal portuário contribuíram para a vinda de um grande número de famílias exógenas que procuravam trabalho na Baixada Santista na década de 70, 80 e 90, essencialmente.

- A história local

O local onde fica hoje a Conceiçãozinha teria pertencido a uma fazenda Jesuítica construída nessa área. Os moradores mais antigos recordam que, quando eram crianças, chegava a Santos um barco por semana apenas. Há cerca de 50 anos atrás, a Igreja local era iluminada a lampião a gás, sendo que a eletricidade chegou há cerca de 20 anos atrás.

Durante os anos 80 e 90 houve um projeto denominado como “Rondon”, que teve o intuito de estudar as comunidades caiçaras, sendo um dos membros da equipe a Baronesa Stervinsk. Outro elemento, embora não da equipe foi Edimeia Ladivigue, que ajudou a comunidade no reconhecimento da sua identidade e na luta pelas causas sociais.

- A Associação local de pescadores e a de moradores

A União de Pescadores do Sítio Conceiçãozinha (UNIPESC) conta atualmente com 20 membros e desenvolve vários projetos na comunidade de apoio à pesca artesanal sustentável e meio-ambiente. A UNIPESC foi fundada em 1977, mas somente viria a ser aprovada depois de 1984. Um de seus projetos é o “Mangue Limpo”, consistindo em ações de limpeza do mangue local. Além desse projeto a associação tem um viveiro de árvores nativas para plantar no mangue e região.

Há algum tempo atrás a Associação de Moradores e a UNIPESC defenderam a Lei Municipal que afirma que as comunidades caiçaras têm que viver no seu local de origem.

- As redes de pesca

Na comunidade, a rede mais utilizada é a “rede de emalhe” ou “rede de espera”, como é conhecida popularmente. É constituída por uma malha de 7 mm, sendo que o peixe enrosca nela, daí o nome. Até há algumas décadas atrás os pescadores utilizavam as redes de cordoné, tradicionais da cultura caiçara, feitas com fibras de coco, lã ou algodão.

Uma das grandes vantagens é que essa rede era biodegradável, decompondo-se em 3 ou 4 meses depois da sua perda. Também não prende tartarugas ou siris. Já a industrial, feita de nylon (polietileno), dura cerca de 50 anos debaixo de água sem se decompor, continuando a prender e a matar peixes, bem como outro tipo de fauna (ex.: tartarugas). Estas redes industriais começaram a surgir na década de 70 do século XX e conquistaram inicialmente os pescadores artesanais, já que era mais barata, mais resistente e mais rentável.

A UNIPESC tem um projeto para a produção de redes artesanais em cordoné.

- As técnicas artesanais de pesca

Uma técnica de pesca artesanal que era muito utilizada era a do *Trimbobó*, sendo que os pais dos moradores mais velhos ainda pescavam dessa forma. Esta técnica, de pesca noturna, consistia em levar uma vara na popa e outra na proa da canoa monóxila com a rede amarrada e esticada entre elas, fazendo uma espécie de saco. Com um *pifó* (bambu escavado por dentro) enchiam-no de estopa e querosene e produziam um archote que amarravam na proa da embarcação. Um conjunto de pessoas ia batendo no varejão das margens, com paus e latas, assustando os peixes que, à noite, ficam nessa área párea se alimentar. Com o barulho fugiam assustados e, ao pularem, encadeados pelo archote, caíam na rede esticada. Hoje em dia ninguém utiliza mais esta técnica. De acordo um depoimento, essa era uma técnica indígena, embora os índios usassem esteiras entrançadas, pois não tinham rede. Já os caiçaras era com rede.

- A cultura imaterial da Conceiçãozinha

De acordo com os entrevistados, o vinho de genipapo era tradicional na comunidade local. Existiam várias árvores de genipapo, mas em 1969 e 1970 foram sendo cortados. Na sua versão mais antiga e tradicional, produzia-se o licor e a graspa a partir do fruto, o qual fermentava dentro de tinhas de madeira que traziam azeite e vinho da Europa e ficavam sem utilidade no Porto de Santos. Os frutos fermentavam com o bagaço da cana de açúcar.

Graças à perseverança de um morador local, a tradição ainda não se perdeu. Pouco depois da sua chegada à comunidade, foi motivado pelos mais velhos. Assim sendo, o Sr. Manuel Pimentel recriou o licor, adicionando açúcar e canela. O licor que produz chega a ter 20 a 22% de álcool e nunca o fez para fins comerciais. Todo o ano produz, mas somente para consumo familiar e para dar a algum amigo. O licor é elaborado entre os meses de abril de junho.

A forma de preparo começa por tirar a casca da fruta, colocada sobre uma peneira com um peso em cima para esmagando devagar. Nesta versão não é adicionada a cana ou garapa, mantendo somente o genipapo. Por ser um fruto muito ácido e com muito álcool, é bom para produzir licor.

Além do licor, existe também na comunidade existe uma pessoa que produz balaios de forma artesanal.

Outro elemento de Cultura Imaterial da comunidade é Festa da Bandeira, em junho, quando uma bandeira partia da Conceiçãozinha para as Neves e era levada para Canhambora, próximo ao início do Canal de Bertioga. Ano após ano, a bandeira era levada de local para local.

Finalmente a comunidade da Conceiçãozinha é rica em “causos”, tendo sido recolhidos três deles, abaixo mencionados, talvez os mais famosos entre os caiçara.

O caso do tesouro e das chagas

Conta a comunidade que aparecia uma luz no barranco sobre a gruta-capela do tempo dos Jesuítas, e a explicação popular era de que a luz representava o sofrimento dos escravos e índios, bem como as lutas que tiveram com os portugueses e jesuítas. O avô de um dos entrevistados, junto com um grupo de sitiante da Conceiçãozinha foram, há cerca de 100 anos, munidos de armas e crucifixos até ao local e cavaram o solo. Nele teria surgido uma cruz num caixote com moedas e correntes de prata e ouro. Quando regressaram e comunicaram o fato a padres, esses informaram que as riquezas eram dos portugueses já falecidos, argumentando que quem nelas tocasse seria castigado por pragas e chagas. Esses missionários ficaram com o tesouro e levaram o mesmo para as Neves, onde viviam nessa época. Pouco tempo depois, surgiu na comunidade uma gripe que matou muitas pessoas da Conceiçãozinha, possivelmente um surto da Gripe Espanhola de 1918 e 1919.

O caso dos botos

Conta a comunidade que, durante as na Conceiçãozinha, já de madrugada surgia uma menina ou uma mulher muito bonita e que, algumas horas depois, um dos homens da comunidade desaparecia. De acordo com os mais velhos,

essa mulher era um Boto fêmea encarnado em mulher. Por vezes, era um homem bonito que buscava uma menina que não engravidava, sendo um Boto macho. Quando surgiam botos brancos pequenos na praia, as pessoas diziam que eram os filhos destes casais. Segundo a comunidade, as embarcações eram acompanhadas pelos botos na Festa da Bandeira durante o dia e, à noite, apareciam na festa encarnados como pessoas. A tradição oral conta que quando o boto não acompanhava os barcos era porque alguém da comunidade desaparecia e, 2 a 3 dias depois, essa pessoa aparecia por vezes morta.

O caso da Caipora

Os antigos diziam que a caipora é um animal do mato, um ser que protege os outros animais selvagens e que teria os pés ao contrário, para enganar os caçadores, deixando a sua trilha invertida. Os pés desse ser eram de ser humano, mas só vivia no escuro. Segundo a tradição popular, a Caipora à noite transformava-se numa caninana gigante, colocando o rabo na boca do bezerro e a boca chupando o leite das tetas da vaca. Ela levava a vaca para o mato e os bezerros ficavam fracos e acabavam por morrer. Segundo os populares, a Caipora gostava de fumo de rolo e, se lhe dessem isso, ela não vinha mais. A comunidade informou que o Sr. Juca, antigo sitiante de Conceiçãozinha, entre 1960 e 1965 ouviu barulho entre as panelas do seu fogão à lenha, vendo a Caipora nele tentando pegar o fumo. Com raiva, o Sr. Juca teria passado fumo nas lingüiças e enganou a Caipora que as levou, pensando ser fumo de rolo. A partir daí a Caipora atormentou o Sr. Juca durante anos e, para se livrar dela, ele prometeu colocar fumo no mato para a Caipora fumar. Assim encontrou o sossego. Contam os populares também que, por vezes, a Caipora anda junta com o Saci.

Prancha 20 - Comunidade da Conceiçãozinha



Entrevista do Sr. Newton Gonçalves, de 61 anos (aposentado) e do Sr. Ranulfo Filho, de 45 anos (pescador artesanal).

Entrevista do Sr. Manuel António Pimentel (barbeiro), de 72 anos.



Rede artesanal feita em cordoné (fibras naturais de coco, lã ou algodão), tradicional das populações caiçaras.

Licor feito com fruta de genipapo, de tradição local. Feito artesanalmente pelo Sr. Manuel António Pimentel.



- O patrimônio edificado da Conceiçãozinha

Situado entre as empresas portuárias Cutrale e Cargill, e com mais de 80 anos de existência, a comunidade de Conceiçãozinha é formada por pescadores artesanais, plantadores de banana e moradores do distrito de Vicente de Carvalho. As primeiras ocupações do Sítio Conceiçãozinha foram feitas por construções de madeira, elevadas do solo do tipo semi-palafita, sobre uma base de pedra encimada a uma fundação mais profunda, também de pedra. Esse tipo de construção era muito usado na época da ocupação desta área. Da mesma maneira como observado em outras comunidades trabalhadas, suas fundações são feitas de alvenaria de pedra irregular com argamassa de barro e cal, eram executadas em formas de madeira que excediam alguns centímetros acima do solo preparado. Logo acima das fundações de pedra erguiam-se então as bases de apoio, feitas em pedra ou tijolos de barro e que serviam de sustentação para o madeiramento principal das casas.

As demais características das construções seguem as descrições feitas anteriormente.

Nas instalações hidráulicas e para suporte de cargas de caixa d'água, principalmente módulos para sanitários, em alguns casos há paredes de alvenaria de tijolos, e em outros faz-se o uso de tubulações aparentes, fixadas por prisioneiros na própria madeira.

As aberturas de portas e janelas são rústicas, de material de demolição ou modelos comerciais de madeira. A cobertura utilizada nas unidades é composta de telhado com 1 ou 2 águas utilizando telha leve em fibrocimento, plástica, metálica ou semelhante.

Sítio Conceiçãozinha
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 01
	Endereço	Sítio Conceiçãozinha
	Município	Santos / Vicente de Carvalho
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 369380,79 / 7347784

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Tijolo de barro e madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base.

Pintura / Cor predominante: Látex / Azul

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

B	Janela	A	Parede
B	Porta	A	Condição Higiênica
B	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista frontal.



Detalhe entrada, base de concreto.

Sítio Conceiçãozinha
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 02
	Endereço	Sítio Conceiçãozinha
	Município	Santos / Vicente de Carvalho
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 369445,97 / 7348057

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Existente ao redor da edificação
Técnica Construtiva	Pedra, Tijolo de barro e madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base.

Pintura / Cor predominante: Látex / Verde

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	5		
Telha	Francesa / Fibrocimento		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Detalhe da parede de vedação original (mata junta).



Detalhe da cobertura de fibrocimento do anexo criado.

Sítio Conceiçãozinha
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 03
	Endereço	Sítio Conceiçãozinha
	Município	Santos / Vicente de Carvalho
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 369564,35 / 7347799

Período Estimado das Construções: Desconhecido

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Palafita				

Revestimento: Inexistente

Pintura / Cor predominante: Sem Pintura

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

B	Janela	B	Parede
B	Porta	C	Condição Higiênica
B	Fachada	B	Cobertura
	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	1 e 2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista do conjunto de palafitas. Unidades soltas.



Vista de entrada lateral. Unidades parcialmente geminadas.



Vista dos fundos das palafitas para o Mangue (Rio da Pouca Saúde). Unidades totalmente geminadas.



Exemplo de ocupação irregular desordenada.

A comunidade de Monte Cabrão

A população desta comunidade, localizada junto ao Monte homônimo sobranceiro ao início do Canal de Bertioga, na área continental e delimitada pelo Monte Cabrão e o Canal de Bertioga, município de Santos, não passa atualmente das 1200 pessoas (**Prancha 21**).

O Monte Cabrão integra a Área Continental de Santos e tem cerca de 800 residentes em uma dimensão de 631,5 mil metros quadrados. A origem do nome faz referência ao monte com topo arredondado, ao redor do qual surgiu o povoado. Uma das primeiras famílias a morar no Monte Cabrão foi a Jensen, descendente do imigrante nórdico Jacob Jensen, que desbravou o lugar entre 1898 e 1900.

Há cerca de 50 anos a comunidade tinha cerca de 10 a 12 famílias e praticamente todas viviam da pesca artesanal. Hoje são cerca de 100 pescadores que vivem somente da pesca no estuário, diminuindo o número de pescadores de ano para ano.

Pela sua localização algo isolada, a comunidade mantém ainda as suas raízes tradicionais, porém, a presença de estrada e o local privilegiado e abrigado, logo após o início do Canal de Bertioga, contribuíram para a vinda de um grande número de famílias que procuravam trabalho na Baixada Santista na década de 70, 80 e 90, essencialmente.

- A história local

Na década de 60 do século XX existia uma linha de transporte de passageiros por barco que fazia a ligação entre Santos (Alfândega) e a Bertioga, através do Canal de Bertioga, servindo as comunidades caiçaras ao longo do canal. Existiam duas grandes lanchas com capacidade para 30 pessoas cada uma. Uma saía de Santos e a outra iniciava na Bertioga, no mesmo horário (07:00, 12:00 e 17:00). Esta linha funcionou até 1971 ou 1972, data em que foi realizada a rodovia Piaçaguera e o transporte começou a ser terrestre.

Prancha 21 – Comunidade de Monte Cabrão



Capela católica da comunidade em honra ao padroeiro São Pedro pescador.



Pequeno estaleiro na comunidade, albergando diversas chatinhas.



. Artesanato local feito em PET, por uma senhora da comunidade

- O pescado tradicional

A pesca varia conforme a época do ano e a temporada: robalo, camarão branco, caranguejo vermelho. Na comunidade, existem cerca de 10 a 12 pessoas do Rio de Janeiro que vivem da coleta de caranguejo no mangue.

- O patrimônio imaterial de Monte Cabrão

Na comunidade existe uma senhora que faz artesanato em garrafas PET. Também existem mulheres que se dedicam ao artesanato de fuxico e ao artesanato com escamas de peixe.

O padroeiro de Monte Cabrão é o São Pedro, padroeiro dos pescadores, sendo realizada a festa no dia 29 de Junho com barracas e bolos, em frente à igreja local. Outra data comemorativa é a de 23 de Julho, data do bairro de Monte Cabrão.

- O patrimônio edificado de Monte Cabrão

O bairro conta com uma escola municipal, uma unidade básica de saúde da Prefeitura, sete estabelecimentos comerciais, uma zona eleitoral e o estaleiro do morador Zé Miranda, onde os barcos dos pescadores são reformados e construídos.

Dona Raquel Mesquita Ferreti, com 71 anos de idade, é a moradora mais antiga. Seus avós foram uns dos primeiros habitantes de Monte Cabrão, chegaram em 1898. Raquel, que seguiu os passos da mãe, Johanne Jensen, acompanha a evolução do lugar nos últimos anos.

Atualmente a população do bairro é formada por pessoas oriundas do nordeste, cuja principal atividade é a pesca e o comércio voltado para a comunidade local.

As edificações de Monte Cabrão seguem as mesmas características das demais comunidades de pescadores anteriormente descritas, observando-se um claro padrão construtivo nesta área do litoral. Exemplares de Monte Cabrão são apresentados nas Fichas de Patrimônio Edificado, que seguem.

Monte Cabrão
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Unidade Básica de Saúde
	Endereço	Monte Cabrão
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural / Semi-palafita
	Coordenadas	23K 0369050,76 / 7354175

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos		1			
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Posterior	Jardim	Existente ao redor da edificação
Técnica Construtiva		Pedra e madeira			

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Branca / Verde

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Verde	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:

Vista Frontal UBS Monte Cabrão, à direita ampliação em alvenaria.



Vista lateral da UBS Monte Cabrão.



Detalhe da sapata de concreto e base da semi-palafita revestida de concreto.



Detalhe do antigo passador externo de fiação.



Detalhe da caixilharia original da edificação.



Detalhe do travamento de folha tipo cabeça.

Monte Cabrão
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 11
	Endereço	Monte Cabrão
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural / Semi-palafita
	Coordenadas	23K 369031,02 / 7354209

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Posterior	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Pedra e madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	B	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
B	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Verde	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2		
Telha	Francesa		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



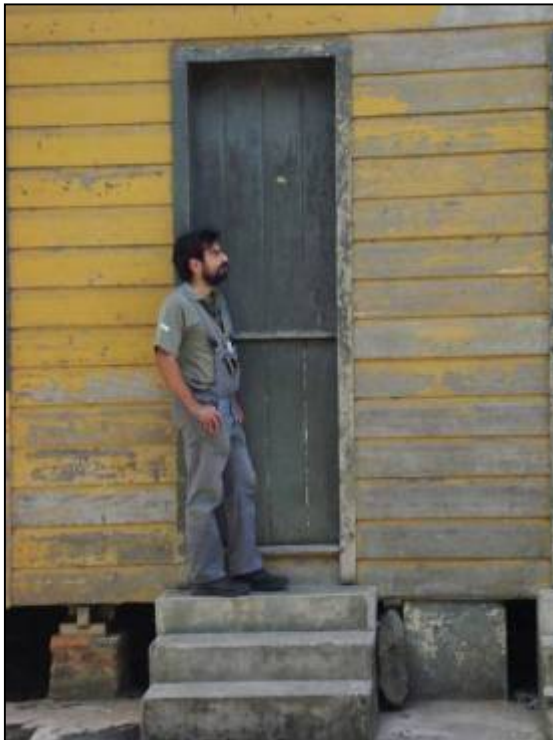
Vista Frontal, entrada dupla, característica de ocupação para duas famílias.



Vista lateral, detalhe de ampliação ao fundo mantendo as características de uso de materiais originais.



Detalhe do trecho de ampliação, com vedação tipo macho x fêmea e mata junta.



Detalhe da porta de entrada tipo Mexicana, com altura acima de 2,50m.



Detalhe da escora do forro de madeira onde antes existia a separação entre as moradias

Monte Cabrão
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 12
	Endereço	Monte Cabrão
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 369058,16 / 7354213

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Posterior	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Pedra e Tijolo de barro				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Cal / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

B	Janela	A	Parede
A	Porta	B	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
B	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira		
Janelas	Madeira		Bandeira		
Cor	Verde	Caixilhos		Batentes	

Cobertura:

Nº. de águas	4		
Telha	Francesa		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Frontal



Vista Lateral, detalhe da caixilharia metálica da cozinha e varanda da área de serviço.



Vista Posterior, detalhe da janela do quarto com entablamento / moldura de argamassa.

Monte Cabrão
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa de Energia
	Endereço	Monte Cabrão
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 368884,87 / 7353914

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1 Pavimento / Mezanino				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Posterior	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Pedra e Tijolo de barro				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Cal / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

B	Janela	A	Parede
A	Porta	B	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Amarela	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	: 2 (1+1)	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:

Vista frontal da casa de energia. Detalhe do fechamento dos óculos, meia parede em pedra e meia parede em tijolos e entablamento nas janelas.



Vista Lateral da casa de energia.



Detalhe da porta de entrada.



Vista interna, detalhe das paredes onde se apoiava o mezanino.



Detalhe da viga metálica (Trilho de trem)



Detalhe parede de pedra.



Detalhe piso de madeira (tacos)

Monte Cabrão
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Capela de São Pedro Pescador
	Endereço	Monte Cabrão
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 369189,75 / 7354005

Período Estimado das Construções: Século XX – Segunda Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos					
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Posterior	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Tijolo Baiano				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Curva

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Marrom	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:

Vista geral da Capela de São Pedro Pescador.

Monte Cabrão
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa do Feitor
	Endereço	Monte Cabrão
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 368845,04 / 7353872

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Posterior	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Tijolo Baiano				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Curva

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Marrom	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Geral (frontal / lateral direita, detalhe arcabouço).



Vista Lateral direita, detalhe do xarabi no trecho de ampliação.



Detalhe do travamento de folha tipo estrela.



Detalhe da porta de entrada com altura acima de 2,50m.

A comunidade de Sítio Cachoeira

A população desta comunidade, localizada na margem direita do Canal de Bertioga na metade jusante e área Norte da Ilha de Santo Amaro, município do Guarujá, chega hoje a 1000 a 1200 pessoas. Hoje, apenas vivem da pesca artesanal de forma integral cerca de 30 pessoas, entre homens e mulheres, número que tem diminuído gradualmente (**Prancha 22**).

Pela distância considerável dos grandes centros urbanos (Guarujá, Santos e Bertioga) e relativo isolamento, esta comunidade mantém ainda parte das suas características caiçara.

A presença de estrada e o local privilegiado e abrigado também contribuíram para a vinda de um grande número de famílias que procuravam trabalho na Baixada Santista na década de 70, 80 e 90, essencialmente.

- O espaço físico

A comunidade encontra-se delimitada pela Serra a Sul e pelo Canal de Bertioga a Norte. A toponímia do local deriva do fato da comunidade se localizar na base de uma pequena serra, a qual apresenta quedas de água na encosta, especialmente quando chove. Há 40 anos era comum observar botos nadando no canal, algo que deixou de ocorrer nos dias de hoje.

- O ofício da pesca artesanal

A profissão era e ainda é hoje passada de pai para filho, sendo comum os mesmos começarem a trabalhar aos 9 anos de idade, iniciando coleta de siri no mangue.

A rotina diária inclui sair de madrugada para o canal, às 4 ou 5 horas, ficando até às 11:00 pescando. Num dia bom, conseguem cerca de 12 a 15 kg de camarão. Nos dias em que está trovoada não saem para pescar, uma vez que é perigoso.

Quando chegam em casa é feito o preparo do camarão que chega da pesca. Ele é colocado em vasilhas com gelo para conservar. São retiradas as cabeças e são colocados novamente nas vasilhas com gelo. Em seguida são levados aos restaurantes para venda.

- As embarcações típicas

O barco mais utilizado entre a comunidade é a chatinha em alumínio ou em madeira. As mais tradicionais, em madeira, utilizavam a chamada “tábua de forrão”, proveniente de uma árvore semelhante ao pinho. Já as mais recentes em madeira utilizam o cedrinho nas laterais e o compensado naval no fundo.

A canoa era bastante utilizada no passado, porém não existe mais há cerca de 20 anos. Para além do transporte de pessoas, a canoa era utilizada na Pesca de Cerco, que não é mais permitida pelo IBAMA.

As canoas tradicionais eram monóxilas e feitas em guapuruvu, árvore com tronco largo. Depois de cortada, era escavado o interior do tronco e escavado com enxó e machado, por um ou dois homens, levando cerca de um mês para a realização de uma embarcação desse tipo.

- As redes caiçaras

Nesta comunidade, os pescadores há muito que não usam as redes tradicionais, sendo comuns as de nylon (polietileno), constituídas por uma malha de 13 mm e uma boca de 13,20 m de largura, que substituíram a rede caiçara.

- As técnicas artesanais de pesca

Uma técnica comum no passado e hoje proibida por cortar bambu dos taquarais, era a pesca de cerco. As canas eram trabalhadas, fazendo-se ripas de bambu. Com a ajuda de arame entrançava-se nas ripas e produzia uma esteira de bambu. A rede ficava por baixo e capturava o peixe.

Hoje em dia, na pesca do camarão usa-se a rede que é lançada à água, arrastada pela corrente da maré. O caranguejo é coletado manualmente, tal como a ostra que costuma ficar agarrada às raízes aéreas do mangue e nas rochas; porém, as maiores ficam no fundo do canal e é preciso mergulhar para retirá-las. Para a sua coleta é utilizada uma faca; no caso das maiores é utilizada uma marreta e talhadeira, sendo que um mergulhador experiente agüenta 40 a 50 segundos, por vezes mais, debaixo da água.

Prancha 22 - Comunidade de Sítio Cachoeira.



Comunidade de pescadores do Sítio Cachoeira, localizada no município do Guarujá, margem direita do Canal de Bertioga.

Chatinhas utilizadas pelos pescadores da comunidade.



Entrevista ao Sr. Aílton Fernandes de 50 anos (pescador artesanal), na casa dele. As redes utilizadas por eles são as industriais de polietileno.

Esposa de Sr. Aílton preparando o Camarão Branco pescado nessa madrugada.



- O pescado tradicional

A mulher trabalha mais no mangue, onde coleta o marisco denominado Bico de Ouro, que é mais limpo que o mexilhão de água salgada. Já o homem faz a coleta da ostra e do caranguejo, pesca peixes de época (taíinha e bagre, em especial) e, durante todo o ano, pesca ainda o robalo e a pescada..

Nesta comunidade o camarão é muito pescado, especificamente o camarão branco que vive nas águas salobras do Canal de Bertiooga. Nasce e vive parte da sua vida no canal, entre janeiro e abril. Quando atinge os 4 meses, sai para o alto mar onde vive até finais de setembro, regressando em outubro para desovar, já em tamanho adulto. Alcança 8 a 10 cm de comprimento, porém, em abril chega a 12 cm.

- O patrimônio imaterial de Sítio Cachoeira

Nesta comunidade ainda é feito, de forma regular, o prato típico dos caiçaras denominado “Azul Marinho”. Este prato é feito com peixe, tipicamente o bagre, mas também pode ser feito com taíinha ou garopa, acrescentando banana nanica. O peixe é cozido previamente em molho. A banana é cozida à parte e quando o peixe está cozido, colocam-se os dois juntos, ficando a marinar por 10 minutos. Pode juntar-se molho de camarão.

Outro prato tradicional é o camarão frito, previamente descascado.

- O patrimônio edificado de Sítio Cachoeira

Pouco resta das edificações iniciais na região. Mesmo os remanescentes do original já não possuem as características da tipologia da época. As casas anteriormente elevadas do solo já não as são mais, apesar da proximidade do canal de Bertiooga. Usa-se atualmente tecnologias modernas e de maior durabilidade, o que caracteriza também uma ocupação posterior aparentemente desordenada, perdendo-se várias características culturais, materiais e edificadas. Apesar disto, os moradores mais antigos ainda pensam em resgatar essa identidade histórica da região. Também aqui os padrões construtivos seguem o apresentado pelas demais comunidades caiçara pesquisadas, e descritas anteriormente. Exemplares edificados do Sítio Cachoeira são apresentados nas páginas que seguem.

Sítio Cachoeira
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casas Conjuntas
	Endereço	Sítio Cachoeira
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 378811,02 / 7355493

Período Estimado das Construções: Século XX – Segunda Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Tijolo de Barro / Bloco de Concreto / Madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Cal / Branca

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	B	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Metálica / Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	1 e 2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:

Característica da ocupação atual.



Detalhe da mescla entre materiais: Tijolo Baiano e madeira com mata junta.

Sítio Cachoeira
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 02
	Endereço	Sítio Cachoeira
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 378812,76 / 7355641

Período Estimado das Construções: Século XX – Segunda Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Tijolo de Barro na base / Fundação de Pedra / Vedação em Bloco de Concreto aparente				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Cal / Branca

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Verde / Azul	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:

Fachada Principal.



Detalhe: Piso de Pedra, vedação em Bloco de Concreto aparente com caiação, antiga base de sustentação, feita de tijolo de barro.

Sítio Cachoeira
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 03
	Endereço	Sítio Cachoeira
	Município	Santos / Guarujá
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 378811,36 / 7355650

Período Estimado das Construções: Século XX – Segunda Metade.

Tipologia de Ocupação: Térrea.

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Verde e Branca

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira		
Janelas	Madeira		Bandeira		
Cor	Verde / Azul	Caixilhos		Batentes	

Cobertura:

Nº. de águas	1 e 2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Fachada Principal.



Vista geral.



Detalhe do trapiche de pedra.

A comunidade de Ilha Diana

A população desta comunidade, localizada na Ilha Diana, município de Santos, tem cerca de 200 pessoas. Algumas pessoas vivem da pesca artesanal de forma integral, entre homens e mulheres, número que tem vindo a diminuir gradualmente, como em outras comunidades (**Prancha 23**). Pelo seu relativo isolamento, uma vez que é acedida unicamente por barco, esta comunidade mantém ainda parte das suas características caiçara.

- O espaço físico

A comunidade encontra-se delimitada pelo rio Diana a oeste e norte, tendo o final do Canal de Bertioga ao sul e a ilha com suas gamboas a leste. Antes da chegada da comunidade caiçara o local era conhecido como Ilha dos Porcos por conta de um rapaz que, na época, criava porcos na beira da maré. Com a criação da comunidade, há quase 70 anos, o local passou a ser designado como Ilha Diana devido ao rio que a contorna.

- A história local

A dona Dina é a última pessoa que pertence aos primeiros moradores da Ilha Diana. Quando fizeram a Base Aérea, tiraram as pessoas do Saco da Embira, tendo as mesmas sido alojadas na Ilha Diana, há pouco mais de 60 anos. No início a Ilha Diana não tinha água, luz elétrica ou escola, tendo tudo isso chegado em setembro de 1983, conforme contam os moradores. Os responsáveis por esse desenvolvimento foram o Coronel Lino, da Base Aérea, e o Sr. Paulo Barbosa, então prefeito de Santos. O telefone veio posteriormente. A comunidade trabalha como uma família e sempre recusaram a entrada de pessoas estranhas que pretendem habitar no local. Assim são comuns os laços de parentesco entre todos. A única exceção é a Dona Irany, uma senhora de Santa Cruz dos Navegantes que todos conhecem e que acabou por viver na Ilha.

- As embarcações tradicionais

No passado, a embarcação local mais comum era a canoa monóxila (canoa de um pau só, popularmente conhecida). Seu processo de fabrico iniciava com

a escolha e o corte de uma árvore de grande porte da Mata Atlântica, num dos morros da Baixada Santista. Uma vez no chão, 5 a 8 pessoas limpavam a madeira e a talhavam no local do derrube, dando-lhe a forma bruta com uso de enxós, goivas e machados. Era retirado ainda nesse local o miolo do tronco, de forma a fazer o poço da canoa. Esse trabalho levava cerca de 1 mês e, após o mesmo, reunia-se um mutirão de pessoas da comunidade para irem buscar a canoa, com madeira ainda verde e pesada. Era transportada sobre rolos de madeira, do local onde se encontrava, no morro, até entrar na água de um rio e, a partir daí, era levada para a Ilha Diana por remos, sendo os acabamentos dados na Ilha. Essas canoas eram espaçosas o suficiente para transportar 5 a 6 homens adultos. As madeiras preferidas para as canoas eram o guapuruvu e o ingá. Todavia a técnica, a manufactura e as próprias canoas quase desapareceram depois da proibição do IBAMA de corte de madeira de lei.

Posteriormente começaram a ser usadas as chatinhas, equipadas com motor de centro (fixo) ou remos, mas sempre feitas em madeira de pinho ou peroba. As chatinhas da Ilha Diana eram de proa e popa. Estas embarcações tinham um tratamento especial do seu casco, sendo necessário passar “tinta envenenada” a cada 5 ou 6 meses. Esse processo levava cerca de 3 ou 4 dias, com a embarcação em terra. Porém, hoje em dia ninguém mais usa essa tinta.

Em alguns barcos o fundo era feito na madeira cedro, que é uma madeira amarga e, assim, a craca não agarrava facilmente. Estas embarcações eram utilizadas para pesca e para o transporte de passageiros.

Hoje em dia a comunidade usa principalmente a lancha ou “voadeira”, como é designada (pequena embarcação em alumínio). Normalmente são equipadas com um motor de popa com 15 CV e, desde há 20 anos, é a embarcação mais utilizada tanto para a pesca como para se deslocar nos canais, rios e gamboas.

As catraias surgiram a partir da década de 80 somente para o transporte de pessoas.

- As redes caiçaras

No passado, as redes eram artesanais feitas de fio grosso, banhadas em tinta feita da casca da aroeira, para preservá-las. Essa tinta era oleosa e

também era utilizada nas tarrafas, endurecendo a malha. As redes artesanais eram designadas de “cordone” e a tarrafa era feita com linha 10.

As redes tradicionais eram feitas de algodão entrançado, que cozinhava em água fervente durante pouco tempo com casca de jacatirão, uma árvore local. O algodão ficava com uma coloração de vinho tinto. A rede era banhada dez vezes, secando por 30 minutos entre cada banho. Essa tinta natural protegia a rede e a fibra de algodão, dando-lhe maior resistência. A tinta saía de semana a semana e, para adquirir novamente a coloração e resistência, eram dados novos banhos à rede.

Os mais antigos ainda sabem fazer redes e tarrafas artesanais. As duas técnicas para confecção de tarrafas artesanais são: a brasileira, com 2 nós, e a italiana, com 1 nó apenas. Esta última é uma técnica mais rápida e fácil. Para realizar uma tarrafa de 13 braças (a maior), eram necessário cerca de 15 dias. Já a tarrafa de 9 braças, também popularmente chamada de “costeira”, levava menos dias para confeccionar.

A rede de polietileno surgiu somente há 30 ou 40 anos, tendo recebido o apelido de “Feiticeira”, pois pega peixe mesmo onde ele não abunda, segundo os pescadores locais. Essas redes industriais levam muito tempo a desaparecer, continuando a matar peixe nos locais onde é abandonada ou perdida.

- As técnicas artesanais de pesca

Há cerca de 60 anos atrás a pesca mais comum no estuário Santista, era a pesca de cerco para taíinha ou robalo, que consistia em deixar um cerco montado nos remansos dos rios e canais em áreas de maré corrente, feito com bambu limpo na mão e rede esticada. De acordo com os mais antigos, um único cerco carregava 2 a 3 barcos de peixe. Uma técnica de pesca bem antiga era a do “trimbobó”, utilizada somente à noite. Era feita de canoa, junto da margem com um pifó (archote feito de cana de bambu) ardendo e iluminando a margem. O peixe saltava da água e batia na rede esticada, caindo dentro da canoa. Hoje em dia, as técnicas mais usadas são a de arrasto, com a rede presa à chatinha, a de tarrafa de fundo, feita no meio do canal, e a com jerivá (rede de arrasto).

- As áreas de pesca

Um dos pontos de pesca mais recente, desde os anos 70, é a foz do Rio Sandi, junto à foz do Rio Diana, sendo comum, até a sua proibição, a pesca de cerco nessa área. Um bom local para a coleta de marisco era também a Praia Areão na Ilha Diana.

As áreas mais usadas pela comunidade para a pesca do Camarão Branco são o Canal de Bertioga e a foz do rio Diana, bem em frente à Ilha.

- O pescado tradicional

O tipo de pescado mais comum no Passado era o robalo, a tainha, o camarão branco e o camarão sete barbas. A tainha mais comum era a *Trarara*, com ovas e de grande dimensão.

Hoje em dia o tipo de pescado mais comum, é o camarão branco, que não tem defesa para os pescadores artesanais. É comum também a coleta de caranguejo vermelho do mangue, cujo defeso é de outubro a dezembro. Durante a safra a comunidade pesca um pouco de robalo. A tainha quase não existe mais e a ostra está extinta nas áreas envolventes ao Canal do Porto.

- O patrimônio imaterial de Sítio Cachoeira

O padroeiro da comunidade da Ilha Diana é o Bom Jesus de Guape, cultuado em capela a ele consagrada, localizada no centro da comunidade. A festa em sua honra acontece todo o dia 6 de agosto.

Entre os pratos tradicionais confeccionados na Ilha Diana encontra-se a Sopa de Camarão e o Azul Marinho. A primeira é realizada com a cabeça do camarão e o corpo descascado. A cabeça é espremida e misturada na sopa para dar o gosto. O segundo é feito de uma forma diferenciada entre os moradores mais velhos da comunidade: utilizam bagres maiores, retiram-se as partes pretas do peixe, coloca-se a marinar em vinagre, alho triturado e sal. Usa-se a banana nanica madura, em vez de verde como na receita tradicional. Corta-se as pontas da banana e coloca-se na travessa. O bagre é cozido primeiro e, no final, a banana é colocada sobre o peixe, com azeite. Por fim, cobre-se com angu de farinha de mandioca. Além desses dois pratos, é comum também a tainha recheada durante a época da safra e o camarão frito.

Os “causos” também abundam na Ilha Diana, salientando-se os seguintes:

Espíritos da Ilha

De acordo com os mais velhos, existe uma senhora de meia idade que se veste de branco, passando por vezes durante o dia entre a casa da dona Dina e da vizinha. Na Praia do Areão também surgiam dois homens que caminhavam no ar, flutuando sem os pés no chão.

O lobisomem do Saco da Embira

No Saco da Embira existia um lobisomem, segundo a tradição popular. Uma antiga moradora contou que, quando ficou com a família na casa de um amigo, uma semana antes de se mudar, viram a criatura. Segundo o seu relato, a mãe ficou num quarto e ela na sala, porque os cômodos eram pequenos. Para se chegar à sala existia uma escada com cerca de 20 m de extensão. Os cachorros latiram para uma criatura peluda, maior do que eles, no terreno em frente à casa. A criatura sentiu-se acuada e recuou para a área da casa, subindo as escadas. O padraço da moradora, com um pequeno mastro de embarcação, bateu na criatura até essa cair das escadas, gritando. Na manhã seguinte observaram o local onde tinha caído aquele ser, observando um cacho de cabelo loiro e fezes humanas. De acordo com as informações, existia no Saco da Embira um rapaz muito pálido, loiro e que não falava com as pessoas. A comunidade em geral dizia que ele era lobisomem.

- O patrimônio edificado da Ilha Diana

A comunidade da Ilha Diana possui um modelo de implantação horizontal tipo “Vila”, com construções em madeira e alvenaria de tijolos de barro. As primeiras ocupações da Ilha Diana foram feitas de madeira, seguindo a característica de casas de palafita anteriormente descritas. Todavia, as edificações existentes na comunidade da Ilha Diana são praticamente todas novas, descaracterizando a tipologia de ocupação inicial, tendo apenas três ou quatro remanescentes das tipologias originais. As páginas que seguem trazem um cadastro deste patrimônio edificado.

Prancha 23 - Comunidade da Ilha Diana



Trapiche de acesso à comunidade de Ilha Diana.

Casa caiçara recuperada de acordo com o traça arquitetônica tradicional.



Entrevista à sra. Antônia Bettencourt de Sousa (Dina), de 93 anos (pescadora aposentada), uma das primeiras moradoras na comunidade de Ilha Diana. Na imagem, a dona Dina segura um retrato do seu falecido esposo.

Dona Dina junto à sua segunda casa na Ilha, onde vive atualmente.



Ilha Diana
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 01
	Endereço	Ilha Diana
	Município	Santos
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 0366855,65/7354540

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Existente ao redor da edificação
Técnica Construtiva	Pedra e madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos: Azul

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura	A	Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira		
Janelas	Madeira		Bandeira		
Cor	Azul	Caixilhos		Batentes	

Cobertura:

Nº. de águas	4		
Telha	Francesa		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

Inexistente

Fotos detalhamento:

Projeto de restauração da EMBRAPORT



Detalhe do piso de madeira da varanda de chegada



Detalhe do forro de madeira da varanda de chegada.



Detalhe da luminária externa da varanda.

Ilha Diana
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 02 – Desocupada
	Endereço	Ilha Diana
	Município	Santos
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 0366845,50 / 7354536

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Pedra e madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base.

Pintura / Cor predominante: Látex / Azul

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

C	Janela	C	Parede
C	Porta	C	Condição Higiênica
C	Fachada	C	Cobertura
C	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Azul	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

Inexistente

Fotos detalhamento:



Fachada Principal.



Vista da frente e lateral.



Detalhe da base de concreto.



Detalhe da base original de tijolo de barro.

Ilha Diana
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 03
	Endereço	Ilha Diana
	Município	Santos
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 0366803,54 / 7354496

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Pedra e madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base.

Pintura / Cor predominante: Sem Pintura

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	B	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

Inexistente

Fotos detalhamento:*Fachada frontal.**Vista geral, entrada lateral, bloco dos fundos em alvenaria de tijolos.**Detalhe da base de concreto.*

Ilha Diana Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 04
	Endereço	Ilha Diana
	Município	Santos
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Rural
	Coordenadas	23K 0366800,71 / 7354487

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Pedra e madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base.

Pintura / Cor predominante: Látex / Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
B	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas.

Esquadrias: Retas.

Portas	Madeira		Bandeira		
Janelas	Madeira		Bandeira		
Cor	Verde	Caixilhos		Batentes	

Cobertura:

Nº. de águas	4		
Telha	Francesa		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

Inexistente

Fotos detalhamento:

Fachada Frontal.



Vista geral, ao fundo anexo em alvenaria de tijolo de barro.



Detalhe da base de tijolo de barro revestida com concreto.

Ilha Diana
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Capela Bom Jesus da Ilha Diana
	Endereço	Ilha Diana
	Município	Santos
	Implantação	Rural
	Arquitetura	Religiosa
	Coordenadas	23K 0366880,94 / 7354567

Período Estimado das Construções: Século XX – Segunda Metade.

Tipologia de Ocupação: Térrea.

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Alvenaria de tijolo de barro e madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal.

Pintura / Cor predominante: Látex / Branca

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas.

Esquadrias: Retas.

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Azul	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2		
Telha	Fibrocimento		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

A capela do Bom Jesus da Ilha Diana foi construída em substituição à sua original, feita em madeira por motivos de manutenção e ampliação da mesma.

Possui hoje um pátio coberto na entrada, com mureta de bloco de tijolo de barro e cobertura de madeira com telha de fibrocimento. O corpo principal da capela possui o mesmo tamanho da original, mas agora com um anexo lateral servindo com sacristia, feitos em tijolo de barro, cobertura de madeira, sem forro e telhas de fibrocimento. A bandeira da porta principal é feita em verga curva de madeira, das janelas laterais a caixilharia é metálica com bandeira curva e do anexo as janelas são de metal e sem bandeira.

Fotos detalhamento:

Fachada Frontal.



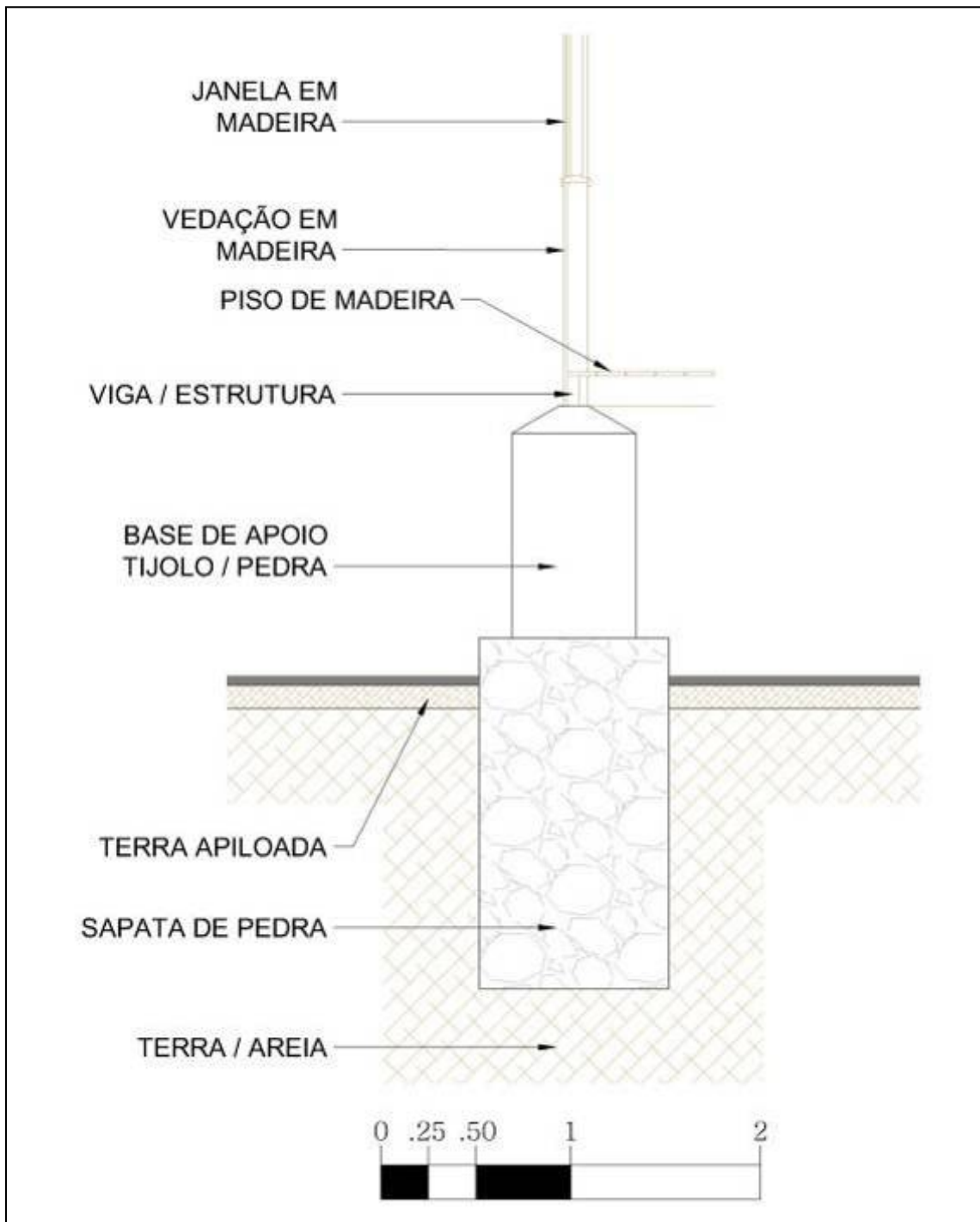
Vista da fachada lateral direita.



Vista da fachada lateral esquerda.



Foto da Capela original.



Detalhe construtivo de edificação de madeira.

A comunidade de Vila dos Pescadores

A população desta comunidade, localizada junto ao rio Casqueiro, município de Cubatão, chega hoje a quase 18 mil habitantes. A comunidade encontra-se delimitada pela ferrovia a leste e sul, pelo mangue a oeste e o Rio Casqueiro, a norte. A proximidade com a rodovia Anchieta (SP 150) e a sua densidade demográfica elevada faz com que a comunidade esteja bastante distinta em relação à comunidade original que se manteve até há 40 anos, quando vivia isolada. Viviam então no local cerca de 8 famílias somente e todas tinham como forma de sustento a pesca artesanal.

Ainda assim a comunidade atual preserva algumas casas mais antigas de tradição caiçara, em particular junto à ferrovia, onde terá começado o núcleo urbano. A presença de estrada e ferrovia, o espaço disponível e o local privilegiados e abrigado, contribuíram para a vinda de um grande número de famílias que procuravam trabalho na Baixada Santista na década de 70, 80 e 90, essencialmente.

- A história local

A comunidade conta hoje com cerca de 50 anos de existência. Contam os mais antigos que o local começou por ser uma propriedade de 2865 m², doada pela Marinha do Brasil para que alguns recém chegados à Baixada pudessem ali morar. Inicialmente vieram apenas 8 famílias, sendo que a Prefeitura e a Ferroviária sempre fiscalizaram o local, evitando novas construções.

Dessa forma as pessoas foram invadindo o espaço, construindo durante a noite e formando um bairro clandestino que se transformou no bairro atual. A comunidade esteve 18 anos sem telefone, água ou luz elétrica e todas as casas eram palafitas.

Desde a sua criação, a comunidade crescido exponencialmente, com maior impulso desde há 20 anos, sendo que nos anos 80 do século XX não tinha 1/3 dos habitantes atuais, conforme dados da comunidade.

Hoje, a maioria das pessoas que ali vivem trabalham na COSIPA e nas indústrias de Cubatão. Porém, quase todos complementam a renda com a atividade da pesca artesanal. Os desempregados vivem somente da pesca.

- A arquitetura tradicional caiçara

Das poucas casas originais caiçaras restam ainda algumas, associadas ao funcionamento da Ferrovia, tendo sido criadas para albergar funcionários. Todas estão alinhadas ou próximas à linha férrea e o seu estado de conservação é bom, embora apresentando diversas alterações arquitetônicas.

- Associação Comunitária da Vila dos Pescadores

Na comunidade existe a associação de moradores denominada Associação Comunitária da Vila dos Pescadores, fundada em 1983.

- As embarcações típicas

O tipo de barco mais utilizado pelos locais é a chatinha, com motor de popa. Nas chatinhas o motor estacionário é o motor de centro (fixo), enquanto que o de popa é o motor móvel. Na comunidade existem as chatas de 2 bicos (2 proas) que são mais rápidas e fáceis de manobrar e têm o fundo côncavo. Além dessas as mais comuns são de proa e popa, a qual é reta no fundo.

Antigamente, segundo os pescadores mais antigos, eram comuns as canoas monóxilas feitas em madeira de peroba ou de gofe de urubu (manguba), que é uma madeira mais macia e mole. Também era utilizada a madeira de canela preta ou embuíá; no fundo da embarcação era usada a madeira de urucurana, mais resistente à craca. Chegavam a carregar até 5 homens adultos. Essas canoas duravam até 30 anos (madeiras mais moles) ou até 100 anos (madeiras melhores), se fossem bem tratadas. Hoje, essas canoas já não se produzem mais, nem utilizam, pois o IBAMA proibiu o abate de árvores da Mata Atlântica e a relação custo/produção também não compensaria. Na comunidade algumas pessoas ainda usam a tinta envenenada 2 a 3 vezes ao ano, para evitar que a craca entre na madeira. Porém apenas nas chatinhas de peroba ou pinho isso acontece porque a madeira é de má qualidade. Já nas embarcações com fundo em ipê ou urucurana ela não entra.

- As redes caiçara

Hoje em dia os pescadores da comunidade utilizam somente as redes industriais. Entre os tipos mais utilizados está a jerivá, que é uma rede em

forma de saco, com 3 a 5 m de boca. Na ponta oposta à boca é amarrada uma chumbada que faz com que a rede arraste no fundo, sendo rebocada pela embarcação. De forma a manter a boca aberta, esta é amarrada a um tubo de PVC. A rede de polietileno também é utilizada.

Os mais velhos indicam que antigamente era utilizada a rede estaqueada, a antiga rede caiçara em algodão, usada até há cerca de 30 anos atrás. Essa rede cordoné era entrançada e era mais fraca que a de polietileno. Porém no seu fabrico artesanal a rede caiçara era curtida junto com casca de aroeira ou com a folha de mangue manso, dando-lhe mais resistência.

Os cortumes que a comunidade utilizava eram dois. Um ficava na beira a rodovia e outro junto à Ponte Suspensa em São Vicente, estando ambos desativados.

- As técnicas artesanais de pesca

A técnica de pesca mais usada pela comunidade atualmente é a de jervivá (rede de arrasto). No passado, era comum pescar-se através da técnica de estaqueada, entretanto hoje proibida pelo IBAMA. Esta consistia numa técnica artesanal em que a rede ficava amarrada a bambus que eram estaqueados na lama da área de maré. Fazia-se um cálculo da maré máxima e da mínima e a rede era recolhida quando a maré vazava, ficando o peixe morto na lama, impedido de fugir por conta da rede.

A técnica de pesca de cerco era comum também e diferenciada, uma vez que o cerco ficava montado por uma semana, numa área de remanso de um canal ou rio. Esse cerco era uma espécie de “casa”, onde o peixe entrava e já não saía, sendo retirado facilmente com a rede de pesca. Esta técnica também foi proibida pelo IBAMA.

- As áreas de pesca

As áreas mais utilizadas para a coleta de caranguejo são os mangues da Alemoa, da Vila dos Pescadores e da COSIPA.

- O pescado tradicional

O tipo de pescado mais comum na comunidade é o caranguejo vermelho, o siri e o paraty. De acordo com as informações recolhidas, a ostra já não tem desde há cerca de 10 anos. O caranguejo vermelho possui defeso que acontece entre fim de setembro e fim de novembro, durante 2 meses. Também coletam guaianum, o qual tem o defeso na mesma época do caranguejo vermelho. Na área mais próxima à comunidade praticamente não existe já o robalo, que também tem defeso. Porém, o mais pescado é o camarão branco, o qual não tem defeso para os pescadores artesanais.

- O patrimônio imaterial da Vila dos Pescadores

A igreja católica local é dedicada a São Pedro e São Paulo, padroeiros da comunidade caiçara ali presente.

A Festa do Peixe é realizada há 3 anos ma atualmente não existe mais. Porém, existe uma festa religiosa importante que é a Procissão de Barco de São Pedro Pescador, no dia 29 de Junho, saindo as embarcações do portinho da vila e circulando pelo rio Casqueiro até chegar novamente no portinho, onde termina com lançamento de fogos.

- O patrimônio edificado da Vila dos Pescadores

A Vila dos Pescadores tem seu início junta à construção da Ferrovia Santos – Jundiaí, onde as primeiras casas foram construídas para abrigar trabalhadores da empresa responsáveis pela construção da mesma. Logo depois, na década de 1960, um grupo de pescadores artesanais se instalou no local, visando à exploração do Rio Casqueiro, fonte geradora de seu sustento. Alguns recursos básicos favoreceram o crescimento da vila, como a proximidade do bairro residencial do Jardim Casqueiro e da Via Anchieta.

Prancha 24 – Vila dos Pescadores



Vista geral das habitações palafíticas junto ao rio que borda a comunidade caiçara.

Entrevista a um dos pescadores mais antigos da comunidade, o Sr. Francisco Tobias Barros.



Exemplo de uma das poucas casas de tradição Caiçara, palafítica, ainda existentes na Vila dos Pescadores em Cubatão.

Exemplo de uma pequena casa com cobertura de 2 águas, na Vila Pelica, junto à Vila dos Pescadores.



As primeiras ocupações foram feitas por construções de madeira, seguindo o padrão palafítico observado nas demais comunidades e descrito anteriormente.

Todavia, atualmente as casas têm fundações feitas de concreto armado, com baldrame e colunas também de concreto e vedações externas e internas de tijolos de barro ou tijolos de concreto. As coberturas continuam sendo construídas praticamente da mesma maneira, com madeiramento e telhas de barro, a não ser aquelas que agora possuem mais de um pavimento, onde se tem o uso de lajes pré-moldadas.

As páginas que seguem trazem um cadastro de exemplares deste patrimônio edificado na Vila dos Pescadores.

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casas Palafitas
	Endereço	Vila dos Pescadores
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357390,81 / 7353426

Período Estimado das Construções: Século XX – Final da Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos		Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Palafitas				

Revestimento:

Pintura / Cor predominante: Inexistente ou variada.

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

B	Janela	B	Parede
B	Porta	B/C	Condição Higiênica
B	Fachada	B	Cobertura
B	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	1 e 2		
Telha	Fibrocimento		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:

Vista das Palafitas do canal, unidades soltas.



Vista das Palafitas do canal, unidades soltas.



Vista das Palafitas do canal, unidades parcialmente geminadas.



Vista das Palafitas do canal, unidades totalmente geminadas.



Detalhe de ampliação.

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Capela de São Pedro e São Paulo
	Endereço	Vila dos Pescadores
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357348,52 / 7353390

Período Estimado das Construções: Século XX – Segunda Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Laterais	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Tijolo Baiano / bloco de concreto				

Revestimento: Pastilha cerâmica

Pintura / Cor predominante: Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas com bandeira arredondada

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira / Alumínio		Bandeira	Curva
Janelas	Alumínio		Bandeira	Curva
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2		
Telha	Fibrocimento		

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Geral.



Detalhe da fachada.

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 01
	Endereço	Vila dos Pescadores
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357285,18 / 7353177

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Tijolo de barro				

Revestimento: Argamassa de areia e cal

Pintura / Cor predominante: Amarela

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:

Vista geral.



Detalhe da espessura da parede, vão da janela do banheiro.

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 02
	Endereço	Vila dos Pescadores
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357306,27 / 7353165

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Marrom

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Geral.



Detalhe do madeiramento de vedação do tipo macho x fêmea.

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 03
	Endereço	Vila dos Pescadores
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357342,13 / 7353151

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira / Tijolo de barro				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Branca

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas			Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos	Batentes	

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Telha: Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:*Vista Geral.**Detalhe do madeiramento de vedação do tipo macho x fêmea.*

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 04
	Endereço	Vila dos Pescadores
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357427,36 / 7353118

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Marrom

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	B	Condição Higiênica
B	Fachada	B	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	2	
Telha	Fibrocimento	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Frontal.



Detalhe do madeiramento de vedação do tipo mata junta.

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 05
	Endereço	Vila dos Pescadores
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357624,19 / 7353216

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Palafita

Número de Pavimentos	2				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira e Pedra				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Branca / Azul

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	B	Condição Higiênica
B	Fachada	B	Cobertura
B	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor		Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	7	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Frontal.



Vista Geral da entrada.



Vista lateral esquerda, detalhe da mudança no tipo de vedação.



Vista posterior com varanda, madeiramento tipo macho x fêmea.



Detalhe do forro com vedação de madeira.



Detalhe do assoalho de madeira.



Detalhe da base de sustentação de tijolo de barro.

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 06
	Endereço	Vila dos Pescadores / Vila Pilica
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357781,26 / 7353118

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira e Pedra				

Revestimento: Azulejo na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Vermelho

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Curva

Esquadrias: Curva

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Capa e canal	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Fachada Frontal



Vista geral

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 07
	Endereço	Vila dos Pescadores / Vila Pilica
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357752,63 / 7353132

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação Isolada	Entrada	Frontal / Lateral	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira e Pedra				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Verde

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	B	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista geral.



Detalhe da base de pedra e vedação do tipo mata junta.

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 08
	Endereço	Vila dos Pescadores / Vila Pilica
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357771,71 / 7353115

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Frontal	Entrada	Frontal	Jardim	Frontal
Técnica Construtiva	Madeira e Pedra				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Verde

Cor dos elementos Decorativos: Verde

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
A	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Marrom	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Frontal



Detalhe de elemento decorativo (Lambrequin).

Vila dos Pescadores
Cadastro do Patrimônio Arquitetônico

	Imóvel	Casa 09
	Endereço	Vila dos Pescadores / Vila Pilica
	Município	Santos / Cubatão
	Implantação	Urbana
	Arquitetura	Urbana
	Coordenadas	23K 357723,61 / 7353098

Período Estimado das Construções: Século XX – Primeira Metade

Tipologia de Ocupação: Térrea

Número de Pavimentos	1				
Recuos	Edificação isoldada	Entrada	Frontal	Jardim	Inexistente
Técnica Construtiva	Madeira, Pedra e tijolo de barro				

Revestimento: Argamassa de areia e cal na base

Pintura / Cor predominante: Látex / Verde

Cor dos elementos Decorativos:

Estado de Conservação: A - Satisfatório / B - Médio / C - Ruim

A	Janela	A	Parede
A	Porta	A	Condição Higiênica
A	Fachada	A	Cobertura
C	Pintura		Elementos decorativos

Envasaduras: Retas

Esquadrias: Retas

Portas	Madeira		Bandeira	
Janelas	Madeira		Bandeira	
Cor	Branca	Caixilhos		Batentes

Cobertura:

Nº. de águas	4	
Telha	Francesa	

Presença de Modenatura:

Inexistente			

Impacto:

--

Fotos detalhamento:



Vista Geral.



Detalhes: Base em tijolo de barro, porta mexicana, vedação com mata junta.

Tabela 8 - Inventário de bens imateriais na ADA


Foto	Bem imaterial	Localização	Coordenada	Período	Descrição
-	Áreas de Pesca Tradicionais	Baixada Santista	-	-	Rios subsidiários do Canal do Porto, Canal do Porto, Mangue, Barra (Forte de Itaipu ao Farol da Moela) e Orla.
	Redes Caiçaras	Baixada Santista	-	-	Redes de cordoné. Redes de 2 nós, redes de 1 nó e tarrafas feitas de fibras naturais, biodegradáveis.
-	Técnicas de Pesca Artesanal	Baixada Santista	-	-	Técnica de pesca do camarão 7 barbas com bote, pesca de rede nas chatinhas, técnica de cerco (proibida), técnica da pesca de arrasto com 2 barcos artesanais (extinta), pesca de cerco com canoa monóxila no costão rochoso (extinta), técnica de pesca do Trimbobó (extinta).


Foto	Bem imaterial	Localização	Coordenada	Período	Descrição
-	Festa da Bandeira	Baixada Santista	-	-	Festa da Bandeira, em Junho, em que por tradição uma bandeira partia da Conceiçãozinha para as Neves e daí para Canhambora próximo ao início do Canal de Bertioga. Ano após ano, a bandeira era levada de local para local (extinta).
-	Gastronomia Caiçara	Baixada Santista	-	-	Azul Marinho, Camarão Frito e a Sopa de Camarão.
	Licor de Genipapo Artesanal	Conceiçãozinha Guarujá	23K 0369315 7348016	-	Elaborado pelo Sr. Manuel Pimentel.


Foto	Bem imaterial	Localização	Coordenada	Período	Descrição
-	Produção de balaios artesanais	Conceiçãozinha Guarujá	-	-	Produzido pelo Sr. Nemésinho.
	Associação de Moradores da Conceiçãozinha	Conceiçãozinha Guarujá	23K 0369499 7348024	-	A Associação foi fundada no início da Década de 80 do século XX.
-	União de Pescadores do Sítio Conceiçãozinha	Conceiçãozinha Guarujá	-	-	A UNIPESC foi fundada em 1977, mas somente viria a ser aprovada após o fim da ditadura militar, depois de 1984.


Foto	Bem imaterial	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Causos Diversos	Conceiçãozinha Guarujá	-	-	O causo do tesouro e das chagas O causo dos botos O causo da Caipora
-	Colônias de pescadores Z3	Colônia Z3 Vicente de Carvalho Guarujá	23K 0366896 7351959	Atual	Colônia de Pescadores principal na margem esquerda do Canal do Porto.

Tabela 9 - Inventário de bens imateriais na AID



Foto	Bem imaterial	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Sociedade Melhoramentos e Amigos da Praia do Góes	Praia do Góes Guarujá	23K 0366271 7345231	1962 a 1968	Fundada em 1962 e extinta em 1968, poucos anos após a morte do seu fundador, o senhor Vasco Câmara. Foi responsável por várias obras e eventos culturais no curto período que funcionou: caixa de água, capela da padroeira, linha de transmissão de energia, Cantos de Reis e festas juninas, por exemplo. Hoje “sucede-lhe” a Associação de Moradores da Praia do Góes, fundada em 2000.
	Capela de Nossa Senhora de Aparecida	Praia do Góes Guarujá	23K 0366286 7345250	Século XX Década 60	Foi uma obra de cariz espiritual para a comunidade, realizada pela Sociedade Melhoramentos e Amigos da Praia do Góes. Foi realizada em estacaria de madeira e cobertura de sapé. A imagem original encontra-se guardada por uma moradora local. Hoje resta apenas o local da sua implantação.


Foto	Bem imaterial	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Pesca da Tainha	Praia do Góes Guarujá	-	Século XIX ? Até Década 70 do século XX	Pesca típica da tainha realizada na enseada da Praia do Góes, documentada por boletim informativo da Associação local e descrita no corpo do relatório.
-	Festa da Tainha	Praia do Góes Guarujá	-	Século XXI Desde 2001	Festa tradicional promovida pela Associação de Moradores da Praia do Góes para a sociedade em geral. Acontece anualmente em Junho ou Julho e faz parte do roteiro turístico do Guarujá.


Foto	Bem imaterial	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Artesanato em PET	Monte Cabrão Santos	-	-	Produzido por uma senhora em Monte Cabrão.
-	Artesanato em Fuxico e Escamas de Peixe	Monte Cabrão Santos	-	-	Algumas mulheres que se dedicam ao fuxico e a artesanato com escamas de peixe, porém estas duas atividades foram criadas e têm sido dinamizadas pela EMBRAPORT, através da sua mediadora social.
-	Festas de Padroeiros	Monte Cabrão Santos	-	-	Monte Cabrão: 29 Junho (São Pedro)


Foto	Bem imaterial	Localização	Coordenada	Período	Descrição
-	Outras Festas	Monte Cabrão Santos	-	-	Monte Cabrão: 23 Julho
-	Sociedade de Melhoramentos de Monte Cabrão	Monte Cabrão Santos	-	-	Associação de moradores local
	Causos Diversos	Ilha Diana Santos	-	-	Espíritos da Ilha Diana. Lobisomem do Saco da Embira.

Tabela 10 - Inventário de Outros Bens Arqueológicos na ADA


Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Sítio da Barca	Valongo Santos	23K 0365245 7352695	Pré-Histórico a Século XIX	18	5D	<p>Foi identificado no Projeto “Plano de Gestão de Patrimônio Cultural / Diagnóstico de Situação e Valoração Científica do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos” pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2008.</p> <p>Foi resgatado e estudado nesse mesmo ano.</p> <p>Trata-se de parte do aterro do primeiro Porto Organizado de Santos, realizado pelo Valongo e datado dos finais do século XIX. Foram identificados sedimentos e materiais de um sambaqui, fragmentos cerâmicos e materiais arqueológicos, bem como pedaços de estrutura do Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat e de outros contextos Coloniais, todos eles remanejados e utilizados como material de aterro.</p>



Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Sítio CODESP	CODESP Santos	23K 0366756 7350137	Século XVII a Século XIX	–	3D	Foi Identificado no Projeto “Plano de Gestão de Patrimônio Cultural / Diagnóstico de Situação e Valoração Científica do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2008. Foi resgatado e estudado nesse mesmo ano. Trata-se de uma grande área de descarte Colonial com materiais arqueológicos do século XVII ao século XIX.
	Sítio Sandi	EMBRAPOR T Ilha Barnabé	23K 0365949 7353999	Pré-Histórico	–	9E	Foi identificado no Projeto “Embraport”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2003. Foi resgatado e estudado nesse mesmo ano. Trata-se de um sambaqui localizado na antiga margem esquerda do trecho final do rio Sandi.

Tabela 11 - Inventário de Outros Bens Arqueológicos na AID




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Casa de Pedra	Neves de Fora Largo de Santa Rita Santos	23K 0363752 7356034	Histórico	Foi identificado no Projeto “Complexo Portuário Barnabé Bagres”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2009. Trata-se de uma casa de alvenaria, em pedra irregular, cuja datação é indeterminada.
	Complexo Arqueológico do “Fortim”	Neves de Fora Santos	23K 0363910 7356228	Histórico	Foi identificado no Projeto “Complexo Portuário Barnabé Bagres”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2009. Trata-se de um complexo arqueológico que possui diversas estruturas e materiais Colônias do século XVIII, pelo menos. Essas estruturas foram sendo reocupadas e seus materiais reutilizados em outras estruturas locais, aparentemente. Existe também um Engenho de Cana dos finais do século XIX e inícios do século XX.
	Dos Ingleses	Canal de Bertioga Santos	23K 036734822 7354276	Pré-Histórico	Foi identificado no Projeto “Embraport”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2003. Trata-se de um sambaqui localizado na margem esquerda do Canal de Bertioga. No local existem também materiais do final do século XIX e inícios do XX, importados da Europa e possivelmente provenientes de uma ocupação inglesa que houve nas imediações.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Emraport 1	Rio Diana Santos	23K 0366517 7354652	Pré-Histórico	Foi identificado no Projeto “Emraport”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2003. Foi estudado nesse mesmo ano. Trata-se de um sambaqui localizado na margem direita do rio Diana.
	Engenho Itabatatinga	Fazenda Itabatatinga Rio Diana Santos	23K 0368670 7355755	Histórico	Foi identificado no Projeto “Emraport”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2003. Trata-se de um complexo arqueológico onde é visível as ruínas de um Engenho, uma Senzala, uma casa da primeira metade do século XX que incorpora parte daquelas estruturas, uma fonte e um abrigo com inscrições Históricas, um reservatório de água.
	Ilha Diana	Rio Diana Santos	23K 0366855 7354560	Pré-Histórico	Foi identificado no Projeto “Emraport”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2003. Foi resgatado e estudado nesse mesmo ano. Trata-se de um sambaqui localizado na margem esquerda do rio Diana, sob a ocupação caiçara de Ilha Diana.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Ilhota do Chiquinho	Canal de Bertioga Santos	23K 0367531 7354919	Pré-Histórico	Foi identificado no Projeto “Embraport”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2003. Foi estudado nesse mesmo ano. Trata-se de um sambaqui localizado na margem esquerda do Canal de Bertioga, uma área interna próxima a uma gamboa.
	Monte Cabrão	Canal de Bertioga Santos	23K 0370772 7353931	Pré-Histórico	Foi identificado no Projeto “Embraport”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2003. Foi estudado nesse mesmo ano. Trata-se de um sambaqui localizado na margem direita do Canal de Bertioga.
	Morro Alto	Canal de Bertioga Santos	23K 0373018 7353636	Pré-Histórico	Foi identificado no Projeto “Embraport”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2003. Foi estudado nesse mesmo ano. Trata-se de um sambaqui localizado na margem direita do Canal de Bertioga.




Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Neves 1	Neves de Fora Santos	23K 036 30 91 735 59 65	Histórico	Foi identificado no Projeto “Complexo Portuário Barnabé Bagres”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2009. Trata-se de um conjunto de aterros / terraplanagens onde existiram no Passado estruturas, na beira de uma antiga estrada. Foram identificados materiais construtivos. É possivelmente Colonial.
	Neves 2	Neves de Fora Santos	23K 036 30 73 735 59 62	Histórico	Foi identificado no Projeto “Complexo Portuário Barnabé Bagres”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2009. Trata-se de uma antiga estrada calçetada, construída através do embrechamento de pedras irregulares. É possivelmente Colonial.
	Pedreiras	Rio das Pedreiras Santos	23K 036 12 55 735 65 34	Sambaqui	Foi identificado no Projeto “Complexo Portuário Barnabé Bagres”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2009. Trata-se de um sambaqui localizado na margem esquerda do rio das Pedreiras.



Foto	Imóvel	Localização	Coordenada	Período	Descrição
	Sandi 2	Rio Sandi Santos	23K 036 58 63 735 58 89	Sambaqui	Foi identificado no Projeto “Complexo Portuário Barnabé Bagres”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2009. Trata-se de um sambaqui localizado na margem esquerda do rio Sandi, junto ao Morro do Sandi.
	Sandi 3	Rio Sandi Santos	23K 036 58 99 735 58 70	Histórico	Foi identificado no Projeto “Complexo Portuário Barnabé Bagres”, pela empresa Documento, Patrimônio Cultural em 2009. Trata-se de uma estrutura para represar águas de uma gamboa através da maré, possivelmente Colonial. A sua função é ainda indeterminada. Localizado numa gamboa subsidiária da margem esquerda do rio Sandi, junto ao Morro do Sandi.

Tabela 12 - Inventário de bens Históricos Móveis na ADA



Foto	Bem Histórico Móvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Estátua do Pescador	Ponta da Praia Santos	23K 0366966 7346595	Século XX	13	1D	Estátua realizada pelo artista italiano Ricardo Cipicchia feita 1941. O monumento foi colocado no local em 18 de Julho de 2009 e representa o respeito e a homenagem da cidade de Santos aos pescadores.
	Cemitério de Embarcações	Vicente Carvalho Guarujá	23K 0366934 7352296	Século XX	23	7E	Enseada a montante do Forte de Itapema, onde se localizam diversos navios abandonados e naufragados, recentes, construídos em metal e em madeira. Entre este ponto e o terminal portuário de Conceiçãozinha, nos trechos 5E e 6E, são visíveis outras embarcações naufragadas e abandonadas.





Foto	Bem Histórico Móvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Canoa Monóxila	Colônia Z3 Vicente de Carvalho Guarujá	23K 0366896 7351959	Século XX	23	7E	Canoa monóxila antiga junto à Colônia Z3, deteriorada pelos agentes meteóricos e maré. Hoje em dia, as canoas monóxilas não são mais utilizadas.
	Canoa Monóxila	Colônia Vicente de Carvalho Guarujá	23K 0367055 7351438	Século XX	Entre 21 e 22	7E	Canoa monóxila antiga utilizada como barreira contra a erosão, junto a uma das casas próxima à Colônia de Pescadores, existente na Prainha. Hoje em dia, as canoas monóxilas não são mais utilizadas.
	Botes Artesanais	Baixada Santista	-	-	-	-	Embarcações tradicionais para a pesca artesanal do camarão 7 Barbas e peixe na Barra e Orla. Podem ter até 9,80 m de comprimento.

Foto	Bem Histórico Móvel	Localização	Coordenada	Período	Segmento	Trecho	Descrição
	Chatinhas	Baixada Santista	-	-	-	-	Embarcações tradicionais para a pesca artesanal do camarão Branco e peixe nos Canais de Bertioga e do Porto. São de pequena dimensão.

8.5 Patrimônio Paisagístico

A paisagem constitui um patrimônio histórico, ambiental e cultural onde está registrado o conjunto de sua evolução e as transformações ocorridas. Como elemento histórico, na maioria das vezes é interpretado apenas como cenário para as ações humanas, sendo considerados os acontecimentos, mas negligenciadas suas marcas registradas nos padrões espaciais e vestígios. Incluindo a isso, o fato da periodização histórica ser baseada em datas de documentos, não considerando o tempo da paisagem em relação às suas transformações, baseada na resposta da paisagem às modificações antrópicas e em sua própria dinâmica natural.

O trabalho realizado busca apresentar a paisagem como um patrimônio histórico e dinâmico a ser decifrado à luz de sua evolução e sua transformação. Contribuindo para a compreensão da história da paisagem local, dando ênfase nas transformações ocorridas, inserindo a temporalidade pela interpretação de suas marcas e considerando a interação humana como um dos elementos de sua transformação.

O significado da palavra "Patrimônio" está relacionado à herança de bens, ao legado material que as sociedades outorgam aos seus descendentes. O patrimônio paisagístico da bacia de Santos apresenta originalmente a expressão concreta e espacial dos ecossistemas que o compõe. Entretanto, a paisagem herdada da bacia, apesar de incorporar a história da sociedade que a transformou como patrimônio cultural, encontra-se bastante alterada nas suas características naturais originais, constantemente ameaçadas de desaparecer pelas atividades antrópicas.

A bacia de Santos conta com mais de cinco séculos de ocupação histórica (não indígena), acumulando em sua paisagem as marcas resultantes das combinações de diferentes fenômenos ocorridos nos diversos momentos de sua história. Apesar de bastante alterada, a paisagem da região apresenta uma enorme heterogeneidade física e humana, possuindo expressivo valor paisagístico e constituindo verdadeiro patrimônio ambiental e cultural. Se, por um lado, a diversidade de sua paisagem condiciona a criação de uma

"paisagem única", por outro gera uma grande complexidade no processo de ocupação e organização do espaço, possuindo diferentes unidades que condicionaram distintos processos de ocupação e transformação.

O patrimônio paisagístico da área está relacionado com as características geomorfológicas próprias do litoral santista. Na mesma região encontramos rios de meandro (Quilombo, Jurubatuba, Pedreira, Sandi, Diana e Cabuçu), serras e morros (Serra do Quilombo, Monte Cabrão e Morro das Neves), lagamares (do Canéu e de Santa Rita), ilhas (Diana, Barnabé e dos Bagres) e áreas de Manguezal. Em sua passagem pela região, no início do século XX, o naturalista Hermann Luederwaldt não escondeu seu espanto com relação à peculiar mistura de montanhas, rios e Mangues ao longo do estuário santista (Luederwaldt, 1919: 310):

“Emoldurada pelas montanhas longínquas amplia-se a região pantanosa em pitoresca irregularidade! À retaguarda a vultosa Serra do Mar com os alcantis do Morrão sobranceiando as grimpas mais próximas, à frente uma superfície líquida com a largura de vários quilômetros e comprimento avaliado em uma légua e meia, a qual se estende até Santos, à esquerda, atraindo o olhar por uma colina, a Ilha Barnabé. Vê-se logo a esquerda uma grande extensão repleta de Mangues... A magnífica paisagem que temos diante dos olhos anima-se com as canoas e barcos de vela...”

Para as famílias da região a paisagem é muito mais do que um cenário natural. Em primeiro lugar, ela representa simbolicamente a subsistência e a fonte de renda para pescadores, catadores de caranguejo e plantadores de banana. Enquanto os rios garantem o pescado, os mangues fornecem o caranguejo, e a terra firme a possibilidade da agricultura. A Ilha dos Bagres, por exemplo, ainda é associada à pesca do bagre, além de abrigar espécies variadas de caranguejos que habitam as áreas de mangue da Ilha.

Em segundo lugar, a paisagem é apropriada de forma utilitária por aqueles que circulam na região. Segundo Seu Adalton, barqueiro que trabalha nas catraias da Bacia do Mercado e que reside em Vicente de Carvalho, distrito do Guarujá, o conhecimento da disposição das ilhas e dos rios é fundamental para transitar na região. Em horários de maré baixa, quando a possibilidade de encalhar aumenta, barqueiros e pescadores direcionam a proa do barco para

locais específicos, a fim de garantir uma viagem segura. Para chegar ao Morro das Neves pelo Largo de Santa Rita, por exemplo, Seu Adalton sublinha que é necessário posicionar o barco a 90° tomando como ponto de referência o centro da base do morro, de modo a evitar as chamadas “coroas” de areia que por vezes fazem os barcos encalharem.

A paisagem ajuda a moldar, ainda, a relação das comunidades com sua história, e os mangues constituem caso exemplar neste ponto. Embora muitos moradores não tenham um vínculo direto eles – não caçam caranguejos, por exemplo –, a atual degradação ambiental dos manguezais é freqüentemente recebida como destruidora de parte da identidade das comunidades ali fixadas. Com 76 anos, o pescador de Monte Cabrão Valdir Barreto compara a diminuição das áreas de mangue com uma suposta perda de espaço “da casa”, ou seja, do local de vivência. Na fala de Seu Valdir o mangue assume uma dimensão quase mítica, como se ele fosse um dos responsáveis por amalgamar culturalmente as comunidades da Área Continental de Santos.

Parte integrante do dia a dia daqueles que residem e transitam na região, os rios também são idealizados. É comum moradores estabelecerem uma relação bipolar entre um passado com rios limpos e piscosos e um presente de águas poluídas e de pouca oferta de peixe. Na prática, em ambos os casos a estetização do meio natural serve como mecanismo de autodefesa e, concomitantemente, de perpetuação de uma herança identitária. A paisagem, como elemento estruturante das culturas, implica em severas conseqüências para a manutenção de comunidades e mesmo de culturas inteiras, como nesse caso apresenta-se à questão caiçara.

Por fim, mas não menos importante, é a paisagem dessas ilhas como referência à população santista e das cidades do entorno, a qual, entre outros elementos, garantiu em maior ou menor medida até a atualidade tanto o conforto ambiental quanto atrativo adicional ao turismo de pesca e de veraneio, os quais representam parcelas significativas nas economias locais e, sobretudo, entre a população mais pobre, ocupada parcialmente nos serviços associados a esses negócios. A **Tabela 13** traz alguns elementos destas paisagens culturais, indicadas pelas comunidades participantes da presente pesquisa.

Tabela 13 - Inventário de bens Paisagísticos Culturais na ADA




Foto	Bens Paisagísticos Culturais	Localização	Coordenada	Trecho	Descrição
	Canal do Porto	Santos Guarujá	-	-	Canal do Porto em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local e sociedade brasileira em geral enquanto impulsionador econômico em diferentes escalas dimensionais
	Mangue	Baixada Santista	-	-	Ecossistema em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico e produtor do equilíbrio ambiental da Baixada Santista
	Canal Piaçaguera	Santos Cubatão	-	-	Canal do Porto em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local e sociedade brasileira em geral enquanto impulsionador econômico em diferentes escalas dimensionais



Foto	Bens Paisagísticos Culturais	Localização	Coordenada	Trecho	Descrição
	Rio Saboó	Santos	23K 0362811 7353721	6D	Curso de água em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico
	Costão Rochoso	Orla Ocidental da Ilha de Santo Amaro	-	10, 20, 30	Área entre encostão da Guaíuba à Ponta do Forte.

Tabela 14- Inventário de bens Paisagísticos Culturais na AID

Foto	Bens Paisagísticos Culturais	Localização	Coordenada	Trecho	Descrição
	Canal de Bertioga	Santos Guarujá Bertioga	-	-	Divide a Ilha de Santo Amaro do continente.
	Largo de Santa Rita	Santos	-	-	Enseada de água salobra em si mesma e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico




Foto	Bens Paisagísticos Culturais	Localização	Coordenada	Trecho	Descrição
	Largo do Canéu	Santos Cubatão	-	-	Enseada de água salobra em si mesma e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico
	Rio Icanhema	Guarujá	23K 0367894 7345646	11, 21	Curso de água em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico
	Rio da Missa	Guarujá	-	-	Curso de água em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico







Foto	Bens Paisagísticos Culturais	Localização	Coordenada	Trecho	Descrição
	Rio do Meio	Guarujá	23K 0368285 7345793	2I	Curso de água em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico
	Rio Santo Amaro	Guarujá	23K 0369139 7346693	3I, 4I	Curso de água em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico
	Rio Diana	Santos	23K 0366893 7353790	–	Curso de água em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico

Foto	Bens Paisagísticos Culturais	Localização	Coordenada	Trecho	Descrição
	Rio Sandi	Santos	-	-	Curso de água em si mesmo e sua importância para a comunidade caiçara local, enquanto gerador econômico
	Praia do Góes	Praia do Góes Guarujá	-		Enseada natural que alberga uma comunidade tradicional de pescadores, embora hoje bastante limitada em relação à sua atividade econômica principal, por conta do impacto negativo de fatores externos à comunidade, apontados no relatório.
	Abrigo natural	Ponta Rasa	23J 0366687 7342083		No ponto mais alto do afloramento rochoso, foi identificado um pequeno abrigo de uso recente, decorado com conchas coletadas na orla.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTINUIDADE DA PESQUISA

As ações desenvolvidas e apresentadas neste Relatório de Andamento 6 compreenderam, de acordo com o Projeto Científico e o cronograma de execução previamente definidos, a conclusão das pesquisas relativas ao Patrimônio Histórico e Cultural presente na AID e ADA do empreendimento, em sua etapa de Prospecção.

A continuidade das pesquisas se dará, agora, no encaminhamento e conclusão das prospecções em ambiente subaquático.

A partir daí será possível realizar uma avaliação integrada do conjunto de patrimônios abrangidos pela pesquisa, e indicar as medidas cabíveis de pesquisa, preservação e valorização. Todavia, volta-se a frisar, a perspectiva deste Programa é sempre que possível preservar o finito patrimônio arqueológico brasileiro e integrá-lo em ações de Educação Patrimonial e Gestão do Conhecimento.

Finalmente, em todas as ações, quer de identificação, pesquisa ou preservação, o trabalho colaborativo em parceria com a comunidade é fundamental, pois só desta maneira permite desempenhar seu papel de agente social, em benefício da sociedade.

10. BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Wilma Terezinha Fernandes de
1989 O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos, 1870-1930. São Paulo: FFLCH-USP. (Tese de doutorado).
- Ascher, Robert
1961 Analogy in archaeological interpretation. *Southwestern Journal of Anthropology* 17: 317-25
- Azevedo, Edison Telles de.
1972 *Vultos Vicentinos. Subsídios para a História de São Vicente*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais S.A.,.
- Bahn, Paul (ed.)
1996 *The Cambridge Illustrated History of Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge
- Bennett, John W.
1943 Recent developments in the functional interpretation of Archaeological Data. *American Antiquity* vol.9, n.2 :208-219
- Binford, Lewis R.
1962 Archaeology as Anthropology. *American Antiquity* vol.28, n.2, :217-225
1963 Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American antiquity* 32: 1-12
1964 Methodological considerations in the use of ethnographic data. In R.B.Lee & I.DeVore (eds.) *Man the hunter*, :268-73, Chicago: Aldine Publishing Company
1965 Mortuary practices: their study and potential. In J.A.Brown (ed.) *Approaches to the Social Dimensions and mortuary practices*, SAA, Memoir 25, :58-67, Washington, D.C.
1967 Smudge Pits and Hide-Smoking: The Use of Analogy in Archaeological Reasoning. *American Antiquity* 32:1-12.
1971 *Mortuary practices : their study and their potential*. Washington : Society for American Archaeology, 1971, pp:6-29.
- Binford, S.R. & Binford L.R. (eds.)
1968 *New Perspectives in Archaeology*, Aldine, Chicago
- Bollaert, William
1860 *Antiquarian, Ethnological, and other researches in New Granada, Equador, Peru, and Chile*. D. Lane, Londres
- Brown, James A. (ed.)
1971 *Approaches to the social dimensions of mortuary practices*. SAA, Memoir 25, Washington D.C.
- Campbell; Donald T.

1988 *Methodology and epistemology for social science: selected papers*.
Chicago, University of Chicago Press Ed. Samuel Overman

Catherwood, Frederick

1844 *View of Ancient Monuments in Central America, Chiapas, and Yucatán*.
Vizetally, Londres

Chang, Kwang-Chi

1967 Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology.
Current Anthropology 8() :227-34

Charlton, Thomas H.

1981 Archaeology, ethnohistory and ethnology: interpretive interfaces.
Advances in Archaeological Method and Theory 4:129-76

Childe, V. Gordon

1936 *Man Makes Himself*. Watts, Londres

Claassen, Cheryl (ed.)

1992 *Exploring gender through archaeology*. Monographs in World
Archaeology, n.11, Prehistory Press, Madison

Clark, Grahame D.

1936 *Archaeology and Society*. Methuen, Londres

1953 The economic approach to Prehistory. *Proceedings of the British
Academy* vol. 39, :215-238

Clarke, David

1968 *Analytical Archaeology*. Methuen, Londres

1972 *Models in Archaeology*. Methuen, Londres

1977 *Spatial Archaeology*. Academic Press, Londres

Conkey, Margaret W. & Spector, Janet

1984 Archaeology and the study of gender. In M.B.Schiffer (ed.) *Advances in
Archaeological Method and Theory*, vol. 7, :1-38, Academic Press, New
York

Crist, Thomas A. J.

2002 Empowerment, Ecology and Evidence: The Relevance of Mortuary
Archaeology to the Public. In Little, B.J (org.) *Public Benefits of
Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:101-117.

Deetz, James J.F.

1968 Cultural patterning of behaviour as reflected by archaeological material.
In: Chang, K.C. (ed) *Settlement Archaeology*. Palo Alto, CA, National
Press, pp: 31-42.

De Vries, B.

2003 *In search of sustainability: what can we learn from the past?* Paper for the International Symposium on World System History and Global Environment Change, Utrecht, Lund University

Dunnell, Robert C.

1986 Five decades of American Archaeology. D.J.Meltzer, D.D.Fowler, J.A.Sabloff (eds.) *American Archaeology, Past and Future*. Smithsonian Institution Press, Washington & London

Fabian; Johannes

1983 *Time and the other : how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press,

Fagan, Brian

2002 Epilogue. In: Little, B.J. (org) *Public Benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:253-260.

Faulkner, N.

2000 Archaeology from below. *Public Archaeology* I: 21-33

Flannery, Kent V.

1967 Culture History vs. Cultural Process: a debate in American Archaeology. *Scientific American*, vol. 217, :119-122

1968 a Archaeological Systems theory and Early Mesoamerica. B.J.Meggors (ed.), *Anthropological Archaeology in the Americas*, :67-87, Washington D.C.

1972 a The cultural evolution of Civilizations. *Annual Review of ecology and systematics*. Vol.3, :399-426, Palo Alto

1972 b Summary Comments: evolutionary trends in social exchange and interaction. In E,N.Wilmsen (ed.) *Social exchange and interaction*, :129-136, Univ. of Michigan, Museum of Anthropology, Anthropological Papers n.46, Ann Arbor

1976 *The early Mesoamerican village* Academic Press, New York

Funari, Pedro Paulo A.

1995 Mixed features of archaeological theory in Brazil. In P. Ucko (ed.) *Theory in Archaeology, a world perspective*: 236-250, London, Routledge.

1998 A importância da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. In P. P.A. Funari (ed.) *Teoria Arqueológica na América do Sul*, :13-32, IFCH, Campinas

2004 Western influences in the archaeological thought in Brazil. In G. Politis & R. Peretti (eds.) *Teoria arqueológica en America del Sur* : 235-244, Serie Teorica n. 3, INCUAPA, Olavarria.

Funari, P.P.A.; Hall, M.; Jones, S.

1999 *Historical Archaeology: back from the edge*. Londres, Routledge.

Funari, P.P.A. & Robrahn-González, E.M.

2005 Ethics, capitalism and public archaeology in Brazil.

- Gosden, C.
2000 PostColonial Archaeology. In *Archaeological Theory Today* (ed. I. Hodder), :241-261, Polity Press, Cambridge
- Gosden, Chris
2001 PostColonial Archaeology: Issues of Culture, Identity, and Knowledge. In: Hodder (ed.) *Archeological Theory Today*, :241-261, Cambridge, Polity Press
- Gonçalves, Alcindo; Nunes, Luiz Antonio de Paula.
2008 *O Grande Porto: a modernização no porto de Santos*. Santos: Realejo Edições,.
- Gould, Richard
1974 Some current problems in ethnoarchaeology. In C.B.Donnan & C.W.Clewell (eds.) *Ethnoarchaeology* :29-48, Inst. of Archaeology Monograph, 4. Los angeles: Univ. of California.
1980 *Living archaeology*. New York: Cambridge Univ. Press
1990 *Recovering the Past*. Univ. of New Mexico
- Gould, R.A. & Watson, Patty Jo
1982 A dialogue on the meaning and use of analogy in ethnoarchaeological reasoning. *Journal of Anthropological Archaeology* 1: 355-81
- Helm, June
1962 The ecological approach to Anthropology. *American Journal of Anthropology*, vol. 67, n.6, :630-639
- Hempel, C.G.
1966 *Philosophy of Natural History*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J.
- Hodder, Ian
1978 Social organization and human interaction: the development of some tentative hypothesis in terms of material culture. In I.Hodder (ed.) *The spatial organization of culture*. Duckworth, Londres
1982 *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. New York: Cambridge Univ. Press
1985 Postprocessual Archaeology. In M. Schiffer (ed.) *Advances in Archaeological Method and theory* vol.8 :1-26, Academic Press, New York
1987 The contribution if the Long Term. In I.Hodder (ed.) *Archaeology as Long-Term History* :1-8, Cambridge Univ. Press, Cambridge
1991 a Postprocessual Archaeology and the Current debate. In R.W.Preucel (ed.) *Processual and Postprocessual archaeologies: multiple ways of knowing the past*. :30-41. Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois Univ., Occasional Paper n.10, Carbondale
1991 b *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge Univ. Press, Cambridge
1994 *Interpretación em Arqueología. Corrientes Atuales*. Crítica, Barcelona

- 2001 A review of contemporary theoretical debates in Archaeology. In I. Hodder (ed.) *Archaeological Theory Today*. :1-13, Cambridge, Polity Press
- Hole, Frank & Heizer, Robert
1966 *An introduction to Prehistoric Archaeology*. Holt, Rinehart and Winston, New York
- Honorato, Cezar.
1996 *O polvo e o porto – a Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. Santos/ São Paulo: Prefeitura Municipal de Santos/ Hucitec.
- Krieger, A.D.
1944 The typological concept. *American Antiquity*, 9: 271-88
- Lanna, Ana L. D
1996 *Uma cidade na transição – Santos: 1870 – 1913*. São Paulo: HUCITEC.
- Lipe, William D.
2002 Public Benefits of Archaeological Research. In: Little; B. J. *Public Benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:20-28.
- Little, B.J.
2002 Archaeology as a Shared Vision. *Public Benefits of Archaeology* (e. B. J. Little) 1-19. Florida: University Press of Florida.
- Lowenthal, D.
1981 Conclusions: Dilemmas of Preservation. In: *Our Past Before Us: Why Do We Save it?* Ed. D. Lowenthal and M. Binney, 213-37, London, Temple Smith.
1985 *The Past is a Foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Lumbreras, L.G.
1990 *Archaeology yesterday & today*. Cambridge University Press, Cambridge
- McGee, R.J. & Warms, R.L.
1996 *Anthropological Theory – na introductory history*. Mayfield Publishing Company, California
- McGuire, Randall H.
1992 *A Marxist Archaeology*. Academic Press Inc., California
- McManamon, F.P.
1991 The Many Publics for Archaeology. *American Antiquity*, 56 (1), 121-30.
1994 Presenting Archaeology to the Public in the USA. In: *The Presented Past, Heritage, Museums and education*. Ed. P. G. Stone and B. L. Molyneaux, 61-81, New York, Routledge.
1994 Changing relationships between Native Americans and Archaeologists. *Historic preservation Forum* 8 (2): 15-20.
2000 Archaeological messages and messengers. *Public Archaeology* 1:5-20

2002 Heritage, History and Archaeological Educators. In: *Public benefits of Archaeology*. Ed. Barbara J. Little, University Press of Florida, 31-45

Medeiros, Diva B..

1965 Guarujá. *A Baixada Santista - aspectos geográficos*. São Paulo: Edusp,

Mello, Gisele Homem de.

2008 Expansão e estrutura de Santos (SP): aspectos da periferização, da deteriorização, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade. São Paulo: FFLCH-USP,. (Dissertação de Mestrado).

Meskel, Lynn

2001 Archaeologies of Identity. In I. Hodder (ed.) *Archaeological Theory Today* :187-213, Cambridge, Polity Press

Molyneaux, B.L.

1994 Introduction: the represented Past. In *The Presented Past: heritage, museums and education* (ed. P. G. Stone & B. L. Molyneaux, 1-13, London, Roudledge.

Moser, S.

2001 Archaeological Representation: the visual conventions for constructing knowledge about the past. In *Archaeological Theory Today* (ed. I. Hodder), Polity Press, Cambridge.

Muniz Jr, J..

1982 *Fortes e fortificações do litoral santista*. Santos: Instituto Histórico e Geográfico de Santos,.

Ndoro, W. & Pwiti, G.

2001 Heritage management in Southern Africa. *Public Archaeology* vol. 2: 21-34

Orser, C.E.

1992 *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte : Oficina de Livro

Patternson. Thomas C.

1989 History and the Post-Processual Archaeology. *Man*, vol.24 :555-566

Petrone, Pasquale

1965 "Povoamento e caminhos nos séculos XVI e XVII". In: *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Edusp, , pp.11-73.

Plog, Fred T.

1974 *The study of Prehistoric Change* Academic Press, New York

1976 Measurement of Prehistoric Interaction between communities. In K.Flannery (ed.) *The early mesoamerican village*, New York, Academic Press

Prado Jr, Caio.

1972 *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense,

Preucel, R.W.

1991 *Processual and Postprocessual archaeologist: multiple ways of knowing the past*. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper n.10, Southern Illinois Univ., Carbondale

Pyburn, K. Ann and Richard R. Wilk.

1995. Responsible Archaeology Is Applied Anthropology. In: *Ethics in Archaeology: Challenges for 1990s*, ed. M. J. Lynott and A. Wylie, 71-76, Washington, D. C.: Society for American Archaeology.

Rathje, William L.

1970 Socio-political implications of Lowland Maya Burials: methodology and tentative hypotheses. *World Archaeology* vol1, n.3 :359-374

1973 Garbage Project: a new way of looking at the problems of Archaeology. *Archaeology* vol.27, n.4 :236-241

1978 Archaeological Ethnography...because sometimes it is better to give than to receive. In R. Gould (ed) *Explorations in Ethnoarchaeology*, :49-75. School of American Research, Advanced Seminar Series, Univ. of New Mexico Press, Albuquerque

Redman, C.L.

1973 Research and theory in current Archaeology: an introduction. In C.L.Redman (ed.) *Research and theory in current archaeology* :5-26, Wiley, New York

1991 Distinguished lecture in Archaeology. In defense of the seventies – the adolescence of New Archaeology. *American Anthropologist* vol.93, :295-307

Renfrew, C. & Bahn, P.

1996 *Archaeology – Theories, Methods and Practice*. Thames and Hudson, 2. Edition, Londres

Robrahn-Gonzalez, E. M.

2000 Reflexionen ueber den Gebrauch der historischen Analogie in Brasilien. In: A. Gramsch (ed.) *Vergleichen als archaologische Methode. Analogien in den Archaeologien*, BAR International Series, arbeitgemeinschaft Theorie (T-AG). Berlin,131-142

2001 El uso de la Analogía en la Etnoarqueología Brasileña. *Anais da II Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur*. Argentina.

2004 Arqueologia e Sociedade. Tese de Livre-Docência (MAE-USP).

Rodrigues, Luiz Melo. Vicente de Carvalho.

1965 In: *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Edusp

Rowlands, M.

- 1998 The archaeology of Colonialism. In K. Kristiansen & M. Rowlands, *Social Transformations in Archaeology: global and local perspectives*, 327-33, London, Routledge.
- Sá, Wagner Mem de.
2006 *Diagnóstico de identidade territorial da população do bairro de Caruará-Guarujá*: Faculdade de Educação, Ciências e Letras Don Domênico,. (Monografia)
- Salmon, Merrilee H.
1992 Postprocessual explanation in Archaeology. In L.Embree (ed.) *Meta-Archaeology*, Boston Studies in the Philosophy of Science. Kluwer Academic Press, Boston
- Santos, Francisco Martins dos.
1986 *História de Santos*. São Vicente: Caudex,
- Schiffer, M.B.
1976 *Behavioral Archaeology*. Academic Press, New York
- Schortman, M. & Urban, P.A.
1989 Interregional interaction in Prehistory: the need for a new perspective. *American Antiquity* 54(1) :52-65
1992 Current trends in interaction research. In M.Schortman & P.A.Urban (eds.) *Resources, power and interregional interaction*. Plenum Press, New York
- Schuyler, Robert L.
1970 Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: basic definitions and relationships. *Historical Archaeology* vol.4 :83-89
- Schwarcz, Lilia Moritz.
1993 *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Shanks, Michael & Tilley, Christopher
1987 *Social Theory and Archaeology*. Polity Press, Cambridge
1989 Archaeology into the 1990s. *Norwegian archaeological Review*, vol. 22:1-12
- Shanks, Michael & Hodder, Ian
1995 Processual, postprocessual and interpretive Archaeologies. Ian Hodder et alii (eds.) *Interpreting Archaeology – finding meaning in the past*. Routledge, London and New York, :3-29
- Shiva, V
2002 *Monoculturas da mente. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo, Editora Gaia.
- Siliciano, Lauro Barros.

1958-1978. *Guarujá-Bertioga*. Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, órgão da Secretariada Cultura, Ciência e Tecnologia do governo do Estado de São Paulo São Paulo:

Smith, G. and Ehrenhard, J.

2002 Protecting the Past to Benefit the Public. In: *Public benefits of Archaeology*. Ed. Barbara J. Little, University Press of Florida, 121-130

Spaulding, Albert C.

1988 Distinguished lecture: archaeology and anthropology. *American Anthropologist* vol. 90 :263-271

Taylor. Walter W. Jr.

1948 *A study of Archaeology*. Memoir Series of the American Anthropological Association, n.69,, Menasha, Wis.

Torres, Francisco Rodrigues.

2008 A fazenda geral dos jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão, 1553-1748. São Paulo: FFLCH-USP,. (Dissertação de Mestrado).

Trigger, Bruce G.

1963 Settlement as na aspect of Iroquois adaptation at the time of contact. *American Anthropologist* vol.65, n.1, :86-101

1967 Settlement Archaeology – its goals and promise. *American Antiquity* vol.32, n.1 :149-161

1968 The determinants of settlement patterns. In K.C.Chang (ed,) *Settlement Archaeology* :53-78, Nation Press Books, Palo Alto

1989 *A history of Archaeological Thought*. Cambridge University Press, Cambridge

1990 Constraint and freedom: a new synthesis for Archaeological explanation. *American Anthropologist* vol.93, :551-569

Vaz, Ângela Omati Aguiar.

2003 *Guarujá, três momentos de uma mesma história*. Santos/ SP: Espaço do Autor,.

Watson, Patty Jo

1979 The idea of ethnoarchaeology: notes and comments. In C.Kramer (ed.) *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology*. :277-88, New York: Columbia Univ. Press

Watson, Patty Jo; Leblanc, S.A. & Redman, Charles L.

1971 *Expalnation in Archaeology, anexplicitly Scientific Approach*. Columbia Univ. Press, New York

Watson, Richard A.

1991 What the New Archaeology has Accomplished. *Current Anthropology* 32(3):275-291

- Whitaker, José Guilherme Teixeira.
2003 *Viagem pela Cidade: da bacia do mercado ao outro lado de Santos*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie,. (Dissertação de Mestrado).
- White, Leslie A.
1959 *The Evolution of Culture*. McGraw-Hill, New York
- Willey, G.
1945 Comments on cultural and social Anthropology. In S. Tax *et alii* (eds.) *Na appraisal of Anthropology today*. :229-230, Univ. of Chicago Press, Chicago.
1946 *Prehistoric Settlement Patterns in the New World*. Viking Fund Publications in Anthropology, n.23, New York
- Willey, G.R. & Phillips, Philip
1955 Method and theory in American Archaeology, II: historical-developmental interpretations. *American Anthropologist* vol.57, :723-819
1958 *Method and theory in American Anchaeology*. Univ. of Chicago Press, Chicago
- Willey, G.R. & Sabloff, J.A.
1993 *A History of American Archaeology*. W.H. Freeman and C., New York, 3. Edition
- Wylie, A.
1985 The reaction against analogy. *Advances in Arch. Method and Theory* 8: 63-111
1988 `Simple`analogy and the role of relevance assumptions: implications of Archaeological Practice. *International Studies in the Philosophy of Science* 2:134-150
1989 The interpretive Dilemna. V.Pinsky & A.Wylie (ed.) *Critical Traditions in Contemporary Archaeology: essays in the Philosophy, History and socio-politics of Archaeology*. :18-27, Cambridge Univ. Press, Cambridge
1991 Gender theory and the Archaeological record. In J.M.Gero & M.W.Conkey (eds.) *Engendering Archaeology, women and prehistory*. :31-56, Basil Blackwell, Londres

Iconografia

Alfândega de Santos. Santos e arredores – postos fiscais. Inspetor Argemiro Nascimento e Guada-mor José Moraes Parente, 1961. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Ampliação da rede de esgoto de águas pluviais na Ilha Barnabé. Companhia de Docas de Santos, 29 de agosto de 1944. Acervo Companhia de Docas de Santos.

Brasil-Costa Sul. Porto de Santos. Levantamento efetuado pela Marinha do Brasil em 1959. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Estudo para arruamento da Ilha Barnabé, Santos. Companhia de Docas de Santos, 15 de agosto de 1977. Acervo Companhia de Docas de Santos.

“Forte de Itapema”. In: *Exploração do Littoral - 1ª secção - Cidade de Santos á fronteira do Estado do Rio de Janeiro.* Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild Co., S. Paulo, 1915.

Ilha de São Vicente. Município de Santos. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado/ Prefeitura Municipal de Santos, 1978.

Planta da Ilha Barnabé indicando as propriedades e benfeitorias adquiridas. Companhia de Docas de Santos, 8 de março de 1929. Acervo Companhia de Docas de Santos.

Planta Geral da Ilha Barnabé. Companhia de Docas de Santos, 19 de outubro de 1965. Acervo Companhia de Docas de Santos.

Estado Atual da Cidade de Santos, 1918. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Mercado Municipal de Santos, in Exploração do Litoral - 1ª secção - Cidade de Santos á fronteira do Estado do Rio de Janeiro, da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild Co., 1915.

Planta Geral do Caes, mostrando as faixas em tráfego, construída e em construção no fim do anno de 1897, com o prolongamento projectado abrangendo os locais dos armazéns de inflammaveis e corrosivos e dos estaleiro e dique para reparação dos navios em geral. Acervo Companhia de Docas de Santos.

Planta Geral do Cais, copiada do Original – ref. -8-VI-2758 de 10-12-42 da CIA Docas de Santos. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Planta da Cidade de Santos, com Índice Comercial e Industrial, 1921. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Planta da cidade de Santos, Praças e Largos em Santos, década de 1930. Acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Planta Geral da cidade e arredores de Santos, mostrando projeto de arruamento para servir de base ao traçado das ruas e praças no desenvolvimento futuro da cidade, s/d. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Planta da Ilha Barnabé indicando as propriedades e benfeitorias adquiridas. Companhia de Docas de Santos, 8 de março de 1929. Acervo Companhia de Docas de Santos.

Planta e Projetos por F. Saturnino Rodrigues de Brito, engenheiro chefe da Comissão de Saneamento, 1910.

Planta da cidade de Santos e seus arredores, levantada pela Comissão de Saneamento em 1903, coordenada pelo Engenheiro José Pereira Rebouças. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Santos, Estado de São Paulo. Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, 1972. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Santos, Estado de São Paulo. Planta organizada pela Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, 1930. Acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

South America – East Coast Brazil. Santos Harbour, 1913. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Yslario, mapa XIV, por Alonso de Santa Cruz. In: A Escolinha, suplemento do Diário Oficial de Santos, edição de 9 de janeiro de 1971, Santos/SP.